

**GOVERNO ESTADUAL DO PIAUÍ**  
**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI**

ORGANIZAÇÃO:

Angela Maria Macêdo de Oliveira  
Joseanne Zingleara Soares Marinho  
Rakell Milena Osório Silva

**ANAIS**

**I SEMINÁRIO NACIONAL DE GÊNERO E DIREITOS HUMANOS:**  
FUNDAMENTOS, PERSPECTIVAS E EXPERIÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS



**EdUESPI**  
2023

**GOVERNO ESTADUAL DO PIAUÍ**  
**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI**

ORGANIZAÇÃO:

Angela Maria Macêdo de Oliveira  
Joseanne Zingleara Soares Marinho  
Rakell Milena Osório Silva

**ANAIS**

**I SEMINÁRIO NACIONAL DE GÊNERO E DIREITOS HUMANOS:**  
**FUNDAMENTOS, PERSPECTIVAS E EXPERIÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS**



**EdUESPI**



## UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI

**Evandro Alberto de Sousa**  
Reitor

**Jesus Antônio de Carvalho Abreu**  
Vice-Reitor

**Mônica Maria Feitosa Braga Gentil**  
Pró-Reitora de Ensino de Graduação

**Josiane Silva Araújo**  
Pró-Reitora Adj. de Ensino de Graduação

**Raurys Alencar de Oliveira**  
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

**Fábia de Kássia Mendes Viana Buenos Aires**  
Pró-Reitora de Administração

**Rosineide Candeia de Araújo**  
Pró-Reitora Adj. de Administração

**Lucídio Beserra Primo**  
Pró-Reitor de Planejamento e Finanças

**Joseane de Carvalho Leão**  
Pró-Reitora Adj. de Planejamento e Finanças

**Ivoneide Pereira de Alencar**  
Pró-Reitora de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários

**Marcelo de Sousa Neto**  
Editor da Universidade Estadual do Piauí



**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI**



Rafael Tajra Fonteles **Governador do Estado**  
Themístocles de Sampaio Pereira Filho **Vice-Governador do Estado**  
Evandro Alberto de Sousa **Reitor**  
Jesus Antônio de Carvalho Abreu **Vice-Reitor**

**Administração Superior**

Mônica Maria Feitosa Braga Gentil **Pró-Reitora de Ensino de Graduação**  
Josiane Silva Araújo **Pró-Reitora Adj. de Ensino de Graduação**  
Raurys Alencar de Oliveira **Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação**  
Fábia de Kássia Mendes Viana Buenos Aires **Pró-Reitora de Administração**  
Rosineide Candeia de Araújo **Pró-Reitora Adj. de Administração**  
Lucídio Beserra Primo **Pró-Reitor de Planejamento e Finanças**  
Joseane de Carvalho Leão **Pró-Reitora Adj. de Planejamento e Finanças**  
Ivoneide Pereira de Alencar **Pró-Reitora de Extensão, Assuntos  
Estudantis e Comunitários**

---

Marcelo de Sousa Neto **Editor**  
Autores **Revisão**  
[Luciana Leite](#) **Capa**  
[Editora e Gráfica UESPI](#) **E-book**

Endereço eletrônico da publicação: <https://editora.uespi.br/index.php/editora/catalog/book/131>

**S471a** Seminário Nacional de Gênero e Direitos Humanos ( 1. : 2022 : Teresina, PI). Anais do I Seminário Nacional de Gênero e Direitos Humanos [recurso eletrônico]: fundamentos, perspectivas e experiências contemporâneas, realizado em 25 de novembro, 05 e 07 de dezembro de 2022 em Teresina, PI / Organizador por Ângela Maria Macêdo de Oliveira, Joseanne Zingleara Soares Marinho, Rakell Milena Osório Silva. - Teresina : FUESPI, 2023.

E-book

ISBN: 978-65-89616-43-6

1. Estudos de Gênero. 2. Direitos Humanos. I. Oliveira, Ângela Maria Macêdo de (Org.). II. Marinho, Joseanne Zingleara Soares (Org.). III. Silva, Rakell Milena Osório (Org.). IV. Título.

CDD: 323.4

Ficha Catalográfica elaborada pelo Serviço de Catalogação da Universidade Estadual do Piauí - UESPI  
Ana Angélica P. Teixeira (Bibliotecária) CRB 3a/1217

# I SEMINÁRIO NACIONAL DE GÊNERO E DIREITOS HUMANOS: FUNDAMENTOS, PERSPECTIVAS E EXPERIÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS

## ORGANIZADORAS DO E-BOOK

**Ângela Maria Macêdo de Oliveira**

Universidade Estadual do Piauí- UESPI, Campus Poeta Torquato Neto

**Joseanne Zingleara Soares Marinho**

Universidade Estadual do Piauí- UESPI, Campus Poeta Torquato Neto

Universidade Federal do Piauí- UFPI

**Rakell Milena Osório Silva**

Universidade Estadual do Piauí- UESPI, Campus Poeta Torquato Neto

## COMISSÃO ORGANIZADORA DO EVENTO

Ângela Maria Macêdo de Oliveira

Fernando Bagiotto Botton

Joseanne Zingleara Soares Marinho

Mara Ligia Fernandes Costa

Ruan Nunes Silva

Fernando Bagiotto Botton

## EQUIPE DE MONITORIA

(Curso de Graduação em História- UESPI- Campus Poeta Torquato Neto)

Ádyson Lucas dos Santos Oliveira

Danielle Filgueiras Santos

Josnayra Fernanda Costa Pereira

Fernanda Martins Quaresma

Larissa Alves Carvalho

Rakell Milena Osório Silva

Thainá Farias Machado Riedel

## EQUIPE EDITORIAL

Ângela Maria Macêdo de Oliveira

Ádyson Lucas dos Santos Oliveira

Danielle Filgueiras Santos

Fernanda Martins Quaresma

Larissa Alves Carvalho

Rakell Milena Osório Silva

Thainá Farias Machado Riedel

## Realização



## Apoio



## SUMÁRIO

|                   |    |
|-------------------|----|
| SINOPSE.....      | 7  |
| APRESENTAÇÃO..... | 8  |
| PROGRAMAÇÃO.....  | 11 |

### SIMPÓSIO TEMÁTICO 01

#### A MULHER NA ANTIGUIDADE

|  |    |
|--|----|
| APRESENTAÇÃO DO ST 01.....   | 14 |
| A (DES)CONSTRUÇÃO DA FIGURA DA “BRUXA” PERANTE AS OBRAS MIDIÁTICAS HOCUS POCUS (1993) E CONVENÇÃO DAS BRUXAS (2020)<br><i>Juliane de Moura Gonçalves</i><br><i>José Petrucio de Farias Júnior.....</i> | 15 |

### SIMPÓSIO TEMÁTICO 03

#### HISTÓRIA E RELAÇÕES DE GÊNEROS:

perspectivas de pesquisas e produção de conhecimentos contemporâneos nas Ciências Humanas

|  |    |
|--|----|
| APRESENTAÇÃO DO ST 03.....   | 24 |
| “ABSOLVIÇÃO CONVENIENTE”: A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES SOBREPUJADA EM PROL DAS RELAÇÕES FAMILIARES (PARANAGUÁ, 1970)<br><i>Layla Chaenny da Silveira Policarpo</i><br><i>Kety Carla de March.....</i>                       | 25 |
| A MULHER E A SOCIEDADE, IRMÃS BASTARDAS? ANÁLISE CRÍTICA SOBRE O FEMININO NA OBRA “PERTO DO CORAÇÃO SELVAGEM” E O CONTO “A LEGIÃO ESTRAGEIRA”, DE CLARICE LISPECTOR (2019)<br><i>Francisca Cibele da Silva Gomes .....</i> | 41 |
| AS ENFERMEIRAS DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA: ATUAÇÃO E PERMANÊNCIA DE MULHERES NOS CONFLITOS ARMADOS<br><i>Maria Clara Lima de Oliveira.....</i>   | 55 |
| “ATENTADOS PÓETICOS” À SEXUALIDADE: UMA LEITURA SOBRE A “POESIA PROJÉTIL” DE JOMARD MUNIZ DE BRITTO<br><i>Iago Tallys Silva Luz</i><br><i>Fábio Leonardo Castelo Branco Brito.....</i>                                     | 68 |
| FACES DOS CORPOS MARCADOS NA HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: MÍDIAS DIGITAIS E A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DO MARANHÃO<br><i>Jennyfher Lourena de Oliveira Silva</i><br><i>Jakson dos Santos Ribeiro.....</i>                  | 84 |

|  |     |
|--|-----|
| MÃES E FILHAS – EDUCAÇÃO NOS LARES MENONITAS: CULTURA E TRADUÇÕES DAS FAMÍLIAS DESCENDENTES DE IMIGRANTES RADICADOS NO PARANÁ (1970-1980)<br><i>Eliane Maass Cirqueira</i> .....     | 92  |
| O CORPO GORDO E IDENTIDADE: UMA ANÁLISE DA PERSONAGEM MARIA LUÍSA NA OBRA A GORDA, DE ISABELA FIGUEIREDO<br><i>Atos Daniel Pereira da Silva</i> .....                                | 106 |
| PARA ALÉM DO “AMOR E SEXO”: RELAÇÕES DE GÊNERO NA MÚSICA DE RITA LEE<br><i>Sabrina Thays Bezerra Santos</i><br><i>Pedro Pio Fontineles Filho</i> .....                               | 114 |
| SENTENCIADA AO SILÊNCIO: REPRESENTAÇÕES DE UMA VÍTIMA DE FEMINICÍDIO EM UM PROCESSO CRIMINAL DE 1972, EM PARANAGUÁ<br><i>Bárbara Bombasar Faria</i><br><i>Kety C. de March</i> ..... | 127 |

#### SIMPÓSIO TEMÁTICO 04

##### **O ENSINO DE HISTÓRIA E AS RELAÇÕES DE GÊNERO:** articulações para uma formação histórica plural

|  |     |
|--|-----|
| APRESENTAÇÃO DO ST 04.....   | 142 |
| MARIA DE VILA MATILDE NO ENSINO DE HISTÓRIA: UMA ABORDAGEM SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES, ATRAVÉS DE DOUGLAS GERMANO<br><i>Luciane Moreira Andrade de Lima</i><br><i>Mary Angélica Costa Tourinho</i> ..... | 143 |
| MOVIMENTO FEMININO E SUAS RESISTÊNCIAS DURANTE O PERÍODO DITATORIAL<br><i>Samara Regina da C. Santos</i> .....   | 160 |
| O ENSINO DE HISTÓRIA E AS MULHERES DO CANGAÇO: NOVOS OLHARES SOBRE O AMBIENTE RURAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA<br><i>Ana Karla da Silva Cruz</i><br><i>Joseanne Zingleara Soares Marinho</i> .....                                 | 172 |
| O ESTUDO DE GÊNERO NO ENSINO MÉDIO: UM DIÁLOGO ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA<br><i>Iasmin Maria Andrade da Silva</i><br><i>Jakson dos Santos Ribeiro</i> .....   | 183 |
| PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO NO ENSINO DE HISTÓRIA: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA<br><i>Hellen Pabline Leal Conceição</i><br><i>Joseanne Zingleara Soares Marinho</i> .....                                   | 196 |



### SINOPSE

O livro de anais é composto por quatorze capítulos, que trazem um conjunto de reflexões que, em linhas gerais, expressam o que foi pesquisado, produzido e apresentado nas diversas áreas do saber e do conhecimento, resultado das comunicações apresentadas nos Simpósios Temáticos (STs) do **I Seminário Nacional de Gênero e Direitos Humanos: fundamentos, perspectivas e experiências contemporâneas**. O evento foi realizado, de forma remota, na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), *Campus* Poeta Torquato Neto, localizado na cidade de Teresina (PI), no período de 25/11, 05 a 07 de dezembro de 2022. Sua realização almejou o aprofundamento, integração e divulgação das atividades realizadas no âmbito do Grupo de Pesquisa em História, Cultura e Gênero- GRUPEHCGE (CNPQ/UESPI) e dos Cursos de Licenciatura Plena em História, da UESPI, Teresina, *Campus* Poeta Torquato Neto, Campo-Maior, *Campus* Heróis do Jenipapo e Parnaíba, *Campus* Alexandre Alves de Oliveira. O objetivo do evento foi oportunizar aos participantes reflexões críticas e atualizadas relativas as potencialidades de diálogos entre Gênero e Direitos Humanos, seja no cotidiano seja nas pesquisas acadêmicas. No Brasil contemporâneo é necessário que se discuta a historicidade dos direitos humanos e a constituição pelo que se entende por direitos fundamentais, tema que precisa ser discutido não apenas nos meios acadêmicos, como também em diferentes espaços de sociabilidades. Neste Seminário discutimos o problema social da violência de gênero contra as mulheres e as pessoas LGBTQIAPN+, dando visibilidade a não efetividade dos direitos humanos a esses grupos vulneráveis, o que é um desafio para as sociedades democráticas, serem mais justas e igualitárias para todas, todes e todos.

**Palavras-chave:** Estudos de Gênero. Direitos Humanos. Transdisciplinaridade.



## APRESENTAÇÃO

A realização do **I Seminário Nacional de Gênero e Direitos Humanos: fundamentos, perspectivas e experiências contemporâneas** foi uma iniciativa de pesquisadoras, pesquisadores e discentes vinculados ao Grupo de Pesquisa em História, Cultura e Gênero-GRUPEHCGE (CNPQ/UESPI), reuniu pesquisadoras/es de diferentes Instituições de Ensino Superior, sendo que nesta edição tivemos, 589 inscritos de todas as regiões do Brasil. O evento de amplitude nacional ensejou ampliar o debate acadêmico acerca de pesquisas transdisciplinares sobre os estudos de Gênero vinculados aos Direitos Humanos.

Os direitos humanos são fundamentais na luta contra todas as formas de violências de gênero. Nesta edição, 2022, tivemos como temática principal de debate os fundamentos, as perspectivas e as experiências contemporâneas sobre as dificuldades para a efetivação dos direitos humanos das mulheres e das pessoas LGBTQIAPN+.

Os participantes do Seminário tiveram a oportunidade de compartilhar seus conhecimentos de maneira transdisciplinar, em 08 (oito) Simpósios Temáticos-STs, com participações de pesquisadoras/es de diferentes Instituições de Ensino Superior, como a UESPI, UFPI, IFPI, UFPR, UEPG, UEMG, UFBA, UFSM, UFES.

Durante o evento discutiram-se as categorias de Gênero e Direitos Humanos de maneira teórica e empírica em suas múltiplas manifestações e impactos, tanto na academia quanto na sociedade. Nesse sentido, o evento procurou desconstruir distorções e preconceitos quanto às respectivas áreas do conhecimento, Gênero e Direitos Humanos, aliadas às seguintes temáticas: feminismos plurais, historiografia, masculinidades plurais, ensino de História, subjetividades masculinas e femininas, violência política, estudos *queer*, assédio moral, perspectivas pós-coloniais sobre os estudos de gênero, literatura, direitos fundamentais e violência doméstica e familiar, assuntos debatidos de maneira transversal em suas dimensões históricas, filosóficas, legislativas, sociológicas e literárias.

A violência de gênero contra as mulheres é um problema social mundial, em todas as regiões brasileiras os jornais e telejornais diários nos evidenciam contemporaneamente essa triste realidade. As estatísticas, sejam no passado, sejam no presente são alarmantes, e servem para denunciar esse grave problema que afeta toda a sociedade brasileira. No plano internacional, desde a década de 1990, a Organização das Nações Unidas - ONU, se movimenta



quanto a essa violação de direitos fundamentais, notadamente, através da Conferência Mundial de Direitos Humanos, ocorrida em 1993, em Viena, na Áustria, ocasião em que a ONU não apenas repudiou, mas condenou veementemente todas as formas de violência contra as mulheres, colocando-a no mesmo rol de importância de outras violações extremas de direitos humanos, como o genocídio, o terrorismo e a limpeza étnica<sup>1</sup>. Nesta Conferência ficou reconhecido que a violência contra as mulheres significava uma violação dos direitos humanos.

O ano de 1993, foi um momento histórico, momento que foram reconhecidos os direitos humanos das mulheres, embora tardiamente, se compararmos com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que data de 10 de dezembro de 1948. E neste ano de 2023, serão comemorados os 30 anos da Conferência Mundial de Direitos Humanos, ocorrida em Viena, e este Anais do I Seminário Nacional de Gênero e Direitos Humanos: fundamentos, perspectivas e experiências contemporâneas já inicia o ano, comemorando essa efeméride. Em dezembro deste ano, o Grupo de Pesquisa em História, Cultura e Gênero- GRUPEHCGE completa uma década de atividades de pesquisas e extensões universitárias.

Na década de 1990, também, foi aprovada a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), ocorrida em 09 de junho de 1994, em Belém do Pará. Foi ratificada pelo Brasil, no ano seguinte, em 27 de novembro de 1995. O documento que foi aprovado e ficou conhecido como a Convenção de Belém do Pará, que definiu a violência de gênero como: “[...] qualquer ação ou conduta baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado”<sup>2</sup>. O mundo, notadamente, os países signatários da ONU, passaram a definir legalmente o que é violência de gênero contra as mulheres como “uma das formas de violações de direitos humanos mais recorrentes e abafadas, porque frequentemente praticada no recesso do lar e nos recintos de trabalho, e dissimuladas pelos costumes”<sup>3</sup>

Em sociedades democráticas o princípio da igualdade faz toda diferença. A carta magna de 1988 estabeleceu a igualdade como princípio basilar proibindo todas as distinções. Entretanto, sabemos que a igualdade constitucional não acabou com a discriminação entre

---

<sup>1</sup> COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio. Os direitos humanos e as questões de gênero. 2014. *História Revista*, Goiânia, v. 19, n. 3, 2014, pág. 33-57. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/32992/22740>. Acesso em 10 fev. de 2023.

<sup>2</sup> BRASIL. Legislação. *Convenção de Belém do Pará*. Decreto n.º 1.973, de 01 de ago. de 1994.

<sup>3</sup> ALVES, Lindgren. *Os direitos humanos como tema global*. São Paulo: Perspectiva, 1994, p.108



homens e mulheres, que é historicamente construída, sendo que a sua face mais terrível é a violência de gênero contra as mulheres, tratando-se de uma comprovação de desrespeito aos Direitos Humanos. A violência de gênero contra as meninas, as mulheres e as pessoas LGBTQIAPN+, mesmo em sociedades democráticas, como o Brasil, insiste em permanecer e seus índices são alarmantes, o que demonstra que os direitos humanos precisam ser convocados, lembrados e principalmente, efetivados, seja, para crianças, adolescentes, mulheres, pessoas LGBTQIAPN+, populações negras, populações indígenas, idosas/os, pessoas com deficiências, dentre muitas outras pessoas que cotidianamente passam por violações de suas garantias fundamentais.

Teresina, 11 de fevereiro de 2023.



## PROGRAMAÇÃO

Sexta-feira, 25 de novembro de 2022

|     |  |
|-----|--|
| 19h | <p><b>Conferência de abertura: Tema:</b> Gestos simbólicos do Feminicídio<br/><b>Palestrante:</b> Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eugenia Nogueira do Rêgo Monteiro Villa<br/>Delegada de Polícia Civil do Piauí. Doutora em Direito e Políticas Públicas. Superintendente de Gestão de Riscos da Secretaria de Segurança Pública do Piauí. Professora da Universidade Estadual do Piauí. Autora do Livro: <i>Circuito do feminicídio, o silêncio murado do assassinato de mulheres</i><br/><b>Mediação:</b> Profa Ma. Angela Maria Macêdo de Oliveira (UESPI)</p> |
|-----|--|

Segunda-feira, 05 de dezembro de 2022

|                |   |  |   |
|----------------|---|--|---|
| 09:00 às 11:30 | <b>Sessão de apresentação de trabalhos nos Simpósios Temáticos</b>  |  |   |
| 14:00 às 16:00 | <b>Mesa-redonda:<br/>Feminismos plurais</b>   |  |   |
|                | <b>Palestrante</b><br>Profa Ma. Leticia Carolina<br>Pereira do Nascimento<br>(UFPI)                       | <b>Palestrante</b><br>Prof <sup>a</sup> Ma Nalva Maria<br>Rodrigues de Sousa<br>(IFPI/UFRGS)   | <b>Mediadora</b><br>Profa Dra Joseanne<br>Zingleara Soares Marinho<br>(UESPI) |
| 19:00 às 21:00 | <b>Mesa-redonda:<br/>Os direitos humanos das mulheres: dos fundamentos às perspectivas contemporâneas</b> |  |   |
|                | <b>Palestrante</b><br>Prof Me. Carlos Wagner<br>Araújo Nery da Cruz (Juiz<br>do Trabalho/UESPI)           | <b>Palestrante</b><br>Prof <sup>a</sup> Dr <sup>a</sup> Verônica Acioly<br>de Vasconcelos (Titular da<br>2 <sup>a</sup> Defensoria Pública do<br>Núcleo de Defesa da<br>Mulher em Situação de<br>Violência em<br>Teresina/FSA) | <b>Mediadora</b><br>Profa Ma. Ângela Maria<br>Macêdo de Oliveira<br>(UESPI)   |

Terça-feira, 06 de dezembro de 2022

|                |  |                    |                  |
|----------------|--|--------------------|------------------|
| 09:30 às 11:30 | <b>Mesa-redonda: Gênero e Masculinidades plurais</b> |                    |                  |
|                | <b>Palestrante</b>                                   | <b>Palestrante</b> | <b>Mediadora</b> |



# I SEMINÁRIO NACIONAL DE GÊNERO E DIREITOS HUMANOS

FUNDAMENTOS, PERSPECTIVAS E EXPERIÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS



|                   |   |  |   |
|-------------------|---|--|---|
|                   | Prof. Dr. Pedro Vilarinho<br>Castelo Branco (UFPI)  | Prof. Dr. Fernando<br>Bagiotto Botton (UESPI)                        | Profª Dra Mara Ligia<br>Fernandes Costa<br>(UESPI)                      |
| 14:00 às<br>16:00 | <b>Mesa-redonda: Violências de gênero contra as mulheres no sertão piauiense</b><br><br><b>Palestrante</b><br>Profª Ma. Valderlany<br>Mendes Dantas (UESPI) | <b>Palestrante</b><br>Prof Dr. Evandro Alberto<br>de Sousa (UESPI)   | <b>Mediadora</b><br>Profª Ângela Maria<br>Macêdo de Oliveira<br>(UESPI) |
| 19:00 às<br>21:00 | <b>Mesa-redonda:<br/>Masculinidades, Subjetividades e Violências</b><br><br><b>Palestrante</b><br>Profª Dra Kety Carla de<br>March (UNESPAR)                | <b>Palestrante</b><br>Prof Dr. Jonas Henrique<br>de Oliveira (UESPI) | <b>Mediador</b><br>Prof Dr. Fernando Bagiotto<br>Botton<br>(UESPI)      |

Quarta-feira, 07 de dezembro de 2022

|                   |   |   |  |
|-------------------|---|---|--|
| 09:00 às<br>11:30 | <b>Sessão de apresentação de trabalhos nos Simpósios Temáticos</b>  |   |  |
| 16:00 às<br>18:00 | <b>Mesa-redonda:<br/>Corpos dissidentes: (des)orientações sobre o que chamamos de luta diária por direitos</b><br><br><b>Palestrante</b><br>Ayra Cristina Sousa Dias<br>(acadêmica de Jornalismo<br>e Serviço Social)   | <b>Palestrante</b><br>Noé Rodrigues de<br>Holanda Filho<br>(Coordenador do Geleia<br>Total) | <b>Mediação</b><br>Prof Dr Ruan Nunes Silva<br>(UESPI) |
| 19h               | <b>Conferência de Encerramento<br/>Violência política contra mulheres nas instituições de poder.</b><br><br><b>Palestrante:</b> Profª Dra Maria Beatriz Nader<br>Doutora em História pela Universidade de São Paulo. Pós-doutora em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense. Professora Titular da Universidade Federal do Espírito Santo, vinculada ao Mestrado e Doutorado em História Social. Autora e organizadora de diversos livros, por exemplo, “História e Gênero: faces da violência contra as mulheres no novo milênio” e “História, mulher e poder”.<br><b>Mediação:</b> Profª Angela Maria Macêdo de Oliveira (UESPI) |   |  |



SIMPÓSIO TEMÁTICO 1  
**A MULHER NA ANTIGUIDADE**

Profa. Msc. Gizeli da Conceição Lima  
Prof. Dr. José Petrúcio de Farias Junior

# SIMPÓSIO TEMÁTICO 01

## A MULHER NA ANTIGUIDADE

Profa. Msc. Gizeli da Conceição Lima – Doutoranda em História do Brasil - UFPI  
Prof. Dr. José Petrúcio de Farias Junior – Professor do CSHNB/UFPI e do PPGHB/UFPI

As discussões historiográficas de gênero, fomentadas a partir de demandas contemporâneas, têm sido relevantes para uma mudança de foco nos estudos da Antiguidade nas últimas décadas. O Mundo Antigo, durante muito tempo, visto predominantemente sob a ótica masculina, ganhou novas leituras que destacaram movimentos de resistência e protagonismo feminino, sobretudo nos espaços de poder. O presente simpósio temático apresenta uma proposta de discussão sobre o olhar para o feminino na antiguidade a partir de pautas diversificadas e apropriações discursivas que ganham especificidades interpretativas em diferentes contextos. Trata-se de um simpósio que está aberto à participação de pesquisadoras e pesquisadores dedicados aos estudos da mulher nas sociedades antigas. Interessa-nos refletir sobre os diversos elementos, tais como: a atuação das mulheres na antiguidade dentro e fora do espaço privado; em produções literárias; nos símbolos; signos projetados como forma de fazer política; dos movimentos artísticos; das expressões amorosas; das identidades; e das memórias que fortalecem as resistências.





## A (DES)CONSTRUÇÃO DA FIGURA DA “BRUXA” PERANTE AS OBRAS MIDIÁTICAS *HOCUS POCUS* (1993) E *CONVENÇÃO DAS BRUXAS* (2020)

Juliane de Moura Gonçalves  
Prof. Dr. José Petrucio de Farias Júnior

### 1. Introdução

Desde o nascimento somos remetidos aos mecanismos do tempo presente em que nos encontramos, neste caso, em pleno século XXI vivemos uma era tecnológica onde a forma em que vivemos se torna prática e inteligível. Temos livros, filmes, músicas, mapas, formas de contato, pesquisa e expressão na palma de nossas mãos. Vivemos em uma modernidade onde cliques e conceitos formam-se em segundos. Porém, vivemos em uma constante historicidade perante a produção de discursos e sentidos na atualidade. Encontramo-nos com conceitos pré-definidos sobre temáticas vastas por algo que já vem enraizado em meio a nossas relações políticas, étnicas e sociais.

Aqui, então, trabalharemos duas representações cinematográficas que, direta ou indiretamente, abordam a construção de uma personagem histórica: a Bruxa. As obras aqui escolhidas, *Hocus Pocus* (1993) e *Convenção das Bruxas* (2020), abordam desde formas humorísticas, supersticiosas e macabras destas figuras que, historicamente, foram alvos de misoginia e comparações a luz da *imitatio de Mariae*, sendo condenadas por práticas que hoje são comuns em nossa sociedade, o que mostra-nos a influência do discurso midiático perante a história.

Com isso, para a análise de tais obras será utilizada como metodologia a obra, *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*, de Eni P. Orlandi, onde ancora-se o discurso como uma proposta de análise além da leitura tradicional onde se são perpetuados valores e discursos políticos e sim uma possibilidade para compreender as relações entre o simbólico, o ideológico e as relações de poder presentes na língua. Onde através de E. Orlandi distingue-se da análise proposta por Michel Pêcheux ao considerar o discurso também como uma abordagem na qual abre a possibilidade de trabalhar a política da língua que se materializa através do dispositivo analítico.

Somos capazes de apreender, de forma crítica, a ilusão que está na base do estatuto primitivo da literalidade: o fato de que ele é produto histórico, efeito de discurso que sofre as determinações dos modos de assujeitamento das



diferentes formas-sujeito na sua historicidade e em relação às diferentes formas de poder (ORLANDI, 2020, p.52)

Onde o mesmo, o discurso, visa criticar a evidência do sentido e o sujeito intencional no qual estaria por trás da origem dos parâmetros oferecidos pelos filmes, carregando consigo a historicidade e a representação de personagens históricos e, neste caso, a desconstrução de uma figura produzida em meio ao medievo, descontraindo-a de sua historicidade, porém, inserindo-a em meio a atualidade e assim, tornando-se uma possível ferramenta de ensino.

## **2. Do humor ao terror, as diferentes representações das bruxas nos filmes**

*Hocus Pocus*, ou *Abacadabra* como é conhecido popularmente no Brasil, é um filme de classificação indicativa livre e do gênero Comédia/Fantasia/Família lançado pela Disney em 1993, dirigido por Kenny Ortega. Ele retrata três bruxas bizarras originárias da cidade Salem, século XVII, que “acidentalmente” evocadas por um jovem recém-chegado a cidade que, por sua vez, em meio ao halloween e através de “lendas” contadas pela cidade decide acender a vela negra na casa assombrada onde elas residiam.

Ao decorrer do filme a noite é tratada com uma mistura de diversão e caos quando esse trio de bruxas de 300 anos de idade prepara-se para lançar um feitiço sobre a cidade e reaver sua juventude à custa das almas das crianças. Porém, em meio a seus objetivos elas em conjunto decidem enfrentar as adversidades do mundo moderno, onde pouco compreendem como tudo evoluiu, o que traz o humor da trama.

Figura 1: Recortes do filme “Hocus Pocus” (1993)



Fonte: Reprodução Disney+

Ao observar o cenário abordado pelo filme, torna-se possível perceber a forma em que a figura da bruxa ao invés de temida se torna retrograda, o que justamente traz o humor e a



forma descontraída na qual se tem no desenrolar do filme. Uma das cenas que nos chama atenção, e pode ser vista nas imagens abaixo, é a retratação da forca, forma de punição popularmente conhecida e originária da antiguidade para penalizar aqueles e aquelas culpadas por bruxaria e heresia.

Vê-se também ao longo da trama um livro de feitiços onde nele contém todos os “feitiços” maléficos que às tornam bruxas e sua relação com o diabo, onde em meio a sua busca deparam-se com um senhor com a tradicional fantasia vermelha com chifres e um tridente, em busca de uma representação trivial do que seria satã, porém, mesmo assim as três irmãs o reverenciam e constantemente o chamam de mestre, trazendo a analogia com a relação entre a bruxa e sua profunda conexão com satã e o profano.

Em contraponto ao humor abordado em *Abracadabra*, a refilmagem de 2020 do clássico *Convenção das Bruxas* 1990, de gênero Comédia/Fantasia/Terror, com classificação indicativa destinada a um público acima dos 10 anos e dirigido por Robert Zemeckis, acompanha desde sua abertura a trajetória de um garoto negro de sete anos que se depara com uma conferência de bruxas em um hotel.

O protagonista, já estando ciente da existência das mesmas e de suas atrocidades como, por exemplo: transformar crianças em animais como ratos e galinhas, descritos ao personagem por sua avó, como forma de alerta após o mesmo ter visto uma pessoa com as descrições que sua avó lhe relatou, ambos mudam-se para um hotel pelo medo dela de tais figuras nefastas estarem de volta em sua cidade.

Figura 2: Fotografias extraídas do filme “Convenção das Bruxas” (2020)



Porém, neste mesmo hotel no qual eles se encontram, trata-se de nada menos do que o coração da convenção anual de bruxas. Por curiosidade, o jovem garoto espiona a convenção e descobre a realidade de sua existência e aparência horrenda, sendo elas carecas e com feridas



causadas pelas perucas que usam para disfarce, mãos e pés com 2 a 3, como se pode ver nas imagens, representações de uma mistura de garras, dedos e uma aversão descomunal a crianças, devido ao seu cheiro, o que lhes leva a pauta principal da convenção: transformar todas as crianças do mundo em ratos, o que faz com que o objetivo deste garoto, após ser pego e transformado em rato por elas, a partir deste acontecimento busca impedir que tal ato se perpetue para outras crianças.

Nesta obra que visa trazer o terror para a criançada e uma visão majoritariamente construída da personagem, traz-nos a alusão da maldade e egoísmos descritos sobre essa representação do que é ser bruxa. Vai-se além da descrição tradicional de uma velha com chapéu preto pontudo, verrugas em seu nariz e fazendo feitiços em um caldeirão, aqui têm-se uma aparência estranha e tenebrosa, além de, dar continuidade a propagação de uma perspectiva maldosa e de intenções rudes das personagens.

Tais representações presentes no cotidiano atual mostram-se heterogêneas entre si, e que, mesmo que em pequenos detalhes, carregam em si a historicidade em seu discurso, além de, a vívida demonstração de que a personagem principal se apresenta no mundo midiático a partir de diversas versões e estereótipos, onde, de forma distinta, deixam através de seus discursos e representações a marca de uma história feminina carregada de poréns e que continua sendo encoberta por tais visões atuais. O que, justamente, torna essa construção fornecida pelas mídias uma importante ferramenta analítica para uma reconstrução histórica de um personagem real.

### **3. A construção de uma personagem histórica**

Adentrando-se então nas memórias relacionadas ao discurso trazido por ambos os filmes, deve-se então compreender, em que ponto da história as crenças em malefícios ou benefícios causados por satã ganham espaço e importância. Para tal, o historiador especializado em escolástica medieval Alain Boureau em sua obra *Satã Herético: O nascimento da demonologia na Europa medieval (1280-1330)* explana as circunstâncias em que, a partir do último terço do século XIII, e ocasionando os três séculos seguintes, principalmente no período em que inserem-se nossos autores-sujeitos em questão – século XV – a “virada demonológica” do Ocidente onde se permite notar a atuação da Igreja na caça às bruxas.



Por volta de 1320, **os demônios pareciam prontos a se fundir com os humanos**. As narrativas de possessão e de invocação tornavam-se críveis e significativas. Observamos aí uma mutação: o fim da confiança no acantonamento dos demônios. Três traços principais marcam essa mutação: em primeiro lugar, tinham-se descoberto, entre a população dos demônios, **modos de ação e de relação com os humanos que os dotavam de eficácia** – o pacto e o sacramento satânico, que reuniam as potências naturais dos demônios. O tema reconfortante da ilusão diabólica se perdia. O segundo traço confirmava essa extensão de atividade: **as vítimas e os cúmplices da obra má não eram mais as vetule, as pequenas velhas crédulas, mas o conjunto dos seres humanos em sua constituição frágil e na porosidade ao sobrenatural**. Enfim, fortes tendências escatológicas explicavam os sinais anunciados de certa liberação dos demônios neste mundo. A incerteza dos deciframentos era compensada por um processo de pesquisa e de repressão **que parecia aceito pela igreja**. (BOUREAU, 2016, p.229, Grifo Nosso)

Partindo-se de tal realidade na Europa Medieval, têm-se na Alemanha, nossos dois sujeitos nos quais produziram o *Malleus Malleficarum* como um produto tanto da experiência dominicana quanto da alemã de ambos, onde a obra, ao longo de sua leitura, mostra-se como um guia, destinado tanto às autoridades civis quanto as eclesiásticas que em sua estrutura oferece discussões prolongadas sobre a sua personagem: a Bruxa.

Apoiando seus argumentos nas afirmações da bula papal *Summis Desiderantis Affectibus*, encontram-se nela suas origens, hábitos e poderes nos quais possuem uma argumentação plenamente fundamentada em suas crenças e práticas tradicionais, deixando perceptível sua inerência com o componente teológico.

Nela, nossos sujeitos-autores abarcam uma figura de satã dicotômica, com poder que transcende além do controle eclesiástico, porém, sua presença era mínima. O que torna perceptível a disjunção presente em suas afirmações e faz-nos pensar que, então, o diabo necessitaria direcionar suas forças a terra para cumprir seus objetivos e com isso, nossa personagem, já perversa e tentada ao mundano desde sua descrição na bíblia com a figura de Eva, preencheria perfeitamente esta disjunção formulada.

Primeiro: por **filhos de Deus** entendam-se os filhos de Set e por **filhas dos homens**, as filhas de Caim. Segundo: os gigantes foram criados **não por algum ato incrível dos homens**, mas por certos Demônios que **não tiveram qualquer pudor com relação às mulheres**. (KRAMER; SPRENGER.2020, p. 88, Grifo Nosso)

Com isso, no *Malleus* a bruxa por ser suscetível ao mal torna-se o agente efetivo para tais poderes diabólicos, sendo descrita como uma espécie de demônio vivo que respiraste na



terra com relação aos outros que as cercam, e caso quem duvide de tais afirmações, logo, se é considerado um herege.

Eis a segunda parte de nossa investigação: se é heresia **sustentar obstinadamente que as bruxas existem**. Atente-se para a questão contrária: devem as criaturas que não acreditam na existência de bruxas ser consideradas hereges ou suspeitas de heresia? **Parece ser correta a primeira proposição** (KRAMER; SPRENGER, 2020, p. 65, Grifo Nosso)

Sendo esses os posicionamentos de dois sujeitos, produtos tanto da experiência dominicana quanto da alemã, formou-se um manual inquisitório que propunha a mudança sobre como a igreja deveria portar-se e configurar seus conceitos perante o mal. Tornou-se uma obra que não reteve-se apenas ao mundo germânico e sim, um fenômeno mundial sendo responsável pelo julgamento de incontáveis mulheres ao longo dos anos, como aborda Hans Peter Broedel em sua obra *The Malleus Maleficarum and the construction of witchcraft: Theology and popular belief*:

O *Malleus* era como um ponto de partida aceito para o discurso da feitiçaria, uma posição graficamente ilustrada pelas coleções de textos demonológicos que começaram a ser produzidas na década de 1580. Esses textos eram geralmente coleções de vários volumes de fontes extraídas de uma variedade de períodos, mas todos começaram com o *Malleus*. Assim, por gerações de estudiosos, as investigações sobre o problema da feitiçaria começaram literalmente com o famoso texto de Institoris e Sprenger, e apropriadamente também, já que a própria noção de “bruxaria” deve muito à imaginação fértil deles. (Broedel, 2003, p.08, Tradução Nossa)

E com tal sucesso de vendas, pelo fato de em meio a uma Europa dominada pela presença do medo, de uma civilização “fragilizada” e que tal medo voltado ao temor dos poderes de Satã voltou-se para a figura: a bruxa, a presença de um guia abrangente e “confiável” favoreceu ao público a compatibilidade presente entre um discurso sobre a bruxaria e a realidade da época. Mas, como já dito, o *Malleus* deixou marcar além de seu tempo e localização.

#### 4. Conclusão

Levando-se em consideração os discursos expostos e argumentados perante o assujeitamento de tais diferentes representações com a historicidade, como descrito por Eni Orlandi. Têm-se com isso ferramentas eficazes para atribuímos a aula de história, mediante da



habilidade (EF06HI18) na qual consiste em *Analisar o papel da religião cristã na cultura e nos modos de organização social no período medieval*, e em virtude das obras cinematográficas em sua retratação histórica. Têm-se as mesmas como fonte de uma metodologia perante o ensino de história medieval que visa desconstruir uma personagem histórica através das visões atuais, mediante ao ensino da historicidade por trás destas mesmas construções.

Seguindo este pensamento e levando em consideração tanto a classificação indicatória quanto a turma de ensino fundamental II, 6º Ano, na qual a análise seria destinada em aula, Marcos Napolitano, ao dividir as formas de abordagem pelas quais o docente pode apropriar-se da filmografia em aula, encaixa-se neste ponto a abordagem da temática envolta nas obras como uma fonte, descrita por ele da seguinte forma:

[...] um filme pode ser usado como fonte quando o professor direcionar a análise e o debate dos alunos para os problemas e as questões surgidas com base no argumento, no roteiro, nos personagens, nos valores morais e ideológicos que constituem a narrativa da obra. Neste caso, mesmo quando está articulado a um conteúdo curricular ou a um tema específico, **é o filme que vai delimitar a abordagem e levar a outras questões**. Este tipo de abordagem, partindo das **representações** do filme escolhido, também permite **o exercício de aprimoramento do olhar do aluno e o desenvolvimento do seu senso crítico em relação ao consumo de bens culturais**. (NAPOLITANO, 2003, p.28, Grifo Nosso)

Diante disso, e partindo-se das questões apresentadas, pode-se concluir que diante do sucesso da obra do *Malleus Malleficarum* na história e na formação da personagem da bruxa o conceito embora tenha se tornado popularmente conhecido ao redor do globo terrestre e, por conseguinte, sofrendo alterações e estereótipos pejorativos ao decorrer dos anos. Os filmes se mostram como uma construção refletida pela visão atual perante a figura aqui debatida, e podem ser utilizados em consonância com o *Malleus* para uma reflexão histórica sobre a construção, e como anteriormente mencionado, a desconstrução de um sujeito inserido na história do tempo presente, sem levar em consideração sua historicidade real. Fazendo assim, uma relação entre os dois discursos que proporcione aos discentes um olhar crítico sobre o consumo cinematográfico atual e sua relação com a história.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOUREAU, Alain. **Satã Herético**: O nascimento da demonologia na Europa medieval (1260-1350). Tradução: Igor Salomão Teixeira; revisão técnica: Neri de Barros Almeida. Campinas: Editora Unicamp, 2016.



BROEDEL, Hans Peter. **The Malleus Maleficarum and the construction of witchcraft: Theology and popular belief.** Manchester University Press, 2003.

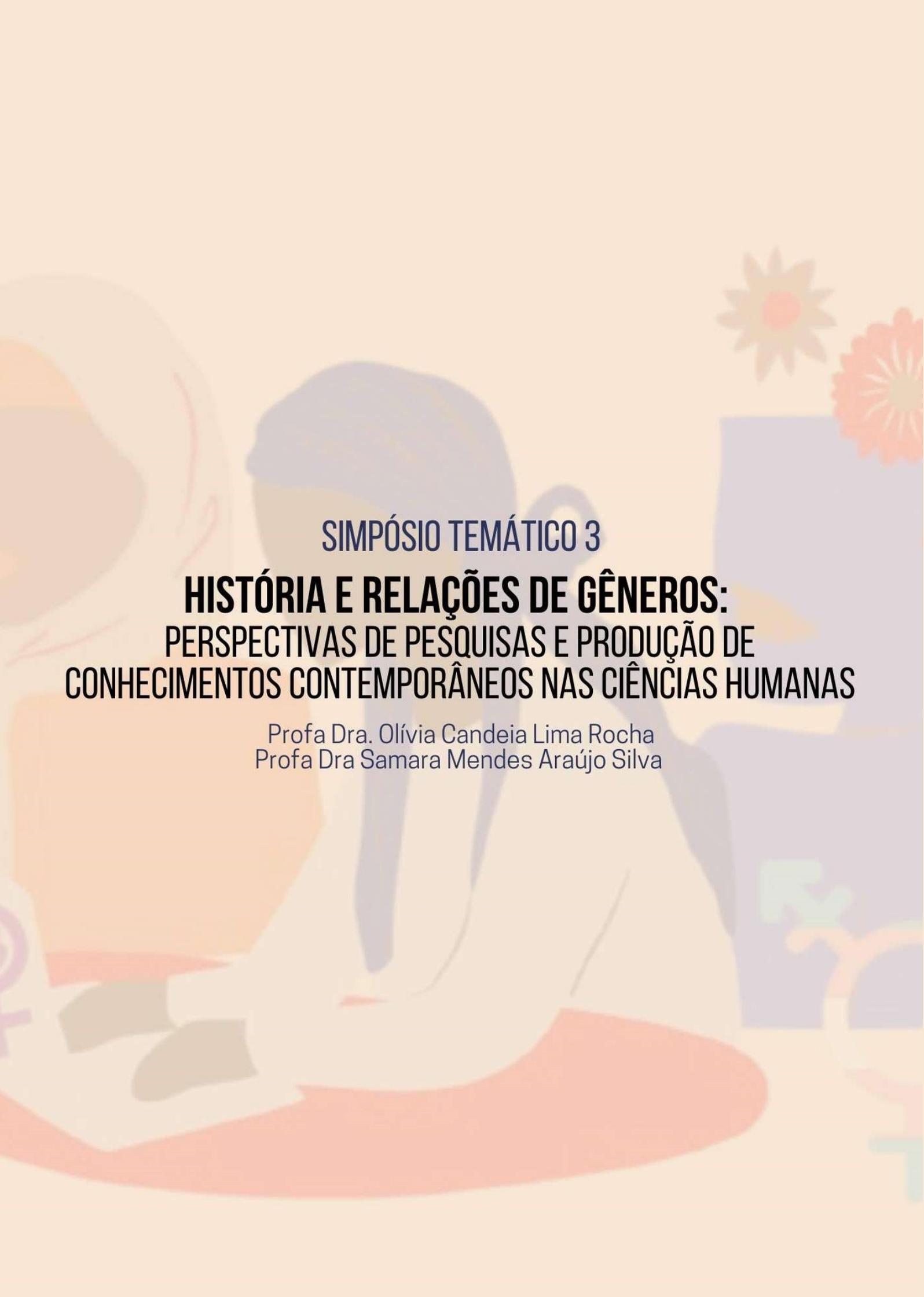
**Convenção das Bruxas.** Direção de Robert Zemeckis. Estados Unidos da América: Warner Bros. Pictures, 2020. 1 DVD (105 min.).

**Hocus Pocus.** Direção de Kenny Ortega. Estados Unidos da América: Walt Disney Pictures, 1993. 1 DVD (96 min.).

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2003.

KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **O martelo das feitiçeras.** Editora Record, 2020.

ORLANDI, Eni P. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos.** 13. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020.

The background features a soft, pastel-toned illustration. On the left, a woman with blonde hair is shown in profile, wearing a white top and a red skirt. On the right, a man with dark hair is shown in profile, wearing a blue shirt and a blue skirt. The scene is decorated with stylized flowers in shades of orange, red, and purple. In the bottom right corner, there are faint, light-colored symbols: a purple female symbol (♀) and a green male symbol (♂).

SIMPÓSIO TEMÁTICO 3

**HISTÓRIA E RELAÇÕES DE GÊNEROS:  
PERSPECTIVAS DE PESQUISAS E PRODUÇÃO DE  
CONHECIMENTOS CONTEMPORÂNEOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS**

Profa Dra. Olívia Candeia Lima Rocha  
Profa Dra Samara Mendes Araújo Silva

## SIMPÓSIO TEMÁTICO 03

### HISTÓRIA E RELAÇÕES DE GÊNEROS: PERSPECTIVAS DE PESQUISAS E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS CONTEMPORÂNEOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS

Profa. Dra. Olívia Candeia Lima Rocha (UFPI)

Profa. Dra. Samara Mendes Araújo Silva (UFPR)

A proposta desse Simpósio Temático é congregiar estudos que contemplem discussões de gênero, onde esteja presente as relações de uma construção social e cultural que atravessa os mais variados âmbitos da vida social, perpassando, a corpo, os papéis e lugares sociais atribuídos aos indivíduos, que, enquanto sujeitos históricos, se envolvem com as questões relacionadas à sexualidade e à inserção em espaços públicos (re)definindo a representatividade e o protagonismo na sociedade contemporânea. As novas problematizações, metodologias e fontes de pesquisa resultaram em uma renovação dos mais diversos campos de pesquisa, com destaque para a História. Dentre as novas abordagens e produções de conhecimentos, destacam-se os estudos relacionados à História dos Gêneros, História das Mulheres, História das Masculinidades, História das Relações Sexuais, etc. Verifica-se também o questionamento da divisão sexual do trabalho e dos espaços e atividades considerados femininos e masculinos na família e na sociedade. Nesse sentido, os lugares sociais atribuídos ao masculino, ao feminino, as (con)figurações de masculinidade e feminino também são compreendidos como elaborações culturais. Enfatiza-se ainda, que o processo de transformações sociais e culturais na sociedade tem implicações na elaboração de subjetividades, tendo em vista que os indivíduos são portadores de desejos e aspirações, e que são capazes de exercer um papel ativo na produção de si mesmos e da imagem que desejam transmitir aos outros. Esse processo de subjetivação realiza-se também através da rejeição à modelos heteronormativos ou calcados na assimetria de relações entre homens e mulheres. Portanto, trata-se também de identificar as diferentes formas pelas quais realiza-se a produção de novas configurações de gênero a partir de iniciativas individuais e de ações coletivas, a partir dos estudos de uma variedade de fontes textuais, sonoras e imagéticas.





**“ABSOLVIÇÃO CONVENIENTE”:** A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES  
SOBREPUJADA EM PROL DAS RELAÇÕES FAMILIARES (PARANAGUÁ, 1970)

Layla Chaenny Da Silveira Policarpo  
Kety Carla De March

## 1. Introdução

Versam os presentes autos sobre uma briga entre marido e mulher, ocorrida há quase três anos, oportunidade em que a mulher teria recebido alguns leves ferimentos. A briga teria sido motivada pela tensa situação em que vivia aquele casal, quando réu estava desempregado e, em consequência, bastante nervoso, pois não possuía condições de dar de comer a sua família... No mais, consta do processo que o casal [ilegível], está vivendo bem atualmente, o réu está empregado e a vítima grávida do terceiro filho, tornando - se conveniente a absolvição.. (fl. 35, grifo nosso).

O trecho acima faz parte dos autos do processo analisado neste artigo e diz respeito à argumentação final do Juiz ao absolver Paulo, acusado de agressão contra sua companheira Maria. Assim como este conflito conjugal foi legitimado em prol da família, outros também o foram. Vidas como as de Paulo e Maria, só viraram fonte para a compreensão da violência de gênero em virtude do encontro com o poder. Este, segundo Foucault (2003), possui um duplo caráter: os vigiou, os perseguiu e os julgou, mas também viabilizou que as declarações destes indivíduos chegassem até nós, mesmo que em circunstâncias de excepcionalidade.

A violência contra mulheres constitui-se como uma grave violação dos direitos humanos e liberdades fundamentais a ser enfrentada na contemporaneidade. Tal violência tem impacto no direito à vida plena das mulheres e também na sociedade em geral, pois configura-se num processo marcado por desigualdades que organizam seu funcionamento.

O entendimento contemporâneo sobre essa violência que observamos nas legislações advindas de tratados internacionais, nem sempre reflete todo o pensamento social, não é a-histórico ou afastado do tempo presente. Essa violência é resistente ao tempo e recebe novas roupagens à medida em que passa a ser encarada como um problema social. O que era entendido como ação disciplinar cotidiana, perde o aspecto “educativo” ou “correcional”, para ser nomeado “violência” e, como tal, receber regramento e punição por parte do Estado.

Se o presente revela resistências à eliminação da violência de gênero, é estratégico voltamos ao passado para compreendermos os mecanismos de funcionamento desse fenômeno



social. Assim, neste artigo analisamos a violência de gênero a partir de um processo de lesão corporal contra mulher, que foi cometido por companheiro amoroso, e que diz respeito a Paranaguá - PR da década de 1970. Escolhemos a violência cometida por companheiro porque essa está permeada por relações de poder que atravessam as relações conjugais e cuja violência tendia a ser socialmente mais aceita, justificada ou mesmo silenciada. Tal processo também foi selecionado por exemplificar discursos recorrentes nessas peças processuais e permitir compreendermos aspectos relativos a violência de gênero no recorte em questão, bem como modelos normativos quanto aos papéis de gênero.

Processos-crime, lidos como fonte histórica levando em consideração o tempo em que foram produzidos e a legislação que os fundamentou, ajudam a entender de forma mais ampla a sociedade em questão, mesmo que sejam, em essência, retratos, fábulas de uma excepcionalidade. Eles, ao procurarem produzir uma verdade jurídica a partir de embates que produzem no jogo discursivo, permitem o acesso às normas sociais impostas e compartilhadas pelos grupos sociais que esses sujeitos representam.

A partir de Foucault (1996; 2013), Corrêa (1983) e Grinberg (2009) fazemos uma análise qualitativa dos discursos presentes na fonte. Para Foucault o discurso, para além do seu caráter linguístico, é antes de tudo uma dimensão de produção da realidade a partir da prática discursiva que necessita ser atualizada e reproduzida para incitar sua permanência. Assim, os discursos, para além de seus aspectos linguísticos, são “jogos estratégicos, de ação e reação, de pergunta e de resposta, de dominação e de esquiva, como também de luta” (FOUCAULT, 2013, p. 19). Embora a linguagem jurídica seja marcada por especificidades, considerada excludente e um obstáculo ao acesso à Justiça para sujeitos que não compartilham dos mesmos códigos linguísticos, sendo então direcionada para um grupo específico, ela está permeada por determinados princípios, uma vez que estes estão impregnados nos discursos do Promotor de Justiça, Advogado e Juiz e nas declarações da agredida, acusado e testemunhas. É a partir dessa percepção que chegamos aos resultados discutidos ao longo desse texto.

A partir de Corrêa (1983) e Grinberg (2009) tomamos os devidos cuidados para trabalhar com a fonte. Segundo Grinberg (2009, p. 128), para trabalhar esse tipo de fonte é fundamental saber trabalhar com as versões e identificar “as narrativas que se repetem, as histórias nas quais as pessoas acreditam e àquelas nas quais não se acredita”. É através da repetição de um determinado argumento que chegamos à normatividade e neste caso aqueles que dizem respeito a violência de gênero na sociedade estudada.



Os discursos dos processos não nos chegam em estado puro. Embora seja possível alcançar resquícios da vida desses sujeitos, suas narrativas são manuseadas por “manipuladores técnicos”. Segundo Corrêa (1983), podem tornar a realidade manipulável, já que as declarações dos sujeitos comuns são transcritas pelo escrivão que as encaixa nos padrões jurídicos a fim de tornarem os envolvidos interlocutores no espaço da Justiça. Essa mesma ação também silencia sobre os direcionamentos dados aos depoimentos, fazendo parecer crer ao leitor desatento que o que foi dito o foi por livre escolha do sujeito que deseja livremente produzir uma narrativa de acontecimentos que produzisse sentido para o ocorrido. Além disso, Foucault (1996) nos indica como em toda sociedade a produção do discurso sofre controles internos e externos a fim de esquivar a materialidade do discurso.

## **2. Violência de gênero no Brasil: mudanças e permanências entre a justiça e o comportamento social.**

A violência de gênero na história do Brasil por séculos se configurou como questão de natureza privada sem merecer intervenção do Estado, lembrado por “em briga de marido e mulher não se mete a colher”. Lade e Nager (2020) fizeram um percurso na legislação brasileira para nos mostrar como as assimetrias nas relações de gênero (que garantiam posição superior aos homens), e a violência na conjugabilidade estavam impressas em lei. Por longo período o papel do Estado foi de uma política tolerante face à violência contra as mulheres. Nas *Ordenações Filipinas* o marido possuía autorização legal para execução da esposa adúltera. A honra masculina dependia do comportamento daquela que estava sob sua tutela: filha ou esposa. Assim, condutas inaceitáveis poderiam sofrer violência e esta ser legitimada pela “defesa da honra”. A legitimação da violência em prol da família e da manutenção da ordem social fez com que se arraigasse na sociedade um sentimento de tolerância e justificativas amparadas na conduta dessas mulheres, naturalizando assim a violência. Nas legislações criminais republicanas o direito à violência por questões de honra deixou de estar impresso, mas não abandonou as práticas sociais ou mesmo as jurisprudências que acabavam por manter a legitimidade desses atos. Vamos ver a seguir como essa legitimação sofreu permanências e rupturas face às mudanças advindas com a “Década da Mulher”.

A década de 1970 é marcada por um processo de industrialização e avanços tecnológicos que mudaram a experiência de sustento da classe trabalhadora. É um período



marcado por movimentos sociais de luta e resistência em virtude da ditadura militar. Também houve transformações sociais, como a difusão da pílula anticoncepcional que garantiu maiores direitos à sexualidade feminina, domínio e controle sobre seus corpos, permitindo maior possibilidade de planejamento familiar. Também, a instituição da Lei do Divórcio no Brasil em 1977 assegurou o rompimento da sociedade conjugal garantindo que o fim do casamento não mais restringisse direitos civis das mulheres, eliminando as obrigações da mulher junto ao ex-marido e ainda preservando-lhe os direitos sobre os filhos, bem como os direitos a bens e a uma nova união (COELHO, 2017). Era um tempo fruto do movimento “American way of life” repleto de discursos de modernidade nos cuidados com a casa, o acesso feminino ao mercado de trabalho e as cenas de cinema que apresentavam ao Brasil uma nova forma de experienciar as relações sociais e conjugais.

Dito isso, os discursos presentes que analisamos mais adiante, nos mostrarão tentativas de manutenção da instituição casamento e do modelo familiar ainda entendido como correto diante das novidades que se apresentavam e desestabilizavam o lugar até então cimentado para homens e mulheres. Essa fluidez que se apresentava nos costumes, tornava os modelos normativos vulneráveis, seja no que diz respeito ao casamento, seja no que concerne à própria percepção do que é ser homem ou mulher. Essas novidades foram vivenciadas em Paranaguá? Podemos considerar que grande parte delas o foi e as fontes nos permitem observar. Se houve nesse momento uma desestabilização dessas instituições, a reação foi de tentativa de reorganização e essa, muitas vezes, ocorrida por vias violentas. Por outro lado, a década de 1970 nos mostrará também o início de um novo perfil face a esta tolerância social e jurídica que mencionamos com relação aos casos de violência contra as mulheres, perfil esse que é reflexo especialmente das lutas de movimentos sociais como o feminismo.

O assassinado de Ângela Diniz pelo companheiro Doca Street em 1976 trouxe a temática da violência de gênero para as capas de jornais e para a centralidade do debate dos movimentos feministas. Doca foi absolvido no seu primeiro julgamento sob a tese da legítima defesa da honra, ele disse: “matei por amor”. Nisso, os movimentos feministas protestaram manifestando que “quem ama não mata” e o SOS mulher levantou 722 crimes contra a mulher por questões de ciúmes que haviam ficado até então impunes. Essa mobilização feminista resultou num segundo julgamento. Neste, Doca teve a sentença mais longa já proferida em um tribunal de Júri, 15 anos, considerado um marco na história da luta das mulheres. Esse caso marca o início da problematização dos “crimes da honra” no Brasil (ELUF, 2014).



A violência de gênero observada no processo criminal selecionado para esse debate foi classificada como lesão corporal, classificada pelo Art. 129 do Código Penal de 1940, produzida pela Justiça de Paranaguá e armazenada na Primeira Vara Criminal da Comarca. A escolha pela análise de lesão corporal permite observar a tipologia mais recorrente em se tratando de denúncias de violência de gênero tanto na atualidade como no recorte estudado, e também porque permite acessar a fala da agredida, ainda que mediada pelos atores da Justiça.

Para análise focamos no depoimento da agredida, testemunhas, acusado e também nas declarações do Promotor de Justiça, Advogado, Juiz para entendermos o embate discursivo que visa a condenação ou absolvição do acusado. O conflito que foi experienciado por essas pessoas comuns e que é apresentado a partir da fonte, nos permitiu analisar como a sociedade estudada lidava com casos de violência de gênero. Essas argumentações também nos permitem estudarmos feminilidades e masculinidades, uma vez que as narrativas estão repletas de valores e modelos normativos estimados pela sociedade estudada.

### **3. Dos discursos de mudança às ações cotidianas de permanência: sociedade, Justiça e o apagamento da violência**

Quando discutimos violência de gênero, devemos ter em mente que há outros elementos que circundam essa relação de poder e que dizem respeito à posição social e étnica/racial ocupada pelos envolvidos nomeado interseccionalidade. Essa forma de violência incide sobre mulheres de diferentes estratos sociais, mas a documentação criminal dela gerada permite acesso a mulheres pobres, já que esses sujeitos poderiam passar pela história sem nela deixar vestígios se não tivessem sido agredidas e essa agressão se tornado pública pelo processo criminal. Para Soihet (2018) os processos criminais são materiais privilegiados para alçar as mulheres pobres como sujeitos da história.

O termo violência de gênero corresponde a uma violência específica. Gênero pode ser entendido primeiramente como fenômeno que organiza a sociedade a partir de distinções e assimetrias produzidas artificialmente vinculadas ao sexo biológico dos sujeitos. Mas gênero também nomeia uma categoria de análise que, para Joan Scott (1995), destaca o caráter social e cultural das distinções baseadas no sexo, rejeitando justificativas biológicas para a definição de papéis sexuais. Essa categoria de análise realça que mulheres e homens devem ser compreendidos e estudados em termos recíprocos e não separados; e que as relações entre



homens e mulheres são assimétricas, hierárquicas e marcadas por sistemas de poder. Além disso, compreende a multiplicidade do ser homem ou mulher, retirando dos termos a essencialidade que artificialmente propõe a existência de dois grupos homogêneos e opostos, observando as intersecções entre gênero, raça e classe.

Nos debruçamos também no entendimento sobre a composição familiar cuja violência se justificava pela busca de sua reorganização nos discursos de defesa e mesmo nas sentenças proferidas pelo Estado. Atualmente, embora com algumas ressalvas, há o reconhecimento de diferentes modelos de família, mas nem sempre foi assim. Segundo Scott (2020), no Brasil a instituição familiar por muito tempo se constituiu com base nos valores patriarcais em que todo o círculo familiar estava sujeito ao poder do *Pater Familias*. Já no período da chamada *Belle Époque* brasileira, um novo modelo de família começou a ser preconizado por ser considerado mais civilizado. A escolha do cônjuge, o amor conjugal e a privacidade ganham neste contexto maior relevância e foram rapidamente reconhecidos pelo Estado e Igreja bem como recomendável pelos médicos e higienistas sob o argumento da instauração da dita família conjugal moderna (sendo prioridade das classes dominantes). Nisto, exigiu-se a instauração do funcionamento de uma “nova mulher”. Esta devia ser esposa amorosa e fiel, mãe dedicada, responsável pelo cuidado, educação e formação moral de seus filhos.

Desse modo, havia o reforço da realização feminina vinculada apenas ao reino dos seus lares. Além de caracterizarem o ápice da vida de uma mulher, casamento e maternidade conferiam às mulheres uma posição de prestígio na sociedade (SCOTT, 2020). Isto nos leva à discussão sobre o estereótipo das solteironas, mas que apenas fazemos menção para lembrarmos que para mulheres serem consideradas virtuosas e honestas, deveriam sempre estar vinculadas a um homem seja pela proteção do pai ou do marido. Mulheres solteiras, desquitadas, ou divorciadas, eram tidas como fracassadas, pois falharam na importante tarefa de constituir família, se desviaram de seu destino natural, o que pode explicar a permanência de mulheres em relações abusivas, como observamos na análise da documentação criminal.

Contudo, esses valores não adquirem a mesma importância na vida de todas as famílias brasileiras. Nas classes populares, a moral familiar podia ser bem diferente (SCOTT, 2020). Apesar disso, vemos modelos de feminilidade advindos de outras esferas sociais constituírem e influenciarem a construção subjetiva de muitas mulheres pobres que por consequência alteram de modo geral a relação dessas mulheres com a família por se constituir como modelo ideal e



norma mesmo que as condições socioeconômicas sejam outras. Como exemplo disso, temos os discursos de Maria tanto na delegacia quanto no da audiência.

No dia 07/06/1979, Maria mulher branca, brasileira, com vinte anos, estado civil solteira, do lar e alfabetizada, afirmou em queixa ao delegado, que Paulo, (homem branco, brasileiro, com trinta e dois anos, estado civil solteiro, motorista e alfabetizado), seu marido e pai de suas duas filhas, há tempos a agredia sem motivo justificável e quando ingeria bebida alcoólica as agressões aumentavam. A expressão “sem motivo justificável” utilizada por Maria para explicar que não havia razões para que ela estivesse em situação de violência demonstra que havia uma violência aceitável quando houvesse motivos que a justificasse. Maria, reconhecida como agente histórico passível de ser produtora e reprodutora da cultura dominante, demonstra o entendimento social de que homens teriam direito à violência contra as mulheres quando houvesse motivos para isso, mas quais seriam motivos fortes o suficiente para que uma determinada sociedade desconsiderasse o caráter violento da ação empreendida em prol de uma correção socialmente entendida como de relevante valor para esse grupo?

Segundo Foucault (2013), desde a introdução do inquérito na prática judiciária, a pesquisa da verdade tomou centralidade e as testemunhas passaram a ser peça fundamental nessa busca. Sob efeito de juramento, esses sujeitos sociais prometem dizer a verdade para demonstrar seu compromisso com a justiça. Neste caso, a testemunha Claudete corroborou com a declaração de Maria na delegacia, quando ainda não estava sob juramento. O tipo de intervenção da depoente não é neutro. Por conhecer e se relacionar com a agredida, ela busca autenticar a produção da verdade de Maria. Claudete também nos permite adentrar outra faceta da violência sofrida por Maria pois, Paulo além de maltratar Maria com surras, dirigia a ela ofensas. Sabemos que a violência moral e psicológica compõe a unidade da violência de gênero, muitas vezes ficando à sombra da violência física. Ou seja, a relação de Maria e Paulo, conforme narrativa produzida pela testemunha, era marcada por violência física como por agressões verbais. Se de fato essa era a experiência vivenciada por Maria, não temos pretensão de provar, mas o discursivo produzido por Claudete nos dá indícios do entendimento social sobre as normatividades produzidas sobre uma relação conjugal. Todavia, veremos como esse jogo pode tomar nova forma a partir do momento que as regras mudam no julgamento, passados três anos do ocorrido e agora diante da Justiça em seu “ato final”.

Voltando ao depoimento de Maria prestado na delegacia, vemos na narrativa que a manutenção da união possuía dois motivos: Maria tinha filhas com Paulo e dependia



financeiramente deste. Estudos demonstram quais são os fatores de risco para a violência de gênero. Não significa que a violência decorre desses fatores de risco, mas que estes potencializam e impedem o rompimento na relação. Neste caso, as filhas tidas com o agressor (o vínculo que isso representa) e a dependência financeira que se traduz como valor de sustento básico da agredida e filhas representa fator de risco, além do consumo de bebidas alcoólicas pelo acusado. Mas como veremos, isso é muito mais complexo do que parece.

Para Zanello (2018), dois dispositivos são centrais para a constituição subjetiva das mulheres: o amoroso e o materno. Não trataremos do primeiro, pela dificuldade de mensuração sobre o amor como fator que impedia o fim da relação, pois Maria enfatiza em depoimento outros motivos, talvez porque naquele momento o amor não fosse entendido como prerrogativa para a preservação da união pois, com filhos, possuíam outros deveres diante da sociedade, como a manutenção do laço familiar. A dificuldade do rompimento da relação é um dos pontos de desempoderamento para as mulheres que estão submersas neste dispositivo amoroso, mas, no caso de Maria, o que observamos a partir da narrativa produzida por ela é que o dispositivo materno é mais acionado e adquire centralidade.

Ainda segundo Zanello (2018), a maternidade contemporânea é resultado de construções sociais desenvolvidas a partir do século XVIII. Com o fortalecimento do capitalismo, houve distinção acentuada entre espaço público e privado, exilando a mulher neste último sob o pretexto da capacidade de procriação. Ocorreu então a naturalização do sentimento materno, constituindo importante papel na construção subjetiva de mulheres, ou seja, as mulheres só poderiam encontrar o ápice da felicidade quando fossem mães. Quanto às mulheres que buscaram outras formas de realização pessoal, principalmente com o advento dos métodos de contracepção, não eram consideradas “mulheres de verdade” pela sociedade.

Assim, no decorrer do século XX, temos a consolidação da ideia de que era função natural da mulher a procriação, além da maternidade ser associada ao amor incondicional. O século XX promoveu cada vez mais a imagem da mãe ideal: protetora, relacionada à Santa Maria e exclusivamente responsável pelo cuidado com os filhos. E para isso era fundamental que as esposas dedicassem tempo exclusivo ao bem-estar de seu lar e para o cuidado dos filhos, sendo incompatível a ocupação com o espaço público. Contudo, a realidade das mulheres das classes populares podia se mostrar diferente com relação a livre circulação no espaço público, em virtude de necessidades financeiras. Elas exerciam atividades subalternas, mas mesmo assim acreditavam ser apenas sua a responsabilidade com as tarefas domésticas (SOIHET,



2018). Isto é, as mulheres pobres experienciavam dupla jornada: eram responsáveis pelos cuidados do ambiente doméstico e também pela colaboração no sustento da casa, isso quando não eram as únicas responsáveis pela manutenção da casa de modo geral.

Mas no caso de Maria, observamos a manifestação da norma: Paulo era o único provedor do lar enquanto Maria se dedicava exclusivamente ao cuidado dos filhos. Essa posição de Maria a colocava em consonância ao modelo normativo vigente para as mulheres, mesmo as das classes trabalhadoras que, ao romperem com esse modelo para auxiliarem ou proverem o lar, acabavam por serem malvistas por ocuparem o espaço público, o que traria riscos à manutenção da família e possível justificados de violência. Maria, embora exercesse os afazeres domésticos, não era uma típica mulher trabalhadora da classe popular, pois não contribuía com o sustento da casa. Isso se deve principalmente por se tratar de uma mulher branca, mas também por estarmos falando de um contexto em que a prioridade no mercado de trabalho era masculina, especialmente por ser região cujos cargos empregatícios eram vinculados majoritariamente a atividade portuária, por excelência considerada masculina.

Maria expõe o quanto esse modelo de feminilidade relacionado à maternidade procedia nas camadas populares. O acionamento do dispositivo materno aparece no discurso da agredida ao priorizar o bem-estar e a sobrevivência de seus filhos. Maria produziu uma narrativa justificadora da manutenção do relacionamento em virtude do amor dedicado às filhas “que precisam de sua presença e carinho, a tudo vinha aguentando” (fl. 7). Ela se apresenta como duplamente vítima: primeiro por ser agredida fisicamente pelo companheiro e, segundo, por essa violência a impedir de exercer plenamente a função materna, uma vez que ações em busca do cessar dos atos violentos ameaçava a sua presença na vida das filhas.

Maria afirmou que há tempos era agredida, ou seja, a abertura do inquérito não foi um caso isolado, ela sofria um fenômeno cíclico/recorrente de violência, não episódico. Segundo Walker, as fases que compõem o ciclo envolvem três estágios: 1) Construção da Tensão, 2) Tensão Máxima e 3) Lua de Mel ou Reconciliação. De modo geral, os inquéritos são realizados no segundo estágio, depois de passar pelos conflitos verbais da primeira fase, é aqui que a violência física se materializa. Geralmente, os depoimentos das agredidas mudam na audiência em juízo por conta da fase lua de mel, quando acontece o resgate da relação por parte do parceiro, prometendo à companheira a mudança em que ela tanto deposita esperança.

Essa violência, sendo recorrente, pode se tornar um ciclo vicioso e ser naturalizada, se tornando tão presente na relação que a agredida experimenta um tipo de síndrome do desamparo



aprendido. Entretanto, este não é o caso de Maria que, após episódios de violência, saiu de casa com os filhos, abrigou-se com uma amiga e prestou queixa à polícia.

Um dos motivos pelos quais as mulheres retornam ao parceiro violento ou não o denunciam, é a dependência financeira, como também é o caso de Maria, exemplificado pelo argumento desta na audiência, justificando o comportamento do companheiro:

[...] o réu estava desempregado e bastante nervoso, pois não queria deixar faltar nada em casa; que no dia em questão, acabaram discutindo e trocando alguns socos; que continua vivendo bem em companhia do réu, o qual presta toda a assistência; que, a informante está grávida do terceiro filho” (fl. 29).

Há nessa narrativa uma série de elementos a serem problematizados: primeiro o tempo transcorrido até sua ocorrência, depois os termos utilizados por Maria como desempregado, nervoso, discussão, troca de socos, continuar vivendo bem com o réu, a assistência do réu e a gravidez. Já havia passado dois anos desde o ocorrido. Maria traz um depoimento muito diferente daquele prestado na delegacia, quando ainda estava aquecida pelo “calor do momento” e se sentia violada pelo amásio. Neste sentido, a agredida atribui a violência que sofreu a condições vivenciadas pela instabilidade financeira, ou melhor, pela virilidade laborativa (ZANELLO, 2018) que Paulo estava impedido de assumir. Mas segundo a análise de Soihet (1989) as mulheres não apanhavam caladas, pois tinham formas particulares de reagir às agressões sofridas, como agredir em revide. Nisso, muitas agredidas às vezes interferiram, mesmo que inconscientemente, no julgamento do processo, por suscitar a incerteza de quem começou a agressão. No caso de Maria o juiz não utilizou a violência mútua como principal argumentação para absolvição do acusado, mas faz menção nas argumentações: “a vítima informa simplesmente que houve uma ligeira troca de socos” (fl. 35), indicando que a agredida não era simplesmente vítima da dominação e violência do marido. Maria foi entendida como possuidora de protagonismo nas cenas (GREGORI, 1993).

Para pensarmos sobre esses elementos se faz importante falarmos sobre Paulo, sobre discurso de feminilidades e sobre masculinidades. Os modelos ideais de feminilidade eram construídos e defendidos no interior dos autos quando o contexto exigisse com o objetivo de legitimar o discurso. Mesmo que esse modelo não se constituísse em experiência de norma rígida no cotidiano e vivência das classes populares, era usado quando do contato desses indivíduos com o poder, em busca de uma produção da verdade socialmente aceitável. A exemplo disto, Paulo recorre a produção de um comportamento desviante atribuído a Maria.



No interrogatório Paulo admitiu o crime, mas afirmou que as agressões ocorreram porque Maria o chamou de “corno manso”, “boi safado” e “veado”. Ele teria se ofendido porque tais xingamentos colocavam em xeque sua masculinidade. Não sabemos se Maria proferiu tais xingamentos, mas a escolha por apresentá-los como justificadores da violência nos diz muito sobre as normatividades que imperavam sobre as masculinidades vivenciadas pela classe trabalhadora. Zanello; Pedrosa (2016) afirmam que xingar é utilizar palavras que possuem poder, tem a intenção de ferir a integridade como forma de controle. Neste caso, os xingamentos estão relacionados a valores de gênero. Segundo elas, geralmente os xingamentos direcionados aos homens estão associados ao caráter sexual passivo, como por exemplo, chamá-lo de “veado”, que atinge diretamente a virilidade, sendo este valor pilar na construção identitária de um verdadeiro homem em nossa cultura. Ou melhor, atinge diretamente a “masculinidade hegemônica” Connell (1997), norma que ocupava um lugar de destaque nos modelos de masculinidades disponíveis para homens daquela época e mantinha hierarquias sociais vistas como inflexíveis. Ainda, segundo as pesquisadoras, xingar o companheiro com base nos valores de gênero significa um tipo de exercício de poder por essas mulheres. Ao ser nomeado de “corno manso”, abria-se espaço de dúvida com relação ao domínio de Paulo sobre Maria pois ele poderia não ser o único objeto de desejo de sua mulher ou mesmo o único a possuir propriedade sobre o corpo de Maria, ou seja, esse homem se colocaria numa posição complexa de disputa da posse sobre o corpo que considerava possuir.

Outro elemento preponderante nas possíveis ofensas é o uso do termo “veado”. Essa instrumentalização de um micropoder nas mãos de Maria novamente atingiria a masculinidade de Paulo ao aproximá-lo do que a masculinidade deveria sempre negar: o outro, feminino ou feminilizado. Segundo Albuquerque Jr (2010), uma das maneiras de sabermos que um homem é macho de verdade é observando seu corpo e seu comportamento. Corpo este que não deve portar nenhum traço feminino, nenhuma delicadeza. Deve ser rústico e transparecer força e potência e em suas ações, manifestar agressividade e domínio, logo nenhuma aproximação a modelos desviantes da normatividade heterossexual. Nesse processo de “ser macho de verdade”, centenas de mulheres são vitimadas todos os anos.

Ainda, Paulo disse que quando chegava em casa, depois do trabalho, Maria não estava ou não tinha realizado os afazeres domésticos, pois passava o dia fora de casa. Soihet (2018) nos lembra sobre a divisão das esferas sociais que foram vivenciadas no século passado: às mulheres destinava-se o espaço privado e aos homens o espaço público. Albuquerque Jr (2010,



p. 27) ao falar deste último espaço, salienta que “o corpo masculino sempre foi pensado como um instrumento da política. Seja como cidadão, seja como soldado, o corpo masculino esteve a serviço de todas as formas de governo dos homens”. Ainda, a declaração de Paulo corresponde a ideia de que a honra masculina dependia das mulheres: o espaço público estaria permeado por oportunidades que as levariam a manchar a honra familiar.

Já na audiência, a feminilidade de Maria foi explorada pelo acusado como estratégia de defesa. Ao desqualificá-la em suas funções consideradas “naturais”, reforçava seu direito legítimo de corrigi-la, buscando desclassificar ações violentas as enquadrando nos moldes normativos da masculinidade aceita socialmente. Maria foi descrita como péssima esposa e frequentando o espaço público, logo, a ação do acusado era legítima a partir dessa perspectiva que articulava a verdade jurídica de modo a fazer parecer que o acusado era a verdadeira vítima de uma mulher desregrada. Por um lado, Maria produzia uma narrativa que desnaturalizava a violência sofrida a atribuindo a uma condição excepcional vivenciada pelo casal, por outro Paulo não buscou refrear a violência a partir de um arrependimento, mas sim naturalizá-la a partir do comportamento da agredida, embora essa naturalização seja desnecessária em virtude do acusado na sequência negar tê-la cometido. Ambos contribuem em sua narrativa para a absolvição do acusado, mas Maria aponta para a continuidade dessa relação pela manutenção do lar provido pelo marido e novamente pela existência de filhos. Paulo, por outro lado, constrói um discurso de menosprezo pela companheira que não se modifica com o retorno do relacionamento após a violência. Maria continua a ser apontada por Paulo como desregrada. Há uma continuidade da violência agora sob outras roupagens.

No julgamento, ocorrido quase três anos depois da ocorrência, a palavra do promotor orientou-se pela nova verdade que estava sendo construída sobre o delito, como comentamos anteriormente, as regras haviam mudado: a vítima estava grávida do terceiro filho “uma condenação criminal viria fatalmente [ilegível] à boa convivência do casal. Por razões de política criminal, optamos pela absolvição do réu” (fl. 34). O Promotor dá notoriedade à manutenção da relação, que ocupa lugar privilegiado nas decisões finais deste processo. Quanto ao advogado: assinalou em defesa do réu o simples perdão da vítima, e nada mais argumentou. O Juiz, como exposto no início do artigo, absolveu Paulo, pois em que poderá a justiça interferir numa infração em que para além do perdão da vítima há a reconciliação matrimonial e a chegada de um novo membro, tão importante em tempos incertos?



A justiça, braço do Estado, buscou com essa sentença ignorar a violência sofrida e suas possíveis implicações em prol da manutenção da família. Para o Juiz era plausível que um homem fosse agressivo ao se ver desempregado, pois romperia com sua principal função: o provimento do lar. Esse era um argumento suficientemente forte para legitimar o crime. Azevedo (1985), ao analisar denúncias de violência doméstica registradas em distritos policiais em São Paulo em 1981, conclui que estas ensinam dez lições sobre o fenômeno da violência. Destacamos aqui a 3ª lição que explica que a violência por companheiros tem sido ocultada, a partir de duas orientações principais: a *individualista* e a *ambientalista*.

A primeira consiste em culpar a mulher ou utilizar atenuantes para inocentar o agressor, como, por exemplo, afirmar que ele “estava bêbado”. Embora o Juiz não tivesse mencionado a preocupação da embriaguez associada à violência que o acusado perpetrou contra a companheira, foi a própria Maria que fez associação no interrogatório da polícia: “às vezes Paulo ingere bebida alcoólica, ele fica bem pior e as surras acontecem mais frequentemente” (fl.06). Vejamos, Maria não atribui ao álcool a causa da violência que sofria, mas a descreve como potencializadora da violência. De acordo com Schmidt (2010), o álcool surge como algo que intensifica a agressividade e facilita a emergência da violência, resultando na fase de tensão máxima de Walker, mas também tem efeito sobre o autocontrole sobre os comportamentos, tornando os homens embriagados menos propensos a tolerância diante de reclamações, insultos e provocações por parte das parceiras por exemplo.

A segunda, responsabiliza a família e as condições deteriorantes da qualidade de vida, como o desemprego e a insegurança econômica. Há um exemplo de orientação *ambientalista* feito na sala de audiência no caso de Maria. No julgamento, o juiz atribuiu a violência que o réu praticou, à privação de emprego, pois “a briga teria sido motivada pela tensa situação em que vivia aquele casal, quando réu estava desempregado” (fl. 35), nos mostrando que o vínculo empregatício era uma das práticas que definiam a masculinidade como gênero. A maneira como o Juiz finaliza o processo chega bem próximo de uma idealização das relações familiares. Segue-se um final feliz para o casal: ele conseguiu emprego e tiveram mais um filho. Mais uma relação violenta foi legitimada em prol da manutenção da família.

Paulo, primeiro teria confessado o delito, mas na audiência negou a acusação afirmando que Maria, ao se jogar contra a parede, acabou se machucando, ou seja, ela mesma teria causado as lesões descritas no seu laudo de exame de lesões corporais. Maria era péssima esposa e também mentirosa, já que havia denunciado o marido por algo que ele não havia cometido.



Novamente a violência adquire novas roupagens, mas não abandona o discurso. Além disso, a situação atual do casal era diferente, os dois estavam vivendo bem, Paulo estava empregado e Maria grávida. Em seguida a esse último argumento, o Juiz decidiu que isso tornou “conveniente a absolvição, mesmo como medida de boa política criminal” (fl. 35). O desfecho se deu mediante a improcedência da denúncia, absolvendo assim o réu.

O processo foi julgado quase três anos depois de seu início, e não foi exceção, outros também levaram anos para serem, o que evidencia o descaso da Justiça com os crimes de lesões corporais contra mulheres. Muitos são os motivos que resultaram na demora de julgamentos desses crimes, um desses é a moral social vigente, ideias concebidas e enraizadas de que violência doméstica é um assunto privado, mera briga entre marido e mulher, que não mereceria interferência do Estado se comparado a outros crimes considerados de maior relevância para o país como os índices de roubo e homicídio. Além disso, um homem agressor da companheira não era considerado um perigo à sociedade, logo, seu crime (que por muitos nem mesmo merecia ser reconhecido como tal) poderia esperar para ter um desfecho.

#### **4. Considerações finais**

A partir das narrativas presentes nos autos, entendemos um pouco sobre as acepções a respeito dos papéis sociais que mulheres e homens deveriam ocupar. As mulheres caberiam o papel de dona de casa, mãe zelosa e esposa ideal. Para os homens, os valores constitutivos da honra como marido e pai recaem sobre a atividade laborativa. Mas essa honra depende da companheira e também da oportunidade de se exercer o papel de provedor.

Quanto ao fenômeno da violência de gênero, observamos a naturalização do delito. Porém, na década estudada não existia uma lei que protegesse mulheres vitimadas por homens e nem Varas Criminais especializadas. Como vimos, o caso de Maria ocorreu em pleno processo de ampliação da visibilidade sobre essa forma de violência, decorrentes dos assassinatos de mulheres das classes altas. Assim, já na década de 1980, surgiram pelo país diversas organizações de apoio às mulheres em situação de violência, como o SOS-Mulher. Somente nas últimas duas décadas tivemos consideráveis avanços no aparato jurídico e social que fossem sensíveis à violência de gênero, como a Lei nº 11.340 de 2006 (Lei Maria da Penha), que traz a criminalização específica da violência contra as mulheres e a Lei nº 13.104 de 2015, trazendo mudança significativa no Código Penal Brasileiro instituindo o feminicídio como circunstância



qualificadora do crime de homicídio. Mesmo diante de avanços jurídicos, os altos índices de casos de violência permanecem sendo uma objeção à igualdade de gênero.

Quando estudamos processos, como o analisado aqui, que contém provas materiais, o depoimento da vítima e testemunhas que afirmam a violência e até mesmo a confessa autoria do crime dada pelo acusado, e seu desfecho se dá favorável a este, encontramos a conivência do Estado diante deste tipo de violência. A violência sofrida por Maria foi considerada inferior pelo Estado que, na figura da Justiça, não priorizou a proteção física e moral dessa mulher que foi mantida sob a tutela do agressor até que o caso fosse supostamente solucionado naturalmente, com a estabilização financeira da família e a gravidez da agredida. Infelizmente, esse tipo de violência e justificativas amparadas em valores morais e religiosos que valorizam a família a qualquer custo, permanecem atuais. Por isso trabalhos que ajudem a compreender em que raízes esse fenômeno se ancora, é de extrema importância para pensarmos em políticas públicas e podermos compreender como ela assume novas roupagens.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Maria M. **Mulheres espancadas: a violência denunciada**. São Paulo, Cortez, 1985.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. Máquina de fazer machos: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças. In: MACHADO, C. J. dos S.; SANTIAGO, I. M. F. L.; NUNES, M. L. da S. orgs. **Gênero e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares**. Campina Grande: eduepb, 2010. p. 21-33.

CORRÊA, Mariza. **Morte em família**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

CONNEL, R. W.. La organización social de la masculinidad. In: VALDES, Teresa; OLAVARRÍA, José (orgs). **Masculinidad/es: poder y crisis**, Cap. 2, ISIS-FLACSO: Ediciones de las Mujeres, 1997. n° 24, pp. 31-48.

COELHO, Renata. **Direitos da mulher na contemporaneidade das relações de trabalho**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Católica de Brasília. Brasília, p. 203. 2017.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p.203-222.

\_\_\_\_\_. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2013.



GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e Queixas**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

GRINBERG, Keila. A História nos porões dos arquivos judiciais. In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

PEDROSA, M; ZANELLO, V. Xingamentos e violência psicológica: análise psicodinâmica dos papéis sociais de gênero em relações violentas. In: TAVARES, Silvana B.; STRABILE, Patricia T. B.; CARVALHO, Maria M. (Org.). **Direitos humanos das mulheres: múltiplos olhares**. 1 ed. Goiás: Cegraf, 2016, v. 1, p. 136-152.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Revista **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul.-dez. 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em: 10/2021.

SOIHET, Rachel. **Condição Feminina e Formas de Violência**. Rio de Janeiro, Forense, 1989.

SCHMIDT, Bruno B. L. **Ciclos de Violência e Alcoolismo na Conjugalidade**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade de Brasília. Brasília, p. 108. 2010.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres no Brasil urbano. In: PRIORI, Del Mary; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **História das mulheres no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2018.

SCOTT, Ana. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (orgs.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2020.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos**. Appris; 2018.



**A MULHER E A SOCIEDADE, IRMÃS BASTARDAS? ANÁLISE CRÍTICA SOBRE O FEMININO NA OBRA “PERTO DO CORAÇÃO SELVAGEM” E O CONTO “A LEGIÃO ESTRAGEIRA”, DE CLARICE LISPECTOR (2019)**

Francisca Cibele da Silva Gomes

## **1. Introdução**

A escritora Clarice Lispector mostrou-se inquieta e sensível nas suas abordagens literárias, fazendo-se uso do cotidiano no desenvolvimento de reflexões sobre o indivíduo e a sociedade mesclando-se entre o imaginário do mundo real e os ditames que infringiam sua construção de si mesma. Nesse contexto, o objeto de estudo debruçou-se sobre as questões femininas expressas e desenvolvidas a partir das problematizações presentes no romance *Perto do Coração Selvagem* e no conto *A Legião Estrangeira*, onde as personagens fazem uso de reflexões sobre o seu mundo interior e o exterior comungando com diversos problemas que tornam suas vidas monótonas.

A partir da questão norteadora em saber como o feminino foi abordado nas produções narrativas supracitadas? Tendo como objetivo geral: analisar as expressões íntimas e indagativas sobre a vida das mulheres protagonistas em suas relações com a realidade. E como objetivos específicos: descrever as percepções mundanas e interiores das protagonistas e esmiuçar a relação entre a ficção e os olhares femininos sobre a realidade palpável.

A metodologia baseou-se na pesquisa qualitativa nas produções literárias supracitadas considerando uma análise bibliográfica em teóricos como Gotlib (2019), Amparo (2013), Ziberman (2012) entre outros que corroboram para no entendimento da literatura feminina em questão enfatizou os aspectos cotidianos e intrínsecos a construção das mulheres personagens, de modo que elaborou um movimento emancipatório pluralista na compreensão do mundo e de si mesmo na construção de uma teia de indagações e pensamentos críticos e autônomos.

Resultando ainda em compreender que a literatura ficcional corrobora com a apreensão do mundo onde o público feminino aspira para si a sua própria construção da sociedade e buscam reaver o protagonismo ativo, questionador e intransigente acerca das suas dúvidas, medos, receios e aspirações dentro da sua realidade. Através da expressão crítica de sua



consciência sobretudo intercalada com a expressividade do seu feminino libertário em detrimento da correspondência com os anseios expelidos pela sociedade em que vivem.

## **2. Mulher, sociedade e literatura: a composição literária do ser feminino nas obras claricianas**

A autora Clarice Lispector, segundo De Nicola (2003) representou uma tendência intimista na literatura brasileira. O seu principal eixo seria o questionamento do ser, o estar no mundo, o ser humano, que resultou no chamando romance introspectivo. Ao explorar os limites dos significados, metáforas e aliterações, isto é, preocupando com aquilo que não está escrito nas palavras, mas nas entrelinhas. Preocupando-se sobretudo com o consciente e o inconsciente aprofundando-se em angústias reflexivas acerca da sociedade.

Esse jogo de saída propõe na percepção das produções literárias claricianas abordada o distanciamento da imposição submissa no qual foi destinada as mulheres por ações sociais que as colocam em posições secundárias ou totalmente a margem da estrutura social. Portanto, conforme Pesavento (2008) e Ziberman (2012) percebe-se que a formação literária não foge das influências de seu tempo ao implicar seus personagens de reflexões e indagações próprias do seu contexto social e dos problemas que os afligem.

No início de sua carreira como literata, conforme Moser (2016) a autora deparou com a desconstrução do que seria a sua figura enquanto escritora, pois os momentos de ausência e o distanciamento do Brasil, fizeram surgir em uma sociedade fragilmente marcada pela supervalorização masculina, sua associação a figura de um homem ou ainda a sua inexistência enquanto pessoa. A autora adquiriu no auge de suas primeiras publicações na década de 1940 relativa fama, mesmo em um mundo ainda marcado pelo realismo ficcional de autores como: Graciliano Ramos (1892-1953), Jorge Amado (1912-2001), entre outros, trazendo para a literatura nacional ares de profunda psiquismo no qual seus personagens femininos, em sua maioria, estavam mergulhados. Nessa perspectiva pode inferir que:

Mas não basta à ficcionista simplesmente contar uma história nos termos do chamado ‘romance de formação’, em que o narrador acompanha a personagem por períodos de sua vida (nesse romance em questão, da infância à maturidade). No fio de tal sequência há o tecido de um vaivém de linhas que se enredam para traduzir o que está nos bastidores de tal desenho narrativo. A menina Joana não é simplesmente uma menina órfã de mãe, que vive com o



pai, e depois com a tia, e num internato. A adolescente Joana não é simplesmente a mocinha que não se dá bem com as pessoas que a rodeiam e que se deslumbra com a própria descoberta da feminilidade. A mulher Joana não é apenas uma esposa nos moldes patriarcais, que poderia se conformar com o esquema da rotina, sem espantos nem inquietações. Nem é também a amante que de detém no afeto, contentando-se com momentos temporários de júbilo. O leitor percorrerá tais caminhos, mas descobrindo, a cada passo da sua própria leitura, horizontes outros que habitam esse estranho e indevassável universo que emerge, a cada página, das profundezas de um ser processo de busca. Das profundezas. De profundis, para usar expressão bíblica reiterada em capítulos do livro. (GOTLIB, 2019, p.203).

No romance *Perto do Coração Selvagem*, a personagem Joana representou não somente o papel da jovem deliberada despeça na sociedade, solitária e atormentada pela sua solidão. Mas também apresentou, apesar dessa situação, conforme Silva (2020, p.16) ressalta que: “imersos nessas estruturas, os indivíduos internalizam a dominação e passam a ser considerados culpados pela sua situação de dominação, contribuindo para que ela se agrave e perpetue, gerando um círculo vicioso [...]”. A culpa pelo abandono dos seus companheiros mais próximos a fez pensar no mundo com um certo descrédito e distanciamento ao preferir suas vivências interiores.

Pode-se perceber três questões, a primeira seria o isolamento advindo do não pertencimento à sociedade, no qual impõem rapidamente que o indivíduo rebelde seja submetido à padronização social; a segunda assertiva foi a entrega ao casamento como uma necessidade definida a todas as mulheres como sendo a melhor opção, o cumprimento dos costumes e a consolidação de um padrão ideário no meio social e a terceira percepção comunga com a ideia de exclusão, quando não corresponde às representações femininas relacionadas à submissão, à domesticação e ao silenciamento.

Na obra clariciana de iniciação na composição romancista, a autora faz uso da sua própria inferência pessoal enquanto mulher em uma sociedade profundamente marcada pelo sexismo, mas também apega-se desde o princípio a utilizar seus personagens sobretudo o público feminino para ressignificar a percepção de igualdade de gênero, mas especialmente denunciar e criticar implicitamente ou explicitamente suas percepções acerca de cada indivíduo na sociedade sobretudo quando deparada com a submissão, ignorância e opressão.

### **3. Reclusão, Solidão e liberdade: o mundo interior e o ser literário na obra *Perto do Coração Selvagem* e *A Legião Estrangeira*, de Clarice Lispector (2019, 2020)**



A realização literária clariceana, correspondeu ao desenvolvimento no campo ficcional das narrativas de cunho reflexivo filosófico e crítico social. Apegando-se a ressignificações sociais nas entrelinhas e no jogo simbólico marcado na narrativa. A narrativa é bastante complexa representado na figura de Joana, uma jovem que ora expressa suas particularidades identitárias, ora expõem e compadece dos padrões definidos socialmente. Como está em busca de si mesma, não se entende bem os seus anseios, não se conhece, está incompleta, mas percebe que a completude que foi imposta a ela também não corresponde as suas necessidades internas.

Nessa conjuntura, para Amparo (2013) os questionamentos realizados pelas autorias femininas nas ficções incorporam novos imperativos difundidos pelos movimentos sociais feministas que enfatizam a possibilidade de as mulheres tomarem suas próprias decisões incluindo adentrar no mundo da literatura. Contextualmente incorporam modelos defendidos por elas mesmas em contradição com os padrões sexistas existem na sociedade por exemplo ao discutirem os papéis dirigidos aos homens e mulheres, a submissão feminina, a sexualidade, a liberdade dos comportamentos para além dos espaços privados. Para tanto, “as palavras é que seriam, então, a legião estrangeira, que usamos para nos traduzir uns aos outros, e uns como outros. Como legião estrangeira, as palavras nos invadem e nos protegem ou de nós” (LIBRANDI, 2020, p.123).

A literatura tornou-se espaço de resistência para firmar sua emancipação intelectual a partir da ressignificação das normas estabelecidas e rompimentos com as regras sociais ao “[...] faz parte de um espaço formativo, que concorre para a definição de representações a respeito de si e dos outros, as disputas ao redor dos livros se mostram como disputas pelas maneiras corretas de se conceber a formação das mulheres” (AMPARO, 2013, p.73-74). Essa percepção da vida cotidiana pode ser evidenciada nas falas da Mãe, uma personagem do conto *A legião estrangeira*:

Eu disse que sim, em sobressalto. Eu era a enviada junto àquela coisa que não compreendia a minha única linguagem: eu estava amando sem ser amada. A missão era falível, e os olhos de quatro meninos aguardavam com a intransigência da esperança o meu primeiro gesto de amor eficaz. Recuei um pouco, sorrindo toda solitária, olhei para minha família, queria que eles sorrissem. Um homem e quatro meninos me fitavam, incrédulos e confiantes. Eu era a mulher da casa, o celeiro. Por que a impassibilidade dos cinco, não entendi. Quantas vezes teria eu falhado para que, na minha hora de timidez, eles me olhassem. Tentei isolar-me do desafio dos cinco homens para também eu esperar de mim e lembrar-me de como é o amor. Abri a boca, ia dizer-lhes a verdade: não sei como. (LISPECTOR, 2020, p.104).



Nessa descrição psicológica, a personagem faz uso das suas limitações cotidiano, assim como as frustrações que afligem sua mentalidade para ressaltar que o casamento não soou o melhor caminho em busca da concretização do amor platônico. Na verdade, a monotonia diária e as obrigações como esposa e mãe levaram-na ao estágio de frustração para com sua vida e sua existência pessoal. A construção família impôs comportamento e responsabilidade que ainda não eram imagináveis o seu peso no seu desenvolvimento e na sua realização enquanto ser feliz. Ela era a “mulher da casa”, o “celeiro”, alguém que geria o funcionamento do âmbito doméstico, da educação dos filhos, dos cuidados com a casa, mas para consigo mesmo transparecia uma felicidade superficial e por vezes fingida. Para a mesma, “[...] porque estou sozinha na noite de outra pessoa, porque este silêncio é muito grande para mim, porque tenho duas mãos para sacrificar a melhor delas e porque não tenho escolha” (LISPECTOR, 2020, p.104).

No entanto, a literatura contista clariciana revela também em suas entrelinhas o caráter racial imbricado na concepção de gênero. Nesse caso, evidencia-se na própria concepção da autora no que tange a abordagem da descrição fenotípica e também no próprio comportamento expelido em torna de uma família negra que eram vizinhos da personagem Mãe, na cena a seguir:

Mais tarde lembrei-me de como a vizinha, mãe de Ofélia, era tringueira como uma hindu. Tinha olheiras arroxeadas que a embelezavam muito e davam-lhe um ar fatigado no banco da praça, enquanto as crianças brincavam, ela me disse como aquela sua cabeça obstinada de quem olha para o deserto: Sempre quis tirar um curso de enfeitar bolos’. Lembrei-me de que o marido – tringueiro também, como se tivessem escolhido pela segura da cor – queria subir na vida através de seu ramo de negócios: gerência de hotéis ou dono mesmo, nunca entendi bem. O que lhe dava uma dura polidez. Quando éramos forçados no elevador a contato mais prolongado, ele aceitava a troca de palavras num tom de arrogância que trazia de lutas maiores. Até chegarmos ao décimo andar, a humildade a que sua frieza me forçara já o amansara um pouco; talvez chegasse em casa mais bem servido. Quanto à mãe de Ofélia, ela temia que à força de morarmos no mesmo andar houvesse intimidade e, sem saber que também eu me resguardava, evitava-me. (LISPECTOR, 2020, p.105).

A descrição da personagem ressalta o nome “tringueira” que seria fenótipo negro, no entanto carregado de um caráter depreciativo. Nessa mesma conjuntura pode ser ressaltado que a família delinea a uma divisão entre os gêneros, isto é, a mulher e mãe cuida dos filhos e do



ambiente doméstico, enquanto o homem, o pai, exerce seu papel mais ativo no âmbito público, no trabalho fora do lar. Sua rispidez no elevador também chama a atenção para seu comportamento pautado na masculinidade exacerbada e no caso na sua esposa o medo pelo contato mais íntimo como pessoas que não faziam parte de seu círculo social a deixam arredia. A postura da Mãe “[...] recuava para eles passarem, dava-lhes a vez – os três tringueiros e bem-vestidos passavam como se fossem à missa, aquela família que vivia sob o signo de um orgulho ou de um martírio oculto, arroxeados como flores da Paixão. Família antiga, aquela” (LISPECTOR, 2020, p.106).

Embora, o conto *A legião estrangeira*, de Clarice Lispector (2020) exalte essa quebra de expectativa que alimentava o distanciamento entre ambas as famílias através da menina Ofélia. Segundo a personagem Mãe, a menina:

Ofélia, ela dava-me conselhos. Tinha opinião formada a respeito de tudo. Tudo o que eu fazia era um pouco errado, na sua opinião. Dizia ‘na minha opinião’ em tom ressentido, como se eu lhe devesse ter pedido conselhos e, já que não pedia, ela dava. Com seus oito anos ativos e bem vividos, dizia que na sua opinião eu não criava bem os meninos; pois meninos quando se dá a mão querem subir na cabeça. Banana não se mistura com leite. Mata. Mas é claro a senhora faz o que quiser; cada um sabe de si. Não era mais hora de estar de robe; sua mãe mudava de roupa logo que saía da cama, mas cada um termina levando a vida que quer. Se eu explicava que era porque ainda não tomara banho, Ofélia ficava quieta, olhando paciência, acrescentava que não era hora ainda não ter tomado banho. Nunca era minha a última palavra. Que última palavra poderia eu dar quando ela me dizia: empada de legumes. ‘Mas eu lhe avisei’, ouvi-a como se ela estivesse presente. Com seus cachos e babados, com sua delicadeza firme, era uma visitação na sala ainda desarrumada. O que valia é que dizia muita tolice também, o que, no meu desalento, me fazia sorrir desesperada. (LISPECTOR, 2020, p.107).

A menina Ofélia despertava na personagem Mãe certa curiosidade e inquietação advindas de uma jovem tão astuta e curiosa. Fazia reflexões sobre tudo e todos, essa atitude provocavam inquietação e até desgosto por parte da vizinha, mas também retiravam-na da monotonia diária. Onde dividia as tarefas em escrever um livro e cuidar da família. Nesse passatempo cotidiano, as visitas da criança acalentavam seus ânimos com mais perguntas e pensamentos pontuais para perspectivas que antes de serem pensadas pela mesma, não significavam algo ou geravam indagações para diálogos. Resignificado a percepção de subalternidade feminina no contexto do cotidiano doméstico em que a figura da Mãe encontrava-se, isto é, acuada e camuflada em suas atividades quase invisíveis a maioria das pessoas.



Nessa conjuntura, a menina Ofélia oferecia mais do que simplesmente amizade, pois seria uma provocação a autorreflexão da personagem Mãe. Sobretudo, com o advento do pinto, um ser singular e diferente, comprado em uma feira, mas que representou o ponto mais severo de indagação e questionamento do mundo a ser percorrido na narrativa. Para a adulta, “uma astúcia passou-lhe então pelo rosto – se eu não estivesse ali, por astúcia, ela roubaria qualquer coisa. Nos olhos a grande tendência à rapina. Olhou-me rápida, e era a inveja, você tem tudo, e a censura, porque não somos a mesma e eu terei um pinto, e a cobiça [...]” (LISPECTOR, 2020, p.111).

Percebe-se que a personagem Mãe concebeu o contato com a menina Ofélia como alguém ou algo que trouxe consigo vida para um corpo em decrepitude pela vida cotidiana. Pensar esse encontro como a oportunidade, embora sem consentimento de destrinchar os aspectos intrínsecos da alma e da subjetividade abafados e violentados pela imposição dos padrões da maternidade utópica e do casamento perfeito definidos pela sociedade. Sem dúvida, tratou-se de um escapismo ou até mesmo a fuga do aprisionamento que a monotonia causava na mulher, “[...] foi como se o texto desse um salto subido por sobre o abismo, ou pulasse no poço mais fundo das emoções mais recônditas” (LIBRANDI, 2020, p.121). E a descoberta da existência do pinto foi clímax de reflexões, no entanto evidenciou o isolamento no qual encontrava-se a infância da menina nas falas da Mãe.

A personagem demonstra em suas falas a inconsistência de seu ato que a prendiam em uma monotonia diária. Ela era cativa se sua própria existência e via na menina uma libertação desejada, embora distante e pouco alcançável. Clarice Lispector fez-se a si mesmo através do texto e da narrativa ao descobrir que tinha a possibilidade de ver a vida com outros olhos, embora diante do desconhecido tremesse as mãos e suasse frio, somente saberia o fim se iniciasse. O ano da publicação do conto *A legião estrangeira*, foi 1964, período que estava finalizando o divórcio, mas também o Brasil iniciava o mais truculento governo brasileiro, a Ditadura Civil Militar (1964-1985) que afunilou a liberdade de expressão e violentou a democracia nacional. Nesse misto de insegurança também refletiu na própria existência de Lispector e em suas obras como parte de si mesma. Segundo Librandi (2020, p.120):

Por que o título, *A legião estrangeira*? O termo remete a um destacamento militar formado por voluntários estrangeiros alistados como soldados mercenários para lutarem em caso de guerra. Não deixa de ser coincidente (ou pré-ciente) como o momento político ocorrendo ao mesmo tempo, nas ruas do país, em 1964. No entanto, como tudo o mais em Clarice, essa guerra toma a



forma de uma guerrilha interna a ocorrer no espaço íntimo de uma psique, quando os estrangeiros, inimigos ou defensores, somos nós mesmos em contato com os outros, dentro e fora de nós. A legião estrangeira seria esse turbilhão de emoções inconscientes expostas no livro. O nosso estranho íntimo. (LIBRANDI, 2020, p.120, grifos do autor).

O contexto político esfacelou a democracia brasileira, mas Lispector trouxe à tona essa conjuntura a partir de um mergulho nas águas profundas do inconsciente humano, nos devaneios, nas irrealidades, mas sempre fazendo uso da sua própria natureza humana investigativa, reflexiva e singular para repensar a mulher enquanto ser submisso e oprimido no seio social e no privado dos lares. Fazendo uso de figuras de linguagens, expressões da irrealidade humana, mas também destrinchando um olhar sensível a humanidade sobretudo a feminilidade.

Pode-se perceber que a menina Ofélia foi vista como um ponto segura para a fuga de seu suplício cotidiano, a saída para experimentar a liberdade mesmo por alguns momentos ou relativos reflexão imaginativa. No entanto, foi um tempo curto como a Páscoa que trouxe a esperança e em dezembro ela é renovada, mas a jovem não voltou e o pinto continuou morto, no dia seguinte sua vida voltou a normalidade seja lá qual for e o bater na máquina de escrever, assim como os afazeres domésticos permaneceram e a vida continuou seu curso longínquo. Pois, “a Legião estrangeira, de fato, quase todas as narrativas trazem o conhecimento do inconsciente e sua revelação por escrito [...]” (LIBRANDI, 2020, p.120).

Nessa conjuntura, percebe-se que o feminino estaria próximo conforme Gomes e Santos (2020) ao silenciamento infringido no mundo doméstico privado dos lares. Onde questões como o patriarcado, a desproporcionalidade entre os gêneros, fazem-se presente e atuam como mecanismo supressor e minimizador da expressão feminina. Aliás atua também na manutenção de uma postura violenta e opressora em relação as mulheres. No que discerne as personagens literárias do conto *A Legião Estrangeira*, evidencia-se na figura da Mãe como alguém cala ao ponto de tudo em sua vida soar como monótono até quando a menina Ofélia passa a instigá-la e transpassá-la com evidências sofridas de sua total apatia para com o mundo, mas também condenou-a ao desperta da sua vida silenciosa.

Em contrapartida, a personagem Joana em *Perto do Coração Selvagem*, de Clarice Lispector (2020) delineia uma perspectiva mais libertária e transformista diante de seu cotidiano opressor que minguava sua liberdade em detrimento de uma meninice subordinada, uma adolescência amedrontada e um casamento sufocante. Seu posicionamento acerca de si, suas



reflexões e seus olhares para o mundo externo ao questionavam o seu papel como mulher e a sua representação feminina.

Nessa conjuntura, na década de 1940 segundo Gomes e Santos (2020) havendo resquícios de um empoderamento feminino tímido, aos 23 anos, Lispector escreveu e publicou seu primeiro romance de formação, isto é, narrado a infância até a fase adulta de uma mulher que se torna dona de si e empoderada. Assim como, debruçou-se sobre uma sociedade que não compreendia os comportamentos diferentes do que fora imposto pelo masculino. Para Joana, a liberdade estaria no exercício da dor ao invés do acovardamento atrás dos padrões impostos pela sociedade, isto é:

Então começou a pensar que na verdade rezara. Ela não. Alguma coisa mais do que ela, de que já não tinha consciência, rezara. Mas não queria orar, repetiu-se mais uma vez fracamente. Não queria porque sabia que esse seria o remédio. Mas um remédio como morfina de que se precisava cada vez mais de maiores doses para senti-la. Não, ainda não estava tão esgotada que desejasse covardemente rezar em vez de descobrir a dor, de sofrê-la, de possuí-la integralmente para conhecer todos os seus mistérios. E mesmo se rezasse... terminaria num convento, porque para sua fome quase toda a morfina seria pouca. E isto seria a degradação final, o vício. No entanto, por um caminho natural, se não buscasse um deus exterior terminaria por endear-se, por explorar sua própria dor, amando seu passado, buscando refúgio e calor em seus próprios pensamentos, então já nascidos com uma vontade de obra de arte e depois servindo de alimento velho nos períodos estéreis. Havia o perigo de se estabelecer no sofrimento e organizar-se dentro dele, o que seria um vício também e um calmante. (LISPECTOR, 2019, p.79-80).

A obra parte da vida de uma menina órfão que foi abandonada por tudo e todos, ao ser deixada percebeu que somente a si mesmo possuía. Esse ceticismo acalentava seu coração em platôs pela atenção e o olhar de uma alma amada, embora não se trate de carência, mas de autoconhecimento e despertar interior para a liberdade que tanto a oprimia em uma sociedade profundamente marcada pela submissão feminina e a padronização de seus comportamentos. No entanto, como atesta Gomes e Santos (2020) a protagonista perpassa dos limites que foram impostos a ela através de seus pensamentos e questionamentos fato que aumenta e torna-se mais denso a medida em que amadurece. Mesmo assim Joana ainda sentia-se:

Sim, ela sentia dentro de si um animal perfeito. Repugnava-lhe deixar um dia esse animal solto. Por medo talvez da falta de estética. Ou receio de alguma revelação...Não, não – repetia-se ela –, é preciso não ter medo de criar. No fundo de tudo possivelmente o animal repugnava-lhe por alguém poderoso como a tia morta. Para depois no entanto pisá-la, repudiá-la sem



contemplações. Porque a melhor frase, sempre ainda a mais jovem, era: a bondade me dá ânsias de vomitar. A bondade era morna e leve, cheirava a carne crua guardada há muito tempo. Sem apodrecer inteiramente apesar de tudo. Refrescavam-na de quando em quando, botavam um pouco de tempero, o suficiente para conservá-la um pedaço de carne morta e quieta. (LISPECTOR, 2019, p.17).

O repúdio a sua própria impulsão comportamental desencadeio ainda mais a repressão que não surgiu de si, mas da sociedade em que habitava mesmo assim a personagem acabou perpetuando esse sentido contrário aos seus comportamentos. Pois eram vistos como equivocados, não femininos e atravessado pelo patriarcado predominante. Trazendo em sua análise mental a denúncia desses valores suprimidos. A liberdade seria sinônimo de medo e simbolizava a tensa interior em suprimi-la, no entanto por vezes liberta-se causando embrutecimento de seus familiares. Pois “na imaginação, que só ela tem a força do mal, apenas a visão engrandecida e transformada: sob ela a verdade impassível. Mente-se e cai-se na verdade. Mesmo na liberdade, quando escolhia alegre novas veredas, reconhecia-as depois” (LISPECTOR, 2019, p.19). A personagem Joana afirma sobre sua repressão:

Perco a consciência, mas não importa, encontro a maior serenidade na alucinação. É curioso como não sei dizer quem sou. Quer dizer, sei-o bem, mas não posso dizer. Sobretudo tenho medo de dizer, porque no momento em que tento falar não só não exprimo o que sinto como o sinto se transforma lentamente no que eu digo. Ou pelo menos o que me faz agir não é o que eu sinto mas o que eu digo. Sinto quem sou e a impressão está alojada na parte alta do cérebro, nos lábios – na língua principalmente –, na superfície dos braços e também correndo dentro, bem dentro do meu corpo, mas onde, onde mesmo, eu não sei dizer. O gosto é cinzento, um pouco avermelhado, nos pedaços velhos um pouco de azulado, e move-se como gelatina, vagarosamente. (LISPECTOR, 2019, p.19-20).

A liberdade parecia um exercício imaginativo do que real. A personagem demonstrar ter medo das consequências de uma expressão comportamental imprudente na medida em que prefere a alucinação a uma realidade palpável pois teme sobretudo a repressão e o medo de ser suprimida. Talvez tenha sido fruto de sua vivência patriarcal desde a infância, onde sua educação imperativa designava que obedecesse a tudo principalmente aos seus pais, como no diálogo com seu pai quando pergunta o que fazer e ele disse aborrecido que ela batesse a cabeça na parede para não importuná-lo mais (LISPECTOR, 2019). Quando casada, sentia o seu marido como sendo:



Eu me distraio muito, disse Joana a Otávio. Assim como o espaço rodeado por quatro paredes tem um valor específico, provocado não tanto pelo fato de ser espaço mas pelo de estar rodeado por paredes. Otávio transformava-a em alguma coisa que não era ela mas ele mesmo e que Joana recebia por piedade de ambos, porque os dois eram incapazes de se libertar pelo amor, porque sucumbida o próprio medo de sofrer, sua incapacidade de conduzir-se além da fronteira da revolta. E também: como ligar-se a um homem senão permitindo que ele a aprisione? Como impedir que ele desenvolva sobre seu corpo e sua alma suas quatro paredes? E havia um meio de ter as coisas sem que as coisas a possuíssem? (LISPECTOR, 2019, p.29).

Percebe-se explicitamente o quanto a personagem sente oprimida e minguada diante do casamento ao tornar-se algo que não era ela mesma mas a imagem que seu marido deseja como esposa perfeita. Esse processo de autodestruição da imagem ocorre sobretudo quando Joana pensa em como casar-se sem ser domesticada ou ainda desfigurada de si mesma pela identidade masculina, isto é, sem a impregnação da dominância e subordinação que eram marcas dos matrimônios desse período e atestado na figura de outros personagens como a sua Tia para com Alfredo, Sua Mãe com seu Pai, a amante do seu esposo com o próprio Otávio. Sua percepção de vida e de si mesmo independente assustava inclusive os seus tios que ficaram responsáveis pela sua tutoria após tornar-se órfã, segundo a Tia:

– Como um pequeno demônio... Eu, como minha idade e minha experiência, depois de ter criado uma filha já casa, fico fria ao lado de Joana... Eu nunca tive esse trabalho com nossa Armanda, que Deus a conserve para seu marido. Não posso cuidar mais da menina, Alberto, juro... Eu posso tudo, me disse ela depois de roubar... Imagine... fiquei branca. Ah, impossível continuar! Mesmo aqui em casa, ela é sempre calada, como se não precisasse de ninguém... E quando olha é bem nos olhos, pisando a gente. – Sim, disse o tio devagar, o regime severo de um internato poderia amansá-la. Padre Felício tem razão. Acho que se meu irmão fosse vivo não hesitaria em matricular Joana num internato, depois de vê-la roubar... Logo esse pecado, um dos que mais ofendem a Deus... No fundo é isso o que me dói um pouco: o pai, negligente como era, não se incomodaria de mandar Joana até mesmo para um reformatório... Tenho pena de Joana, coitada. Você sabe, nós nunca teríamos internado Armanda, mesmo que ela roubasse a livraria inteira. (LISPECTOR, 2019, p.48-49).

A personagem Joana ainda na infância era vista como violenta, indolente, casmurra, mas também a como alguém que desviava da educação submissa no qual as mulheres deveriam ser enquadradas. Nesse trecho do livro, percebe-se não somente essa naturalização da violência moral e pressão psicológica através do patriarcado, mas também a valorização do casamento como mecanismo de ascensão social e proteção que uma mulher solteira não tem como privilégio. No entanto, tentar manter essa padronização seria expelida através de um internato,



um local que ajudaria a remodelar seu comportamento e reformular suas percepções de mundo tornando-a mais próximos do que esperava a sociedade.

A Tia da jovem termina reafirmando sua aversão ao comportamento e a pessoa de Joana, mas foi duramente repreendida: “É uma víbora. É uma víbora fria, Alberto, nela não há amor nem gratidão. Inútil gostar dela, inútil fazer-lhe bem. Eu sinto que essa menina é capaz de matar uma pessoa... Não diga isso! – exclamou o tio assustado” (LISPECTOR, 2019, p.49). O marido repreende e ela resolve pedir perdão: “Me perdoe, fico tonta, é ela quem me faz dizer essas heresias... É um bicho estranho, Alberto, sem amigos e sem Deus – que me perdoe!” (LISPECTOR, 2019, p.49). Evidenciando uma outra faceta do patriarcalismo, onde a mulher mantém-se possui medo de ultrapassa a relação conjugal impositiva onde o marido ordena e a esposa obedece. Essa supervalorização masculina também pode ser vista no diálogo entre Joana e seu professor:

– Qual a pessoa que você mais admira? Além de mim, além de mim, acrescentou o professor. Se você não me ajudar, não chegarei a conhece-la, não poderei guiá-la. – Não sei, disse Joana, torcendo as mãos embaixo da mesa. – Por que você não citou um desses grandes homens que rolam por aí? Você é excessivamente sincera, excessivamente, disse ele com desagrado. – Não sei... – Bem, não importa, serenou ele. Nunca sofra por não ter opiniões em relação a vários assuntos. Nunca sofra por não ser uma coisa ou por sê-la. De qualquer jeito suponho que você só aceitaria esse conselho. E acostume-se: o que você sentiu – sobre o que mais gosta no mundo – talvez tenha sido apenas à custo de não ter opinião precisa sobre os grandes homens. Você terá que dar muita coisa para ter outras. – Pausa. – Aborrece-se como isso? (LISPECTOR, 2019, p.52-53).

O professor apresenta-se como o estereótipo do homem que utiliza da sua masculinidade para se autoafirmar ao contestar Joana e declarar que seu silêncio tímido seria fruto da pouca percepção da personagem em expressar suas opiniões. Quando ele se autodeclara uma figura importante em suas e também afirma que existem outras representações masculina acaba excluído as figuras femininas desde contexto. Logo, apropriar dessa conjuntura de supervalorização dos homens evidencia o silenciamento das mulheres, mas também a negação de sua importância e participação na vida da protagonista.

No romance *Perto do Coração Selvagem* e no Conto *A Legião Estrangeira*, ambas obras claricianas entrelaçam na medida em que abordam inquietações relativas ao feminino acuado, submisso e pertencente a uma classe média branca. Neles, percebe que a autora mesmo diante desses problemas estruturais, ainda foi sensível ao modo como concebeu o feminino na obra



partir de uma perspectiva libertária e autônoma, isto é, as mulheres cuja verberação permanece no interior faziam-se uso de suas sensibilidades para denunciar seus próprios algozes e para experimentar uma insipiente liberdade desejada no mais profundo inconsciente.

#### **4. Considerações finais**

Pode-se perceber que a compreensão dos textos literários também relaciona-se as aspirações críticas de autoria clariciana em esmiuçar suas próprias interpretações subjetivas acerca do meio social fazendo-se uso das suas escrituras imagéticas, da composição dos personagens para expressar suas indignações, frustrações, arrependimentos e anseios de mudanças. Nessa conjuntura, Clarice Lispector fez uso de suas personagens para expressão uma perspectiva de liberdade feminina que fazia uso da independência e insubordinação própria do pensamento libertário que não suportava mais os intemperes e os aprisionamentos de seus algozes masculinos e da sociedade que impunha um padrão no qual não se via ou não era representada, mas aprisionada a uma personalidade que não há pertencia.

Portanto, as obras literárias expressam as percepções do feminino que concebem ao mesmo tempo sendo sufocantes quando impostas pela sociedade, mas libertárias do ponto de visto dos inconscientes das personagens que fazem uso da liberdade, da expressividade e impulsividade para ansiar alterações em suas vidas preconcebidas e formuladas pela intervenção do mundo ao seu redor. Em verdade, o que anseiam é a tomada de suas próprias decisões impulsionadas pelas suas necessidades e aspirações próprias.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AMPARO, Patrícia Aparecida do. Formação e literatura: os significados dos livros para as mulheres. **Póiesis Pedagógicas**, Catalão-GO, v.11, n.2, p.61-76, jul./dez. 2013. Disponível em:< <http://www.labeleduc.fe.usp.br/wp-content/uploads/Patricia-Formac%CC%A7a%CC%83o-e-Literatura.pdf>>. Acessado em: 04 dez. 2022.

AGUSTONI, Prisca. A paixão segundo Lispector e Rosa Zvétaieva: uma leitura da paixão como discurso de afirmação do ser. In: DUARTE, Constância Lima; ASSIS, Eduardo de Assis; BEZERRA, Kátia da Costa (org.). **Gênero e representação na literatura brasileira: ensaios**. Belo Horizonte: Pós-Graduação em Letras Estudos Literários: UFMG, 2002. 336 p. (Col. Mulher & Literatura, v.2).



DE NICOLA, José. **Literatura brasileira: das origens aos nossos dias**. São Paulo: Scipione, 2003.

GOMES, Ivanilza Cinesio; SANTOS, Tainá de Moura. Perto do Coração Selvagem: uma análise sobre a desmistificação do determinismo feminino apresentados em Joana. **I Congresso Nacional em Estudos Interdisciplinares da Linguagem**. Nov. 2022. Disponível em: <[https://editorarealize.com.br/editora/anais/coneil/2020/TRA\\_BALHO\\_COMPLETO\\_EV144\\_MD1\\_SA101\\_ID62025102020100756.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/coneil/2020/TRA_BALHO_COMPLETO_EV144_MD1_SA101_ID62025102020100756.pdf)>. Acessado em: 19 dez. 2022.

GOTLIB, Nádya Battella. O Romance Inaugural. In: LISPECTOR, Clarice. **Perto do Coração Selvagem**. 1.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2019.

LISPECTOR, Clarice. **Perto do Coração Selvagem**. 1.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2019.

\_\_\_\_\_. **A Legião Estrangeira**. 1.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2020.

LIBRANDI, Marília. Nascer do próprio parto ou a coragem de ser o outro que se é. In: LISPECTOR, Clarice. **A Legião Estrangeira**. 1.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2020.

MOSER, Benjamin. **Todos os Contos**. 1.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2016.

SILVA, Jéssica Maria Cruz. A construção da personagem transgressora Scherezade na perspectiva da crítica feminista em Vozes do Deserto, e Nélida Piñon. In: ROCHA, Denise (Org.). **Representações da mulher nas literaturas de língua portuguesa**. Campo Grande: Editora Inovar, 2020. 88p. disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/586231/2/livro%20REPRESENTA%C3%87%C3%95ES%20DA%20MULHER%20NAS%20LITERATURAS%20DE%20L%C3%8DNGUA%20PORTUGUESA.pdf>>. Acessado em: 29 nov. 2022.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **História & História Cultural**. 2.ed. 2.reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 132 p. (Coleção História & ...Reflexões).

XAVIER, Elódia. A hora e a vez da autoria feminina: de Clarice Lispector. In: DUARTE, Constância Lima; ASSIS, Eduardo de Assis; BEZERRA, Kátia da Costa (org.). **Gênero e representação na literatura brasileira: ensaios**. Belo Horizonte: Pós-Graduação em Letras Estudos Literários: UFMG, 2002. 336 p. (Col. Mulher & Literatura, v.2).

ZILBERMAN, Regina. **A leitura e o ensino da literatura**. Curitiba: Ibpex, 2012. (Série Literatura em Foco).



## **AS ENFERMEIRAS DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA: A ATUAÇÃO E PERMANÊNCIA DE MULHERES NOS CONFLITOS ARMADOS**

Maria Clara Lima de Oliveira

### **1. Introdução**

A participação feminina nos conflitos e nas grandes guerras é algo de grande relevância para ser escrito, pois escrever uma narrativa em que as mulheres ocupem um lugar central, sob olhares diversos, variadas fontes e abordagens, torna-se um desafio a enfrentar; parafraseando Joan Scott (1995), é um deslocamento radical dessa história, história esta que se encontra sumariamente nos ditames patriarcais no feito de grandes homens. A ausência de mulheres nas narrativas historiográficas é parte de uma sedimentação seletiva, portanto, é preciso que haja uma valorização das práticas da memória feminina. Assim, a ruptura dos silêncios das mulheres nas mais variadas áreas de atuação e conhecimento nem sempre são visíveis, e por vezes essa ruptura não acontece. (PERROT, 2005)

A guerra muda os parâmetros de sobrevivência, os homens foram lutar uma guerra da qual não sabiam se voltariam, as mulheres, “rainhas do lar”, assumiram a condição de chefe de família, ocuparam as fábricas na segunda frente de batalha como operárias e foram para front a fim de ajudar os homens feridos ou lutar “lado a lado” com eles. Ainda que de forma temporária, a segunda grande guerra da primeira metade do século XX veio a flexibilizar as relações de gênero que definiam os papéis que cada um deveria ocupar na sociedade?

Nesse viés, este estudo tem como objetivo principal estudar as mulheres brasileiras que foram para a guerra no período da Segunda Guerra Mundial na condição de enfermeiras do Exército no serviço de saúde, estas mulheres foram conquistando seus espaços e se fizeram presente em uma corporação tão masculinizada como é o Exército. No total, foram 73 mulheres brasileiras que foram pra guerra na condição de enfermeiras militares, 67 integraram a equipe médica da FEB – Força Expedicionária Brasileira e 6 integraram a equipe médica da FAB – Força Aérea Brasileira. (BERNARDES; LOPES, 2007)

Esta pesquisa tem como intuito mostrar as condições históricas na qual estas mulheres foram sendo inseridas em um ambiente tão masculinizado como é o Exército e as representações que foram feitas delas pela imprensa da época sob o regime do Estado Novo, em atividades



tradicionalmente reservadas às mulheres, tendo como foco a discussão sobre identidade e papéis de gênero no ambiente da guerra.

Estudos e pesquisas sobre a atuação de mulheres no ambiente militar e em cenários de conflitos armados sob uma perspectiva de estudos de gênero ainda é um fenômeno recente. Com relação a atuação de enfermeiras na FEB nota-se uma ausência de discussões sobre o tema fora do âmbito de pesquisadores da área da enfermagem, em pesquisas historiográficas sobre esta corporação elas são lembradas em poucas linhas apenas para sinalizar suas presenças. A guerra é um fenômeno que degrada a humanidade, coloca em evidência a essência mais egoísta e autodestrutiva do ser humano, mas sem a presença de mulheres ela não se sustentaria, embora não tendo um peso determinante para o início dela, assim a guerra é feita também com a participação de mulheres.

## 2. As Mulheres nos conflitos armados

O escritor do Livro *A mulher Militar (2002)*, Raymond Caire, ao traçar uma trajetória da participação feminina nos conflitos armados em diferentes civilizações com foco central na França, apresenta um panorama geral de como era vista a presença feminina nas guerras, em épocas e civilizações distintas. Segundo o autor, para os povos celtas e germânicos, tanto as mulheres como as crianças se envolviam com a guerra. As celtas chegaram a conseguir participação na vida pública, tiveram lugar de honra e distinção. Os germânicos temiam o aprisionamento de suas famílias, então elas os acompanhavam em momentos de guerras e conflitos territoriais, além de considerarem as mulheres divinas e proféticas, e desta forma suas opiniões e conselhos nunca eram desdenhados. Essa tradição passa pela Gália, depois França, porém no Antigo Regime a imagem das mulheres no Exército passa por uma ressignificação, onde sua honra é posta em questão por influência do cristianismo: “[...] uma conjunção de crenças gregas, romanas, francas e cristãs iria consagrar por muito tempo o mito da inferioridade.” (CAIRE, 2002: 16)

Nas milícias gregas as mulheres estavam presentes como cantineiras e por vezes as esposas dos soldados gregos os acompanhavam. No Exército romano as vivandeiras se faziam presentes acompanhando a tropa, como também as prostitutas, figuras estas presentes em praticamente todos os conflitos armados e no cenário de guerra na companhia dos soldados. (CAIRE, 2002: 16)



Foi com a influência do renascimento do direito romano e na época medieval que a presença das mulheres na guerra passou a não ser vista como algo apropriado. Isto aconteceu principalmente devido a influência da igreja, que via o corpo da mulher como um ser de pecado e impuro. A presença das mulheres que acompanharam o Exército era apenas tolerada vistas em suma maioria como meras meretrizes. E esta perspectiva sobre a presença da mulher nestes espaços não se dissipou ao longo do tempo, por exemplo, com relação às enfermeiras da FEB houve intensa ressignificação imagética sobre suas presenças no ambiente militar, feito, sobretudo, pelos jornais as associando a uma figura materna tal como a virgem Maria, resgatando nomes do passado como a enfermeira Ana Nery que atuou na Guerra do Paraguai, exaltando um dever cívico e de espírito patriótico.

De acordo com Stuart Hall (2006) a identidade muda à medida que o sujeito é representado e essa identificação ou apropriação pode não se dar de maneira automática. Apesar de toda essa forma de representação e criação de um aspecto identitário sob as enfermeiras da FEB, houve uma grande resistência da sociedade da época quanto a presença dessas mulheres no Exército e a ideia de que mulher no ambiente da guerra é dada a libertinagem não deixou de ser algo recorrente dentro e fora do ambiente militar.

Por exemplo, a enfermeira Berta Moraes que atuou na FEB em seu depoimento numa coletânea publicado em 1952 foi a única enfermeira a mencionar um fato que gerou muita polêmica na época que foi publicado este livro, sobre convites indecentes e assédio por parte de oficiais da tropa brasileira com as enfermeiras da FEB. Ela relata um episódio vivenciado pela mesma e por outra colega.

Em contraste, quando estávamos ainda em Santa Luce, aparecia de vez em quando um ou outro oficial brasileiro, a título de visitar o hospital ou procurar conhecidos, porém talvez mais animados de outras intenções. Uma noite, estávamos de serviço na enfermaria, eu e outra colega conhecida por seus excepcionais dotes de beleza. Para surpresa nossa, diante da hora absolutamente avançada para visitas, aparecem dois Majores,, Major J. P. U. C., filho de importantíssima personagem nacional acompanhado pelo Major M. Passam pela enfermaria, cumprimentam-nos e pedem para falar ao Oficial-Médico de serviço. Pouco depois, vimos nosso oficial despedir, zangadíssimo, tão ilustres personagens. E' que eles tinham pedido ao Oficial-Médico para "ajeitar" para eles as duas enfermeiras de serviço que, na opinião deles, não seriam de todo más. (MORAIS, 1952: 417)

Apesar de toda a ideia de cordialidade entre a tropa brasileira e as enfermeiras, esse tipo de entendimento da promiscuidade da mulher que habita o ambiente da guerra deve ter existido



com muita intensidade do que aparentemente se saiba, foi preciso criar todo um aparato identitário sobre a figura das enfermeiras da FEB para fomentar o processo de voluntariado e legitimar a presença dessas mulheres nesses espaços.

Mesmo algumas mulheres não participando do combate direto em guerras e conflitos armados, elas nunca deixaram de fazerem-se presentes, lá elas estavam como esposas, enfermeiras, prostitutas, mercadoras ou até mesmo pegando em armas. Mais tarde, alguns papéis oficiais lhes foram concedidos, a exemplo: as cantineiras, vivandeiras e lavadeiras. No Exército francês essas mulheres tornaram suas presenças um hábito, chegando a possuir um distintivo de identificação e alguns direitos, essas mulheres acompanharam o Exército francês na campanha de Austerlitz e muitas delas morreram nas estepes geladas da Rússia. (CAIRE, 2002)

Durante a Revolução Francesa não houve o emprego de enfermeiras no Exército francês, o serviço de saúde prestado nos hospitais militares só previa enfermeiros e atendentes do sexo masculino. Já no século XIX há uma transição de suas funções, de cantineiras a enfermeiras; as cantineiras foram progressivamente desaparecendo dando lugar às enfermeiras, principalmente com o surgimento da Cruz Vermelha. (CAIRE, 2002)

Foi só a partir dos dois grandes conflitos mundiais do século XX que as mulheres passaram a ser admitidas nos Exércitos como militares e alcançando altos postos de comando de forma regulamentar. De acordo com Claude Quérel (2009), na frente russa, mulheres soviéticas atuaram como franco-atiradoras. Essa mudança de significação da mulher na Primeira e Segunda Guerra Mundial se deu diante das mudanças tecnológicas que foram empregadas nos conflitos, onde a guerra se tornou total e mecanizada. Foi apenas por necessidade de mão de obra e de preencher a retaguarda ou até mesmo a linha de frente, que as mulheres foram admitidas, uma mudança de ótica com base na necessidade da guerra, ou seja, ao longo da história houve uma progressiva ressignificação acerca da presença feminina na guerra, assim sendo elas nunca deixaram de existir no cenário dos conflitos armados em diferentes formas de atuação.

### **3. A participação das enfermeiras da FEB na segunda Guerra Mundial**

As mulheres brasileiras que participaram diretamente do conflito da Segunda Guerra Mundial, foram em números irrisórios em relação aos outros países. Contudo, as mulheres civis



se beneficiaram na ocupação dos postos antes ocupados somente por homens, participando de forma efetiva no mercado de trabalho e da vida pública com ausência dos homens que foram para a guerra. As poucas que estiveram com soldados brasileiros, que foram combater na Europa ao lado dos Aliados, integraram a equipe médica da FAB e da FEB.

A inserção de enfermeiras na retaguarda da FEB aconteceu em um cenário político muito conturbado, a Europa estava sendo devastada novamente por uma grande guerra, denominada posteriormente de Segunda Guerra Mundial. Nesse período, onde o totalitarismo ascendia e o mundo mergulhava em caos, o Brasil vivia sob a Era Vargas, compreendida pelo nome de Estado Novo (1937-1945), um período estritamente ditatorial, comandada pelo então presidente Getúlio Vargas. Assim, o Brasil nos anos 30, vinha a ganhar força à corrente autoritária, como no resto do mundo. (CARONE, 1988)

É importante destacar, a priori, que a mobilização para a criação de um quadro de enfermeiras para atuar no cenário da guerra junto com o efetivo da FEB, se deu a partir de uma solicitação dos aliados norte-americanos a fim de suprir uma demanda devido às enfermeiras norte-americanas já estarem sobrecarregadas. Foi um grupo pioneiro para a história do Exército brasileiro, sendo as primeiras representantes do sexo feminino a fazerem parte regularmente do quadro do efetivo militar desta força; mas não foi fácil, mulheres que antes ocupavam espaços domésticos tiveram uma série de lutas a fim de permanecerem nesse campo na qualidade de militar. (OLIVEIRA, 2007)

A FEB foi um órgão criado pelo então presidente Getúlio Vargas após o Brasil entrar na guerra em 9 de agosto de 1943, declarando guerra aos países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Foi, portanto, mobilizado um grupamento de enfermagem para dar apoio de saúde aos soldados brasileiros que iriam atuar no campo de batalha durante a Segunda Guerra Mundial. Quando se fala em FEB, os pracinhas são sempre lembrados pelos seus feitos e heroísmos, mas pouco se fala das mulheres brasileiras que foram à guerra, as mulheres enfermeiras que integraram o serviço de saúde da FEB.

Durante a Segunda Guerra Mundial as mulheres foram destaque em todo o mundo, seja nas linhas de fábricas, ocupando espaços antes ocupados somente por homens, seja na guerra, desempenhando inúmeras funções. As mulheres brasileiras também participaram deste conflito que mobilizou grandes nações, embora elas tenham ido numa função estigmatizada, como um dom da natureza feminina que é o ato de cuidar, não se pode menosprezar, pois foram mulheres



transgressoras em seu tempo e espaço. Foram as primeiras mulheres a compor e fazer parte do Exército brasileiro.

Há muito a se conhecer, assim sendo, é preciso entender o lugar que é reservado à mulher na guerra, quem são as mulheres brasileiras que foram à guerra no front italiano, além de todo o imaginário e representações acerca de suas presenças no cenário nacional e do apelo patriótico que foi sendo construído. Um processo que possibilitou uma maior saída das mulheres do espaço privado para o espaço público e também um ganho de capital cultural em alguma medida para a profissão de enfermeira.

Para atrair soldados com o sentimento de amor à pátria, imbuídos de um nacionalismo forjado, foi assegurado o discurso de que os soldados teriam os cuidados necessários, desta forma, foram solicitadas enfermeiras para atuar como esforço de guerra e cuidar de possíveis pacientes brasileiros. Esse grupo prestaria apoio de saúde a todos os soldados, brasileiros ou não, que iriam atuar no campo de batalha durante a Segunda Guerra Mundial. A criação desse grupo serviu de discurso legitimador do governo, no sentido de afirmar que toda ajuda e socorros seriam prestados, levando centenas de brasileiros movidos pelo amor à pátria e à coesão ilusória ao front de batalha. E isso é reportado simbolicamente nas manchetes da imprensa da época, com a aparição pública de 67 Enfermeiras, com a exaltação feminina como símbolo de uma mãe-pátria. Uma situação que valorizava simbolicamente as mulheres, como mães e como essenciais na construção deste processo. (OLIVEIRA; SANTOS, 2007; 423-428)

É uma forma de violência simbólica ao reduzirem a atuação dessas mulheres apenas ao papel materno e as colocando nesse lugar de subserviência, segundo Miriam Grossi (1998) a categoria gênero é mutável e serve para determinar tudo o que é social, cultural e historicamente determinado e Joan Scott (1995) chama atenção que o gênero se constrói na diferença e dá sentido a essa diferença, são elementos constitutivos das relações sociais baseadas no sexo. Desta forma, embora haja uma ideia de flexibilização das relações de gênero com o advento de guerras ou conflitos nacionais, acaba se definindo os papéis de cada gênero no teatro das operações, ou seja, os soldados combatendo com as armas, derramando o sangue do inimigo sob o branco da neve do inverno da Itália, e as enfermeiras com sua complacência nos cuidados dos feridos. Ocorrendo, portanto, uma generificação do espaço e das funções ocupadas.

Ao estudar a participação feminina nas guerras, principalmente no Brasil, os seus rostos quase não aparecem, e quando aparecem suas imagens e representações são utilizadas como meio de persuasão de um discurso mobilizador. Algumas são representadas como heroínas, ao



ponto de se tornarem lendas e inspirar outras jovens, como é o caso de Anna Nery. Ela é representada como grande heroína na Guerra do Paraguai, símbolo de sacrifício, bondade e de verdadeiro amor à pátria. Ana Nery é símbolo de um nacionalismo forjado e de uma identidade construída e manipulada, fazendo com que sua trajetória contada a partir do ponto de vista dos mandatários do poder a levassem a virar patrona da Cruz Vermelha Brasileira, de modo a inspirar centenas de jovens em seu legado. Anna Nery foi usada como símbolo, quase uma mártir, um exemplo a ser seguido pelas mulheres, como mostra este artigo publicado na Revista da Cruz Vermelha Brasileira:

Mulheres do Brasil estão no front! Trocaram as doçuras do lar e as seduções da vida social tranquila pelas canseiras e os perigos de ásperas jornadas no meio de ruínas, em cidades, montes e vales que a guerra devastou. Lá estão elas, sob a égide da Cruz Vermelha, confortando os seus irmãos que lutam, pensando-lhes as feridas, dando-lhes consolo com as mais doces expressões da própria língua materna. Legionárias da bondade sacrificam-se numa tarefa heróica, sob a tutela inspiração de Ana Nery. (CRUZ VERMELHA BRASILEIRA, 1945: 3)

Como é possível perceber, há um enaltecimento das mulheres na condição de abnegadas e caridosas, lembrando que é a década de 1940, onde há pouco tempo as mulheres tinham conquistado o direito de participação política com o voto feminino no Brasil; a mulher presente no espaço público que “naturalmente” foi reservada para os homens, põe em risco a sua honra e dignidade. A mulher que não está no ambiente que lhe é reservado sofre com o julgamento da opinião pública, assim, o fato das mulheres irem para a guerra como ocorreu na Segunda Guerra Mundial, cai sobre elas à acusação de prostituição e de mulher vulgar.

Para dissociá-las desta representação, foi preciso criar outra, onde trocas simbólicas foram produzidas a fim de suprir uma necessidade. (BOURDIEU, 1998) Então, tornou-se necessário associá-las a uma figura materna, de modo que ocorresse identificação e empatia das mães, como foi também Anna Nery, a fim de deixarem seus filhos para defender a pátria. Para assim fazer com que a sociedade visse com bons olhos e como verdadeira exemplificação de nacionalismo a adesão da mulher no serviço militar como enfermeira.

No período da Segunda Guerra Mundial, as mulheres estiveram presentes em todas as frentes, na retaguarda e no front, como auxiliares civis e militares e foram também vítimas do percurso da guerra. A entrada maciça de mulheres no cenário dos conflitos armados foi notada de maneira “tímida” durante a Primeira Guerra Mundial, e ganhou força no decorrer da Segunda



Guerra Mundial, onde os países em guerra aderiram a esta força de trabalho que foi cada vez mais sendo valorizada em diferentes frentes pelo mundo. O destaque que as mulheres receberam na linha de frente foi dado no serviço de saúde. (BERNARDES; LOPES, 2007)

Com a criação da FEB, houve uma intensa expectativa para o quadro de saúde do Exército, pois antes da Segunda Guerra Mundial não havia um quadro formal de enfermeiras e o Hospital Militar do Rio de Janeiro possuía pouquíssimas delas. Getúlio Vargas teve que promulgar com urgência o decreto nº 6.097 que criou o Quadro de Enfermeiras da Reserva do Exército, assim, elas foram integradas ao Serviço de Saúde do Exército, onde trabalharam nos hospitais militares do Brasil e nos hospitais de campanha na Itália em conjunto com as norte-americanas nas sessões hospitalares anexadas aos hospitais dos EUA. (BERNARDES et al., 2005)

As enfermeiras selecionadas para incorporar o quadro de serviços médicos da FEB tiveram que participar de um Curso de Emergência de Enfermeiras da Reserva do Exército (CEERE), e passaram por um intenso treinamento militar para se prepararem para as situações que poderiam ocorrer na guerra. (ALMEIDA FILHO et al., 2009: 688-696) Esse treinamento inicial ao qual tiveram, embora tenha apresentado deficiência quanto ao preparo técnico de enfermagem, representou uma estratégia de homogeneização do comportamento das candidatas.

Os discursos na revista da Cruz Vermelha Brasileira evidenciam a ideia de sacrifício que as mulheres brasileiras faziam em deixar de exercer seus afazeres cotidianos, o lar, a família, uma vida calma e sem riscos, em prol da nação, um verdadeiro sentimento de amor à pátria. A enfermeira é sempre vista como uma mãe que se sacrifica em prol de sua nação, e esse discurso era sempre endossado pelos meios midiáticos da época. Desta forma não haveria interesse pessoal na especialização para um maior preparo técnico eficiente, em decorrência da missão que lhes foram destinadas, o interesse seria única e exclusivamente servir a pátria. O Brasil revidando as agressões feitas de maneira covarde e cheia de ódio iria prestar todos os seus recursos e as mulheres deveriam fazer parte desta demonstração de “consciência democrática”. A união de recursos efetivos caberia a todos, inclusive as mulheres.

São anjos da caridade. São as samaritanas que, roubando horas preciosas dos seus afazeres cotidianos, frequentam, sem visar interesses materiais, cursos teóricos, enfermarias, ambulatórios etc., no preparo técnico eficiente que lhes for eventualmente destinada. E agora que o Brasil, no revide varonil à agressão covarde da barbaria e do ódio, apresta todas as suas forças e todos os seus



recursos, numa eloquente demonstração de vitalidade e de consciência democrática, cabe à mulher patricia a tarefa de também ser soldado. A sua farda é o branco avental de enfermeira e as suas armas valiosas são as suas mãos de fada benfazeja que pensam as feridas sangrentas e aliviam dores e sofrimentos cruéis, na delicada missão de samaritanas. Milhares delas, em todo Brasil, estão prontas ao primeiro chamado. É o exército branco de Ana Nery. [...] Na verdade, o espetáculo cívico que nossas patricias vêm dando, alistando-se em massa em centenas de cursos de samaritanas, socorristas de guerra, comove e entusiasma, magnetizando as multidões. (ANDRADE, 1943: 3)

A formação do grupamento feminino de enfermeiras brasileiras situou-se no contexto de políticas do Estado Novo sob o comando de Getúlio Vargas na mobilização da sociedade civil. As enfermeiras da FEB foram incorporadas ao Estado seguindo um modelo padronizado, e, desta forma, diferente do homem, a farda da enfermeira era o branco de avental, tendo elas mãos milagrosas que curariam as feridas e amenizariam as dores dos soldados e que se dispuseram voluntariamente para lutar pela liberdade e pela pátria.

As profissões que inicialmente as mulheres exerciam estão intimamente relacionadas às funções “naturais” no sentido materno e doméstico, como as profissões de enfermeira, de assistente social e de professora primária, sendo a mulher que ao mesmo tempo cuida e consola. Profissões estas que predisõem qualidades “inatas”, físicas e morais, passividade a execução, doçura e ordem. Essas “qualidades femininas” seriam fruto da tradicional educação feminina, qualidades reais fantasiadas como “qualidades naturais” e submetidas a um atributo supremo, a feminilidade, tais são os ingredientes da “profissão de mulher”. (PERROT, 2005: 253)

Como bem mostra um trecho de um artigo publicado na Revista da Cruz Vermelha Brasileira, em que se ressalta a feminilidade da profissão de enfermeira.

Sempre foi uma das atribuições instintivas da mulher a prática de enfermagem. No lar, na vida social, nos transe e imprevistos dolorosos, a sua ação natural de bondade se reveste, desse ou daquele modo, com um aspecto empírico às vezes de pronto socorro e de assistência. Pode-se mesmo dizer que, se o homem por ser o mais forte está afeito à luta, é guerreiro; a mulher, pela sua natureza, pela meiguice das suas atitudes é propensa quase como um imperativo biológico ao desvelo, isto é, à prática mansa de cuidar das crianças, dos fracos, dos necessitados, dos que carecem, temporária ou definitivamente de uma ajuda protetora ou de um pronto alívio; é a enfermeira. No ciclo social um e outra se completam, como a ação e reação, simbolizando, nessa impressionante bipolaridade, o próprio destino da vida humana. Tem sido assim desde a própria origem do Mundo, essa divisão de funções instintivas, quase diria, biodinâmica da espécie e assim será por toda a vida. Referem as crônicas das mais remotas idades, essa atividade de enfermagem, exclusiva, característica do sexo, inata da mulher. (ANDRADE, 1943: 2)



A construção social dos gêneros perpassa conseqüentemente a divisão sexual do trabalho, onde o atributo do órgão sexual é imperativo suficiente para essa divisão. A profissão de enfermeira seria algo relacionado ao instinto da mulher, presente sobretudo no ambiente privado, a prática que seria aprendida de forma empírica. Como é possível observar, o trecho deste artigo qualifica e solidifica os espaços que a mulher deve ocupar, uma divisão “natural” baseado em misticismo e predisposição biológica.

A enfermagem não é vista como uma profissão, mas sim como um dom inato da mulher, pelo fato dela ser mulher e teoricamente já possuir atributos favoráveis. Sendo assim, as mulheres assumem determinadas funções não por serem qualificadas, pois isto é tido como próprio de sua natureza. Desta forma lhe é retirado a capacidade do processo de aprendizado, a distribuição dos papéis possui um valor hierárquico, complementares e subordinados um ao outro. Há uma noção de profissões próprias para as mulheres, aumentando assim uma formação baseada em aptidões do sexo.

“[...] A mobilização das mulheres permitiu não apenas o aumento dos efetivos a baixo custo, ela promoveu também os homens a uma categoria superior e corrigiu seus problemas de carreira [...]” (PERROT, 2005: 254), ou seja, definiu os papéis de cada um; a mulher tem o dom “natural” e “inato” do cuidar, se adequando perfeitamente à profissão de enfermagem, sendo auxiliar do médico que é homem e nunca mulher – pelo menos foi assim durante anos, inclusive na segunda grande guerra, definindo assim os papéis que ambos os sexos devem seguir, hierarquizando, onde a mulher sempre está abaixo, subjugada ao homem.

Estes papéis que se naturalizam com base no gênero, entre o homem e a mulher, regulam de forma arbitrária os corpos, sustentam a exploração material destes corpos de um sexo subjugado ao outro. Os homens e as mulheres são produtos de um sistema heterossexual, que reproduz a submissão da mulher tanto como uma força de trabalho sexual como também um útero que germina e reproduz. É uma exploração estrutural. O corpo possui uma linguagem e este texto é socialmente construído, possui uma história de produção e reprodução, que por vezes se naturalizam, ficam estáticos ou se eliminam. No entanto, os símbolos do que é ser feminino e masculino, e, conseqüentemente, seus papéis de atuação são socialmente postos como naturais. (PRECIADO, 2017)

#### **4. Considerações Finais**



Assim sendo, as reflexões que Joan Scott (1995) traz a respeito das distinções sociais baseadas no sexo contribui diretamente ao pensar o lugar de atuação das enfermeiras da FEB no âmbito militar. Miriam Pillar Grossi (1998) também provoca uma atenção para se pensar a diferença, ou seja, problematizando a determinação biológica da “condição feminina”. O gênero nesta pesquisa foi utilizado enquanto categoria de análise a fim de pensar as relações sociais que envolvem mulheres e homens no âmbito da guerra, que são historicamente determinadas e expressas pelos diferentes discursos sociais sobre a diferença sexual.

Os papéis e as identidades de gênero que são atribuídos aos homens e mulheres diferem de acordo com o lugar, são também biologicamente determinados, mutáveis culturalmente e historicamente. E assim, é preciso alargar as noções tradicionais do que é historicamente importante, e a guerra sob uma perspectiva de gênero tem a ver com essas relações que por muito tempo os historiadores viram como irrelevante esta discussão.

Portanto, embora a guerra possibilite que a mulher penetre em espaços masculinizados com restrição, ela ao mesmo tempo flexibiliza e solidifica as relações entre os gêneros, entre as brechas as mulheres se enveredam e se fazem presentes, conquistando novos espaços de atuação na sociedade. Mas a condição de igualdade, de horizontalidade não acontece, pois para elas se fazerem presentes, elas têm que reafirmar a sua feminilidade. No contexto da guerra a divisão do trabalho é feita de maneira consciente e coordenada, onde as relações de poder são pré-constituídas, e se mantêm durante e depois dos conflitos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. 9. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ALMEIDA FILHO, A. J.; AMORIM, W. M.; BARREIRA, I. A.; LOPES, T. G.; OLIVEIRA, A. B.; SANTOS, T. C. F. **Enfermeiras Brasileiras na Retaguarda da Segunda Guerra Mundial: Repercussões Dessa Participação**. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, 2009 Out-Dez; 18(4): 688-696.

BERNARDES, M. M. R.; LOPES, G. T. **As Enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira no Front Italiano**. *Rev Esc Enferm USP* 2007; 41(3):447-453.

BERNARDES, M. M. R.; LOPES, G. T.; SANTOS T. C. F. **Base de Sustentação Militar de Vargas Durante a 2ª Guerra e a Soberania Bélica Alemã: Percepções de Enfermeiras e militares**. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, 2005 Out-Dez; 14(4): 544-550.



BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 1998. 314p.

CAIRE, Raymond. **A mulher militar**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

CAPELATO, M. H. R. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

CARONE, E. **O Estado Novo (1937-1945)**. História Política. 5ª ed. Rio de Janeiro (RJ): BEERTRAND BRASIL. 1988. p.253 a p.319.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editorial, 1988. 244p.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. Coordenação de textos de Carla Bassanesi. São Paulo: Contexto, 1997. 678 p.

**Fatos & Imagens > 1944: O Brasil vai à guerra com a FEB**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/FEB> .Acesso em 11/12/2022.

GROSSI, Miriam P. **Identidade de Gênero e Sexualidade**. Antropologia em Primeira Mão, n. 24, PPGAS/UFSC, Florianópolis, 1998.

LEITE, J. L. **Diários de Guerra: mulheres, livros e testemunhos**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

HABNER, J. E. **Imagens e representações 1: a era dos modelos rígidos**. Nova História das mulheres no Brasil. Org: PEDRO, J. M; PINSKY, C. B. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 469-513.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva & Guaciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

MECONE, M. C. C; FREITAS G. F. **Representações da enfermagem na imprensa da cruz vermelha brasileira (1942-1945)**. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2009 Out-Dez; 18(4): 741-9.

MORAES, Berta. **Testemunho de uma Enfermeira**. In: Depoimento de Oficiais da Reserva sobre a FEB. 3. ed, s.e., Rio de Janeiro: Cobraci, 1952.

OLIVEIRA, A. B.; SANTOS, T. C. F. **Entre Ganhos e Perdas Simbólicas: A (Des) Mobilização das Enfermeiras Que Atuaram na Segunda Guerra Mundial**. Esc Anna Nery R Enferm, 2007 set; 11 (3): 423 – 428.

PEDRO, J. M; PINSKY, C. B (org). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2013, p.



PEDRO, J. M. **As guerras na transformação das relações de gênero: entrevista com Luc Cápdevila**. Estudos Feministas, Florianópolis, 13(1): 216, janeiro-abril/2005, p. 86.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005. 520p.

\_\_\_\_\_. **Mulheres públicas**. São Paulo: Unesp, 1998.

\_\_\_\_\_. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução: BOTTMANN, D. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, 179p.

PRECIADO, P.B. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2<sup>o</sup>ed, 2017.

QUÉTEL, Claude. **As mulheres na guerra**. Trad. Ciro Mioranza. v.1-2. São Paulo: Larousse, 2009.

**REVISTA DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA**, Rio de Janeiro, 1943 e 1945.

SCOTT, Joan. Gênero: **uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.



**“ATENTADOS PÓETICOS” À SEXUALIDADE: UMA LEITURA SOBRE A “POESIA PROJÉTIL” DE JOMARD MUNIZ DE BRITTO**

Iago Tallys Silva Luz

Fábio Leonardo Castelo Branco Brito

## **1. Introdução**

Jomard Muniz de Britto, nascido na rua Imperial, bairro de São José, na cidade de Recife-PE, teve sua formação acadêmica marcada à princípio pelos estudos no Grupo Escolar João Barbalho, no Ginásio Pernambucano e na Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife, atual Universidade Federal do Recife-UFPE. Apesar de nascido em Recife, nosso personagem é filho de um Paraibano, José Muniz de Britto e de mãe pernambucana, Maria Celeste Amorim Muniz de Britto, sendo que o próprio ao longo de sua trajetória permanece em trânsito durante o nosso recorte temporal, especialmente entre as cidades de João Pessoa-PB e a sua cidade natal, performando o que o mesmo identifica como uma “identidade geográfica nômade”, por “essência e experiência” (BRITTO, 2002, p. 07).

O mesmo, apresenta ou se apresenta, como um sujeito onde, de fato, a ideia de “*pan*”, se faz presente, no sentido de atravessar diversos campos de atuação, nos defrontamos com uma percepção sobre sua personalidade que em vários sentidos nos remete a compreensão de tal ser como uma figura multifacetada, que flana sobre diversas áreas, diversas esferas da cultura e da contracultura social. Abrangendo, ou, atravessando assim inúmeros contextos como desde os tempos de parceria com Paulo Freire, perpassando cenários como a emergência, consolidação e vitrinização do movimento do *Cinema Novo*, encabeçado por Glauber Rocha, como a forma profícua de se fazer filmes no Brasil e indo até mesmo as lutas enquanto tropicalista pernambucano e *film-maker* superoitista, questionando o que seriam os “cânones da cultura brasileira” e os modelos de comportamento social.

Nesse sentido, em meio a tal arcabouço de possibilidades que Jomard Muniz de Britto compreende em termos de estudos, esta pesquisa se apropria da noção de “trajetória cultural”, espelhada dos estudos de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, sobre o que o mesmo entende como à “invenção do Nordeste”. Espelhada, porque nossa ideia é inspirada em seus usos, mas metamorfoseada em função dos nossos próprios objetivos. Dito de outro modo, tal noção servirá



nesta discussão como uma espécie de elo de ligação que permite unirmos nossa percepção acerca da “cultura” em si, da “representação”, do “tempo” e “espaço”, em torno do nosso sujeito em questão e nossas objetivações.

Ou seja, encontramos, ou vislumbramos, na noção de “trajetória cultural”, uma saída para evitar-se conduzirmos um artigo que atravesse mais páginas em “replicantes mitologias”, para usarmos termos do próprio Jomard (2002, p. 15), do que necessariamente discutindo o recorte temático a qual buscamos atingir ou discutir. Esta, salvaguarda o corpo do texto de se propor a uma tentativa infrutífera de abranger todas as suas produções/manifestações/embates, ou seja, aqui se reconhece a larga produção jomardiana, enquanto parte dos movimentos contraculturais, movimentos estes vinculados ao contexto das décadas que atravessam essencialmente os anos 1970-1980 e especialmente sob os espaços de Recife-PE, João Pessoa-PB e Natal-RN, que demarcam os principais palcos de atuação do mesmo. Nesse sentido, o ponto de originalidade e recorte temático desta pesquisa se encaminha justamente no empreendimento de uma escrita acerca dos corpos, sobre os desejos, sobre as sexualidades, uma escrita em “oração pagã” a revolver tudo, na “pró-cura dos corpos”.

Sem mais rodeios, podemos dizer que esta pesquisa objetiva analisar à estética, à performance, à fabricação e invenção dos corpos, figurados em torno de três poemas retirados do livro: *Terceira Aquarela do Brasil*, de 1982, escrito por Jomard Muniz de Britto. De modo mais específico, trataremos dos poemas intitulados: *Vamos trocar?*, *POEMA DE SETE FACES ou Pernalonga em sete fôlegos* e *O homem atrás do bigode*, esses são nossos fios condutores, para tentar responder questionamentos tais como: de que forma os poemas em foco, se relacionavam com as próprias vivências e as questões relativas à identidade de gênero do próprio Jomard Muniz de Britto? De que maneira nosso personagem relacionou a produção de poemas enquanto forma de (re)pensar questões a respeito do Corpo, Gênero e Sexualidades? E, por fim, sob que arquétipos podemos enxergar tais produções enquanto forma resistência à um modelo de sexualidade existente sob o espaço nordestino?

## **2. Escrever, sonhar, redesenhar: escrevendo ‘estórias’ sem fim de uma cidade**

Conhecido nosso intento nesta produção, cabe tratarmos um pouco mais sobre a obra que compreende nossas fontes basilares. Como visto anteriormente, nossos poemas fazem parte do livro *Terceira Aquarela do Brasil*, de Jomard Muniz de Britto; lançado em 1982, o livro faz



um compilado de poemas, ideias, imagens, que reverberam entre uma “poesia enigmática”, que joga/deforma ou forma com as palavras e uma “poesia de embate”, questionadora, polêmica, que brinca com as fronteiras dos possíveis e bem quistos para sua época. De maneira mais direta, podemos enxergar a obra enquanto uma produção que se volta a fazer da palavra, dos signos, metáforas e sátiras meio de escape e embate, “táticas”, diria Michel de Certeau (1998), como formas de se fazer uma “guerrilha semântica” (CASTRO, 1974), pensando nosso autor enquanto uma espécie de agitador cultural, promotor de implosões no seio da cultura nordestina. Tomando tais pontos, como elementos de partida para nossa análise é chegado o momento de nos afastarmos do “reino das contextualizações e introduções” e nos voltarmos efetivamente à nossas fontes, sendo a primeira delas, o poema intitulado *Vamos trocar?* (BRITTO, 1982, p. 31-33).

Para analisarmos o poema citado, primeiramente, se mostra interessante compreender de que modo a escrita de Jomard Muniz de Britto, pode se mostrar relevante ao meio social e, para tal, recorreremos as ideias de Gilles Deleuze e Félix Guattari (2017) – ou, como Suely Rolnik chama em tom de humor, pelo uso constante em sua obra, o “*desodorante D&G*” (ROLNIK, 2019, p. 14). Os mesmos são interessantes a nossa discussão ao passo que vislumbramos a ideia de “literatura menor”, trabalhada na obra. De forma semelhante à análise de Deleuze sobre o pensamento de Espinosa, por uma “filosofia prática” (2002), a qual o mesmo enxerga no filósofo um profundo desejo de “fazer de si mesmo um homem livre, tão livre quanto possível, indo ao limite dos seus pensamentos e interligando todos os elementos uns aos outros”. No tocante a ideiação sobre uma “literatura menor”, Deleuze, agora em conjunto com Guattari (2017), pensam através da trajetória cultural do escritor Frantz Kafka, como uma representação da potência da literatura, enquanto meio de dar vazão ao imaginário, ao simbólico, que na prática não figuraria apenas “como um lazer inofensivo”.

Pelo contrário, Deleuze e Guattari, enxergam essa escrita enquanto uma “máquina de guerra”, enquanto semelhante ao que chamamos anteriormente de “guerrilha semântica”, (CASTRO, 1974), enquanto palco/espço, de experimentação política e cultural. Espaço este na qual, sujeitos que como Kafka, diriam os autores, “mesmo portando-se como um “mecânico solitário”, através da máquina literária expressiva é capaz de antecipar e precipitar os conteúdos que, apesar de tudo, dizem respeito a uma coletividade inteira” (DELEUZE; GUATTARI, 2002, p. 14.).



Logo, de maneira semelhante enxergamos que a “feira do troca-troca”, espaço onde passa a trama do poema, não é também um dispositivo imagético fortuito e sim, o fruto de um processo de “re-invenção, visitação, interpretação”; escrevendo Jomard Muniz de Britto, parece perguntar: “Posso entrar? Falar? Mentir? Desconversar? Trapacear? Brincar com as palavras e os personagens? Afinal, quem tem medo de metáforas?” (BRITTO, 1992, p. 89). A pergunta parece metamorfosear uma das indagações cerne da produção de Foucault, “*afinal, qual o perigo de falar?*” (2014, p. 08). Jomard Muniz de Britto, parece responder essa mesma pergunta alguns anos depois da publicação da nossa produção basilar, afinal, como vimos anteriormente, o mesmo parece se importar muito com os “discursos sobre si”, assim, quando da publicação do livro “*Bordel Brasilírico Bordel: Antropologia ficcional de nós mesmos*” (1992), o mesmo observa:

Confrontando linguagens: do fio da conversa (con) fiada às novas informações dos multimeios afiados e ainda asfixiados. Desconstruindo falatórios estereotipados, assim: **Lutar com palavras é a luta mais vã guarda**. Lutar é necessário, insiste o repetidor do poeta, descaminhando contra o vento, a favor dos movimentos. Lutar pelo SIM: coração, desejo e sina. **Tudo é projeto, tudo é paixão, tudo é fala, tudo é sonho, tudo é gozo, tudo é processo, tudo é promessa, tudo é projétil**. (BRITTO, 1992, p. 91, grifo nosso).

“Tudo é projétil, sonho e gozo”, seja em Espinosa, Kafka ou Jomard Muniz de Britto, “lutar com palavras é a luta mais vã guarda”, lutar, desejar, reinventar, estetizando sua existência através do campo simbólico que se abre com a literatura, a poesia. Com tal mensagem guardada na memória, podemos enfim esmiuçar de forma mais direta nossas fontes.

No poema intitulado *Vamos Trocar?*, Jomard Muniz de Britto, inicia seus versos evocando um espaço, o “país de Caruaru”, em referência ao município pernambucano, muito conhecido pela sua feira livre, sendo uma das maiores e mais tradicionais do Nordeste. Nosso autor, pernambucano de origem, não por acaso escolhe tal cidade como espaço de representação de sua fala, muito provavelmente, a feira de Caruaru fazia parte do seu imaginário, “um lugar onde se encontra de tudo e pode-se fazer-se qualquer negócio” (BRITTO, 1982, p. 31). A ideia de “feira” é o lugar comum de muitas pesquisas, histórias e “estórias”, ao longo das décadas, um exemplo de outro sujeito que se volta a pensar o lugar da “feira” na cultura nordestina é o próprio historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2013a), que não só pensa enquanto espaço simbólico a se tratar “objetivamente”, mas ao se voltar a outra grande feira, talvez a maior da região, a feira de Campina Grande, pensa e situa a ideia de “feira” enquanto lugar de



suas memórias de infância e juventude, reproduzindo assim tanto em sua teoria, quanto em sua memória, um ideal de espaço na qual o “popular seria o rei e a pluralidade a lei”.

Assim, podemos compreender o porquê de Jomard Muniz de Britto, rebatizar a feira de Caruaru, como a “feira do troca-troca”, espaço onde tudo é possível, inclusive a sua “crítica projétil”. Mas crítica a que? Bom, podemos entrecortar alguns trechos do poema para entender/responder melhor essa questão, sendo o primeiro deles:

[...], ainda no mesmo dia entardecendo, um chefe de família, / sem entender as vontades do filho de fazer teatro na / companhia práxis-aquariana, foi trocá-lo por um / turista halterofilista. sem mais saber de trocas ou / de termas ou de academias romanas. aqueles músculos / espartanos... aqueles pelos esplendorosos...aquela / cintura e cicatriz... aquele dragão tatuado na / bunda... / assim, vadiamente, pode ser a feira toda a cidade – / ferocidade, como diria um concretista retardatário / com um talvez complexo de castração. (BRITTO, 1982, p. 31).

O “curioso” caso do “chefe de família” que procura trocar seu filho pelo turista halterofilista, ganha destaque no poema, por ser detentor também uma representação imagética, apresentada acima. Corpo musculoso, viril, “macho sim sinhô”. Se recordarmos novamente a análise de Deleuze sobre a obra de Espinosa (DELEUZE, 2002), podemos lembrar que, segundo o analista em questão, Espinosa propõe tomar o “corpo como modelo”, ao invés da razão, não no sentido de desmerecimento desta última, afinal, seu pensamento coloca “corpo e alma” em paralelo, mas sob o intuito de tomar o desconhecido como fonte, enxergar que o corpo ultrapassa o que dele conhecemos (DELEUZE, 2002). E é justamente o que parece ser retratado no caso da troca feita pelo “chefe de família”, o corpo musculoso, o dragão tatuado na bunda, Jomard Muniz de Britto, insinua uma “dúvida”, uma possibilidade de “engano” ante a visão de suposta virilidade pensada pelo sujeito realizante da troca, o “corpo ultrapassaria o que dele conhecemos” e assim, segundo nosso autor, “pode ser a feira toda a cidade”.

Com a troca do filho com práticas non gratas ao pai, podemos vislumbrar uma ação que poderia ser bem matizada sob o discurso de fazer-se em função da “preservação da família tradicional”, ou mesmo, em função da “moral e dos bons costumes”, afinal não é difícil recordar-se de casos “exemplares” de preconceito, homofobia, ou, sob a ótica do patriarca em questão, pela “preservação da moral”. A decisão do pai é rápida, direta, parece ter suas questões atendidas no momento que “bate o olho”, no corpo musculoso, todavia, com um “golpe só”, Jomard Muniz de Britto, parece fazer-se cair por terra seus louros, inverter um atestado de



virilidade, subverter a força viril à economia desejante moderna, na qual os corpos podem ser modelados e atendem firmemente as novas possibilidades de desejo que influem nas cidades no século XX. Com o dragão tatuado nas nádegas, nosso autor investe sobre seu personagem um símbolo não somente enquanto parte caricatural da cultura chinesa e em especial do que seria o “mundo oriental”, mas enquanto representação das novas práticas e margens do desejo moderno.

A sua inversão, o seu uso de um símbolo oriental, pode nos fazer lembrar ainda de quando Margareth Rago, em sua tese de doutoramento transformada em livro, intitulada *Os prazeres da Noite* (2008), quando a mesma nos fala sobre as práticas libidinais em bordéis e cabarés do eixo Rio-São Paulo, entre fins do século XIX e início do seguinte. Nesta investigação, Rago irá nos falar, dentre outras questões, das próprias práticas de *Strip tease* e as chamadas danças orientais, enquanto forma de atração pelo campo exótico e símbolo de modernização em tais espaços de sociabilidade, ou seja, símbolos, performances, corpos estrangeiros farão parte da promoção de uma nova vivência erótica no período (RAGO, 2008, p. 112, 214 e 218). Logo, não parece difícil compreender a escolha também de um símbolo oriental, estrangeiro, pelo nosso autor para promover uma ruptura com os traços de uma moral conservadora, uma pluralidade da leitura sobre os corpos.

Outro fragmento que ganha destaque seria a emergência de uma instituição um tanto que “estranha” a uma feira em si, a figura do “jornal mais antigo da América Latina” enquanto figura “jurídica”, ou, nas palavras do autor:

[...], o jornal mais antigo e off-cético da américa latrina – / se dispõe a realizar, legalizando e legitimando todo / tipo de troca. / na base, é claro, das transferências nominais. [...]. / foram esses os primeiros nomes e alcunhas do cartório / troca-troca, troças carnavalescas de todas as frevaças / e maracatus atomizados. traços de uma visionária e / vertiginosa arte nacional / popular e pra pular as / cercas das rotulações. / os estudantes engajados – logo mais, engasgados – / comentam que tudo não passa de mais idiota decadência / burguesa, elitista e estrelista. (BRITTO, 1982, p. 31-33, grifo nosso).

Neste ponto, percebemos que o espaço a qual Jomard Muniz de Britto se volta, não é efetivamente a cidade de Caruaru, aqui poderíamos lembrar da sua própria cidade de origem, a capital pernambucana. Afinal, o “jornal mais antigo da América Latina” – ou, “América Latrina”, como nosso autor a nomeia em outro poema do nosso livro basilar (BRITTO, 1982, p. 67) – nada mais é que o jornal *Diário de Pernambuco*, situado na dada capital, mas não nos



apressemos em tomar definições, pois se pensarmos melhor, o espaço vislumbrado por Jomard Muniz de Britto parece ser muito mais simbólico do que prático em si. Claro que o *Diário de Pernambuco*, poderia, como muitos jornais de sua época, trazer notícias de outros espaços, ainda mais sendo um espaço de tantas relações de sociabilidade como é a feira de Caruaru; entretanto, o que nos chama atenção em si, não é necessariamente a “presença” em si do jornal, mas a leitura que nosso autor promove sobre sua atuação.

No poema, Jomard Muniz de Britto, destaca o que seria o papel do legislador e jurista, assumido pelas diversas matérias publicadas no jornal, tendo especial destaque para os interesses de uma elite espacial, o que pode ser associada ao trecho “legalizando e legitimando todo tipo de troca. na base, é claro, das transferências nominais”. Dessa forma, nosso autor parece promover uma leitura ácida tanto da intervenção do jornal em questão, mas especialmente, como representação da imprensa em si, chamando atenção para o papel de construção de imagens, ideias, polêmicas nestes espaços, marcadamente dirigidos pela classe burguesa letrada, com ares de “estrelismo”, como nosso autor remonta no fim do trecho em análise.

O fragmento do nosso poema em análise, este se finda evocando uma crítica que se torna comum ao longo do poema, através dos seus múltiplos sujeitos e endereçamentos específicos, Jomard Muniz de Britto, questiona o que no fragmento leva a ideia de legitimação de discursos por parte dos meios de comunicação e instituições de poder, por conseguinte, das ideias, posturas e condutas pré-estabelecidas pelo círculo/circuito intelectual das famílias de renome da região, ou seja, de uma elite intelectual advinda ou representativa dos antigos brasões senhoriais. Desse modo, podemos compreender efetivamente o porquê da associação feita aqui entre a escrita Jomardiana e o conceito de “literatura menor” pensado por Deleuze e Guattari (2017), afinal, nosso autor parece se propor ao intento de “ser estrangeiro em sua própria língua”, ou, como nossos teóricos bem explicam sobre a “literatura menor”:

As três características da literatura menor são a desterritorialização da língua, a ligação individual no imediato-político, o agenciamento coletivo da enunciação. É o mesmo que dizer que “menor” não qualifica mais certas literaturas, mas as condições revolucionárias de toda literatura no seio daquela que se chama grande (ou estabelecida). Mesmo aquele que tem a infelicidade de nascer no país de uma grande literatura deve escrever em sua língua como um judeu tcheco escreve em alemão, ou como um uzbeque escreve em russo. **Escrever como um cachorro que faz seu buraco, um rato que faz sua toca. E, para isso, achar seu próprio ponto de subdesenvolvimento, seu próprio**



**dialeto, seu próprio terceiro mundo, seu próprio deserto.** (DELEUZE; GUATARRI, 2017, p. 39, grifo nosso).

“Escrever como um cachorro que faz seu buraco, um rato que faz sua toca” no seio da “grande literatura”, dos mestres, cânones, “gênios autoproclamados”, não é mesmo Gilberto Freyre? (FREYRE, 2016, p. 16-17), essa parece ser a tarefa/motivação dos escritos jomardianos. A escolha do poema *Vamos trocar?*, como abertura do nosso debate, move-se justamente, pelo entendimento deste resguardar a possibilidade de compreensão dessa escrita marginal, “menor”, estrangeira ao modo canônico de sua época e região, compreendendo os jogos de signos, significados e significantes proposto pelo autor, na tentativa de “fazer vibrar os sob outra ordem”, uma ordem estrangeira dentro da sua própria língua.

E, desse modo, para além da ordem do que seriam as “artes de fazer” da escrita de Jomard Muniz de Britto (CERTEAU, 1998), o poema passa a nos inserir em temas cerne da obra, como as questões acerca do corpo, gênero e sexualidades, iniciadas, por exemplo, com o caso da troca realizada pelo “chefe de família”. Temas estes que são aprofundados a partir dessa percepção de escrita enquanto “projétil”, não só como reveladora de possibilidades de leitura sobre o próprio autor, mas como também, signos de uma coletividade, de questões sociais que reverberam sobre ou no interior dessa ideia de “Nordeste”.

### **3. Corpos nômades: Jomard Muniz de Britto e os “limites” do corpo**

Se observarmos de forma atenta o poema *Vamos Trocar?*, podemos notar que há pelo menos outro momento na qual as temáticas de gênero se mostram presentes, um caso especial pode nos chamar atenção acerca deste ponto, principalmente, ante as escolhas, o peso dado pelo nosso autor, sendo este caso presente no fragmento: “[...], certo dia ensolarado, um anônimo rurícola resolveu / trocar sua mulher, mãe abnegada de seus filhos, por / uma bicicleta sem freio. ninguém quis saber dos / mal tratos – ou melhor, malvadezas duronas – que a / mulher sofrera.” (BRITTO, 1982, p. 31).

A primeira troca exaltada por Jomard Muniz de Britto é a troca de uma mãe por uma bicicleta sem freio. Nosso autor, abre destaque ainda para exaltar o descaso da “população local”, que não se solidarizara com as dores, os sofrimentos da mulher. Apesar, da atitude de abrir um “parêntese”, para destacar a indiferença quanto ao caso, nosso autor, prefere transpor em imagem, o caso do sujeito musculoso, com o dragão tatuado na bunda, abordado



anteriormente e que cuja imagem, toma uma página inteira de sua obra. Isto nos é interessante, pois revela o que autor considera como mensagem central em seu poema, ou ponto a ser pensado com maior destaque, seja por uma afinidade afetiva ou quaisquer outro mote, o fato é que o caso, ou melhor, a escolha feita por Jomard Muniz de Britto, não se apresenta fortuita no livro.

Esta escolha, parece se alinhar a outros poemas de sua obra, exaltando uma discussão que mesmo pensando questões de gênero, corpo e sexualidades, tais temas apresentam-se de vasta ordem, o que promove a necessidade de fazer-se recortes diante da experiência e debate a que se procura centrar-se. No caso do nosso autor, este toma a masculinidade, o corpo masculino e seus possíveis, como pauta central da obra. O que pode ser visto através dos outros poemas a serem analisados aqui, a qual podemos citar primeiramente o chamado, *POEMA DE SETE FACES* ou *Pernalonga em sete fôlegos*.

***POEMA DE SETE FACES ou pernalonga em sete fôlegos***

**Quando nasci, um anjo igual a mim / desses que vivem nas sombras das águas fortes de Olinda... / disse: Vai, Pernalonga! ser gay na vida. / Quando nasci ou renasci, um anjo doido / desses que sossegam em sombra e água fresca / disse: Vai, Grace Florida! Ser artista da vida. / Quando nasci, um anjo solto por aí / desses que mergulham na praia dos milagres / disse: Vem, Perna! vem mais pra junto de mim / (baixinho: que somente aqui começa a vida). / Quando nasci, um anjo muito vivo / desses que amanhecem no cantinho da sé / disse: Vai, Pernalonga! dormir com muita fé. / Quando nasci, um anjo de mentirinha / desses que adormecem na ilusão do ninho / disse: Vem, Perna! descobrir novo caminho. / Quando nasci e morri, um anjo pela metade / desses que vivem no coração da cidade / disse: Vai, menino! ser artista de vontade. / Quando nasci, um anjo igual a mim, maroto / desses que ainda navegam em três galeras / disse: Vai, Pernalonga, sempre torto, / alegrar toda a cidade. (BRITTO, 1982, p. 53-54, grifo nosso).**

Em *POEMA DE SETE FACES* ou *pernalonga em sete fôlegos*, observamos o uso da ferramenta de repetição de termos, uma sequência que se metamorfoseia aos poucos dentro de uma base de repetição de palavras. É mister atentarmos que tal base de repetição é movida por dois a três termos, partes, centrais: “quando nasci” ou “morri” e a ideia de que um “anjo”, vivo, torto, doido, de muitas faces e jeitos, veio “dizer” o que Pernalonga deveria fazer e, principalmente, ser. A fonte em questão guarda ainda a semelhança de ter-se uma imagem que a acompanha, tal qual a nossa última produção analisada, todavia, se fizermos um breve comparativo, podemos notar, a diferença de que agora temos uma fotografia, de um “sujeito real”, de um corpo, que figuraria como “Pernalonga” e que passa a ideia de uma poesia de



“fundo real”, fruto das vivências do dado sujeito da imagem, o que se diferencia da nossa primeira fonte imagética, ao passo que esta seria muito mais uma representação, um desenho, uma ilustração do texto escrito, sem esse vínculo direto com um “corpo material, físico, real”.

Ao lermos o poema jomardiano, atentando para tais elementos, repetições, aproximações e dissidências podemos acompanhar mais do que o processo de construção da identidade de Pernalonga, mas também o seu processo de desterritorialização e reterritorialização na própria cidade. Ou seja, ao acompanharmos a história de Pernalonga e a repetição de termos como: nasci, renasci, a mudança de nome para Grace Florida, Pernalonga, anjo de mentirinha, “anjo pela metade desses que vivem no coração da cidade” (BRITTO, 1982, p. 54), podemos compreender enquanto a trajetória de um sujeito que recai ao submundo da noite pernambucana, encontrando na prostituição, tanto como meio de vida, como enquanto espaço de libertação de desejos e vivências. Nesse sentido, podemos recordar especialmente das discussões promovidas por Margareth Rago (2008), na esteira de perceber o processo de “nomadismo” vivido por Pernalonga.

Rago, apesar de pensar a prostituição especialmente legada à figura feminina, esta estuda suas múltiplas configurações, expressões, especialmente no campo da construção e efeitos sociais a estas atribuídas. Neste intento encontraremos o perfil da prostituição traçado sob a ambígua relação entre a ideia de indesejável e necessário, os discursos se avolumam, mas muito provavelmente se amplificam a margem de indesejável socialmente sobre os sujeitos trans, travestis, homossexuais que permeiam a “mercantização do submundo” (RAGO, 2008, p. 215). Sob a margem da economia da imagem legada a prostituição, Rago nos fala de uma dicotomia, entre discursos de vitimização e libertação, entre sujeitos que como Pernalonga seriam “anjos” depravados pela sociedade e *femme fatale*, que assume nos estudos da nossa autora o papel de resposta, libertação e que representaria um perigo real à comunidade.

Dessa forma nos vemos diante de múltiplas tentativas de captura empreendidas sobre os sujeitos indesejáveis, seja pela imprensa, seja pela literatura, discurso médico, jurídico, todavia, se são variadas os lócus de ataque, de investimento em apreender e limitar tais indivíduos, ainda mais plurais são suas expressões, chegando à atribuição da alcunha de “artistas” não apenas pelas suas atividades nos bordéis, espaços e eventos libertinos, mas também, pela sua relação íntima com o processo de transformação, fragmentação do corpo e da própria identidade. É nesse sentido que Margareth Rago irá atribuir tal movimento de transformação, de metamorfose a alcunha de “nomadismo”, um nomadismo geográfico, sexual e identitário (RAGO, 2008, p.



223). Dessa forma, lemos o poema de Jomard Muniz de Britto, quando este versa sobre o “nascer, renascer” de Pernalonga, ou Grace Florida, enquanto espelho da ideação de Rago, na qual os corpos são reterritorializados pela instituição da prostituição.

Assim, Rago nos chama a atenção para o processo de adaptação, a produção de uma imagem corporal e identitária que apesar de fluida, de poder-se reconfigurar-se em outro espaço, sobre outras características, respondia diretamente a um modelo específico, a uma economia da imagem da prostituição. O que podemos ver de maneira mais clara, o reverberar de tais características na própria imagem de Pernalonga que acompanha o poema, que mesmo atendendo a escolhas pessoais, a questões identitárias próprias, também parece responder diretamente à sua função de “artista de vontade” que vai “alegrar toda a cidade” (BRITTO, 1982, p. 54).

Frente a tais observações apontadas acerca da nossa fonte, podemos observar que a partir dela, nos aprofundamos de vez nas temáticas acerca do Corpo, Gênero e Sexualidades. E com isso podemos lembrar de uma obra clássica que nos ajuda a entender esse processo vislumbrado na fonte, onde há sempre um discurso sobre o “modo de agir do Pernalonga”, sendo esta, os escritos de Foucault, sobre *a História da Sexualidade*; dividido em 4 volumes, o tratado foucaultiano nos apresentará um “sexo que fala”, ou seja, em um comparativo/distinção entre o que seria uma hermenêutica da conduta sexual pela moral cristã e uma estética da existência que seria própria da Antiguidade, um cuidado de si, observando essa distinção entre uma estrutura de organização dada a patologização das práticas sexuais e o que seria uma abordagem dietética da Antiguidade, observamos o que Foucault chama de “dispositivo de sexualidade” (FOUCAULT, 2020).

Tal dispositivo, na sociedade ocidental hodierna, vigoraria sob a herança dessa moral cristã, de policiamento, fala e repressão dos corpos. Um dispositivo que não necessariamente “reprime”, em essência o sexo, pelo contrário, para Foucault nunca falou tanto sobre a sexualidade, os corpos, as formas, nunca na história “a vontade de saber sobre o sexo” fora tamanha. A escrita de Foucault, nos é interessante ao passo que explica, em certa medida, o interesse pelo outro, o porquê, dos “anjos” em nossa fonte, sempre estarem apontando um caminho ao Pernalonga, estão sempre querendo saber sobre ele, ao mesmo tempo que detém uma opinião sobre seu “futuro”.

E, neste ponto, se alinharmos a ideia de construção de um dispositivo de sexualidade, descrito por Foucault, às discussões de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2013b), sobre os



corpos e sujeitos nordestinos, podemos chegar à conclusão de que a uma apropriação, uma derivação, uma metamorfose, ou seja, podemos compreender que ao inventar-se o que seria o sujeito nordestino, inventa-se também um dispositivo de sexualidade próprio que regeria os modelos identitários que iriam compor as características de tal sujeito, o que chamamos aqui, enquanto uma “sexualidade nordestinada”. Desse modo, nossa fonte em questão, tem sua escolha para análise aqui, movida justamente pela possibilidade aferir a produção de discursos que irrompem sobre os sujeitos, sobre os corpos, ou seja, nos revela, nos fala, sobre o processo de fabricação dos sujeitos, nos inserindo assim em uma discussão que articula o discurso enquanto instrumento de poder e o processo de construção de identidades de gênero no espaço nordestino. Discussões estas, que parecem ganhar ainda mais vigor ao passo que atentamos para o nosso terceiro poema base desta produção, chamado “*O homem atrás do bigode*”:

***O homem atrás do bigode***

**O homem atrás do bigode / pode ser meu pai. / O homem atrás do bigode / pode ser meu pânico. / O homem atrás do bigode / Pode ser a mordida. / O homem atrás do bigode / pode ser a ferida. / O homem atrás do bigode / pode ser o poder. / O homem atrás do bigode / pode ser. / O homem atrás do bigode / pode. / O homem atrás de sua máscara / é mais carnaval do que / o homem da meia-noite. / Conversa e me entende como / a mulher do dia. / Me entende e me entrega / ao tempo folião. / Se entrega e me esfrega. / (Nunca ouvimos falar em trocas simbólicas.) / O homem atrás do bigode / pode. (BRITTO, 1982, p. 57, grifo nosso).**

Em nossa terceira fonte de análise, podemos atentar novamente para a primazia do corpo masculino, neste, “o homem” faz parte da própria base de repetição, construção, do poema. Neste poema, temos um outro elemento que toma destaque, que seria a ideia do “bigode”, aqui podemos interpretá-lo como signo, parte de um modelo de visual masculino, “o homem do bigode grosso”, “macho com certeza”. Todavia, a ideia cerne do poema parece apontar para a mensagem, que pode ser metaforizada da seguinte forma: “olha, moço do bigode grosso, representante da virilidade e moral nordestina, você não precisa estar sempre ‘armado’, você pode, você pode baixar a máscara prescrita pela ‘receita cultural do nordestino’ e ser mais carnaval que os próprios bonecos que abrem e encerram o carnaval em Olinda”.

Com isso, Jomard Muniz de Britto, nos chama atenção novamente para um debate acerca da construção de uma identidade. Nesse sentido, podemos observar que, seja o “Pernalonga”, seja o “Homem do bigode grosso”, há a composição de uma espécie de “identidade cambiante”, que se articula com os dispositivos de poder e as performances desses



corpos, o que na margem de uma discussão teórica sobre gênero, encontraria consonância, por exemplo, na discussão de Judith Butler, sob a margem à crítica ao que a mesma chamará como uma “identidade substantiva”, pautada em uma dualidade, homem/mulher, relegando a margem de impossibilidades tudo que extravasaria tal dicotomia.

Assim, Butler, compreende a noção de “identidade”, centrada na noção “prática significante”, interpretando assim o substantivo “eu” como resultante de um discurso amarrado por regras, por práticas culturalmente inteligíveis. O que, segundo a mesma; “*procuram ocultar seu funcionamento e naturalizar seus efeitos*” (2015, p. 249), conformando assim a ideia da existência de modelos epistemológicos, sob as quais os sujeitos “naturalmente” se alocariam e sob a qual se desenvolveria à própria noção de Gênero. Entretanto, na visão de Butler, os sujeitos não assimilam ou são definidos estritamente por tais discursos, estes, “negociam suas construções”, o que implica frente a noção de gênero, em sujeitos que “nunca se encontrariam plenamente identificáveis com seu gênero”.

Ao passo que entendemos a ideia de “identidade” enquanto elemento construído e não algo que pré-existe, algo dado a instância da natureza humana, não haveria na mesma medida uma “identidade de gênero verdadeira”, mas sim um discurso, uma “ficção reguladora”. Nesse sentido, Butler compreende a noção de Gênero, como algo a ser combatido, como um instrumento inteligível de perpetuação, de manutenção de práticas, de uma dominação; deste modo, a noção de masculinidade, feminilidade e as expressões que conformariam tais instâncias, seriam como diria a mesma: “*parte da estratégia que ocultar o caráter performativo do gênero*” e suas possibilidades de extravasar o modelo binário existente (2015, p. 244).

Logo, “se puxarmos mais uma cadeira” e agora “convidarmos” uma brasileira ao debate, mais especificamente, Guacira Lopes Louro (2000), podemos observar que essas “práticas significantes” e essa “ficção reguladora” situadas por Butler (2015) e que encontram em Foucault o nome de “dispositivo de sexualidade” (FOUCAULT, 2020), que a “fabricação dos sujeitos” em si, move-se em um processo sutil e continuado, que irrompem sobre os corpos antes mesmo deles se conformarem completamente no útero materno. Ou seja, o discurso sobre a sexualidade, o gênero, “o sexo que fala”, conforme citamos acima com Foucault, nos atinge, nos é inserido nesse “círculo de saber e prescrição”, desde o momento da gestação e que será continuado, gerido, primeiramente pela instituição familiar, em seguida, entra o ambiente da escola, de modo que para usar a expressão clássica da própria Guacira Lopes Louro (2000), o “corpo vai sendo educado” a se adequar a um dado Gênero. Todavia, como bem aponta Butler



(2015) acima, o mesmo nunca figuraria identificado em sua plenitude em tal modelo genérico, o que abre margem para a existência da figura do “outro”, do “corpo abjeto”, que adentra inclusive como “necessidade” ao dispositivo de sexualidade vigente.

“Necessidade”, no sentido de autoafirmação pela negação do outro, assim os discursos, as instituições, o dispositivo de sexualidade, no nosso caso, modificado para (ou pela) a experiência de um discurso regionalista, que irão moldando os “corpos que importam” a roubar a expressão agora da Butler (2015), e assim construir uma ideia de identidade a qual os sujeitos devem procurar se alocar, para “serem bem quistos socialmente”. Logo, ao realizarmos tal trajetória de análise, através dos três poemas aqui destacados, não só enquanto representação da própria obra que os compreende, intitulada *Terceira Aquarela do Brasil* (1982), mas também da própria escrita e poesia feita por Jomard Muniz de Britto, podemos pensar que este acaba por conceder uma primazia a discussão sobre a masculinidade, sobre o corpo masculino, situando-se ou se colocando a margem de um discurso de poder que é sintetizado sobre a imagem/ideia de nordestino.

Nesse processo, Jomard Muniz de Britto, apesar de não falar diretamente de si como vimos fazer abertamente na introdução da nossa produção, nos três poemas analisados, nos transparece através de repetições, de escolhas feitas nas obras, uma percepção que ao falar-se das trocas feitas no “país de Caruaru”, dos “anjos” que ditam ao Pernalonga o que fazer da sua vida, ou mesmo, no homem que se esconde atrás da “máscara” do seu bigode, também, estaria falando do seu próprio corpo, da sua própria sexualidade, também estaria produzindo um “discurso sobre si” próprio, enquanto um corpo, um sujeito, que parece também não se encontrar “plenamente identificado com seu Gênero”, como dirá Butler (2015) e encontra na arte, na escrita, na poesia, espaço para experienciar-se através de outros nomes, rostos, formas e signos, possibilidades que lhe são cerceadas no campo da práxis.

#### **4. Considerações Finais**

Assim, ao final do nosso estudo, ao analisar-se parte da produção poética de Jomard Muniz de Britto, podemos apontar como resultados, ou mensagens centrais da nossa reflexão, primeiramente, a percepção da possibilidade de resistência através da palavra, a “poesia como projétil”, interligando-se assim a ideia de literatura menor pensada por Deleuze e Guattari (2017), fazendo “vibrar” novas possibilidades dentro de uma literatura, um “modus” tradicional



de escrita. Em seguida, a percepção do papel dos discursos, do “sexo que fala”, para Foucault (2020a, p. 85), das “práticas significantes”, para Butler (2015), das “operações sutis que produzem o corpo educado”, para Guacira Louro (2000), ou seja, a operação de fabricação dos sujeitos, de um dispositivo de sexualidade que se especifica conjuntamente com a própria “invenção do Nordeste” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013b).

Por fim, compreendemos a escrita, a poesia de Jomard Muniz de Britto, enquanto um discurso de si, como também enquanto reveladora, provocativa, de temas caros à sua época. Ou seja, nossos poemas analisados tanto falam do próprio autor, como dos sujeitos de sua época. Tanto é resistência a um modelo de conduta, de prescrição sobre os corpos e sexualidades, como possibilidade de “existência”, se pensarmos nas condições de existência, de vivência, no Nordeste do período, logo, sintetizamos tal dualidade, sua trajetória cultural de maneira mais geral, enquanto forma de res(ex)istência a uma sexualidade nor(destinada), ao maquinário de poder em si, que prescreve a “receita cultural” de sua época e espaço.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A feira dos Mitos**: a fabricação do folclore da cultura popular (Nordeste 1920-1950), São Paulo: Intermeios, 2013a.

\_\_\_\_\_. **Nordestino**: invenção do falo. Uma história do gênero masculino. São Paulo: Intermeios, 2013b.

BRITTO, Jomard Muniz de. **Terceira aquarela do Brasil**: textos de humor e horror com acessos líricos sob o trópico de pernambucâncer. Recife: Ed. do Autor, 1982.

\_\_\_\_\_. **Bordel brasilírico bordel**: antropologia ficcional de nós mesmos. Recife: Comunicarte, 1992.

\_\_\_\_\_. **Atentados poéticos**. Recife: Bagaço, 2002.

BUTLER, Judith P. **Problemas de Gênero**: Feminismo e Subversão da Identidade. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CASTRO, Ernesto Manuel de Melo. A revolução da linguagem e a linguagem da revolução. **Revista Vozes**, Rio de Janeiro, ano 68, n. 06, ago. 1974.

CERTEAU, Michel: **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.  
DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka**: por uma literatura menor. Tradução: Luiz B. L. Orlandi. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

DELEUZE, Gilles. **Espinoso**: filosofia prática. São Paulo: Escuta, 2002.



FREYRE, Gilberto. **Tempo de aprendiz**: artigos publicados em jornais na adolescência e na primeira mocidade do autor (1918-1926). Org. José Antônio Gonçalves de Mello. São Paulo: 2016.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade 1**: a vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.



**FACES DOS CORPOS MARCADOS NA HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE:  
MÍDIAS DIGITAIS E A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DO MARANHÃO**

Jennyfher Lourena de Oliveira Silva

Orientador: Prof. Dr. Jakson dos Santos Ribeiro

## **1. Introdução**

O presente artigo tem como objetivo apresentar os dados obtidos através do projeto de pesquisa desenvolvido no plano de trabalho: Faces dos Corpos Marcados na História do Tempo Presente: mídias digitais e violência contra a mulher no Maranhão. Teve o intuito de identificar os casos de violência contra a mulher no Estado do Maranhão, através das mídias digitais/ jornais/ blogs, dentro do recorte temporal 2016 a 2020.

A delimitação temporal contempla o ano que condiz aos 10 (dez) anos de vigência da Lei 11.340, que corresponde à Lei Maria da Penha, foi sancionada em 2006 como um meio de combater a violência contra a mulher e punir seus agressores. Com isso, a pesquisa buscou identificar esses casos de violência ainda presentes no Estado do Maranhão, além de analisar como essas notícias foram informadas através das plataformas digitais, que se configuram como uma forma mais eficaz de divulgação de notícias, pois são mais visíveis e mais presentes na vida cotidiana dos brasileiros, uma vez que essas informações podem ser acessadas por celulares e computadores em qualquer lugar e a qualquer momento.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica, documental e aplicada, com base nestes buscou, a partir dos dados quantitativos, trazer um perfil das práticas de violência mais recorrentes no âmbito da região pesquisada. A metodologia aplicada foi a *Netnografia*, que se configura como um método de pesquisa qualitativo do campo da comunicação digital que amplia a análise do diálogo no ciberespaço (Adade, Barros, & Costa, 2018). Por esse viés, a pesquisa buscará analisar os jornais e portais online maranhenses, redes sociais, cujo foco é apresentar os casos de violência contra mulher e a forma como essas notícias foram publicadas. Para a obtenção dos resultados da pesquisa foram necessários a coleta de dados das notícias no qual compuseram a seguinte estrutura: capturar os casos noticiados; os meios que foram divulgados; as cidades que ocorreram.



A questão da violência contra a mulher é um fenômeno presente ainda na sociedade atual, apesar da Lei Maria da Penha. Ela se configura como uma violência de gênero que emergiu das estruturas sociais e econômicas impostas que se solidificaram ao longo da história, no qual a mulher sempre foi vista como uma figura inferior em relação ao homem. Os casos de violência contra mulher se estabelecem também por uma ordem dita e entendida como natural, principalmente por levar em consideração o poder dado a esse discurso, onde o homem se torna o ser detentor de um poder, e a mulher acaba sendo o alvo dessas práticas. Por essa ótica é importante salientar que os casos de violência registrados nesta pesquisa denotam o sentido dado ao poder ainda instituído ao homem sobre a mulher.

## **2. Contextualização**

A Lei Maria da Penha, datada de 2006, que corresponde à lei 11.340, foi criada com o objetivo de criar “mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher” (BRASIL, 2006). Com a implementação desta lei esperava-se uma grande diminuição nos números de casos de violência contra a mulher, mas essas taxas permaneceram altas. A violência de gênero se faz presente, trazendo consigo fatores históricos e sociais que evidenciam as causas e os comportamentos que a influenciam, um exemplo são as construções sociais que delimitam o papel do homem e, principalmente, o das mulheres. Para Joan Scott (1995, p.03)

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as construções sociais, a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre corpos sexuados.

Dessa forma, compreendemos que a categoria de gênero compreende as relações entre os sexos na sociedade, que se diferenciam entre o sexo biológico, correspondendo as características anatomofisiológicas entre homens e mulheres, ou seja biológicas; e o sexo social, que diz respeito as características e diferenças comportamentais nas diferentes sociedades.

O gênero, por ser uma construção social, nos mostra quais papéis, comportamentos são atribuídos os indivíduos, que se distinguem pelo sexo. Nesse caso, a mulher vista como inferior,



frágil, submissa, já o homem visto como detentor do poder em todos os âmbitos, inclusive em casa com a família. Essa estrutura, por muito tempo, legitimou o uso dos mais diversos tipos de violência pelo homem e o silenciamento da mulher perante estes maus tratos.

Para Saffioti e Almeida (1995) a violência masculina contra a mulher se inscreve nas vísceras da sociedade com supremacia masculina. Disto resulta uma maior facilidade de sua naturalização, outro processo violento, porque subjuga a vítima e dissemina a legitimação social da violência. Embora os excessos sejam negativamente sancionados, a impunidade dos homens prevalece, em função da natureza visceral da dominação destes sobre as mulheres.

### 3. Resultados e Discussões

A pesquisa foi realizada a partir da realidade de alguns municípios do Estado do Maranhão, que disponibilizaram portais digitais possíveis para realizar a coleta de dados através das mídias digitais, uma vez que nem todos os casos são relatados, não foi possível contemplar todos os 217 municípios do Estado. As cidades examinadas foram as que se fizeram presentes nos portais de informações online selecionados para a coleta de dados.

| <b>CIDADES</b>   | <b>CASOS NOTIFICADOS</b> |
|------------------|--------------------------|
| Açailândia       | 1                        |
| Água Doce        | 1                        |
| Aldeias Altas    | 1                        |
| Bacabal          | 1                        |
| Barra do Corda   | 2                        |
| Caxias           | 3                        |
| Chapadinha       | 1                        |
| Coroatá          | 1                        |
| Codó             | 1                        |
| Imperatriz       | 8                        |
| Itapecuru Mirim  | 1                        |
| Loreto           | 1                        |
| Miranda do Norte | 1                        |
| Paço do Lumiar   | 3                        |
| Pedreiras        | 1                        |
| Pinheiro         | 3                        |
| Loreto           | 1                        |
| Raposa           | 1                        |
| Rosário          | 1                        |
| Santa Helena     | 1                        |



|                              |   |
|------------------------------|---|
| São Luís                     | 6 |
| São José de Ribamar          | 3 |
| São Raimundo das Mangabeiras | 1 |
| Tasso Fragoso                | 1 |
| Viana                        | 1 |
| Timon                        | 2 |
| Vitória do Mearim            | 1 |
| Zé Doca                      | 1 |

**Tabela 1** - (Fonte: Próprio do Autor, 2022)

Ao analisar a Tabela 01, percebemos que os municípios que se destacam com maior quantidade de casos notificados de violência contra a mulher no Maranhão foram: Imperatriz, com 8 (oito); São Luís, com 6 (seis); Caxias, Paço do Lumiar, Pinheiro e São José de Ribamar, com 3 (três) casos notificados.

Em visto dessa questão, na Tabela 02, estão catalogadas as mídias digitais utilizadas para a análise das notícias realizadas através da *Netnografia*, que segundo Amaral, Natal e Viana (2008), este método disponibiliza o acesso à internet, como um espaço de estudo, que propicia o encontro de determinadas variedades culturais com as diversidades de opiniões no meio da comunicação.

Seguindo essa premissa, Carmen Rial (2005), nos coloca que ao utilizar os estudos dos artefatos da mídia, ganhamos possibilidades para empregar procedimentos próprios da pesquisa etnográfica. Ou seja, utilizar os meios de comunicação virtuais como meio de pesquisa, sendo assim, analisar a forma como as informações sobre violência contra a mulher foram repassadas diante dos portais e mídias digitais.

| <b>PORTAL DE NOTÍCIAS</b> | <b>QUANTIDADE DE CASOS</b> |
|---------------------------|----------------------------|
| O ESTADO DO MARANHÃO      | 01                         |
| JORNAL PEQUENO            | 06                         |
| O QUARTO PODER            | 02                         |
| IMIRANTE                  | 04                         |
| GAZETA                    | 01                         |
| G1 MA                     | 01                         |
| DIÁRIO DO NORDESTE        | 01                         |
| ASCOM PC MA               | 27                         |
| SUINF-1                   | 01                         |
| DIÁRIO SUL MARANHENSE     | 05                         |



|       |    |
|-------|----|
| MA 98 | 01 |
|-------|----|

**Tabela 2** – (Fonte: Próprio do Autor, 2022)

Os registros de casos de violência contra a mulher coletados a partir das mídias digitais no Maranhão, foram apresentados (Tabela 02), seguindo o recorte temporal estabelecido na pesquisa, com a seguinte tipificação: título da notícia; portal de divulgação; ano; cidade; agressor; causa da agressão. A partir destes podemos compreender a forma como essas notícias são compartilhadas.

Através das notícias conseguimos analisar quais os tipos de violências, quem é o agressor e quais causas, que foram apresentados no próprio texto descritivo da notícia, em alguns casos os dados foram escassos, apenas informando que ocorreram casos de violência contra a mulher, mas não especificaram qual tipo ou as motivações.

Com os dados coletados formulamos uma tabela, nela contendo as informações dos tipos de violência, agressores e causas. Nesta Tabela (03), os tipos de violência seguiram a classificação determinada pela Lei Maria da Penha, que prescreve os tipos de violência doméstica e familiar contra a mulher como: física, psicológica, sexual, moral e patrimonial.

| TIPOS DE VIOLÊNCIA | AGRESSOR         | CAUSA                 |
|--------------------|------------------|-----------------------|
| Física             | Companheiro      | Traição               |
| Psicológica        | Ex companheiro   | Desentendimento       |
| Sexual             | Padrasto         | Álcool                |
| Moral              | Pai              | Reatar relacionamento |
| Patrimonial        | Tio              | Não identificadas     |
| Não informado      | Sem relação      | -                     |
| -                  | Não identificado | -                     |

**Tabela 3** – (Fonte: Próprio do Autor, 2022)

A Lei Maria da Penha prescreve que *violência física* é “entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal” (BRASIL, 2006). Neste quesito foram apresentados casos de agressão (17), tortura (1), tentativa de homicídio (4). Os casos de violência psicológica identificados foram os de ameaça (8), perseguição (1) e intimidação (1), esse tipo de violência é:



[...] entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (BRASIL, 2006, p.16).

Já os casos de (A) *violência sexual*, que se define como “ qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força”, (B) *violência patrimonial*, conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades, e (C) *violência moral*, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2006), foram contabilizados, respectivamente, (A) estupro (5); (B) furto (2); (C) injúria (3). Dentre estes possui 2 (dois) homicídios/ feminicídios, além de algumas notícias que não informaram a tipificação da violência cometida.

A violência contra mulher se estabelece como um problema social que deve ser combatido por todos, assim ao traçar um perfil do agressor é possível constituir medidas de enfrentamento. A partir desta pesquisa, percebemos que o praticante da agressão se caracteriza por uma figura masculina, sendo este, frequentemente, uma pessoa próxima da vítima, Silva (2011) aponta que, as mulheres são as grandes vítimas da violência de gênero, fato esse que ocorre em sua maioria no espaço privado conhecido como doméstico, família – lar, local privilegiado para o exercício de atos violentos como forma de manter a relação hierárquica de poder e dominação. O que demonstra como a mulher segue sendo oprimida e inferiorizada no próprio seio familiar, no qual são obrigadas a conviver com seus agressores diariamente.

Essa construção social e histórica dos papéis de gênero na sociedade, contribuem para que casos de violência ocorram, pois advém de uma estrutura hierárquica no qual a mulher se encontra abaixo da figura masculina, sempre em um estado de subordinação, ou seja, o homem enquanto detentor de poder e provedor da família, moldado no patriarcalismo, considera a mulher como objeto, fazendo uso da violência como meio de dominação.



Ainda nesta (Tabela 03), percebemos que as causas são as menos relatadas, nas que puderam ser identificadas tiveram as seguintes motivações: traição, desentendimento, consumo exagerado de álcool e tentativa de reatar o relacionamento. Com isso, percebemos evidentemente a escassez de informações, não apenas nesse quesito, mostrando que as motivações podem ser das mais variadas, contudo em hipótese alguma podemos levar em conta essas causas como formas de legitimação da violência contra a mulher, que consta como crime pela Lei 11.340/2006.

#### **4. Considerações Finais**

Através dos dados analisados nesta pesquisa, observa-se que mesmo após a implementação da Lei Maria da Penha, de nº 11.340, em 2006, apresentando mais de 10 (dez) anos de efetivação, ainda há uma forte presença da continuidade de casos de violência contra a mulher. Esta possui como agressor, majoritariamente, uma figura masculina próxima a vítima, nos mostrando a permanência de uma estrutura patriarcal e misógina que subjuga a mulher, que a trata como objeto, reduzindo seu valor e a cobrança de uma submissão herdada historicamente.

Cabe destacar que há muitos casos que não são noticiados, e os dados coletados e analisados neste artigo refletem apenas uma pequena porcentagem de um todo. Há diversos municípios do estado do Maranhão que esses casos de violência não são reportados ou contabilizados, além de que ainda há outros que são completamente silenciados, onde a vítima que teme a realização de denúncias pois dependem do seu próprio agressor.

Nota-se, também, a forma como as notícias retratadas nos mecanismos de divulgação digitais são feitas de forma superficial, levando em conta apenas a violência ocorrida e em alguns casos a tipificação, porém não apresenta maiores detalhes de como ocorreu ou do desenrolar do problema. Em algumas situações divulgando o nome da vítima mas não expondo o agressor. Os textos das notícias são apresentados, em sua maioria, de forma curta, não aprofundam os relatos ou desfecho da história.

Com isso, podemos problematizar a forma como esses discursos são repassados através das mídias digitais e como são vinculados a uma estrutura maior de dominação, visto que quem detém o poder controla os meios de produção dos discursos, influenciando quem consome essas informações.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Fernando. **Homens, violência de gênero e saúde sexual e reprodutiva: um estudo sobre homens no Rio de Janeiro/Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto NOOS, 2003.

ADADE, R.D., Barros, D. F., & Costa, A. S. M. **A Netnografia e a Análise de Discurso Mediada por Computador (ADMC) como Alternativas Metodológicas para Investigação de Fenômenos da Administração**. Sociedade, Contabilidade e Gestão, 13(1), 1-19,2018.

BRASIL. **Lei Maria da Penha**. Lei N. °11.340, de 7 de Agosto de 2006.

BRASIL. **Lei nº 13.104**, de 9 de março de 2015.

CARLOTTO, C. M. Ruptura ou reforço da dominação: gênero em perspectiva. In: Políticas Públicas e igualdade de gênero. São Paulo: Caderno 8 da Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, p.149-156.

**INSTITUTO MARIA DA PENHA**. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/> Acesso em 15 de dezembro de 2020.

**Lei Maria da Penha** - Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/observatorio-judicial-violencia-mulher/o-que-e-a-violencia-domestica-e-o-feminicidio/lei-maria-da-penha>.

**Panorama da violência contra as mulheres no Brasil** [recurso eletrônico]: indicadores nacionais e estaduais. -- N. 1 (2016)-. -- Brasília: Senado Federal, Observatório da Mulher contra a Violência, 2016, 71 p.

SAFFIOTI, Heleieth I.B.(1992) Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. de O, e BRUSCHINI, C. (Orgs.) **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, p. 183-215.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. e ALMEIDA (1995). **Violência de gênero – Poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Já se mete a colher em briga de marido e mulher**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 82-91, 1999.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990, p.5.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção Polêmica) p.120.



**MÃES E FILHAS – EDUCAÇÃO NOS LARES MENONITAS: CULTURA E TRADUÇÕES DAS FAMÍLIAS DESCENDENTES DE IMIGRANTES RADICADOS NO PARANÁ (1970-1980)**

Eliane Maass Cirqueira

## **1. Introdução**

Mutter! Mutter! Zeigtest mir Gott in deinen Befehlen, und ich fand ihn in meinem Gehorsam. Mutter! Mutter! Wenn ich Gottes vergesse, so bergesse ich deiner Statt; ich schliesse mich zu deinem Elenden ein und dein Weinendes ruht auf meinen Armen, wie auf Mutterarmen. (PESTALOZZI, 1970, p.1)

A força e representatividade da figura materna no seio da comunidade menonita é reiterada e repetidamente retroalimentada, seja no interior das famílias com ações de formação cotidianas, seja nas práticas que transcendem os espaços domiciliares, tais quais as explicitadas nas páginas do periódico *Bibel und Pflug* (Bíblia e Arado).

O fragmento do poema intitulado *Deus é o Deus da nossa mãe*, publicado em 1970, apresenta uma mãe que tem a missão de levar seus filhos a uma intimidade com Deus e a um temor através da obediência. Aqui a mãe é retratada como um espelho de Deus para seus filhos. Este poema é emblemático quando ao referenciar a cultura familiar, as tradições e práticas cotidianas menonitas, pois ressalta de forma exemplar duas questões que estão sendo abordadas na pesquisa de mestrado em desenvolvimento, quais sejam: a relação entre mães e filhas e, a relação dessas mulheres com os valores e ensinamentos cristãos da comunidade menonita.

A proposta central da pesquisa é focada nas práticas educativas das mulheres menonitas nas décadas de 1970 e 1980 em Curitiba, uma geração que recebeu a herança cultural dos menonitas que vieram da Rússia em 1930 e que foi transmissora dessa herança educacional para suas filhas, geração da qual faço parte.

Contudo, neste texto concentraremos uma abordagem introdutória neste estudo da História Menonita no Brasil, centrada em dois questionamentos:

§ Quem são os menonitas que chegaram ao Brasil na década de 1930?

§ Como os imigrantes menonitas organizaram a comunidade no Brasil?

Para construir a análise da História Menonita no Brasil recorreu-se a revisão bibliográfica e às fontes escritas (jornais e livros), sob a ótica da História Cultural, e, enfatizando a perspectiva da História das Mulheres. Uma vez que no interior da comunidade é



atribuída às mulheres a responsabilidade de resguardar e (re)transmitir às novas gerações as tradições e práticas culturais inerentes aos menonitas.

## **2. A saga menorita para chegar ao Brasil: início do século XX**

Como se deu a longa jornada que trouxe os menonitas ao Brasil no início do século XX?

Para entender a história dos menonitas, é preciso ir às origens do cristianismo, no primeiro século do calendário ocidental, quando os cristãos primitivos eram perseguidos pelo Império Romano, e, tinham de se reunir em segredo. Milhares de cristãos sacrificaram suas vidas, até que Constantino (imperador romano) emitiu um documento tolerando a fé cristã e cessando as perseguições no Império em 313 d.C.

Logo a seguir, Teodósio (imperador romano) promoveu o cristianismo ao status de religião oficial do Império Romano em 380 d.C. e, com a decadência progressiva do Império Romano, a Igreja Cristã passou a assumir parte das funções do Estado durante a Idade Média. E, foi assim que, por mais de mil anos, a Igreja e o Estado andaram juntos, até que aconteceu a Reforma Protestante, iniciada por Martinho Lutero em 1517.

Sobre esse contexto Jean Delumeau afirma que “os santos não protegiam apenas contra a doença e a morte, davam também garantias para o além. Venerar as relíquias deles e, com maior razão as de Jesus e da Virgem, dava direito a indulgências”, apontando o quão complexo era a relação entre fé e cotidiano naquele início da Era Moderna. (DELUMEAU, 1989, p.40)

Então, para desvincular de fé e salvação humana de objetos alheio ao próprio ser humano, Lutero defendia a salvação pela fé (uma das doutrinas principais do Protestantismo), o qual incluía também o sacerdócio universal e a infalibilidade da Bíblia. Essas ideias levaram a rompimentos diversos na Europa com a Igreja Católica, e um destes deu início a Igreja Luterana na Alemanha com a Reforma de Lutero em 1517.

Na Suíça também surgiram reformadores como Ulrich Zwínglio, que renunciou como sacerdote da Igreja Católica para se tornar um líder reformista em 1522. Um grupo de seguidores de Lutero e Zwínglio começou a criticar a reforma, afirmando que estes ainda mantinham uma aliança com o Estado, e que era preciso voltar às práticas dos primeiros cristãos. Em seus estudos bíblicos entenderam que os cristãos deveriam seguir os ensinamentos de Cristo, o que incluía realizar o batismo dos fiéis somente quando adulto. Essa interpretação, contudo, foi rejeitada pelo clero e pelo Conselho de Zurique, que ameaçou perseguir e expulsar



os que contrariassem essa decisão tomada em 18 de janeiro de 1525. Resistindo a essa decisão, os primeiros batismos foram realizados em 21 de janeiro de 1525, em Zurique, na Suíça, marcando o início da Igreja Ana-batista (re-batizadora).

Os Anabatistas defendiam o batismo de adulto e foram os precursores dos menonitas. As suas convicções de fé eram um pouco diferentes das demais igrejas protestantes do século XVI, pois acreditavam em: Deus Trino; na salvação pela graça através do arrependimento; na autoridade e na interpretação das Escrituras; no poder do Espírito Santo, e na Igreja como corpo de Cristo.

Até hoje os princípios Anabatistas incluem seguir Jesus na vida diária; estar unido em uma comunidade centrada em Cristo, e superar os conflitos de forma pacífica. Tendo essas convicções, os Anabatistas passaram a ser perseguidos, o que não impediu que eles crescessem e se espalhassem pela Europa. De Zurique, o movimento Anabatista foi para Appenzell, também na Suíça. Após a determinação de pena de morte a heresia Anabatista, em 1526, pelo governo de Zurique, os Anabatistas que não foram capturados em Appenzell, fugiram para a Morávia (atual Eslováquia) em 1528. E assim se iniciou uma marca sensível dos Anabatistas relacionada à perseguição.

O movimento Anabatista ganhou força quando chegou na Holanda, acrescentando vários adeptos, dentre eles o padre Menno Simons, que, chocado com as terríveis cenas de martírio dos Anabatistas, inclusive de seu próprio irmão Peter Simons, abandonou o sacerdócio católico, e, se uniu a eles em 1535.

Nos Países Baixos, Menno Simons reuniu Anabatistas remanescentes, e fundou uma igreja pacifista, firme e bem estabelecida, sendo orientados a casar apenas “dentro da fé”. Menno se posicionou contra uma aliança com o Estado, afirmando que seu compromisso era fundamentalmente com os ensinamentos da Bíblia – “Ninguém pode pôr outro fundamento, além do que já está posto, o qual é Jesus Cristo” (1. Co 3:11). Por isso passou a ser perseguido pela Igreja Católica e pelos luteranos, tendo que viver como fugitivo. Surgiu, então o termo menonita, para designar aqueles que seguem os ensinamentos de Menno Simons.

No início do século XVIII, um grupo expressivo de menonitas emigrou da Suíça para os Estados Unidos em busca de liberdade religiosa. Todavia, um maior grupo encontrou refúgio na Prússia. O pântano tornou-se um terreno fértil e produtivo, e, a dedicação ao trabalho trouxe ao grupo menonita a prosperidade econômica. Contudo, com a imposição do serviço militar e a proibição pelo governo prussiano para adquirir novas terras, os menonitas aceitaram o convite



da imperatriz Catarina II para ocupar territórios recém-conquistados dos turcos na Rússia e desenvolvê-los. A eles foram concedidos diversos direitos e privilégios, como a isenção do serviço militar mediante pagamento de impostos regulares, e o direito de autoadministração com todas as implicações de infraestrutura ligadas à organização civil das colônias.

As colônias menonitas russas tinham um alto grau de autonomia até o início da Revolução de 1917, quando tornou-se obrigatória a utilização da língua russa em todas as escolas, e, o governo apropriou-se das terras dos menonitas, forçando-os a uma nova migração para o Canadá, Paraguai e Brasil. Segundo Harry Janzen.

com o advento do comunismo na Rússia, os menonitas que, em grande parte se tornaram abastados e alguns, inclusive ricos, foram considerados inimigos do povo russo, foram desapropriados de seus bens, foram desterrados para a Sibéria ou simplesmente assassinados. Foi-lhes tirado o direito de ir e vir no próprio país e não dispunham mais de propriedades e de liberdade. (JANZEN, 2010. p.113)

A primeira opção dos menonitas russos era emigrar para o Canadá, mas como esse país fechou a porta para muitos deles, a maioria foi obrigada a ir para o Paraguai ou Brasil. “A partir desses acontecimentos, possivelmente, os menonitas passaram a ver a língua e a cultura alemã como parte essencial de sua fé”. (MASKE, 1999. p.54)

Vindos da Rússia, após uma breve passagem pela Alemanha, os menonitas desembarcaram no Brasil em fevereiro de 1930. Os imigrantes russos pararam para fazer uma quarentena na Ilha das Flores, no Rio de Janeiro. O relato a seguir apresenta a estranheza dos menonitas com o clima, o alimento, e, o próprio povo brasileiro.

Dormíamos em barracas de lona, sem grande privacidade. Mas o que lembro, nunca esquecerei, foi nosso primeiro almoço. A vida inteira eu tinha comido batatinha, muita sopa de legumes. Mas aquele primeiro almoço no Brasil foi muito marcante e exigiu uma acrobacia para nossos estômagos e nossas mentes. A fila caminhava em direção à barraca da cozinha, cada um recebendo um prato e uma colher. Havia ali um imenso tacho. Fazia muito calor, era o mês de março. Imagine, março na cidade do Rio de Janeiro, debaixo de uma barraca de lona! Lá estava o cozinheiro sorridente, lindos dentes brancos, o primeiro negro de nossas vidas, servindo um caldo totalmente preto. E, enquanto ele mergulhava a concha para servir mais um esfomeado, víamos o suor do seu rosto sorridente pingando para dentro do tacho de sopa de feijão. Nossa fome falou mais alto do que os sentimentos confusos que esta cena provocava em nós. (SIEMENS, 2010. p.14)

Após a quarentena, os menonitas foram encaminhados para o interior da selva virgem de Santa Catarina, no Alto do Rio Krauel, hoje Witmarsum. Para chegar ao seu destino, após



fazerem uma viagem de navio até Itajaí, pegaram barcos menores até Blumenau, daí um trem e, por fim, fizeram os últimos 30 km a pé numa trilha no meio da floresta.

A Companhia Hanseática de Colonização, empresa proprietária e vendedora das terras, abrigou os menonitas em barracões nas primeiras semanas em Witmarsum, Santa Catarina e, por sorteio, distribuiu terras às famílias que iam chegando. A Colonização Hanseática, responsável pela vinda dos imigrantes, lhes forneceu algumas sementes para começarem o plantio como milho, feijão, além de cana de açúcar, batata doce, abóbora e outros grãos. Os primeiros grupos imigrantes tiveram de enfrentar dificuldades como o contato com doenças como a malária e a febre amarela, o clima tropical - quente e úmido – e, o desafio do idioma.

### **3. A comunidade de imigrantes menonitas no Brasil**

Uma miríade de dificuldades foi enfrentada pelos imigrantes menonitas ao chegar no Brasil no início do século XX vindos da Europa. Ao longo da História estes imigrantes aprenderam a superar, integrar-se a contexto ecológico e sociocultural brasileiro, contudo jamais deixaram de valorizar, preservar e ressignificar suas próprias tradições e práticas culturais.

Os valores éticos e a força da comunidade definem as características do grupo menonita desde sua origem e moldam as famílias nele inseridas, assim como a forma de educação das futuras gerações. Compreender as práticas dessas famílias, e, o seu cotidiano é uma forma de preservar e redefinir as “identidades e memória de grupos de diversos matizes étnicos que, representam em uma multiplicidade de práticas, costumes, crenças e valores”. (GUILLEN, 2012.p.31) É, nas práticas cotidianas dessas famílias menonitas que é possível observar como se manifestam esses valores. O cotidiano significa esse “encadeamento espontâneo e circunstancial de experiências particulares com práticas plurais”. (JUCÁ, 2012. p.25)

É importante destacar que a questão da dificuldade com o idioma perpassa toda a história dos menonitas, desde a Prússia onde, devido às perseguições, se estabeleceram em colônias isoladas, tendo suas escolas e igrejas exclusivas, e, desenvolvendo uma língua própria, o *Plautdietsch* (uma mistura de holandês e alemão), até o processo de integração a sociedade brasileira no século XX. Assim, os menonitas tinham o alemão como língua oficial na igreja e na escola, enquanto no dia a dia em casa, nos relacionamentos sociais e cotidiano se falava o dialeto.



Segundo Wilson Maske, havia um “grande interesse por parte dos menonitas em manter a escola particular como o veículo de preservação de sua identidade particular menonita” e de preservação da língua alemã. (MASKE, 1999. p.120), por isto, em 1936 foi fundada a Escola Menonita no Bairro Boqueirão, em Curitiba/PR, para os filhos dos menonitas. Contudo, o acirramento dos eventos decorrentes da 2ª Guerra Mundial tem repercussões diplomáticas, econômicas, sociais, e, também no cenário educacional brasileiro, e, o governo Vargas, na década de 1940, passa a implementar a política de “nacionalização”, que dentre outras medidas impõe a proibição do ensino de outras línguas para além da Língua Portuguesa, com a condição de que professores brasileiros natos ministrassem as aulas.

Com a adoção de tais medidas pelo governo varguista, a Escola do Boqueirão foi fechada no início da década de 1940, sendo reaberta em 1948. Porém somente em 1952 a comunidade pode voltar a ter uma escola autenticamente menonita, com o quadro docente composto por professores da própria comunidade, e, nascidos no Brasil. Outra consequência da política de Vargas foi a proibição dos cultos dominicais em alemão. Na igreja menonita do Boqueirão (Curitiba/PR) houve inclusive a interrupção dos cultos. O governo brasileiro entendeu que o *Plautdietsch* não era alemão e, assim, nos cultos, e demais atividades da igreja falava-se o dialeto.

Nessa perspectiva se torna relevante o estudo do cotidiano dessas famílias e, em especial, das mulheres no contexto das atividades plurais da comunidade, e, no contexto da sociedade brasileira inserida numa política de ditadura civil militar nas décadas de 1970 e 1980. A memória individual e coletiva dessa época se revela nos momentos íntimos, nas relações familiares, nas conversas e ações desenvolvidas entre mães e filhas, nos conselhos e ensinamentos reforçados nessas práticas. Peter Burke destaca a importância do estudo das práticas cotidianas de pessoas comuns e de como, na historiografia, tem havido um aumento do interesse no estudo da história da memória.

Esse interesse cada vez maior provavelmente é uma reação à aceleração das mudanças sociais e culturais que ameaçam as identidades, ao separar o que somos daquilo que fomos. (BURKE, 2005. p.88)

Considerando a relevância destes elementos socioculturais para identidade da comunidade menonita, podemos afirmar que as mulheres menonitas da segunda geração são agentes históricos que se sentem responsáveis e atuam socialmente de forma ativa para



ressignificar a(s) identidade(s) do grupo através dessas práticas cotidianas transmitidas às/em suas famílias.

Num estudo sobre as famílias dos anos 1970 e 1980, Mari del Priori (2013) apresenta um panorama das ações dessas mulheres na sociedade brasileira. As mulheres dos anos 1970 são sujeitos históricos que precisaram se reinventar, decididas, e que se sustentavam e se cuidavam mais, por isso, trabalhavam em escritórios, serviços, fábricas e lojas. Já as mulheres dos anos 1980 eram conservadoras e tímidas, mas sabiam que sua filha precisava conquistar sua independência, mas também casar. As roupas já não eram todas costuradas em casa, poderiam ser compradas. Apesar das mulheres poderem trabalhar fora, apenas 25% delas o fazia, o que demonstra que essa mulher estava dividida entre valores novos e tradicionais, rejeitava a submissão ao marido, mas ainda devia ao homem o sustento da casa. A mulher dos anos 1980, apesar de não trabalhar fora, contribuía para o orçamento doméstico, participava da vida política (preocupada com a inflação do período) e, era moradora dos centros urbanos. As mulheres menonitas filhas de imigrantes da primeira geração, inseridas na sociedade brasileira, ajustavam-se a quais padrões?

Analisando as publicações do periódico menonita *Bibel und Pflug*, das décadas de 1970 e 1980, é possível observar um modelo de mulher defendido no contexto da comunidade, qual seja, boa mãe, boa esposa, cuidadora do lar e ativa na igreja. Num artigo escrito por Anna Braun sobre a 26ª Conferência de Mulheres da Igreja Irmãos Menonitas do Brasil é apresentada a orientação da palestrante Martha Epp sobre as regras que uma mulher deve seguir para ser realmente abençoada.

§ A **primeira regra** é a sua realização como mulher, em ser feminina, e isso só é possível quando há um relacionamento de intimidade da mulher com Deus.

§ A **segunda regra** é a sua realização como esposa, não devendo esquecer que na ordem de prioridades, primeiro está Deus, na sequência o marido, e depois os filhos. É enfatizado o fato de que os filhos não podem ser mais importantes que o marido.

§ A **terceira regra** é a sua realização como mãe, destacando que muitas mulheres querem ter um emprego, mas a sua prioridade deve ser cuidar da casa e dos filhos, orar com eles e por eles, ensinar a Palavra e o caminho de Deus. Segundo o artigo

Von grosser Wichtigkeit ist, dass eine Mutter Zeit für ihr Kind hat, auch wenn es schon grösser oder gar erwachsen ist. Zeit haben für das Kind – ist heute ein Notstand in vielen Familien. Nach dem Abschlusssied und Gebet gab es



noch ein gemütliches Beisammensein bei Kafee um Kuchen. (BRAUN, 1986, p.7)

No artigo supracitado é possível identificar a característica da mãe como cuidadora e responsável pelos ensinamentos cristãos no seio familiar, dedicando o seu tempo para isso.

Noutro artigo do mesmo periódico de 1973, com o título *A oração determinada de uma mãe*, é narrada a experiência do pastor David Talmage. David, seu irmão Jakob e sua irmã foram a um baile quando ele tinha 18 anos. A mãe doente os chamou antes de eles saírem e falou: “Vocês vão para um baile, mas eu gostaria que vocês soubessem que eu ficarei de joelhos orando até que vocês voltem”. Os filhos voltaram às duas horas da madrugada e viram a mãe ajoelhada orando. Na manhã seguinte o pai encontrou os três filhos chorando em seus quartos, arrependidos, como uma resposta a oração determinada da sua mãe. O testemunho de David fez com que essa mãe se unisse a outras quatro mães que se encontravam todas as quartas a tarde para orar por seus filhos, até que todos os eles fossem redimidos. A mãe é retratada como responsável pela salvação dos filhos.

Entretanto, a rotina dessas mães incluía ser zelosa com o cuidado da casa e ser agradecida a Deus por esse privilégio, como é observado no artigo *Pratos e Espumas* do periódico *Bibel und Pflug* de 1986. O artigo é escrito como se fosse uma oração de agradecimento de uma mãe, dona-de-casa, por ter um aspirador para limpar o sofá e o chão, pela montanha de louça que ficou brilhante pelo trabalho de suas mãos para a próxima refeição, pelos dedos sujos de pomada de bebê. “Eu te louvo porque com minhas duas mãos sujas com a sujeira das fraldas, com lágrimas, confortos e sofrimentos posso melhorar o mundo”. Ou seja, a mulher entende que servir a sua família é uma forma de também melhorar o mundo. Nesse sentido, podemos refletir sobre o poder da mulher exercido no espaço privado.

Michelle Perrot (2017) apresenta as mulheres do norte da França como heroínas domésticas, mulheres do povo com saberes médicos, religiosos e culturais, sendo responsáveis pela primeira alfabetização das crianças, pela leitura privada, pelo lar enquanto o marido está distanciado no trabalho. No capítulo sobre a dona de casa no espaço parisiense no século XIX, a autora apresenta a “dona de casa” com muitos poderes – os poderes inerentes ao espaço doméstico – diferente dos poderes dos homens, e, passando por redes de sociabilidade informal. Essa mulher era investida de várias funções: dar a luz e criar filhos; manter a família com trabalhos domésticos como a alimentação, o aquecimento, a conservação e o transporte; e trazer



uma unidade econômica como um complemento da renda através do setor de serviços e de pequenos comércios.

E, assim era a mulher menonita, cuidadora do lar, dos filhos e do esposo, deveria agregar todas as “*qualidades essenciais*” de uma “*boa mulher*”, e, ainda ser fiel aos ensinamentos da religião menonita, e, preservar a cultura e as tradições, assegurando a longevidade da comunidade.

As mulheres dos anos 1970 e 1980 já viviam num contexto em que o divórcio era permitido e em que houve uma considerável diminuição do tamanho das famílias. No contexto dos anos 70, período da Guerra Fria e da ditadura civil militar no Brasil, havia o discurso da conspiração comunista contra a família e a oposição da direita à educação sexual, homossexual, pornografia, aborto e sexo antes do casamento, dentro de um Programa de Castidade Juvenil. A década de 1980 foi um período de muitos pânicos por causa da AIDS e da sífilis. A primeira reforçando os medos antigos de que a atividade sexual, o homossexualismo e a promiscuidade levavam a doença e a morte e a segunda atacando as mulheres.

Os menonitas também estavam atentos a esse ambiente de mudanças e de efervescência do feminismo. No artigo *O ano da mulher*, no periódico menonita de 1975 estão escritas orientações sobre como as mulheres devem agir com seus maridos diante dos perigos da emancipação feminina. O primeiro conselho é ser submissa ao marido. Segundo o texto

Vor Gottes Augen sind wir gleich, aber sein Plan, seine Ordnung fuer das Haus ist, dass die Frau ihrem Mann untertan sein. Dieser Gedanke gefaellt uns im ersten Augenblick nicht so ganz, aber wenn wir ehrlich sind, werden wir zugeben, dass wir Frauen uns geborgen fuehlen worden und in unserm Mann den Herrn des Hauses sehen. (...) Einer Frau, die sich so von ihrem Mann geliebt weiss, wird es auch nicht schwer fallen, ihm untertan zu sein. (BORNSCHEIN, 1975, p.1)

A submissão da esposa está condicionada a um marido que a ama e que a faz sentir segura. O segundo conselho é para que a esposa honre o seu marido como homem e senhor do lar. A esposa deve ensinar os filhos a honrar o pai e nunca falar mal do pai para seus filhos. O terceiro conselho é amar o seu marido, o que inclui sacrifício, resiliência e perdão. Obedecer ao marido é o quarto conselho, e uma mulher no final de sua vida dá a seguinte orientação:

Ich gehorchte meinem Mann nicht so, wie ich es haette tun sollen. Weil er immer so unvernuenftig war, dachte ich, Gott wuerde es von mir nicht verlangen. Heute wuerde ich den Glauben und nicht die Vernunft in den



Vordergrund stellen. Mache deinen Teil. Gehorche, und dann lass Gott seinen Teil tun, so wirst du Wunder sehen. (BORNSCHEIN, 1975, p.1)

As esposas e mães menonitas nas décadas de 1970 e 1980 tinham expectativas da comunidade a serem cumpridas para a manutenção dos seus valores. Ao analisar as mulheres de Blumenau, Joana Maria Pedro afirma o seu importante papel na construção da cultura germânica, pois a manutenção dos hábitos e dos costumes alemães dependia delas. (PEDRO, 2008, p.289) Essas mães mantinham a tradição, a identidade nacional baseada na origem étnica e, a religião tornou-se fator de união de identidade. Assim como em Blumenau, em Curitiba as mães eram responsáveis pela manutenção da tradição, “juntamente com a escola, a religião e a língua, as mães no lar promoviam a conservação da identidade nacional baseada na origem étnica”. (PEDRO, 2008, p.293) A mulher menonita é a responsável pela transmissão dos valores menonitas, os quais giram em torno da família e da Igreja como a grande família. “A Bíblia, a oração, os cultos devocionais em família e a frequência regular aos cultos dominicais eram e continuam sendo valores inquestionáveis”, seguindo o lema “cada casa uma casa de Deus”. (PAULS, 2010, p.34)

A partir dessa breve reflexão e introdução sobre os valores e os modelos das mulheres menonitas, utilizando como fonte o periódico *Bibel und Pflug* nas décadas de 1970 e 1980, minha pesquisa, que está em andamento, ainda tem outras fontes da comunidade menonita a serem analisadas. Como fontes escritas ainda estou estudando os livros comemorativos da imigração menonita - *Mennoniten in Brasilien (1930 – 1980)*, documento histórico para o jubileu dos 50 anos de imigração menonita no Brasil organizado por Peter Pauls e *Quem Somos (1930 – 2010): a saga Menonita, rompendo a barreira cultural*, em comemoração aos 80 anos no Brasil, organizado por Udo Siemens. Estes dois livros estão sendo analisados como “fontes testemunhais”, pois foram produzidos intencionalmente para exaltar os valores e a história menonita. A obra de Peter Klassen *Frauenschicksale: Mennonitische Frauen auf der Wanderung, Flucht und Ansiedlung* (A vida das mulheres: as mulheres menonitas na caminhada, vôo, e reassentamento) conta a história de oito mulheres que vieram da Rússia e de como sobreviveram no Paraguai. O período temporal analisado é de 75 anos (1930 a 2005), e inclui o espaço temporal das décadas de 1970 e 1980, objeto do meu estudo, além de trazer uma perspectiva sobre a história das mulheres.

Outras fontes escritas a serem analisadas são os periódicos em circulação durante as décadas de 1970 e 1980 no Brasil e, especialmente, em Curitiba, a localidade onde pretendo



focar a pesquisa como o Estadão, o jornal Gazeta do Povo, o Estado do Paraná e A Tribuna do Boqueirão. Dentre os documentos designados como fontes primárias incluo na listagem a ser investigada objetos pessoais como fotos, roupas, acessórios, peças de artesanato, cartas, diários, livros de receitas, livros, objetos de uso doméstico e afins para compreender melhor o cotidiano dessas mulheres. O Colégio Erasto Gaertner é uma instituição que pode contribuir para as pesquisas a partir de documentos sobre os alunos, filhos dessas mulheres investigadas, como boletins, fotos e arquivos sobre eventos festivos que incluíam a família e documentos oficiais sobre o currículo ensinado na época.

A fonte oral é fundamental nessa pesquisa e se dará através de entrevistas com as mulheres menonitas que eram mães, professoras e profissionais nas décadas de 1970 e 1980, mas também filhas de imigrantes da geração que veio da Rússia para o Brasil em 1930. Inicialmente será feita uma seleção das mulheres que frequentavam as comunidades menonitas do Xaxim e do Boqueirão nas décadas de 1970 e 1980 e que fazem parte da 2ª geração de imigrantes menonitas. Um grupo entre 5 e 8 mulheres primeiramente irá preencher um questionário, o qual será analisado para então realizar as entrevistas. Através dessas entrevistas espero compreender quais eram os valores, tradições e ensinamentos que essas mulheres receberam de seus pais, a primeira geração de imigrantes menonitas no Brasil, e quais elas transmitiram às suas filhas, assim como se deu esse processo de transmissão ou ressignificação.

A presente pesquisa se pauta no estudo teórico da História das Mulheres, da História Cultural e da História da Educação. Para Michelle Perrot toda história é uma história contemporânea: tem um compromisso com o presente, ou seja, interroga o passado tomando como referência questões que fazem parte de nossa vida, como a existência de desigualdades de gênero, os significados das aparências, as manifestações da sexualidade, a luta por direitos, o papel da família, do Estado e das religiões no cotidiano das pessoas, as dificuldades e possibilidades de acesso à cultura, entre outras. (PERROT, 2013, p.11) No século XIX, mulheres como Miss Salmon ousaram acrescentar novas fontes de estudo, como listas de roupa por lavar, livros de receitas, projetos arquitetônicos para casas e outros aspectos da vida cotidiana. (SMITH, 2003, p.248) Miss Salmon e outras mulheres ousaram num período em que a historiografia considerava irrelevante o relato da vida diária, sobre a família, infância, sexo e casamento. E é nessa linha de estudo do cotidiano das mulheres que se delimita o meu trabalho.

Dentro dos estudos sobre História Cultural aprofundarei o conceito de práticas cotidianas em Certeau. Segundo o autor, para que haja cultura não basta ser autor de práticas



sociais, mas “é preciso que essas práticas sociais tenham significado para aquele que a realiza” (CERTEAU, 1995. p.9) Toda cultura requer uma atividade, uma apropriação, uma transformação social e um intercâmbio em grupo social. Portanto, a cultura é um trabalho a ser realizado por toda extensão da vida. Dentro desse estudo cultural e social, analiso as tradições e identidades da comunidade menonita, para o qual utilizarei o conceito de “tradição inventada” de Eric Hobsbawm. A tradição inventada pode ser definida como “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”. (HOBSBAWM, 2008. p.9)

A História da Educação, tendo em vista seu objetivo primordial que é pesquisar os seres humanos e seus processos de vida, ampliou o seu viés de pesquisa a partir do momento em que se aproximou da História Cultural. Essa aproximação permitiu a diversificação dos temas e das fontes. No final dos anos 1980, a História da Educação definiu novas fronteiras ligando-se “à história, à psicologia, à sociologia, à antropologia, à história da criança e da família, à etnografia e aos estudos sobre as mulheres” (NÓVOA, 1996. p.428) Nesse sentido, a História da Educação une-se à História Cultural e a História das Mulheres para auxiliar na compreensão dos mecanismos de ensino e aprendizagem da educação menonita entre as três gerações pesquisadas.

Finalmente, por que é relevante estudar o cotidiano das mulheres de uma comunidade religiosa na periferia de Curitiba? Essas mulheres têm algo a nos ensinar no que se refere aos relacionamentos familiares e aos hábitos cotidianos. Vivemos um mundo muito diferente das décadas de 1970 e 1980 no que tange à política, ao uso das tecnologias, a educação, a formação das estruturas familiares, contudo, como historiadora preciso entender essas mudanças e encontrar pontos de permanência. Lilia M. Schwarcz na sua recente obra *Quando acaba o século XX* reflete sobre o processo de pandemia que vivemos no Brasil e como, nesse processo, afloraram problemas sociais já existentes como o racismo, as discordâncias científicas e a desigualdade social. Um trecho de sua obra me fez refletir: “Mas é hora de fazer da crise um propósito. Quem sabe construiremos um cotidiano com mais tempo e qualidade? Quem sabe não aprenderemos a dar tempo ao tempo?” (SCHWARCZ, 2020. P.14) Quem sabe não aprenderemos com as mulheres de 40 anos atrás como valorizar o tempo em família, como



construir os relacionamentos, como usar o tempo com propósito e qualidade nas práticas cotidianas, valorizando o conhecimento deixado pelos mais velhos.

### **FONTES HISTÓRICAS:**

BORNSCHEIN, Anni. **Das Jahr der Frau**. In: Bibel und Pflug, 1975, n.20, p.1.

BRAUN, Anna. **Frauentagung auf der 26. Konferenz der A.I.I.M.** von Brasilien. In: Bibel und Pflug, 1986, n.3, p.7.

JANZEN, Harry. **Por que os menonitas são como são? Fé, sociedade e cultura**. In: SIEMENS, Udo (org.). Quem somos (1930- 2010): A Saga Menonita rompendo a barreira cultural. Curitiba: Editora Esperança, 2010.

PAULS, Alfred. **Menonita, conte sua história!** In: SIEMENS, Udo (org.). Quem somos (1930- 2010): A Saga Menonita rompendo a barreira cultural. Curitiba: Editora Esperança, 2010.

PESTALOZZI, Johann Heinrich. **Gott ist der Gott unserer Mutter**. In: Bibel und Pflug, 1970, n. 9, p.1.

SIEMENS, Udo (org) **Quem somos (1930- 2010): A Saga Menonita rompendo a barreira cultural**. Curitiba: Editora Esperança, 2010.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BURKE, Peter. **O que é História Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

DELUMEAU, Jean. **Nascimento e afirmação da Reforma**. São Paulo: Pioneira, 1989.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins e GRILLO, Maria Ângela de Faria. **Patrimônio imaterial: diversidade e diferença na cultura popular na contemporaneidade**. In: RAMOS, Alcides Freire; COSTA, Cléria Botelho da; PATRIOTA, Rosangela (org). Temas de História Cultural, São Paulo: Hucitec, 2012.

HOBSBAWM, Eric. e RANGER, Terence (org) **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota e NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **Memória e Sensibilidades**. In: RAMOS, Alcides Freire; COSTA, Cléria Botelho da; PATRIOTA, Rosangela (org). Temas de História Cultural, São Paulo: Hucitec, 2012.

MASKE, Wilson. **Bíblia e Arado: os menonitas e a construção do seu reino**. Dissertação (Mestrado em História) UFPR, 1999.



NÓVOA, Antônio. **História da Educação: Percursos de uma disciplina**. Análise Psicológica, 1996.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres do Sul**. In: PRIORE, Mary del (org.) História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2013.

PERROT, Michelle. **Excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

PRIORE, Mary del. **Histórias e conversas de mulher**. São Paulo: Planeta, 2013.

SMITH, Bonnie G. **Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003.

SCHWARCZ, Lilia M. **Quando acaba o século XX**. São Paulo: Cia das Letras, 2020.



**O CORPO GORDO E IDENTIDADE: UMA ANÁLISE DA PERSONAGEM MARIA LUÍSA NA OBRA A GORDA, DE ISABELA FIGUEIREDO**

Atos Daniel Pereira da Silva

A obra ficcional *A gorda* da escritora Isabela Figueiredo foi publicada em Portugal no ano de 2016, na qual aborda de forma particular as memórias de Maria Luisa, uma garota moçambicana que muda-se para Portugal. E, da mesma forma, temas de adoração ao corpo, no quais abordam opressões sociais sobre a estética que rege o corpo feminino. De tal modo, ao longo da obra, Maria Luisa é forçada não somente a aprender a habitar em um novo país, contudo, também, a enfrentar seu corpo e o que ele exprime para a coletividade, além de confrontar a as realidades da vida, como trabalho, estudos, relações afetivas e a sua relação com pais e amigos.

*A gorda* é caracterizada como uma narrativa não linear, aqui entendida como uma narrativa que não segue uma sequência cronológica (SILVA, 2022). Assim, o romance vem e vai, numa viagem calma e frenética por Portugal, Moçambique, e por pessoas vivas na memória de Maria Luísa. Por tratar-se de ser uma narrativa diaspórica, aqui percebida como “a dispersão forçada do povo africano pelo mundo atlântico especialmente no hemisfério ocidental” (SILVA; XAVIER, 2018, p. 2), os pais de Maria Luisa encontram-se na condição de retornados. Nesse sentido “a expressão retornados aqui empregada remete aos cidadãos que, após a descolonização portuguesa na África voltam para seus países de origem.” (CIECOSKI, 2020, P. 41).

A obra tem sua estrutura distribuída em capítulos que são nomeados de acordo com os compartimentos de uma casa. Como explica Isabela Figueiredo (2018, 174) “a casa habitua-se a uma nova maneira de falar, a diferentes pensamentos e conversas. Uma casa precisa saber adaptar-se ou não sobrevive.” A autora faz uso da casa, enquanto espaço inanimado, como um ambiente de testemunho, local no qual diversas memórias de Maria Luísa são constituídas. Ao mesmo tempo em que indica para o fato de que outros sujeitos já passaram por aquele espaço, e que a cada novo inquilino, o mesmo precisa adaptar-se a esses novos indivíduos.

*A gorda* é vem sendo pesquisada e refletida por vários vieses, a mestranda Natacha Lopes e a Doutora Marly Soares no artigo “Representações do corpo como exílio no romance a gorda, de Isabela Figueiredo”, analisam a obra pela óptica das questões feministas. Já o



pesquisador **Fabrizio Uechi** em seu artigo “Pensar o corpo oprimido d’A Gorda, de Isabela Figueiredo”, **coloca a materialização corpórea fora dos padrões como dispositivo fadado a sofrer.**

Neste trabalho propomos pensar e refletir acerca das questões de identidade, colocando em foco a gorda, para conjecturar como a mesma dialoga com dispositivo social que é o corpo. Para isso projetamos a seguinte questão: de quais formas a identidade de sujeita gorda de Maria Luisa é construída na obra? Assim objetivando entender como essa identidade dialoga com outras linhas temáticas da narrativa, tais quais corpo, gênero, pressão estética, perseguições e imposições opressivas ao corpo feminino, buscando entender como essas temáticas influenciam na construção de identidade gorda da personagem.

O professor da UFRGS Tomas Tadeu da Silva em seu texto intitulado “A produção social da identidade e diferença”, expressa que a ideia de identidade está ligada com aquilo “que simples é ou estar e tudo aquilo que não é ou estar” (SILVA, 2000, p.74), ou seja, ao situar Maria Luisa em uma ideia de identidade, a mesma menciona que por mais que eu seja muitas coisas, mas que identidade de gorda sempre é a primeira a ser vista:

O meu corpo continuava a manifestar tendência para alargar. Não era conforme. Os pneus na cintura não me permitiam blusas mais justas, nem a barriga saliente, nem as mamas grandes e suspensas, que não se adequavam ao padrão e me envergonhavam [...] As pessoas habituaram-se a ver a gorda, ainda penso como gorda. Serei sempre uma gorda. (FIGUEIREDO, 2018, p. 68-69).

A contar deste momento em que Maria Luisa se reconhece como uma pessoa gorda surge a ideia de diferença, aqui acenada por Silva (2000, p. 74) como “aquilo que o outro é ou estar”. A concepção de diferença se percebe na forma em como o outro do sujeito gordo seria existe, neste caso, o sujeito magro.

De acordo com esse raciocínio, a filósofa e ativista Malu Jimenez, em sua tese de doutorado nomeada *Lute como uma gorda: gordofobia, resistências e ativismos*, aponta a identidade gorda como “identidades que incorporam normas científicas ou não, psíquicas, valores morais e perigos sociais ao mesmo tempo e que um corpo gordo não é lido ou entendido somente pelo seu peso.” (JIMENEZ, 2020, p. 32). Logo a identidade gorda não é uma relação entre quilos ou peso e sim como um sujeito se entende enquanto indivíduo gordo na sociedade. Portanto, essa identidade separa os sujeitos uns dos outros hierarquicamente, aqui percebidos como magros e gordos.



Na obra, a autora faz alusão para essa ideia quando Maria Luisa conhece sua amiga Tony, uma garota nigeriana fenotipicamente magra:

Tony era magra, bastante direita, e usava Levi's muito justas, torneando a perna fina, a barriga chata e o peito pequeno. Eu era gorda, com alta miopia, barriga e mamas a sério. Eu era a subalterna. A boa e inteligente serviçal feia. (FIGUEIREDO, 2018, p. 18).

A respeito dessa visão deturpada dos corpos femininos, e a própria ideia de apenas um ideal feminino correto, aqui o entendido como o magro, a professora e escritora Teresa de Lauretis alude que:

Teóricas feministas na área do cinema vinham escrevendo sobre a sexualização das estrelas do cinema em filmes narrativos e analisando as técnicas cinematográficas (iluminação, enquadramento, edição etc.) e códigos cinemáticos específicos (por exemplo, a maneira de olhar) que constroem a mulher como imagem, como objeto do olhar voyeurista do espectador; e vinham desenvolvendo não somente uma descrição, mas também uma crítica dos discursos psicossocial, estético e filosófico subjacentes à representação do corpo feminino como lócus primário da sexualidade e prazer visual. (LAURETIS, 2019, p. 135).

Assim, Lauretis (2019) destaca os meios de comunicação, como o cinema, conforme um canal de construção e publicação destas alocações que ratificam essa exigência de que o corpo feminino precisa regular-se às expectativas que incidem sobre ele. No artigo “Ato performático e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista”, a filósofa Judith Butler traz a discussão de que “consideremos gênero, então, como um estilo corporal” (BUTLER, 2019, p. 216), nesse sentido, Maria Luisa entende-se como uma sujeita gorda, mas a partir do momento em que seu corpo é confrontado com a de um indivíduo magro, tem as expectativas para com o seu corpo rompidas, culpa de um sistema aparelhado com olhares de expectativas exorbitantes para com os corpos femininos. (JIMENEZ, 2020).

Diversos acontecimentos também ilustram a maneira em que o corpo de Maria Luísa a exclui sistematicamente dos ambientes que ambiciona frequentar, aqui de exemplo a escola, em que ela é constantemente provocada por vocalizações exemplificadas na obra como “olha a baleia, a baleia azul” (FIGUEIREDO, 2018, p. 28), e embora tentasse esconder o corpo sob a roupa que possuíam muita largura, ela continuava sendo uma sujeita gorda. Desse modo, ainda durante os anos escolares, Maria Luísa descreve que escolhia despertar mais cedo e tomar banho



sozinha do que ter que fazer tal ato na frente de suas colegas, pois não queria que nenhuma delas vissem o seu corpo:

Engendro a forma de me lavar sem expor o corpo: encho uma bacia de plástico com água fria e escondo-me no compartimento da retrete, onde me lavo como posso. Com a mesma água ensaboo a cara, esfrego os dentes, depois passo para as axilas, o sexo e os pés. Por esta ordem. As restantes garotas notam a ausência. Não me veem na linha de lavatórios. As mais perspicazes percebem os meus gestos quase clandestinos. Encher a bacia, entrar na retrete, sair da retrete. (FIGUEIREDO, 2018, p. 134).

Portanto, corpos que estão nas conjunturas sociais de normais acabam por estigmatizar e excluir os corpos não pertencentes às essas normas. “Às vezes, o comportamento frente a uma gorda é de que esse tipo de corpo, o gordo, pode contagiar outros corpos com sua gordura.” (JIMENEZ, 2020, p. 61). Ou seja, para Maria Luisa, ficar sem roupa na frente de suas colegas na hora do banho era como se seu corpo violasse as leis do espaço social de quais corpos podem residir em certos ambientes, como os vestiários.

Um dos acontecimentos mais consideráveis, e que, contudo, melhor ilustra a maneira que a forma física de Maria Luísa a renega a certas relações sociais e a sua exclusão dos espaços comunitários e a convivência com os outros, é quando o seu até então namorado David diz o real motivo por não querer mais namorara personagem:

Diz, David. Diz a verdade. Riem contigo porque arranjaste uma gorda, não é?! É por isso. Por ser gorda. Por não ser como as garotas de quem todos gostam e falam, a quem assobiam e mandam piropos. **As normais.** Riem contigo porque sou gorda! ”temo ouvi-lo, mas quero a confirmação. E quero atirá-lo contra os seus sentimentos, medos e inseguranças. Expira fortemente. Passa a mão pela testa. “Dizem que arranjei um peso-pesado”, exclama. A resposta certa, finalmente. A esperada. A reprovação que vem de trás e conheço bem. (FIGUEIREDO, 2018, p.119, grifo meu).

Esse trecho também corrobora com os escritos de Lauretis (2019, 129) e a conceituação de “prazer visual” cunhada pela mesma, podendo compreender que o corpo feminino não tem valor social se não for propício para agradar o prazer visual dos homens (aqui compreendidos como um sujeito cisgênero e heteronormativo), “existia um banco em cimento muito liso no qual o David e a nova namorada se beijavam, brincavam e esfregavam nos intervalos, enquanto eu assistia à humilhação” (FIGUEIREDO, 2018, p. 32).

Esse padrão é tão difundido na estrutura social que David, embora fascinado por Maria Luisa, prefere escondê-la de seus amigos, prefere flertar claramente com outras sujeitas que



atendem às expectativas sobre o corpo de uma mulher que Maria Luisa entende como normais. Isto é, o corpo de Maria Luisa não tinha valor para David, pois o mesmo não tem utilidade para que David pudesse o exibir para a coletividade.

Em outro trecho, Maria Luisa vocaliza para David a seguinte interrogação: “vens com a gorda ou preferes ir com pessoas **normais**?” (FIGUEIREDO, 2018, p. 138, grifo meu). Nesse sentido, na interpretação de Lauretis (2019), a autora indica para o pensamento de gênero como signo:

Voltando ao dicionário, verificamos, então, que o termo “gênero” é uma representação não apenas no sentido de que cada palavra, cada signo, refere-se a seu referente (representa-o), seja ele um objeto, uma coisa, ou um ser animado. O termo “gênero” é, na verdade, a representação de uma relação, a relação de pertencer a uma classe, um grupo, uma categoria. (LAURETIS, 1994, p. 12).

Para a autora, a categoria gênero é o resultado de uma somatória de razões predeterminados que validam o que será "mulher" (ou o outro, aqui entendido como homem), é um conceito agregado. O corpo de Maria Luisa não se encaixa nessa equação, que exige um corpo magro e se enquadra nos padrões divulgados pela mídia, assim colaborando para que a auto-identificação de Maria Luisa, como mulher gorda, não seja normal (dentro da norma, normalizado).

Depois de perder mais de quarenta quilos após a cirurgia de redução do estômago, Maria Luisa narra:

Quarenta quilos é muito peso. Foram os que perdi após a gastrectomia: era um segundo corpo que transportava comigo. Ou seja, que arrastava. Foi como se os médicos me tivessem separado de um gêmeo siamês que se suicidara de desgosto e me dissessem, no final, “fizemos o nosso trabalho, faça agora o seu e aguarde-se. Aprenda a viver sozinha”. (FIGUEIREDO, 2018, p.10).

Como já elucidado aqui, a identidade gorda não seria uma questão de quilos ou alguém visivelmente acima do peso, e sim como o sujeito se sente em analogia ao seu corpo. A menção da mulher gorda no pretérito robustece como Maria Luísa de maneira algum conseguiu se reconhecer com o corpo que tinha, nunca gostou do que era, e que por mais que emagreça, sempre será uma gorda. Dessa maneira, retomando as ideias de Lauretis (2019), por ser gorda, Maria Luisa não sente-se pertencente a uma classe, grupo ou categoria.



Uma das ligações mais problemáticas de Maria Luisa que arrazoamos aqui argumentar é a para com a mãe, que constantemente a desafia por sua fisionomia e peso, uma genitora que não conseguiu controlar o excesso de peso da filha, e que continuamente estás a verbalizar e reforçar sua insatisfação com ela e seu peso:

Olha a papada. As bochechas começam a descair-te. Observa a tua barriga. Não gostava de te ver acabar como o teu pai. A gordura desfeia-te. Fala com um sorriso sábio no rosto sereno, sem mal. Oh!, mãe, também é da idade! E não ando bem. Cansaço. Dor de cabeça... Estás gorda demais. Sinto dores por cima dos olhos, na testa..., queixo-me. Emagrece. Gastas dinheiro no nutricionista não sei para quê! Não durmo o suficiente. Não tenho energia. Só sono. Não sei o que se passa comigo, afirmo. Não hás de tu ter sono, gorda como estás?! Mexe-te. Quanto mais gorda menos te mexes. (FIGUEIREDO, 2018, p. 102).

Isso a fez Maria Luisa sentir-se gradativamente mais autoconsciente sobre seu corpo. Mas o seu desenvolvimento enquanto sujeito e identidade são afetados por tais afirmações da mãe, que sempre estás a vocalizar palavras que causavam dor em Maria Luisa, mas simultaneamente era sua mãe, então existia o carinho maternal entre as duas, “desta feita a mamã cuidou do meu cabelo, lavou-me, vestiu-me, calçou-me, alimentou-me, repreendeu-me e censurou-me por “engordar muito”, por “estar cada vez mais gorda”. (FIGUEIREDO, 2018, p. 77). Os reforços para com a aparência de Maria Luisa, como já mencionado aqui despertam esse olhar de autoconsciência do que é ser gordo, como uma elocução continua da sua condição corpórea, onde não a permite esquecer.

Consequentemente, as histórias de sujeitos gordos sempre serão entupidas de fracassos e desistências, porque o foco de sobrevivência decorre a ser o emagrecer, mutilar-se, esconder-se, sendo um verdadeiro vale-tudo para o alcance desse corpo único e válido socialmente. (JIMENEZ, 2020).

Outro ponto explanado refere-se ao fato de que a mãe de Maria Luisa era uma sujeita magra, e que esse fator não a impedia de também sentir vergonha de seu corpo:

A mamã também nunca gostou de mostrar o corpo. Vestir o fato de banho era uma tortura que o papá a fazia sofrer sempre que anunciava ser dia de praia. Detestava o seu corpo. Era magra, mas detestava-se. Nunca me disse nem precisei que o dissesse. Há atitudes que dispensam palavras (FIGUEIREDO, 2018, p. 135).



Sempre há uma busca para que o corpo seja socialmente considerado melhor e mais bonito, isso é fato. Hoje, estamos em uma verdadeira caça à gordura. Ao contrário do que se valorizava, hoje a tendência é para um corpo esbelto, em forma e jovem. Naquela época na qual a obra é ambientada, anos oitenta, o elogio era conseguir um corpo esbelto com linhas cada vez mais rígidas. (JIMENEZ, 2020). Assim, Maria Luisa consegue perceber que os aspectos corpóreos magros de sua mãe também são atingidos pelo afeto da vergonha e que o mesmo também sofre por padrões estéticos, e que ter um corpo socialmente lido como magro não é sinônimo de felicidade ou aceitação.

Por toda a extensão da elaboração deste trabalho, logramos captar que os tópicos arrazoados na narrativa são de intensa pertinência para a hodiernidade. A proposta deste estudo que teve como escopo central de pesquisa a obra analisar a identidade de sujeita gorda da personagem Maria Luísa.

As proposições fundamentais da narrativa que tratam das relações sociais da representação material da personagem Maria Luisa no mundo, também suscitam importantes reflexões sobre a soberania sobre o corpo feminino. Ler e explicar obras como a de Isabela Figueiredo pode ser visto como um ato de protesto em oposição à disposição social para com os corpos gordos e essas identidades, pois essas exposições nos transferem a questionar a tradicional relação entre corpo e identidade. Nisto elucidando a resistência da identidade gorda, e suas atribuições para com sujeitos que se lêem socialmente assim.

Em vista disso, é viável perceber que a identidade gorda de Maria Luisa é construída por meio de repreensões por parte de sua genitora, por comparações a corpos magros, como base no da sua amiga Tony e pelo afeto de vergonha por parte de seu amado David, assim gerando uma autoconsciência de Maria Luísa para com o seu corpo e identidade gorda, mesmo que tal aspecto corpóreo não seja mais lido socialmente assim.

Deste modo, buscou-se fazer um diálogo entre identidade gorda, corpo, gênero e pressão estética, reincidindo na ideia de que corpos lidos socialmente como femininos precisam estar em padrões estéticos de beleza para agradar o prazer visual de sujeitos masculinos.

## REFERÊNCIAS

BUTLER, J. Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: **Pensamento Feminista conceitos fundamentais**. (org.) Buarque de Holanda, H. RJ, Bazar do Tempo, 2019. p. 213-234.



CIECOSKI, S. (2021). O quarto dos papás: a tessitura das memórias e as figurações dos retornados no romance a gorda, de isabela figueiredo. **Revista Alere**, 22(2), 39–54. Acessado 28 Abril 2022. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/alere/article/view/5887/4385>.

FIGUEIREDO, I. **A gorda**. São Paulo: Todavia, 2018.

JIMENEZ, Maria. **Lute como uma gorda: gordofobia, resistências e ativismos**. Orientador: Juliana Abonizio. 2020. 237 f. Tese (Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea) - Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de comunicação e artes, Cuiabá, 2020. Disponível em: <https://documentcloud.adobe.com/link/track?uri=urn%3Aaaid%3Ascds%3AUS%3A56c7b40e-031c-4a3e-ae94-452f721fa4b4#pageNum=1>. Acesso em: 28 abr. 2022.

JIMENEZ, M. **Lute como uma gorda: gordofobia, resistências e ativismos**. Orientadora: Juliana Abonizio. 2020. 237f. Tese de doutorado (Doutorado em Estudos de Cultura Contemporânea) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2020. Disponível em: <https://acrobat.adobe.com/link/track?uri=urn:aaid:scds:US:56c7b40e-031c-4a3e-ae94-452f721fa4b4>. Acesso em: 27 jun. 2022.

LOPES, N.; SOARES, M. Representações do corpo como exílio no Romance a Gorda, de Isabela Figueiredo. In: I CONGRESSO NACIONAL EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA LINGUAGEM, 2020, Campina Grande. **Anais I congresso nacional em estudos interdisciplinares da linguagem**. Campina Grande: Editora Realize, 2020. p. 1-12.

LAURETIS, T. A tecnologia de gênero. In: **Pensamento Feminista conceitos fundamentais**. (org.) Buarque de Holanda, H. RJ, Bazar do Tempo, 2019. p. 121-158.

SILVA, L; XAVIER, R. **Pensando a Diáspora Atlântica. História** (São Paulo) [online]. 2018, v. 37. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/NYnTzkbFH4TB44xScnBXJ3K/?lang=pt&format=pdf>. Acessado 28 Abril 2022.

SILVA, M. **"Enredo linear e não linear"**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/redacao/enredo-linear-naolinar.htm>. Acesso em 27 de abril de 2022.

SILVA, T. **A produção social da identidade e da diferença**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. Disponível em: [https://zeartur.webnode.com.br/\\_files/200000078-494414b37d/SILVA%20T%20T%20Identidade.pdf](https://zeartur.webnode.com.br/_files/200000078-494414b37d/SILVA%20T%20T%20Identidade.pdf). Acesso em: 13/05/2022.

UECHI, F. Pensar o corpo oprimido d'A Gorda, de Isabela Figueiredo. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 62, p. e216211, 2021. Disponível em:



# I SEMINÁRIO NACIONAL DE GÊNERO E DIREITOS HUMANOS

## FUNDAMENTOS, PERSPECTIVAS E EXPERIÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS



<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8667010>. Acesso em: 13 jul. 2022.



## PARA ALÉM DO “AMOR E SEXO”: RELAÇÕES DE GÊNERO NA MÚSICA DE RITA LEE

Sabrina Thays Bezerra Santos

Pedro Pio Fontineles Filho

### 1. Introdução

Devido a uma concepção criada culturalmente de que as mulheres são seres frágeis, imagina-se que suas composições irão apenas falar de amor, mas ao contrário do que se esperam as letras de músicas compostas por mulheres discutem temas que vão além do clichê amoroso, abordando diversas temáticas, entre elas estão à liberdade sexual feminina, direito sobre o próprio corpo, desconstrução de estereótipos de gênero, entre outros.

Diante disso, as análises das letras das músicas produzidas por Rita Lee, além de sua postura como mulher nos palcos e na sua vida pessoal, se tornam necessárias para melhor compreender sua influência nos questionamentos femininos dos padrões impostos.

As músicas de Rita expõem diversas temáticas, mas em todas é possível perceber um protagonismo feminino nas relações sociais e amorosas. Sendo assim, para melhor compreender a importância da figura de Rita Lee e suas composições para o fortalecimento feminino, algumas de suas letras foram selecionadas para que sejam analisadas aqui.

Nas letras de suas músicas, Rita Lee valorizou o ser mulher, por vezes abordando suas fragilidades e por outras mostrando sua força, inclusive a sexual. As músicas analisadas a seguir reafirmam a postura de Rita Lee como consciente do poder de controle sobre o próprio corpo, assim como defende a existência das diversidades femininas e da necessidade de agir conforme os desejos individuais independente das barreiras enfrentadas em uma sociedade essencialmente conservadora. Nesse sentido, é possível destacar que,

No contexto social e histórico, em que se inseriram os diálogos culturais que Rita Lee estabeleceu, ocorre o auge do movimento feminista e de um pensamento libertário e, ao mesmo tempo, as restrições políticas e de liberdade de expressão e organização impostas pelo regime militar e ditatorial no Brasil. Essas eram algumas das forças que impactavam na produção cultural da época no país (ANAZ,2014)



Dessa forma, Rita Lee caracteriza-se por ser uma mulher rebelde que enfrenta as dificuldades de ser mulher de maneira bem humorada e debochada, sendo por muitas vezes vista como uma ameaça à ordem imposta pela ditadura militar atuante no período em que ela deu início a sua carreira.

Nessa perspectiva, como abordado por Napolitano (2005) é necessário atentar-se que tanto a letra como a melodia devem ser interpretadas em seus contextos, sendo importante destacar além do conteúdo da canção, suas rimas, seus lugares de fala, a ocorrência de figuras e gêneros literários, visando uma análise musical mais completa sem fazer juízo de valor.

## **2. Entre o canto e a poesia: análises das letras de músicas produzidas por Rita Lee.**

Dentre toda a obra de Rita Lee produzida desde o início da sua carreira musical, foram selecionadas algumas canções que darão voz às mulheres ao falar do universo feminino. Dessa forma, as canções abaixo irão destacar as composições de Rita Lee, abordando aspectos da imagem feminina que irão variar entre aquelas que irão caracterizar o comportamento das mulheres e outras que darão mais ênfase para o contexto afetivo e sexual.

Entre as selecionadas iniciaremos com a música “*Ovelha Negra*” lançada em 1975, esta canção representa a postura de rebeldia assumida por Rita Lee ao escolher a música como profissão, sendo essa atitude criticada por seus pais que consideravam a música apenas um passatempo.

Rita Lee toma para si a metáfora de “*ovelha negra*”, um termo bastante popular e utilizado para caracterizar as subjetivações daqueles sujeitos à margem da sociedade, que se denominavam fora dos padrões conservadores impostos pelas famílias de classe média no Brasil daquele contexto. Dessa forma, a roqueira se coloca como uma figura que destoa da ordem social vigente a partir de uma perspectiva alternativa nos versos da canção.

Levava uma vida sossegada.  
Gostava de sombra e água fresca.  
Meu Deus! Quanto tempo eu passei. Sem saber!  
Foi quando meu pai me disse:  
Filha, você é a ovelha negra da família.  
Agora é hora de você assumir.  
Uh! Uh! E sumir...



Como mencionado anteriormente, a letra dessa canção que pode ser interpretada de várias maneiras, mostra também uma desconstrução de estereótipos do gênero, já que nos anos de 1970, com os conservadorismos em alta, o ato de rebeldia não era considerado uma atitude feminina e sim masculina. Dessa forma, é Rita Lee assume essa postura destoante dos comportamentos ditos femininos, revelando também o desejo juvenil por espaços de maior expressão e liberdade por meio de corpos que se faziam transgressores naquele momento da história brasileira.

No mesmo ano, foi lançada também a música “*Luz del fuego*” composta por Rita Lee em homenagem à famosa dançarina Dora Vivacqua que ficou conhecida por ser uma representante da causa feminista na década de 50. Destacando-se nos palcos por ser adepta do naturalismo e do nudismo, apresentava seus espetáculos quase sem roupa exalando sua sensualidade, sendo este comportamento muito criticado na época. Rita Le faz então essa homenagem, defendendo a coragem mostrada por Luz del fogo – apelido dado a dançarina.

Eu hoje represento a loucura  
Mais o que você quiser  
Tudo que você vê sair da boca  
De uma grande mulher  
Porém louca!  
Eu hoje represento o segredo  
Enrolado no papel  
Como luz del fuego  
Não tinha medo  
Ela também foi pro céu, cedo!  
Eu hoje represento uma fruta  
Pode ser até maçã  
Não, não é pecado,  
Só um convite  
Venha me ver amanhã  
Mesmo!

Com a letra da canção destaca-se, portanto a representatividade da força feminina assumida por Dora Vivacqua que apesar da censura à mulher do período, mostrou-se a frente do seu tempo sendo uma mulher que “*não tinha medo*”, que mostrava seu estilo ousado não apenas nos palcos, como também socialmente ao defender, por exemplo, o divórcio antes mesmo de ser instaurado no país. Nos versos “*eu hoje represento a loucura*” é possível destacar que,



A loucura é um dos principais rótulos para mulheres que lutam por liberdade, porque as afasta do círculo da “normalidade”, neutralizando, assim, as consequências de seus enfáticos discursos. Esse rótulo, como tantos outros, serve como estratégia de manutenção do sistema dominador masculino (MELO; COSTA, 2019)

Dessa forma, podemos destacar a loucura mencionada tanto para classificar aquela que devido à falta de sanidade faz o que bem entende, como associar também o termo que era associado de forma pejorativa à mulher que foge às regras e se comporta de maneira subversiva ignorando os padrões que lhes foram impostos.

Outra canção de Rita Lee que fez sucesso nos anos de 1975 foi a “*Agora só falta você*” que em seus versos defende a liberdade de fazer apenas escolhas que dão prazer, mostrando a importância da força da voz feminina na tomada de decisões.

Um belo dia resolvi mudar  
E fazer tudo o que eu queria fazer  
Me libertei daquela vida vulgar  
Que eu levava estando junto a você  
E em tudo que eu faço  
Existe um porquê  
Eu sei que eu nasci  
Sei que eu nasci pra saber  
E fui andando sem pensar em voltar  
E sem ligar pro que me aconteceu  
Um belo dia vou lhe telefonar  
Pra lhe dizer que aquele sonho cresceu  
No ar que eu respiro  
Eu sinto prazer  
De ser quem eu sou  
De estar onde estou  
Agora só falta você

Nos trechos acima, é possível perceber também a independência da mulher ao questionar que nem sempre o casamento considerado sagrado vale a pena quando para isso a liberdade de expressão feminina precisa ser suprimida, como mencionado nos versos “*Me libertei daquela vida vulgar que eu levava estando junto a você*”. Nesse sentido, nesta canção, o eu lírico feminino mostra sua independência ao fazer uma escolha em nome de seus desejos.

A música “Fruto proibido” também lançada em 1975 traz em sua letra uma alusão à história bíblica que traz a maçã representando o fruto proibido por este ser o símbolo do pecado. Na sua letra, é possível perceber que com um tom irônico e debochado, Rita Lee desconstrói a imagem de que o pecado deve ser algo a ser evitado.



Não é nada disso, alguém fez confusão!  
Vou dar um tempo, preciso distração  
Às vezes cansa minha beleza  
essa falta de emoção e de sensação  
Quem foi que disse que eu devo me cuidar?  
Tem certas coisas que a gente não consegue controlar  
Comer um fruto que é proibido,  
você não acha irresistível?  
Nesse fruto está escondido o paraíso, o paraíso.  
Eu sei que o fruto é proibido,  
mas eu caio em tentação  
Acho que não!

Nesse sentido, em seus versos, Rita Lee faz uma crítica à permanência do julgamento feito por sociedade conservadora que preza pelo dito “bom comportamento”, julgando tudo aquilo que não segue às regras, principalmente no cenário feminino, na qual a mulher deve manter-se comportada e reclusa diante dos prazeres da carne. Assim, em sua canção Rita Lee defende a liberdade de se fazer o que quiser sendo destacado no verso “*Nesse fruto está escondido o paraíso*” mostrando que o prazer está no ato de cometer o pecado.

Já no ano de 1978, em uma parceria de Rita Lee juntamente com Roberto de Carvalho e Nelson Mota, é lançada a música “*Perigosa*” que iria se destacar através da banda “As Frenéticas”. Sendo este um grupo de mulheres organizado por Nelson Mota, elas adotavam um discurso feminista com a defesa da liberdade sexual.

Sei que eu sou  
Bonita e gostosa  
E sei que você  
Me olha e me quer  
Eu sou uma fera  
De pele macia  
Cuidado, garoto,  
Eu sou perigosa!  
Eu tenho veneno  
No doce da boca  
Eu tenho um demônio  
Guardado no peito  
Eu tenho uma faca  
No brilho dos olhos  
Eu tenho uma louca  
Dentro de mim...  
Eu posso te dar  
Um pouco de fogo  
Eu posso prender  
Você meu escravo



Eu faço você  
Feliz e sem medo

Como se pode observar, a letra da canção é carregada de uma autoafirmação do eu lírico como uma mulher dona de si e que segue suas próprias regras, sendo esta dotada, além disso, de uma sensualidade ao afirmar a presença do desejo sexual, demonstrando também o conhecimento sobre o seu corpo e do domínio de suas escolhas como uma mulher forte e independente.

No ano de 1979, outras duas músicas fizeram sucesso ao tratar da sensualidade e do sexo de uma maneira poética. Nas composições de “*Chega mais*” e “*Mania de você*” Rita Lee fala dos desejos e de tudo que envolve o ato sexual. Se hoje, falar de sexo ainda é tabu, nesse período era ainda mais e de uma forma ousada e divertida, a rainha do rock consegue trazer à tona a discussão sobre sexo de uma maneira leve e agradável.

A gente, eu e o Roberto, tinha acabado de transar. Estávamos suados. O Roberto pegou um violão que estava ao lado da cama e eu ainda fiquei meio zoneando, feliz da vida, explodindo os corações todos. E aí ele começou a fazer aquele lance de melodia e de música. De repente eu falei assim: “Eu conheço essa música”. Eu estava um pouco no futuro, assim como aquela sensação de já conhecer uma música apesar de nunca ter ouvido. Foi uma coisa muito leve. Ninguém puxou nada. *Mania de você* foi um fundo musical para uma situação de profundo tesão, de amor às últimas consequências. Foi a mesma coisa que transar, ter transado. A gente ficou apaixonada pela gente mesma. Foi uma das poucas vezes em que perdi aquela autocrítica que eu tenho e que destrói tudo, completamente. (MAYRINK, 1980)

Na canção, “*Chega mais*” é possível notar nos versos “Eu conheço essa cara/ Essa fala, esse cheiro/ Essa tara de louco/ Esse fogo, esse jeito/ Escandaloso!/ Você é guloso/ E quer me sequestrar/ Ah ah ah ah ah!/ *Chega mais, chega mais!*” a maneira sutil e ao mesmo tempo ousada ao descrever uma cena de desejo.

Já na letra da música “*Mania de você*” pode-se interpretar através dos seguintes versos “Meu bem, você me dá água na boca/ Vestindo fantasias, tirando a roupa/ Molhada de suor de tanto a gente se beijar/ De tanto imaginar loucuras/ A gente faz amor por telepatia/ No chão, no mar, na lua, na melodia/ *Mania de você*/ De tanto a gente se beijar/ De tanto imaginar loucuras” que Rita Lee, descreve o ato sexual distanciando-se dos pudores e mostrando o sexo em grande parte de suas canções como algo natural tanto para o sexo masculino como para o feminino.



Rita Lee não só inspirou uma geração de mulheres como também teve suas influências femininas, entre elas a da artista Elvira Pagã, que foi atriz, cantora, compositora e vedete brasileira. Conhecida por sua ousadia, Elvira Pagã esteve envolvida em muitas polêmicas ao representar um símbolo sexual nacional ao aparecer usando biquínis pequenos no palco, prática esta recriminada no período e apesar de ter sido muito criticada frente aos costumes conservadores da sociedade brasileira, nunca deixou de demonstrar sua sensualidade e sexualidade à flor da pele, ganhando uma homenagem feita por Rita Lee com uma canção que leva o seu nome.

Todos os homens desse nosso planeta  
Pensam que mulher é tal e qual um capeta  
Conta a história que Eva inventou a maçã  
Moça bonita, só de boca fechada,  
Menina feia, um travesseiro na cara,  
Dona de casa só é bom no café da manhã  
Então eu digo:  
Santa, santa, só a minha mãe (e olhe lá!)  
É canja-canja,  
O resto põe na sopa pra temperar!

Assim, na letra dessa música é possível perceber mais uma vez o tom debochado tão presente nas músicas de Rita Lee e com isso, o eu lírico, critica a visão masculina de que a mulher deve ser comportada e atender os desejos do homem. Ao contrário do que se espera, a mulher retratada na canção mostra semelhança à sua homenageada, sendo uma mulher polêmica, dona de si e que luta por seus direitos e sua liberdade. Como mencionado nos versos acima, na prática nem a figura materna goza do status de santa, e essa não correspondência aos anseios de uma sociedade machista não é algo negativo, não causa grande preocupação para uma mulher como ela (SANTOS, 2013). “Santa, santa, só a minha mãe, (e olhe lá!) é canja-canja...”.

Já no ano de 1982, o grande sucesso de Rita Lee foi à música “*Cor-de-rosa choque*” que nos versos: Sexo frágil/ Não foge à luta/ E nem só de cama/ Vive a mulher.../ Por isso não provoque/ É Cor de Rosa Choque, Rita Lee discute a força feminina, fazendo alusão à cor rosa que é considerada uma cor feminina, mas acompanhada do “choque” representando a intensidade e força da mulher. Essa canção fez bastante sucesso e foi escolhida para ser tema de abertura do Programa TV Mulher, que discutia diversos temas relacionados à mulher. Mas antes de ser liberada, essa canção foi vetada pela censura diversas vezes.



Lançada inicialmente com o nome *As faces de Eva*, o título da canção foi questionado, o que logo depois sofreu modificação e passou pela censura. Porém, para fazer o seu lançamento, Rita Lee havia acrescentado os seguintes versos:

“Mulher é um bicho esquisito  
Todo mês sangra  
Um sexto sentido maior que a razão  
Gata borralheira  
Você é princesa  
Dondoca é uma espécie em extinção”

Considerados impróprios pela censura. Ao falar que “Mulher é bicho esquisito, todo mês sangra” fazendo referência à menstruação feminina, a letra segundo os censores continha “alteração inadequada” que “agrava o conteúdo”, uma vez que se referia “ao ciclo menstrual da mulher, o que suscitará indagações precoces em torno do assunto”.

Todo mundo sabe que sumia gente pra caramba, que não podia fazer rodinha de amigos na calçada, que até usar chapéu na rua era suspeito [...] Aceitei fácil o mantra “hay gobierno, soy contra”, achava roquenrou, só não queria perder meu tempo lutando contra um filme de horror quando podia fazer da vida uma comédia, mesmo sem arrancar uma risada. (LEE, 2016)

Apesar de ter diversas de suas músicas censuradas, Rita Lee afirma que lutar contra o veto de suas canções era exaustivo. Como mencionado por Norma Lima, levando em conta a sua “fama de mau”, Rita Lee teve uma recepção crítica em toda a sua produção, recebendo rótulos tais como “roqueira”, “alienada”, “viciada”, “gringa” (LIMA, 2019) faziam com que os censores estivessem sempre atentos a qualquer uma de suas composições.

Os cacetes que levei me deram impulso, eu precisava continuar. Eu nunca quis ser o que sou, estar onde estou. Eu sinto prazer com música de uma maneira muito marginal. Nunca fui de saber quanto ganhei, quantos discos vendi, de brigar por direitos autorais, nada. Eu sempre fui muito ligada a som, é o meu brinquedo predileto até hoje. Aí, eu não entendo. Me tratavam como peste, como inimiga, como um perigo. Porra! Eu sou diabólica! As pessoas pensam que eu sou uma coisa, e eu não sou nada disso. Que loucura! (LEE, 1980)

Outra canção censurada foi a *Afrodite*, lançada no ano de 1981, em seus versos traziam *Em plena vagabundagem/ Em qualquer posição/ Falando muita bobagem/ Bolinando com água e sabão*” e foi acusada de possuir “um mergulho mais fundo no erotismo”. Considerada de conteúdo inapropriado, a censura barrou desde o seu título fazendo referência a deusa do amor e do sexo até os versos “em qualquer posição” e “bolinando com água e sabão”, sob a alegação



de ter uma conotação sexual. Tentando burlar a censura, a música ganhou o nome “Banho de espuma” e com a modificação de alguns versos substituíram por uma versão mais branda, retirando o “qualquer posição” e “bolinando”, conseguiu ser aprovada para gravação, apesar de ter sido proibida de tocar nas rádios ou na Tv.

No ano de 1993, Rita Lee lançou seu álbum de nome “*Todas as mulheres do mundo*” em homenagem a Leila Diniz, que representa mais um símbolo feminista na década de 60. Leila Diniz, foi uma atriz de muito sucesso e se destacou também por ser uma das precursoras das transformações sociais da condição da mulher, na qual, ela defendia a liberdade sexual. Dessa forma, representando toda essa força feminina, Rita Lee compôs esta canção.

Elas querem é poder!  
Mães assassinas, filhas de Maria.  
Polícias femininas, nazijudias.  
Gatas gatunas, kengas no cio.  
Esposas drogadas, tadinhas, mal pagas.  
Toda mulher quer ser amada.  
Toda mulher quer ser feliz.  
Toda mulher se faz de coitada.  
Toda mulher é meio Leila Diniz.

Diante disso, na música de mesmo nome do álbum, Rita Lee destaca as mais variadas personalidades femininas, sendo estas aquelas que lutam em busca do reconhecimento da sua liberdade de expressão assim como em seus comportamentos, mostrando-se livres para fazer suas escolhas sejam elas sociais ou amorosas. Ser “meio Leila Diniz” é agir com liberdade, sem medos. Ser donas do próprio corpo, e da própria alma é o que merecem “todas as mulheres do mundo” (MELO; COSTA, 2019).

Ainda no mesmo álbum citado anteriormente, outras três músicas também fizeram sucesso, principalmente ao tratar de temas considerados tabus, entre essas canções temos a “*Menopower*”, “*Deprê*” e “*Benzadeusa*”. Na letra da música “*menopower*”, mencionada abaixo, Rita Lee irá tratar sobre a menstruação e a menopausa, além de mencionar também o desconforto do uso dos contraceptivos que são impostos para as mulheres Dessa forma, nessa canção Rita Lee destaca a menopausa como sendo uma representação da força feminina.

O "chico" é tão incoerente  
Ah, me deixa tiririca ao chegar  
O "chico" quando vem é absorvente  
E quando falta só rezando pra baixar



Menopower!  
Pra quem foge às regras  
Menomale quando roça e ah, ah, ah...  
Menopower!  
Pra quem nunca se entrega  
Melancólicas, você são piegas  
Tampax, tabelinha, ora pílulas, ora DIU  
Diafragma, camisinha, vão pra mãe que não pariu  
Chega do creme de aveia da véia perereca da vizinha  
Chega do bom caldo e da "sustância" da galinha  
Yeah!

Como se pode observar, uma das características das canções de Rita Lee é que ao tratar de assuntos polêmicos, o seu bom humor sempre se mostra presente, deixando a música leve sem deixar de falar de assuntos importantes que ainda são pouco comentados devido ao conservadorismo da população ao falar de questões femininas.

Em Menopower, eu anunciava que estava ansiosa para ficar " sempre livre " de derramamentos de sangue, derrubando de vez o assunto tabu que tanto constringia as colegas contemporâneas. Menopausa também faz parte da feitiçaria e é quando entramos na fase da feminilidade sutil que se alimenta de presságios e sopros, a observação do mundo ao redor, uma observação mais etérea, mas não menos envolvente o corpo físico perde espaço para o corpo astral, *hay que tener cojones* para trocar o tesão sexual pelo existencial. (LEE, 2018)

Na música “Deprê”, Rita Lee fala sobre a liberdade feminina com seu corpo através da masturbação, sendo a mulher capaz de se dar prazer sem necessariamente ter uma presença masculina. Sendo a masturbação, ainda hoje considerado um “assunto proibido”, Rita Lee burlou todas as regras com suas letras de músicas carregadas da essência feminina.

Faz de mim teu violão, mete a mão  
Me toca um blues  
Me leva pra farra, quero ser tua guitarra  
Estou à tua mercê  
Tédio de tudo, em tudo falta um quê  
Tédio do mundo, desse ser e não ser  
Abraço o travesseiro, me dou o prazer  
Tranço comigo pensando em você.  
Estou aqui, meio blasé  
Estou aqui, sabe assim deprê  
Até que não é tão mal  
Curtir esse down  
Geme comigo de dor e prazer  
Até amanhecer



Já em “Benzadeusa”, nos versos, mencionados abaixo, percebe-se uma discussão feita em torno da independência feminina, sendo esta capaz de tomar decisões mesmo que por vezes seja dependente da figura masculina. Dessa forma, o eu lírico feminino mostra-se forte e decidido que sabe o que quer (“hoje eu sou tua heroína”).

E a gente se casa por um segundo  
Por um século talvez  
Até que a vida, a morte  
O mundo, nos separe outra vez  
Faz amor comigo  
Sempre fica meu amigo  
Amanhã viro bandida, mal fudida  
Te dou um tiro no escuro, você vai ver  
Hoje sou tua heroína  
Mergulha na menina dos olhos meus

Já no ano de 2003, Rita Lee lança sua música “Amor e sexo” baseada numa Crônica de Arnaldo Jabor. Nessa canção Rita deixa clara a existência dos desejos sexuais tanto masculinos como femininos e de uma maneira inteligente aborda na música as diferenças entre amor e sexo sem deixar de mostrar o lado bom de ambas às partes. Como destacado no trecho abaixo,

Amor é cristão. Sexo é pagão.  
Amor é latifúndio. Sexo é invasão.  
Amor é divino. Sexo é animal.  
Amor é bossa nova. Sexo é carnaval.  
Amor é para sempre. Sexo também.  
Sexo é do bom. Amor é do bem.

É possível perceber, que enquanto o amor é visto como algo mais profundo, o sexo é visto como carnal, um desejo que deve ser atendido em nome do prazer. Dessa forma, essa canção é marcada mais uma vez pela presença da sexualidade feminina, na qual o sexo é visto como algo natural, cabendo a cada um a realização dos seus desejos seja por amor ou apenas por sexo.

Diante disso, é possível perceber, que as músicas compostas por Rita Lee apresentavam um caráter inovador e que através de suas canções discutiu temas considerados tabus como o sexo, a menopausa, a masturbação, além disso, a força feminina, sendo a mulher livre para ser o que quiser.

Assim, Rita Lee sempre descreveu a mulher como um ser forte, independente e foi através de seus comportamentos transgressores que enfrentou os tabus sem se importar com as limitações de uma sociedade conservadora que limita os espaços femininos. Dessa forma, com



suas letras tratando de assuntos polêmicos de uma maneira didática, Rita Lee conquistou muitos fãs e até os dias atuais é considerada um símbolo de força feminina.

### **3. Considerações Finais**

Rita Lee tem a subversão como marca da sua trajetória, sendo uma das primeiras mulheres a se destacar no segmento musical do rock. Com seus comportamentos rebeldes e transgressores, além de suas composições ousadas e que traziam à tona toda a força e subjetividade feminina, marcou toda uma geração.

A música produzida e elaborada por Rita Lee se destaca por estar imersa a um sistema de relações, dentre as quais as de gênero ganharam maior repercussão, não somente por suas produções musicais, mas também por seu comportamento transgressor em uma sociedade essencialmente conservadora. Com suas letras impactantes, provocadoras e controversas, levou-se dentre vários aspectos, a uma reflexão sobre o papel dos indivíduos na sociedade e sobre suas diferentes formas de relacionamento. Sendo possível, por esse viés, perceber a pluralidade da temática das relações de gênero presentes em suas canções.

Apesar de nunca ter se associado de maneira direta aos movimentos feministas, em suas ações defendeu o ser mulher e a liberdade de fazer escolhas. Falar sobre corpo e sexualidade, ainda hoje é considerado tabu, mas Rita Lee discutiu e cantou esses temas de forma naturalizada com suas letras carregadas de sensualidade e prazer.

Nesse contexto, ao falar de corpo, sexo, maternidade, masturbação, menstruação e diversos outros temas ainda hoje considerados tabus, Rita Lee quebrou barreiras e assumiu a frente do palco defendendo a liberdade, a força da iniciativa e a resistência feminina diante de uma sociedade essencialmente conservadora. Assim, ao romper paradigmas principalmente dentro do universo feminino, Rita Lee torna-se uma figura emblemática, sendo a análise de suas músicas de grande relevância na compreensão dos fenômenos relacionados à representação social de gênero.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANAZ, Sílvio A. L. **A erotização do imaginário do pop-rock brasileiro nas canções de Rita Lee.** *Música Popular em Revista*, Campinas, ano 3, v. 1, p. 80-100, jul.-dez. 2014.



LEE, Rita. **favorita**. São Paulo: Editora Globo, 2018.

LEE, Rita. **Rita Lee: uma Autobiografia**. São Paulo: Globo, 2016.

LIMA, Norma. **Ditadura no Brasil e a censura nas canções de Rita Lee**. 1 ed. – Curitiba: Appris, 2019.

MAYRINK, Geraldo. **Rita Lee: entrevista**. Acesso em: <https://geraldomayrink.com.br/entrevista/rita-lee-entrevista/>. 1980.

MELO, Ana Karla Marcelino de; COSTA, Edson Tavares. **As mulheres de Rita: quebra de estereótipos femininos em letras de canções de Rita Lee**. Discursividades, ISSN 2594-6269. Vol. 5. N. 2 - Dez. 2019.

NAPOLITANO, Marcos. **História e música: história cultural da música popular**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SANTOS, José Antônio Barbosa Alves. **As faces de Eva: o universo feminino no léxico de Rita Lee**. 2013. 102 páginas. Dissertação (Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.

## DISCOGRAFIA

LEE, Rita. *Gente fina é outra coisa* (1973)

\_\_\_\_\_. *Ovelha Negra* (1975)

\_\_\_\_\_. *Luz del Fuego* (1975)

\_\_\_\_\_. *Agora só falta você* (1975)

\_\_\_\_\_. *Fruto proibido* (1975)

\_\_\_\_\_. *Perigosa* (1978)

\_\_\_\_\_. *Chega Mais* (1979)

\_\_\_\_\_. *Mania de você* (1979)

\_\_\_\_\_. *Elvira Pagã* (1979)

\_\_\_\_\_. *Afrodite/Banho de espuma* (1981)

\_\_\_\_\_. *Cor-de-rosa choque* (1982)

\_\_\_\_\_. *Todas as mulheres do mundo* (1993)



- \_\_\_\_\_. Menopower (1993)
- \_\_\_\_\_. Deprê (1993)
- \_\_\_\_\_. Benzadeusa (1993)
- \_\_\_\_\_. Amor e Sexo (2003)



## SENTENCIADA AO SILÊNCIO: REPRESENTAÇÕES DE UMA VÍTIMA DE FEMINICÍDIO EM UM PROCESSO CRIMINAL DE 1972, EM PARANAGUÁ

Bárbara Bombasar Faria  
Kety C. De March

### 1. Introdução

No dia 1º de abril do ano em curso, em hora não precisada, mas provavelmente no período da tarde, na casa situada [...] na praia de Leste, o indiciado [...], servindo-se de uma faca [...], a título de ritual de homicídio passou a torturar a vítima [...], sua esposa, produzindo nela por crueldade, doze ferimentos punctiformes sem penetração, no tórax anterior, para depois desferir-lhe o golpe letal, que ocasionou a ofensa de grandes vasos e corações, conforme atesta o laudo de exame cadavérico de fls.

Acima a Denúncia do Promotor no processo 128, se refere a morte de Ana, procedida 50 anos atrás por Gilberto, seu marido recém casado. Ela, uma mulher de 56 anos, residente e natural de Curitiba – PR, professora, descrita como “reservada” e de “boa conduta” por testemunhas, possuidora de uma vida confortável proporcionada por suas economias. Ele, um homem de 58 anos e um passado questionável em suas relações. Era “corretor de imóveis” e se encontrava em uma situação econômica regular, possuindo seis filhos (um deles fruto de uma relação não oficializada ocorrida após ter se tornado viúvo da primeira esposa).

A construção de uma narrativa na qual Ana teria sua reputação questionada em pontos específicos — onde sua feminilidade seria degradada — é a estratégia adotada pela defesa. Colegas, conhecidos e familiares apresentaram uma representação oposta àquela dada pelo acusado. Em seu primeiro interrogatório, Gilberto conta que se casou com a vítima por indicação da irmã da mesma. Antes do casamento, Ana teria revelado sua experiência sexual passada, questionando se ele a aceitava “nessas condições”, o qual respondeu “que aceitaria se ela se propusesse a ser fiel a ele” [fls. 20]. A virgindade da noiva era condição socialmente exigida no período, se traduzia inclusive na legislação civil da época, amparada no Código Civil de 1916, que permitia aos maridos a dissolução do casamento em caso de descoberta posterior da inexistência de virgindade. Gilberto provavelmente detinha o conhecimento dessa normativa social e optou por acioná-la em seu depoimento como estratégia de defesa, iniciando um processo de desmonte da feminilidade normativa atribuída à vítima.



O réu afirma que durante a estadia na casa de veraneio da família de Ana, em Praia de Leste, ambos ingeriram bebidas alcoólicas, enfatizando o gosto da vítima pelo vício. Gilberto conta que foi à praia e ao retornar “surpreendeu a vítima que saía do quarto em companhia de um homem desconhecido, o qual, ao ver o interrogado ficou um tanto embaraçado [...] procurou sair rapidamente da casa” [fls. 20]. Ele a questionou, e Ana respondeu que o homem era seu amigo e que não devia satisfações ao réu. Durante a discussão, Ana revelou que “desde o início do casamento ela [...] mantinha encontros com homens [...] em apenas uma hora ela fazia a quantia de Cr\$120,00” [fls. 21]. Gilberto afirmava que a vítima teria dito que cobraria pelas relações sexuais entre eles e que isso o teria convencido a terminar o relacionamento. Segundo o réu, Ana investira contra ele, portanto uma faca, mas que a arma teria caído ao chão, momento no qual ela se jogara em sua busca, mas o réu, “nessa altura já encontrava-se bastante nervoso [...] apoderou-se da faca e desferiu na vítima vários golpes a qual veio a falecer.” [fls. 21].

Após o crime, Gilberto voltou para Curitiba, embarcando em seguida para Ponta Grossa. O interrogatório foi feito na presença do seu advogado, cerca de quatro dias após o crime, o qual confessou. Ele foi ouvido em outros momentos, e apesar de alterar sua declaração em certos pontos, o discurso permaneceu o mesmo: cria-se um cenário que justificaria o ato criminoso, e empregaria a Ana a culpa pelo próprio assassinato, destruindo sua honra e feminilidade. Ele tentou se demonstrar religioso e um bom marido, que fazia a esposa feliz, ao mesmo tempo em que aproximava a vítima ao desregramento sexual e à imoralidade da época através da figura da meretriz.

O caso de Ana e Gilberto não é único e muito menos incomum. Possuímos um corpus documental vasto, composto de 70 outros processos de diferentes tipologias criminais contra mulheres, como: estupro; feminicídio ou tentativa de; ato libidinoso; lesão corporal; sedução; e adultério. São numerosas as justificativas e representações que encontramos ao longo dos diversos casos, porém, a construção de duas imagens discrepantes sobre Ana tornam o processo “128” exemplar para o entendimento dos fenômenos discursivos que observamos nessas peças. Portanto, optamos pela análise aprimorada e individual deste processo. Dele apontamos aspectos relevantes para a pesquisa pela perspectiva do gênero, e particularidades sobre nosso recorte espacial.

Ocorrido em Praia de Leste, esse crime foi processado pela Comarca de Paranaguá, assim como os demais arquivos analisados, ao longo da década de 1970, — o recorte temporal determinado. Paranaguá foi o primeiro município paranaense, tendo se tornado vila no século



XVII, e uma cidade em 1842. Como consequência da condição de cidade litorânea, e também devido à natureza portuária — contemplando o segundo maior porto brasileiro — Paranaguá é marcada por uma movimentação itinerante, sejam trabalhadores — como caminhoneiros e comerciantes —, ou famílias que vão à cidade em veraneio. Esta característica já podia ser observada em 1970, tal qual aponta a fonte analisada. Nossos personagens não são cidadãos residentes de Paranaguá, mas sim da capital paranaense. Esse é um aspecto a ser ressaltado, uma vez que salienta a característica litorânea do município. Na década de 1990 a região em que ocorreu o crime foi desmembrada e passou a compor o município de Pontal do Paraná.

Pensar sobre Paranaguá e seus cidadãos auxilia na análise da fonte, mesmo que não seja com o que escolhemos especificamente. O Porto de Paranaguá, inaugurado em 1935 (MACHADO, 2012), aumentou a oferta de emprego, trazendo trabalhadores migrantes de outras cidades e estados. Paranaguá teve que se desenvolver em vários setores para conseguir sustentar essa migração, gerando desequilíbrios sociais e espaciais, visto que enquanto a cidade crescia em volta do “centro urbano”, as imediações periféricas foram esquecidas e marginalizadas. A busca por trabalho no Porto de Paranaguá cruzava o país. O que se viu foi a mudança de famílias rumo à Paranaguá e proximidades, em busca de emprego. Isso se apresenta quando os indivíduos presentes nos processos são naturais de outros estados, por vezes quando são mais velhos, é comum que sua origem não seja paranguara — pessoas naturais de Paranaguá — ou até mesmo paranaense. Essa diversidade é bastante interessante ao considerarmos as diferentes visões e manifestações de linguagens e costumes que se apresentam na cidade.

A década de 1970 foi marcada por avanços tecnológicos; uma industrialização que corroborou para maior inserção das mulheres ao mercado de trabalho, assim como o uso da pílula anticoncepcional, elementos esses que nos fizeram optar por essa década. É um período de mudanças, principalmente para a história do movimento das mulheres brasileiras (SARTI, 1988). O feminismo chega ao Brasil, e se molda a nova realidade, adquirindo um forte caráter político, visto que os grupos de mulheres se uniam contra a situação brasileira naquele momento. Os grupos feministas passaram a concentrar-se no combate a violência contra as mulheres. Casos de feminicídio conquistaram a atenção da mídia, alcançando repercussão no Brasil, como é o caso de Ângela Diniz. A lei que promulgou o divórcio no Brasil, ao final do ano de 1977, é outro fator que colabora para o avanço do movimento das mulheres. Essas



mudanças nas quais a década de 70 está envolvida, chegam em Paranaguá e se tornam visíveis em nossas fontes.

No entanto, o processo 128 ocorre antes desse movimento. Ana é morta quando ainda não se tinha tornado o feminicídio um assunto de grande repercussão — a exceção da morte de Aída Cury no final da década de 1950. Essa violência muitas vezes ainda era entendida como um efeito colateral do direito masculino à violência contra suas esposas como processo correcional (MARCH, 2015). Pretendemos então observar como eram essas relações violentas antes desse debate ganhar os principais meios de comunicação com o caso Ângela Diniz, o que se torna interessante quando percebemos que o argumento de defesa deste último é visto também na defesa de Gilberto: a legítima defesa da honra. Posteriormente abordaremos esse aspecto.

O processo criminal possui grande potencialidade analítica enquanto fonte histórica, especialmente partindo da perspectiva de gênero. Nosso olhar se direcionou para a violência contra mulheres, categoria que está ocupando seu lugar, ao menos desde a década de 1970 no Brasil. Mesmo com o aumento das discussões sobre o tema, não deixa de ser uma grande mazela entre os brasileiros, agravada por diversos outros fatores, como a desigualdade social e racial.

## **2. Gênero e violência: definições teóricas**

Por muito tempo, apenas o espaço público era tido como relevante, ambiente do qual as mulheres eram excluídas. Não pertenciam — ou não deveriam pertencer — a esse local. Ao contrário, suas figuras eram familiares, filhas, esposas e mães, domésticas em todas suas etapas, assim como seus “vestígios” invisíveis, passíveis de esquecimento. Michelle Perrot (2006) denuncia como as mulheres são, desde sempre, pintadas e descritas — representadas. A historiadora deixa claro que essa representação é de obra masculina, construída pela visão dos homens sobre uma “essencialidade feminina”. Evidencia-se a máscara sob a qual reside a imagética feminina. Para Rachel Soihet (1997), a interdisciplinariedade é um fator importante nesse processo, visto que é através de estudos históricos e antropológicos que a atenção se volta às mulheres dentro da historiografia. A autora aponta vários aspectos desse processo de estudos, como a significância do movimento feminista a partir da década de 1960. Soihet (1997) então nos apresenta ao conceito de gênero:



[...] rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero se torna, inclusive, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. (SOIHET, 1997, p. 404).

A autora define o conceito de gênero como a rejeição do determinismo biológico, ou seja, a negação dos papéis sociais definidos pelo sexo biológico de um sujeito, portanto, negando a atribuição do gênero a uma suposta natureza humana, dividida pelo sexo biológico. A partir da categoria analítica de gênero, a historiadora Joan Scott (1995) demonstra a impossibilidade de se estudar homens e mulheres separadamente, uma vez que aponta o gênero como determinante na construção de relações sociais, tal como a violência. Sugere que o “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1995, p.86), desnaturalizando os papéis normativos e demonstrando seu viés cultural, tal como demonstra:

[...] conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas. [...] essas afirmações normativas dependem da rejeição ou da repressão de possibilidades alternativas e, algumas vezes, elas são abertamente contestadas (SCOTT, 1995, p.86).

Esses conceitos normativos são os “papéis sociais” de homens e mulheres, baseados nos símbolos culturais. os quais se diferem com a sociedade. O nosso papel como historiador é questionar quando e como essas normatividades são mais exigidos e acionados. Vemos o conceito de masculinidade hegemônica de Raewyn Connell (1997), que se traduz no modelo de masculino almejado e respeitado, cuja transformação ocorre de acordo com o contexto em que é inserido. Percebemos os aspectos que compõem essa figura ideal masculina e como é usada para desconstruir outras masculinidades. Importante também observar, a partir da autora, que, embora a masculinidade hegemônica seja discursivamente vivida, na prática é um modelo idealizado de impossível enquadramento para os sujeitos sociais, o que não impede que seja acionada sempre que for necessária para legitimação de determinados comportamentos masculinos, como a ação violenta de Gilberto contra Ana.

Para Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2010), autor brasileiro que aborda o conceito de masculinidade, a “masculinidade soberana e poderosa não aceita nenhuma prática ou modelo alternativo de comportamento para homens e mulheres” (ALBUQUERQUE JR, 2010, p. 29) retomando então a ideia de masculinidade hegemônica. Para ele, há diversas formas



de violência que “constituem uma subjetividade masculina”, e a violência contra as mulheres é uma delas. Deste modo, Arlette Farge (2011) reflete como a violência foi acomodada aos nossos olhos, visto que “nosso sistema de inteligência e de percepção está atualmente brutalizado — no domínio da violência” (FARGE, 2011, p. 26), ou seja, a nossa inteligência teria dificuldade de identificar os princípios e mecanismos das violências. Farge (2011) sugere que o historiador deve se ater a natureza da racionalidade empregada na produção da violência, pois assim se pode, não mudá-la, mas alterar seu curso. A violência, portanto, é um fenômeno social mutável, uma vez que nossa sensibilidade sobre ela e também o que entendemos ser uma ação violenta, são completamente dependentes do contexto social em que está inserida.

### **3. Materiais e métodos**

Trabalhar com o processo criminal é, por um momento breve, permitir que a sensação de real e verídico — a verdade absoluta — invada a leitura, mas logo se dar conta da ilusão que é construída ingenuamente sobre uma concretude que mascara versões. Como diz Farge (2017), essa fonte, feita de interrogatórios e testemunhos, parece possuir em sua estrutura o poder mágico — portanto, irreal — de trazer o passado ao presente, estabelecendo uma ligação, de forma que, ao decidir se debruçar sobre a mesma, se esqueça brevemente de se estar trabalhando com os mortos, afinal a história é um encontro com a morte.

As personagens dentro da fábula que se constrói — conceito que será abordado posteriormente —, parecem ganhar vida diante dos olhos atentos do leitor, misturando o próximo e o distante (FARGE, 2017). Concebe ao leitor a sensação de estar em contato com existências reais, mas que sua infâmia ou seu cotidiano ordinário não permitiriam que se deixasse rastro algum. Michel Foucault (1992) infere que o eventual encontro dessas vidas com o poder é “aquilo que as arranca à noite em que elas poderiam, talvez deveriam sempre, ter ficado [...]: sem este choque, é indubitável que nenhuma palavra teria ficado para lembrar o seu fugidivo trajecto” (FOUCAULT, 1992, p. 97). Para ele, essas vidas estariam destinadas ao esquecimento e desaparecimento, não fosse em virtude da interação com o poder, aquele que registra essa relação — sujeito e poder, e não somente o sujeito. Interessante seria perceber que os sujeitos dentro da narrativa processual se tornaram o centro de nossas atenções após sua morte, enquanto que, em vida, atenção alguma pareciam receber. O historiador toma isso como uma vingança de vidas que seriam insignificantes, vidas que seriam “como se não tivessem



existido”. Devemos ter a cautela, pois não trabalhamos com documentos tão antigos, e, portanto, se fez necessário que os nomes reais de nossas personagens fossem ocultos. Contudo, nosso cuidado ao trabalhar com processo criminal não começa aqui.

Antes de mergulharmos no arquivo, devemos conhecer a legislação corrente no período sobre o qual vamos nos debruçar — o caso da atual pesquisa, partimos do Código Penal Brasileiro de 1940. Keila Grinberg (2009) afirma que conhecer a legislação contemporânea ao processo é importante para entender a lógica do caso, como a argumentação dos advogados e as decisões e interpretações judiciais. Aponta a autora que para isso, além de conhecer as leis, é preciso conhecer o contexto histórico do caso, praticando também uma análise comparativa com casos semelhantes.

São várias as precauções que devemos tomar, como se atentar para a intermediação que ocorre durante os depoimentos e testemunhos, não se deixando enganar pela ilusão de que o que lemos são as palavras daquele sujeito em sua totalidade. Marisa Corrêa (1983) apresenta os os atores jurídicos — juízes, delegados, escrivães, etc —, os quais se envolvem:

nas sucessivas transformações sofridas pelos fatos através das várias versões oferecidas, estão postos na situação em que se encontram no momento em que os observo, cada um em seu lugar como peças em um jogo de xadrez, mas se movem. (CORRÊA, 1983, p. 39).

Intermediários que realizam a chamada manipulação técnica, e fazendo isso, deixam um rastro que aponta para sua estratégica. Mesmo havendo um sistema regrado, escolhas são feitas, estando inseridas numa “margem de liberdade” dentro dessas restrições.

Para Corrêa (1983), no processo se desenvolve uma fábula, cuja construção parte das estratégias empregadas pelos personagens. Grinberg (2009) sugere que o motivo pelo qual se produz o documento criminal não é para que haja a reconstrução de um acontecimento, visto que isso não pode ser feito, mas no intento de procurar uma verdade. Nesse cenário, portanto, “todos os depoimentos seriam ‘ficções’, papéis desempenhados por personagens, cada qual procurando influenciar o desfecho da história.” (GRINBERG, 2009, p. 127). Os conceitos de fábula e de ficção, para as autoras, correspondem àquilo que demonstramos logo no início: não devemos buscar revelar o real, dado não ser possível. Para Foucault (2002) esses discursos encerram uma ficção que ele nomeia como verdade jurídica, à qual todos os envolvidos, sejam de acusação ou defesa, procuram produzir um desfecho que lhe seja favorável. Portanto se torna indispensável dialogar com o real representado pelo crime ocorrido e pelas normatividades



sociais que engendram aquele complexo jogo que, em crimes que envolvam violência de gênero, se articulam entre masculinidades e feminilidades possíveis.

#### **4. Resultados e discussões**

Em 27 de janeiro de 1972 Ana e Gilberto se casaram. No dia 2 de abril, Ana foi morta. É importante enfatizar que muito será dito sobre ela, imagens foram criadas ao decorrer das falas, por vezes contraditórias, porém nada de Ana será ouvido. Sua voz foi calada, sua vida interrompida. Seu túmulo foi selado e destinado ao silêncio sepulcral da morte. Durante o inquérito Gilberto constrói a primeira imagem de Ana: uma mulher rica, não mais virgem, que matinha relações sexuais com homens em troca de dinheiro; agressiva, pois avançou contra o acusado. Inicia-se a produção de uma representação de Ana, rompendo as exigências normativas de uma mulher respeitável, partindo da visão daquele período, ao passo que fabrica uma feminilidade que, mais tarde, seria rejeitada por seus julgadores. Mas antes de nos voltarmos à Ana, pensando nos personagens, Gilberto se torna uma figura interessante.

Ao iniciar-se o processo, fez-se a investigação acerca da vida pregressa do acusado. Ao final de 1958, ele ficou viúvo, sua esposa havia falecido “vitima de envenenamento” [fls. 38]. Em 1960 Gilberto casou-se informalmente com Máisa, com a qual teve uma filha. Em 1969, esse mesmo sujeito tentou invadir a casa de duas pessoas [fls. 39]. Ele se envolveu em uma briga de rua, na qual sacou uma faca e a usou para atacar seu oponente [fls. 40]. Havendo uma viatura nas proximidades, medidas foram tomadas. Ainda em 1969, Gilberto e Máisa entraram em um processo pela guarda da menor, filha deles, possuindo 7 anos a época. Na primeira audiência, acordam que a guarda da menor ficaria com a mãe, e Gilberto poderia visitá-la aos domingos, sem poder sair do quadro urbano de Araucária, sem avisar previamente, sendo estipulado certa quantia a ser paga mensalmente pelo réu.

Cerca de quatro meses após, Gilberto solicitou nova audiência, e, por meio de seu advogado, apontou que Máisa levava “vida fácil”, e por isso ele não deveria mais pagar a mensalidade, afirmando que a mesma cobrava o dobro do valor. Ele apresenta-se como um “homem religioso” [fls. 43], enquanto Máisa seria “pessoa de vida fácil, cheia de perturbações” [fls. 43]. Sem demora, essa narrativa foi contradita, provando que Gilberto teria tramado contra a mãe de sua filha, e com ajuda de testemunhas, uma nova imagem foi criada sobre a mesma,



de forma que ele perdeu a causa. É importante ter isso em mente quando voltarmos o olhar para o caso “128”.

Gilberto foi caracterizado como “mau caráter”, tendo sido afirmado em audiência que o réu teria declarado “que ia visitar uma senhora rica, muito boa e distinta, com a qual pretendia casar [...], respondeu que se não desse certo o casamento ele mataria a mulher, pois mulheres existem muitas.” [fls. 90]. Foi apontado ainda, por um homem que o conhece há 15 anos, que este amiúde encontrava-se bêbado, importunando senhoras que frequentavam o comércio do declarante. Essa testemunha contrapunha Gilberto aos modelos normativos de masculinidade exigidos para os anos 1970. Ele era ébrio, portanto, detendo vício que o poderia impossibilitar de exercer suas funções como provedor do lar, também importunava mulheres, o que o colocava numa posição de desregramento moral junto à sociedade. Interessante constatar que esses argumentos (alcoolismo e desregramento moral) combinados com os argumentos já utilizados ao longo do processo de guarda contra Maísa, foram utilizados pela defesa para atingir a feminilidade de Ana e produzir para ela a mesma representação que a testemunha produziu para o acusado.

Partimos do conceito de representação de Roger Chartier (1991) para pensar a figura de Ana. Entendemos como a construção de uma imagem de algo que não está presente, cuja construção pode se basear em como foi de fato; como ele poderia ter sido, ou, ainda, como se desejava que fosse. A representação, para Chartier (1991), é um processo de percepção e apropriação; acontece a apropriação do que é percebido, resultando na interpretação. Esse conceito surge dentro da perspectiva de gênero para auxiliar-nos a pensar como a sociedade estabelece modelos para os sujeitos dentro dos processos, sendo assim, gera representações — as quais revelam mais sobre o olhar da sociedade para com essas pessoas, do que como eram de fato, uma vez que não podemos alcançar esse modelo se não pelas representações produzidas sobre ele. Dentro da nossa análise, devemos atentar para os discursos das personagens envolvidas no processo — todos: advogados, juízes, mas principalmente testemunhas e depoentes —, pois ali se encontra a figuração de sua percepção sobre algo ou alguém, baseado em um conjunto de elementos que compõem sua interpretação.

Os irmãos de Ana afirmaram que a vítima e o acusado “estavam se entendendo muito bem” [fls. 80], apesar de o considerarem possuidor de um “gênio violento e impulsivo” [fls. 80]. Disseram ainda que, ao chegarem no local do crime, na casa não havia sinais de luta física, e nem de bebidas alcoólicas. Sobre a briga apresentada pelo réu, o médico legista apontou que



Ana não possuía “contusões ou equimoses originarias duma possível briga” [fls. 84]. Na fala dos irmãos, há uma naturalização da violência cometida por Gilberto, na medida em que o consideravam bom marido, mesmo diante de um gênio violento. As masculinidades estavam amparadas numa relação direta com ações violentas que, ao mesmo tempo em que legitimavam o que era ser homem, reforçavam relações assimétricas de poder em relação às mulheres e outros sujeitos considerados não enquadrados a esse modelo (VIRGILI, 2013). Ser violento não era um impedimento para ser bom marido na perspectiva dos irmãos de Ana.

Antônia, colega de trabalho de Ana e testemunha, afirmou que ela e a vítima eram amigas, lecionavam juntas em um colégio de freiras aos sábados, sendo Ana uma pessoa de “boa conduta” e “honesta” [fls. 87], que nunca se desentendeu com ninguém do trabalho. Esclareceu uma pergunta, dizendo que não soube de outro namoro de Ana antes do casamento desta. Afirmou que a vítima “não era dada a tomar bebidas alcoólicas” [fls. 149] e o único motivo de desentendimentos entre o casal era por questões financeiras. Ana não era de gastar muito, enquanto Gilberto se mostrava o oposto. Cíntia, colega da vítima por 8 anos e outra testemunha, afirmou o mesmo. Ela descreveu Ana como tímida, modesta e simples, que não bebia e nem discutia com ninguém. Ambas as testemunhas a apontavam como pequena e franzina, sendo dito ainda que ela era tratada como “senhora”, por emanar “um ar de vovó”, e também porque sua “apresentação física lembrava uma avó” [fls. 89].

É construída uma figura completamente destoante do que foi dito sobre Ana. Sua imagem agora está em concordância com os papéis normativos de gênero que são requisitados pela sociedade de sua época: apesar de não ter se casado e constituir o que era socialmente entendido como o papel da “professora solteirona”, também não era uma mulher “extravagante”, mas sim modesta e simples; não carregava em sua aparência o estigma da mulher “provocante”, com vários parceiros sexuais, mas sim uma pessoa tímida que não parecia ter namorado até os 56 anos de idade, com uma apresentação de remetia às avós.

Se de fato Ana se parecia a uma avó ou se bebia, era provocante e vivia de expediente sexual, o que podemos mensurar são duas situações: a primeira é a verossimilhança do discurso que, ao que parece indicar, desmente o acusado que tentava incutir às mulheres com as quais se envolvia e tinha algum tipo de problema (seja a disputa pela guarda da filha, seja a violência e o assassinato) sempre as mesmas representações que atacavam diretamente a posição dessas mulheres diante da moralidade social, além de repetirem-se discursos de testemunhas que se contrapunham a ele. A segunda diz respeito justamente à escolha das argumentações. Nesse



processo evidenciamos que mulheres que viviam de expediente sexual ou que consumiam bebidas alcoólicas eram vistas socialmente como inferiores, pois, diante da insistência nesses argumentos, entendemos que a defesa acreditava ser possível justificar o crime a partir do comportamento reprovável da vítima e essas ações, quando realizadas por uma mulher, eram inaceitáveis, assim como a violência realizada por Ana ao empurrar o marido durante a discussão que teria ocasionado o crime. A violência não era atributo considerado feminino, não integrando os padrões de feminilidade. Nas representações da defesa Ana era “velha”, “solteirona”, “violenta”, “prostituta”, “bêbada”, logo não merecia respeito ou direito à vida. Era dever de Gilberto tentar corrigi-la e o crime cometido por ele possuía relevante valor social, não o caracterizando como um risco à sociedade.

Em cada sociedade e período, existe um conjunto de elementos e valores que definem os ideais sobre o que é ser homem e o que é ser mulher. Neste caso, o que poderia ter sido uma linha de defesa, seria construir a imagem de Gilberto espelhada a masculinidade ideal do cenário histórico, porém, o que se fez foi atacar a feminilidade da vítima. É interessante pensar que quando um homem é julgado, seu comportamento anterior é o que determina sua sentença. Ou seja, mesmo que o crime cometido seja grave e que não haja circunstâncias favoráveis, se houver testemunhas afirmando que esse homem era trabalhador, um bom pai e um bom marido — um bom provedor —, a situação se torna outra, tendo boas chances em seu julgamento. Isso cresce quando se depara em um cenário em que sua mulher leva uma vida oposta a dele, uma vida “irregular” — o que significa uma mulher infiel, que possui comportamentos fora do seu modelo normativo, como o uso de bebida alcoólica, vestuário impudorado, descuido com o lar, etc (CORRÊA, 1983).

Invertido, já não se aplica mais, não neste caso. Se tratando da vítima, as testemunhas parecem perder credibilidade. Os testemunhos sobre Ana anulariam a fala do réu — de que a vítima seria dada ao vício do álcool, ao meretrício. O acusado só teria se defendido fisicamente — dado o ataque da vítima —, e moralmente — visto que as atitudes de Ana manchavam sua honra. No entanto, há ainda a versão das testemunhas sobre Ana, que surge em contraponto ao que foi apresentado até aquele momento, versão esta que, se acreditada pelo júri, seria uma contradição a palavra do réu sobre o que teria levado a matar sua esposa. O conselho de sentença, por sua vez, formado por sete pessoas, nesse caso sendo duas mulheres e cinco homens, em resposta as seis perguntas que lhe foram feitas, sendo estas: a) O réu desferiu facadas contra a vítima? Sete votos sim; b) Esses ferimentos causaram a morte da vítima? Sete



votos sim; c) O réu cometeu o crime, com emprego de tortura? Sete votos não; d) O réu cometeu o crime contra o cônjuge? Sete votos sim; e) Existem circunstâncias atenuantes? Sete votos sim; f) O réu cometeu crime sob a influência da violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima? Novamente, sete votos sim.

O conselho afirmar, de forma unânime, que haviam circunstâncias atenuantes e que ele cometeu o crime sob a influência da violenta emoção, leva a crer que a versão dada pela defesa se supôs verídica. Mesmo que não se tenha acreditado na palavra de Gilberto, o que se configura é o olhar da sociedade de que o corpo feminino pertence ao homem, e como objeto de propriedade masculina, se torna lugar de violência (SOIHET, 2002). Em sua defesa prévia o advogado de defesa alegou que o réu agiu em “legítima defesa própria e da sua honra, vez que, fora enganado[...] tendo a vítima procedido de modo condenável, ao possuir amantes, confessando ao R. ser mulher frequentadora de antros condenados pela sociedade” [fls. 67]. A honra do homem está relacionada diretamente a respeitabilidade de sua mulher (MACHADO, 2004), esse homem deve defender sua honra, e, se respaldando no “contrato conjugal”, age de forma corretiva. Como aponta Virgili (2013), a infidelidade, mesmo que suposta, é, com frequência, uma justificativa aceitável para a agressão — e nesse caso, para a morte.

## **5. Considerações Finais**

Nossa pesquisa, respaldada em Joan Scott (1995), Raewyn Connell (1997) e Durval Muniz de Albuquerque Jr (2010), através da categoria analítica de gênero, analisou, a partir de uma metodologia baseada em Marisa Corrêa (1983) e Keila Grinberg (2009), os discursos e narrativas dentro da peça processual selecionada, atendo-se às representações díspares da vítima e suas repercussões, assim como os usos dos modelos normativos de gênero. Em um mergulho momentâneo por páginas envelhecidas; personagens subalternos e histórias tão triviais quanto se pode ser, adentramos então ao universo dos processos criminais. Nosso trajeto pelas fontes parte do cuidado que tivemos ao imergirmos nas narrativas criminais, atentando para as estratégias judiciais que envolvem as peças, sem deixar que fôssemos seduzidos pela busca irreal da verdade. Ao lermos o processo selecionado tomamos ciência que ali havia a criação e acionamentos de masculinidades e feminilidades. Por fim constatamos, a partir dessa pesquisa, como a sociedade naquele contexto — representada pelo júri — estava propensa a aceitar a desconstrução da feminilidade como justificativa para a violência de gênero. Não é



aspecto singular da peça selecionada tal estratégia, pelo contrário: o costume de atribuir à vítima a responsabilidade do crime está presente em praticamente todos os processos criminais analisados — podemos, como exercício de reflexão, nos questionar se esse costume não se perpetua até os dias atuais. Contudo, isso se constrói baseado tão somente na narrativa criada pela defesa, sem que se apresentem testemunhas ou evidências favoráveis, e juntamente à essa fala, há a ausência de fala: o silêncio velado no qual a vítima foi condenada. O que temos é o olhar masculino sobre a mulher. Não se ignora apenas o que Ana tem a dizer; ignora-se, sobretudo, aquilo que é dito sobre ela e que não parte de Gilberto.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. Máquina de fazer machos: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças. *In*: MACHADO, C. J. dos S.; SANTIAGO, I. M. F. L.; NUNES, M. L. da S. (org.). **Gênero e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares**. Campina Grande: eduepb, 2010.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 5, n. 11, p. 173-191, abr. 1991.

CONNELL, Robert W.. La organización social de la masculinidad. *In*: VALDES, Teresa; OLAVARRÍA, J. (org.). **Masculinidad/es: poder y crisis**, Cap. 2, ISIS-FLACSO: Ediciones de las Mujeres, 1997. n. 24, p. 31-48.

CORRÊA, Marisa. **Morte em família: representações Jurídicas de Papéis Sexuais**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

FARGE, Arlette. Da violência. *In*: \_\_\_\_\_. (org.). **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 25-39.

FARGE, Arlette. **O Sabor do Arquivo**. São Paulo: Edusp, 2017.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. *In*: **O que é um autor?**. Lisboa: Passagens, 1992. p. 89-128.

GRINBERG, Keila. A História nos porões dos arquivos judiciais. *In*: PINSKY, Carla; LUCA, Tania (org.). **O historiador e suas fontes**. Editora Contexto, 2009. p. 119-140.

LAURENTIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. *In*: HOLLANDA, H. B. de (org.). **Tendências e Impasses: O feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.



MACHADO, Edson de M.. A formação e a trajetória do maior porto agroexportador do Brasil – Paranaguá. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 46, n. 1, p. 233-252, abr. 2012.

MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidades e violências: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea (2001). *In*: SCHPUM, Mônica. (org.). **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. p. 35-78.

MARCH, Kety C. **Jogos de Luzes e Sombras: processos criminais e subjetividades masculinas no Paraná dos anos 1950**. Curitiba, 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, 2015.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2006.

SARTI, Cynthia A. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. **Cadernos de pesquisa**, n. 64, p. 38-47, 1988.

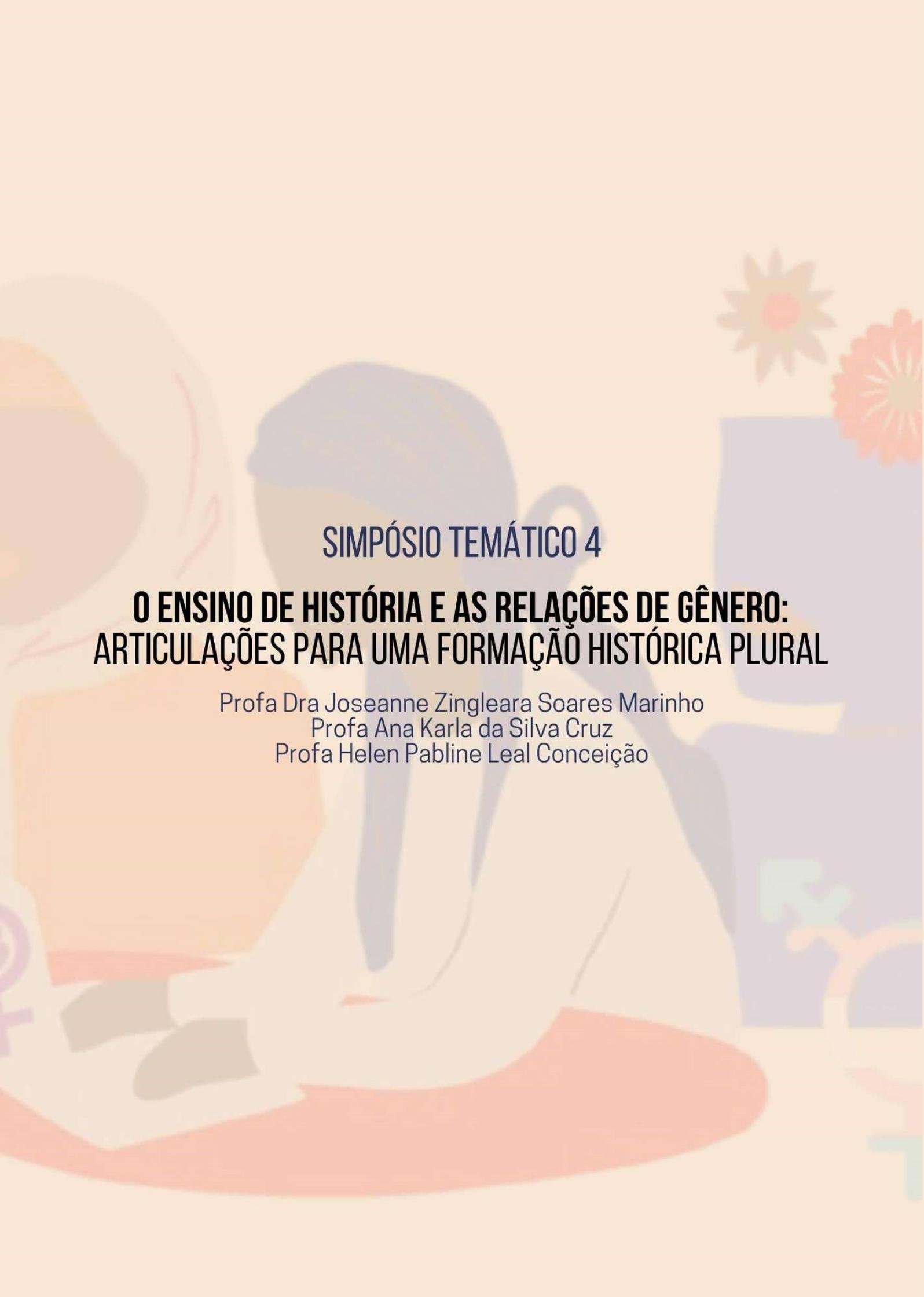
SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez, 1995.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. *In*: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 399-429.

SOIHET, Rachel. “O corpo feminino como lugar de violência”. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 25, n. 25. São Paulo: 2002. p. 269-289.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, dez. 2007.

VIRGILI, Fabrice. Virilidades inquietas, virilidades violentas. *In*: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (org.). História da virilidade. Vol. 3. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 82-115.

The background features a soft, pastel-toned illustration. On the left, a person with blonde hair is shown in profile, wearing a white top. In the center, a person with dark hair is shown from behind, wearing a white top and a red skirt. To the right, a purple vase holds several colorful flowers (yellow, orange, and red). Below the vase, a green gender symbol (a circle with an arrow) is visible. The overall style is clean and modern, with a focus on gender diversity.

## SIMPÓSIO TEMÁTICO 4

# **O ENSINO DE HISTÓRIA E AS RELAÇÕES DE GÊNERO: ARTICULAÇÕES PARA UMA FORMAÇÃO HISTÓRICA PLURAL**

Profa Dra Joseanne Zingleara Soares Marinho  
Profa Ana Karla da Silva Cruz  
Profa Helen Pabline Leal Conceição

## SIMPÓSIO TEMÁTICO 04

### O ENSINO DE HISTÓRIA E AS RELAÇÕES DE GÊNERO: ARTICULAÇÕES PARA UMA FORMAÇÃO HISTÓRICA PLURAL

Profa Dra Joseanne Zingleara Soares Marinho (ProfHistória/ UESPI) e (PPGHB/UFPI)  
Profa Ana Karla da Silva Cruz (ProfHistória/ UESPI)  
Profa Helen Pabline Leal Conceição (ProfHistória/ UESPI)

O saber na história é resultado de demandas que estão vinculadas ao cotidiano, com isso torna-se emergente a existência da articulação da produção do conhecimento considerando-se o que é efetivamente vivido, condição que Jörn Rüsen (2007) identifica como formação histórica. Nesse sentido, professoras e professores precisam ser capazes de investigar os problemas que estão presentes no cotidiano escolar, visando mobilizar conhecimentos e procedimentos para a proposição de intervenções qualificadas no processo de ensino- aprendizagem discente (CAIMI, 2009). A partir dessa perspectiva, é que o Simpósio Temático tem como objetivo apresentar, discutir e avaliar as relações que se estabelecem entre o ensino de História e as questões de gênero no espaço escolar como inerentes às novas demandas e condições sociais contemporâneas vividas por alunas e alunos nos ambientes de interação com caracteres público e privado. Para isso, é necessário considerar que as configurações estabelecidas em torno do tema devem adquirir uma dimensão que incorpore não somente mulheres e homens, mas também as categorias LGBTQIA+, que são frequentemente invisibilizadas no debate. Além disso, é imperativo (re)conhecer as práticas de ensino de História que ensaiam abordagens em que a categoria de gênero e as suas interseccionalidades, conforme o significado apontado por Carla Akotirene (2019), estão presentes por meio de marcadores sociais como questão racial, setor econômico, religião e geração. Nesse sentido, a intenção é contribuir para o redimensionamento da disciplina História em um sentido plural, considerando-se a reprodução de uma hierarquia entre os saberes e a produção do conhecimento histórico que ainda compõem afirmativamente o proscênio.





**MARIA DE VILA MATILDE NO ENSINO DE HISTÓRIA: UMA ABORDAGEM  
SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES, ATRAVÉS DE  
DOUGLAS GERMANO**

Luciane Moreira Andrade de Lima

Mary Angélica Costa Tourinho

## **1. Introdução**

Fazer da aula de história um momento significativo de envolvimento e aprendizagem dos estudantes tem sido desafiador para muitos profissionais da área. Encontrar formas de sensibilização capazes de impactar uma geração bombardeada a todo instante por mídias digitais criativas e dinâmicas requer um esforço de busca por metodologias de ensino que possam dialogar com essas novidades e com recursos que a história dispõe para abordar conteúdos pertinentes a uma formação cidadã, de forma atraente.

Numa perspectiva mais problematizadora da realidade, o ensino de história tem introduzido em suas abordagens novos temas e metodologias de ensino-aprendizagem, a exemplo das fontes e documentos, que buscam inserir os estudantes na reflexão histórica. A música, nesse cenário de mobilização de novas fontes históricas, é também entendida como um registro sociocultural e um recurso didático dotado de elementos históricos e sociais que podem ser manuseados para dar subsídios a aprendizagem histórica, aqui compreendida na percepção da temporalidade imanente àquilo que foi produzido num determinado momento, sob determinadas condições, envolvendo todos os sujeitos.

Apesar dos inúmeros estilos existentes, neste trabalho se utilizará especificamente de um único formato musical, que é o da canção popular. Hermeto (2012) aponta que alguns aspectos singularizam e distinguem esse formato de música pelos elementos que a constituem e pelo seu contexto de produção. Segundo a autora:

Em termos mais específicos, pode-se definir a canção como uma narrativa que desenvolve num interregno temporal relativamente curto (em média, de dois a quatro minutos), que constrói e veicula representações sociais, a partir da combinação entre melodia e texto (em termos mais técnicos, melodia, harmonia, ritmo e texto) (HERMETO, 2012, p. 32).



Sob essa forma que combina elementos textuais e sonoros é que se levará os estudantes do ensino médio a refletirem sobre representações da sociedade na qual estão inseridos, bem como se utilizando de uma linguagem que desde o início do século XX vem ocupando cada vez mais espaços nas adesões culturais brasileiras. Segundo Hermeto (2012), as canções populares são produtos da indústria fonográfica que as massificou através dos meios de comunicação (rádio, televisão, *internet*), num contexto de progressiva industrialização e urbanização de cidades brasileiras. Essas mudanças têm ampliado significativamente o número de pessoas que cotidianamente ouvem e entram em contato com essas representações sociais.

Nessas narrativas abordadas nas canções populares depara-se com questões políticas, sociais, culturais e históricas que têm sido abordadas na historiografia brasileira, mas ainda muito timidamente no ensino de história. “A canção é um produto cultural humano, uma forma de expressão, uma narrativa que interpreta e constrói o mundo, bem como a existência humana nele.” (HERMETO, 2012, p. 35). Por isso, o registro cancional nos ajuda a entender como homens e mulheres representam suas realidades, ligadas a diferentes temáticas, inclusive a de gênero, o que permite uma problematização nas aulas de história, enquanto recurso didático eficiente. As questões de gênero também estão inseridas nos domínios da história, uma vez que revelam formas de articular comportamentos na sociedade, numa determinada época.

## **2. Se ligue na violência contra as mulheres e no 180**

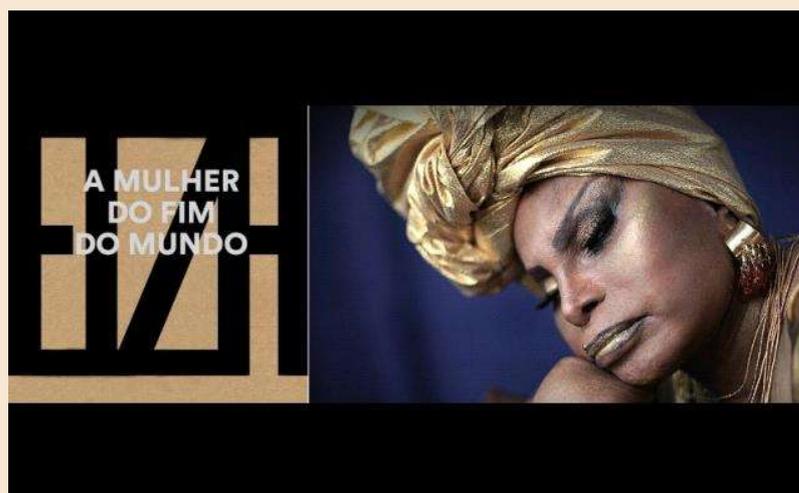
A canção escolhida para a intervenção proposta neste trabalho demonstra o quanto a temática da violência doméstica e das mulheres passa ao largo nas narrativas em sala de aula, ou mesmo nos livros didáticos. A canção a ser trabalhada pertence ao álbum *A mulher do fim do mundo*, lançado em 2015, pela cantora Elza Soares (1930-2022), (Figura 1). Nele “Elza traz o cenário das periferias, das quebradas, o empoderamento da mulher negra, o crime, o sexo, a transexualidade, o querer viver mesmo depois da morte, as resistências e termina cantando saudade e eterna gratidão a mãe.” (SANTOS. R. N; PINTO, M, 2020). Nomeada *Maria de Vila Matilde*, a música é de Douglas Germano e recebe na voz de Elza Soares uma interpretação que evidencia um protagonismo feminino na luta contra a violência doméstica. A canção combina elementos do *rock* e do samba, numa roupagem eletrizante e moderna marcada por instrumentos como bateria, baixo e guitarra elétrica. As sonoridades produzidas pelos instrumentais próprios do *rock* e do samba se misturam na canção. Numa marcação forte, desde o início da música é



perceptível uma ideia de tensão, que combina com a situação de conflito que é mostrada na letra.

Elza Soares (1930-2022), ao longo de sua carreira, além de ser umas das maiores intérpretes brasileiras, utilizou sua voz e sua entonação nos seus últimos trabalhos para incluir temáticas como o feminismo, o antirracismo e o preconceito contra as pessoas LGBTQIA+. Enquanto uma mulher negra e artista, ela dialogou com essas pautas e fez de sua arte um veículo de denúncia social. Por já ter sido vítima de violência doméstica, praticada pelo marido, o jogador de futebol Manoel Francisco dos Santos (1933-1983), mais conhecido como Mané Garrincha – sua interpretação demonstra a importância de lutar contra essa situação, que ainda sobrevive entre muitas mulheres.

Figura 1: Detalhe da capa do cd *A mulher do fim do mundo* de Elza Soares. Fonte: <http://culturabrasil.cmais.com.br/>



A composição de *Maria de Vila Matilde* ocorre num contexto de maior difusão da luta pelos direitos das mulheres em suas diversas categorias, e do feminismo, especialmente nas redes sociais. A *internet* se tornou um espaço profuso de *blogs*, vídeos, artigos, matérias jornalísticas onde a temática da violência doméstica e dos preconceitos contra mulheres, que se popularizaram e fortaleceram as iniciativas e posicionamentos contrários às práticas machistas e misóginas. Em 2015, quando foi lançada, além do espaço da rede mundial de computadores, as ações políticas governamentais também se voltavam para o atendimento de demandas ligadas ao enfrentamento da violência doméstica, os direitos à educação, saúde, participação política para mulheres, antirracismo etc., como se observa no “*Plano Nacional de Políticas para Mulheres 2013-2015*”. Nesse plano, foram reunidas, além das problemáticas ligadas às



mulheres, metas e planos de ação a serem executados em várias áreas, dentre elas a cultura e comunicação, como mostra o item a seguir:

8.1.7. Fomentar a produção cultural afirmativa, que valorize as expressões das mulheres e sua contribuição para a diversidade cultural brasileira, bem como a produção e circulação de conteúdos não discriminatórios e não estereotipados e, ao mesmo tempo, favorecer a presença e a permanência desses conteúdos e dessas produções nos espaços de fruição cultural brasileiros (Brasil. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013).

O incentivo à circulação de conteúdos de afirmação dos direitos das mulheres e de posições contrárias ao preconceito e ao machismo, como uma política de governo, insere nas mídias novas referências de comportamento e são de suma importância para que a partir delas surjam possibilidades de reflexão em torno de temas que merecem atenção e novas posturas.

A interpretação de Elza Soares constrói um retrato de vivências de mulheres negras que moram em favelas e que enfrentam muitas dificuldades sociais, econômicas. Ingressam muito mais cedo no mercado de trabalho e ainda enfrentam o preconceito racial e social. A ausência de seus ativismos no livro didático de história também se insere nas discussões das oficinas – já que o livro não contempla as imbricações do preconceito, nem a historicidade dessas personagens – criando espaços para a revelação das problemáticas vivenciadas pelas mesmas, bem como suas formas de resistência às opressões e violências sofridas.

*Maria de Vila Matilde*, como já dito, composta pelo músico paulistano Douglas Germano, guarda ainda outro fator relevante, por ser uma canção produzida por um homem. Em seus versos, o compositor elabora uma ação que se posiciona na luta contra a violência doméstica. O fato das agressões quase sempre partirem de um “companheiro” faz com que uma canção como esta seja reconhecida, justamente, por partir de um sujeito masculino. Segundo o *site* do Centro de Pesquisa e Formação Sesc São Paulo (2019), o compositor, através dessa canção, ganhou o prêmio Multishow, em 2016, na categoria Música do Ano e foi indicado ao *Grammy* Latino na categoria Melhor música em português - concorrendo às duas premiações pela gravação de Elza Soares. Isso demonstra ainda que o protagonismo em torno da luta por respeito, deve ser realizado inclusive pelos homens, como forma de ampliar o apoio a essas questões.

A canção *Maria de Vila Matilde* aborda uma situação de violência doméstica, que segundo a Lei nº 11.340, de agosto de 2006: “configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento



físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006). Essa temática, que é timidamente abordada nos livros didáticos de história, requer momentos para sua discussão e atenção em sala de aula. Dados publicados no *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*, em 2021, através do *Instituto Datafolha*, presentes na tabela a seguir, mostram o aumento progressivo das agressões físicas, acompanhadas por vezes de outras formas de violência, necessitando de meios para seu debate e conscientização na escola.

Tabela 1: Estimativa de 2020 de mulheres que sofreram algum tipo de violência ou agressão

| <b>Tabela 1:</b> Mulheres que sofreram algum tipo de violência ou agressão como essas abaixo nos últimos 12 meses. Valores reportados, margem de erro e projeção populacional. |       |     |        |        |                       |            |            |
|--|-------|-----|--------|--------|-----------------------|------------|------------|
|  |       |     |        |        | Projeção populacional |            |            |
|  | Total | ME  | Mínimo | Máximo | Mínimo                | Média      | Máximo     |
| <b>SOFREU ALGUM TIPO DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO</b>  | 24,4  | 2,8 | 21,5   | 27,2   | 15.075.082            | 17.062.771 | 19.050.459 |
| Insulto, humilhação ou xingamento (Ofensa verbal)  | 18,6  | 2,6 | 16,0   | 21,2   | 11.239.702            | 13.042.233 | 14.844.763 |
| Ameaça de apanhar, empurrar ou chutar  | 8,5   | 1,8 | 6,6    | 10,3   | 4.649.749             | 5.939.749  | 7.229.750  |
| Amedrontamento ou perseguição  | 7,9   | 1,8 | 6,1    | 9,6    | 4.253.049             | 5.498.471  | 6.743.892  |
| Batida, empurrão ou chute  | 6,3   | 1,6 | 4,7    | 7,9    | 3.269.219             | 4.391.772  | 5.514.326  |
| Ofensa sexual ou tentativa forçada de manter relação sexual  | 5,4   | 1,5 | 3,9    | 6,9    | 2.729.708             | 3.775.383  | 4.821.058  |
| Ameaça com faca ou arma de fogo  | 3,1   | 1,2 | 2,0    | 4,3    | 1.391.835             | 2.199.388  | 3.006.941  |
| Esfacamento ou tiro  | 1,5   | 0,8 | 0,7    | 2,3    | 500.366               | 1.067.696  | 1.635.027  |
| Lesão provocada por algum objeto que lhe foi atirado   | 2,7   | 1,1 | 1,6    | 3,7    | 1.112.425             | 1.856.172  | 2.599.918  |
| Espancamento ou tentativa de estrangulamento   | 2,4   | 1,0 | 1,4    | 3,4    | 955.680               | 1.660.048  | 2.364.416  |

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edição 3, 2021. Apenas mulheres que aceitaram responder o bloco de autopreenchimento, resposta estimulada e múltipla, em %. População de mulheres brasileiras (16 anos ou mais) - PNAD 2019 / Estimativa 2020.

Fonte: Bueno *et al.* (2021)

Na canção, o serviço de proteção às mulheres vítimas desse tipo de violência é mencionado logo na primeira estrofe, como uma medida legal viável no combate ao agressor. O 180 tem sido um importante dinamizador na denúncia de agressões e na assistência das pessoas que sofrem tal violência, sejam idosos/as, crianças ou mulheres. Criado através da lei 10.714/2003, a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, foi implementado em 2005 pelo governo federal e tem recebido um número crescente de denúncias de violência doméstica. A conscientização de vítimas, familiares e conhecidos que possam atuar no combate à violência passa pela informação dos meios de proteção. Daí a importância do compartilhamento dessas noções para que as mulheres possam, além de tomarem conhecimento desse serviço, serem assistidas e mantidas em segurança nessas situações. A oficina que aqui se recomenda como meio viável de debate desta temática, já foi aplicada em turmas de ensino médio. Ao utilizar essa música como recurso didático se buscou, além de sensibilizar e refletir sobre a



problemática, utilizar materiais que orientassem para a denúncia através do serviço de proteção a mulher em situações de violência. Durante a execução das atividades, foram relatados muitos casos de violência e assédio pelos/as estudantes, tanto no espaço doméstico, como também em outros espaços (rua, escola, bairro, etc).

Dessa forma, essa realidade de violência contra as mulheres, requer espaço para sua abordagem, que é muito escassa nos livros didáticos de história. Assim, *Maria de Vila Matilde* (MARIA, 2015) através de seus versos, convida à reflexão como é possível observar na letra a seguir:

### **Maria de Vila Matilde**

Cadê meu celular?  
Eu vou ligar pro 180  
Vou entregar teu nome  
E explicar meu endereço  
Aqui você não entra mais  
Eu digo que não te conheço  
E joga água fervendo  
Se você se aventurar  
Eu solto o cachorro  
E, apontando pra você  
Eu grito: péguix...  
Eu quero ver  
Você pular, você correr  
Na frente dos vizinhos  
Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim  
E quando o samango chegar  
Eu mostro o roxo no meu braço  
Entrego teu baralho  
Teu bloco de pule  
Teu dado chumbado  
Ponho água no bule  
Passo e ofereço um cafezim  
Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim  
Cadê meu celular?  
Eu vou ligar pro 180  
Vou entregar teu nome  
E explicar meu endereço  
Aqui você não entra mais  
Eu digo que não te conheço  
E joga água fervendo  
Se você se aventurar  
Eu solto o cachorro  
E, apontando pra você  
Eu grito: péguix g  
Eu quero ver



Você pular, você correr  
Na frente dos vizinhos  
Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim  
E quando tua mãe ligar  
Eu capricho no esculacho  
Digo que é mimado  
Que é cheio de dengo  
Mal acostumado  
Tem nada no quengo  
Deita, vira e dorme rapidinho  
Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim (5x)  
Mão, cheia de dedo  
Dedo, cheio de unha suja  
E pra cima de mim? Pra cima de moi? Jamais, mané!  
Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim

Fonte: Maria (2015).

A letra, que aborda explicitamente a ocorrência de um ato de violência doméstica contra a mulher, a personagem principal mostra ao seu agressor que irá denunciá-lo ao órgão competente, logo no primeiro verso: “*Cadê meu celular, eu vou ligar pro 180*”. A personagem que se levanta a sua voz em “*Maria de Vila Matilde*” é a mulher que não se cala e mostra ao seu agressor, possivelmente marido, sua atitude diante dos maus tratos. Ela deixa claro que a polícia, a família e a comunidade irão saber dos atos de violência por ele praticados. Na canção, Elza Soares empresta aos versos uma entonação marcada por gravidade e deboche. Logo no início, ~~numa~~ sua voz assume uma postura rígida, decidida, demonstrando uma reação ativa frente a situação. Em seguida, é perceptível a ridicularização e censura da segunda personagem, quando se mencionam um perfil de comportamento e mesmo nos versos finais do refrão: “você vai se arrepender de levantar a mão pra mim”.

A agressão e principalmente o agressor têm suas características destacadas em duas etapas da canção. Aparecendo nos versos “E quando o samango chegar/Eu mostro o roxo no meu braço/Entrego teu baralho/Teu bloco de pule/Teu dado chumbado [...]”. A menção ao baralho, o bloco de pule e o dado chumbado remetem à típica figura do malandro trapaceiro, envolvido com jogos de azar. O eu-lírico se propõe a piorar ainda mais a situação do agressor perante as autoridades, destacando não apenas sua conduta dentro de casa, mas também suas práticas ilícitas fora dela.

Nos versos “E quando tua mãe ligar/ Eu capricho no esculacho/ Digo que é mimado/ Que é cheio de dengo/Mal-acostumado/Tem nada no quengo/ Deita, vira e dorme rapidinho/ [...]”. O “parceiro” é representado mais uma vez em tom de



deboche como um homem infantilizado, sem maturidade, mimado, egoísta, e que não possui sequer uma atuação sexual satisfatória, ou seja, um parceiro que além de violento, fracassa nas outras instâncias da vida a dois. O eu lírico nessa parte assume não somente uma postura corajosa frente à violência, mas ainda de ousadia e empoderamento diante dos valores sociais, se sentindo livre e confiante para expor uma situação da intimidade do casal e ainda tornar explícita a incapacidade do parceiro de contribuir para o avanço positivo da relação. A postura mostra que as mulheres não se sentem mais sozinhas em assumir uma responsabilidade de manter o casamento, ou qualquer outro tipo de relacionamento, numa sociedade conservadora que sempre expressou, incentivou e fez circular valores machistas e de subserviência delas, inclusive através de conteúdos culturais, tais como: revistas, programas de rádio, almanaques, etc.

Na finalização dos versos aparece o reforço da zombaria e da afirmação da decisão de combate à violência em “Mão, cheia de dedo/ Dedo, cheio de unha suja E pra cima de mim? / Pra cima de moi? / Jamais, mané!” e “Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim”. A menção às mãos e a sujeira remetem a lembrança da agressão e transmite agora o sentimento de repulsa em relação ao agressor, seguida de ironia, no próximo verso.

A trajetória da participação feminina nos últimos tempos refletiu no conteúdo das composições musicais. A percepção das mulheres de concepções machistas que atravessam suas experiências se tornou mais presente nas produções cancionais. As obras mais recentes, têm demonstrado o impacto de autonomia que as mulheres foram adquirindo, de modo a encontrar nas narrativas das canções meios para denunciar muitas das situações de violência vivenciadas.

### **3. A música é um dos caminhos: aprendizagem histórica e violência doméstica**

No século XXI, essas canções trazem cada vez mais elementos sociais e históricos que denunciam permanências do patriarcado. Nas letras, isso é mostrado de forma clara, onde as construções narrativas, combinadas às melodias, trazem no seu conteúdo mensagens que denunciam preconceitos e violências experienciadas até hoje.

O professor de História deve levar a discussão para a sala de aula acerca das relações de gênero, chamando a atenção para o fato de que, à medida que as próprias mulheres foram ganhando mais liberdade de expressão e de controle com o seu corpo e sua sexualidade, as músicas começaram a trazer letras em



que as mulheres demonstram certa autonomia (FONTINELES; FONTINELES FILHO, 2013, p. 205).

Assim, a utilização de canções populares se faz necessária na proposta de intervenção que discute as questões de gênero e violências contra mulheres nas aulas de história, encontrando concepções de pensamento ligadas aos comportamentos femininos e masculinos ainda existentes no tempo presente.

Na análise da letra da canção *Maria de Vila Matilde* e da própria melodia, ~~será~~ destacamos o posicionamento das vozes que se manifestam na canção em relação a condição das mulheres na sociedade. A temporalidade atravessa a canção, quando se percebe no canto, na interpretação, na letra, e no ritmo, os conteúdos que se pautam a partir de uma sociedade que possui seus próprios padrões num dado momento histórico. Todos esses elementos devem ser destacados, já que ao serem combinados pelos seus produtores buscam imprimir sentidos. E no que se refere às letras das canções: “Elas são representações, não se constituem num discurso neutro, mas identificam o modo como, em diferentes lugares e em diferentes tempos, uma determinada realidade social é pensada e construída.” (ABUD, 2005, p. 312).

Ensinar e aprender história se faz a partir de mecanismos próprios em que, tanto o professor como o aluno lidam com as noções de tempo e espaço, que são indispensáveis ao desenvolvimento da capacidade de pensar historicamente. E por essa razão o professor de história deve conhecer o modo como se constrói o aprendizado da disciplina, assim como sua finalidade. É pensando na construção de uma consciência histórica que, segundo Rüsen (2012), que representa “a aprendizagem histórica no nível fundamental e básico do trabalho de memória necessário para a vida prática.” (RÜSEN, 2012, p. 71), que se pensa ser necessário mobilizar na sala de aula, condições que criem habilidades de interpretação histórica capazes de enxergar as camadas temporais, espaciais e culturais que recaem sobre as relações sociais e marcam as cristalizações em torno dos papéis de gênero.

Rüsen (2016) explica a aprendizagem histórica enquanto “um processo mental de adquirir competências históricas através do processamento da experiência temporal da mudança do mundo humano no passado” (RÜSEN, 2016, p. 26). Partindo dessa noção, trabalhar questões de gênero nas aulas de história é poder desenvolver entre os jovens, percepções do tempo e das formas como o masculino e o feminino foram sendo delineados em cada época, em cada cultura.

Pensar no ensino dessa disciplina significa ainda observar o modo como a didática da história se opera e se observa enquanto uma ramificação, que segundo Rüsen (2012) “foi ao



encontro de suas perguntas sobre os métodos de dar aulas e tecnologias de transmissão do conhecimento histórico [...]” (RÜSEN, 2012, p. 69). Na tentativa de compreensão de como é possível aprender o caráter histórico da realidade é que se pôde entender os meandros desse processo e criar mecanismos de desenvolvimento da aprendizagem histórica. Essa aprendizagem, por sua vez, contribui para que em relação às questões de gênero os/as estudantes aprendam a questioná-las, reinterpretá-las, elaborar novos sentidos, assumindo um posicionamento ativo e crítico em torno delas.

Dentre as diferentes formas de aprendizagem histórica existentes que Rüsen (2012) elenca, uma delas, ao ser estimulada, avança em relação às concepções de gênero, já que diz respeito “a forma de aprendizagem da formação do senso crítico sobre a experiência temporal.” (2012, p. 82). Nela “os sujeitos aprendem a dizer não às amostras de interpretação histórica sobre a realização do passado, que orientam suas vidas, nas mudanças sobretudo dos seus mundos e de si mesmos” (RÜSEN, 2012, p. 82).

O ensino de história deve trazer ao debate as questões de gênero. A identificação dos papéis atribuídos comumente a homens e mulheres nas atividades realizadas, nos modos de vestir e de se comportar, levam à percepção das interferências humanas, sociais, culturais na construção dos costumes, que se realizam no transcorrer do tempo.

A aprendizagem do caráter processual inserido nas relações e nas formas de ser homem e mulher permite que se observe a demarcação das diferenças, os (des)controles sob forma de recomendações de toda ordem. Tais observações auxiliam na formação da consciência histórica e no posicionamento crítico que entende e até combate as naturalizações imanentes às questões de gênero.

Compreendida a partir de uma perspectiva histórica e cultural, a noção de gênero fundamenta estudos que trazem à tona a dimensão política das relações entre masculino e feminino presente na vida cotidiana, e relaciona-se diretamente com a questão de poder (LEITE, 2010, p. 193).

A presença das mulheres e suas problemáticas na história desde os tempos mais remotos é ainda limitadamente historicizada no ensino e nos livros didáticos de história, reduzindo a compreensão em torno de sua participação histórica na sociedade e formas de combate às desigualdades. Elas garantiram o cuidado e a preservação da vida, foram à luta quando viram subir o preço da comida, se organizaram em frentes de batalhas que sabiam também serem suas. Foram representadas nas pinturas medievais ao lado dos camponeses



realizando a colheita, nas manifestações públicas ocorridas durante as revoluções, nas bancas de mercados públicos, nas canções. Iam a festas, liam, escreviam, produziam armas na guerra e lutavam também, enfim, assim como os homens, vivenciavam diferentes experiências excepcionais ou cotidianas, por esta razão, devem ser visibilizadas em sua participação e suas problemáticas, a exemplo da violência doméstica.

O uso de canções no ensino médio já vem sendo utilizado como prática de ensino por muitos professores de história para trabalhar determinados períodos. Na prática em sala de aula, experiências nesse sentido já vêm sendo desenvolvidas em todas as séries, observando juntamente com os alunos elementos socioculturais e históricos através das canções. É perceptível o envolvimento deles nas atividades, principalmente quando lhes é dada a opção de escolha atreladas a um determinado tema.

A comunicação de massa presente na *internet* – por meio de celulares e computadores – e na televisão, é para os jovens algo que se faz presente o tempo todo e a música preenche grande parte do espaço midiático, nas redes sociais, nos aplicativos de música, como por exemplo, *YouTube*. Azambuja (2017) demonstrou que os estudantes de ensino médio mantêm proximidade com a música, que “está presente na vida cotidiana dos jovens alunos, constituída pela intersecção dos espaços da experiência da vida prática familiar, escolar e juvenil.” (AZAMBUJA, 2017, p. 41).

Na escola, é comum ver os grupos de alunos/as ouvindo música ou mesmo individualmente com fones de ouvido. Eles acessam a música durante boa parte do seu dia a dia e dialogam com muito do que elas veiculam. Portanto, inserir essa linguagem nas aulas de história, em diálogo com o universo desses jovens, é permitir um contato profícuo. Azambuja (2017) também explica “que a música mobiliza as dimensões estética, cognitiva e política da cultura primeira enraizada na vida prática cotidiana dos jovens alunos [...]” (AZAMBUJA, 2017, p. 41).

A abordagem da temática de gênero encontra neste trabalho a oficina pedagógica como situação propulsora de aprendizagem a ser executada entre estudantes do ensino médio. As oficinas remetem a ideia de colaboração, trabalho, produção, conserto, que são próprias de um espaço de trabalho, onde cada pessoa realiza uma atividade, previamente planejada. Segundo Ferreira (2001), o pedagogo francês Celestin Freinet (1896-1966) introduziu nas escolas as chamadas oficinas pedagógicas onde se criavam situações de ensino inspiradas em processos criativos desenvolvidos nos espaços de trabalho que muitas crianças humildes em idade escolar



frequentavam. Neste trabalho, utilizamos a ideia de participação, exercício e transformação que as oficinas transmitem, pois segundo Ferreira (2001), a “Oficina Pedagógica pode ser entendida como um espaço de trabalho que se caracteriza pela participação responsável de cada sujeito, na execução de uma tarefa coletiva.” (FERREIRA, 2001, p.11).

Tendo em vista a necessidade de incentivar a participação dos estudantes a fim de compreender, pensar criticamente e reformular o que são papéis de gênero e seus impactos na formação de comportamentos, é que se pensou neste formato para desenvolver uma proposta de intervenção. E, já que ao desenvolver um pensamento crítico reflexivo os indivíduos têm a possibilidade de repensar suas posturas e atitudes, se torna ainda alcançável através do ensino de história a construção de visões de mundo que analisam preconceitos e violências contra as mulheres que os livros didáticos não são suficientemente capazes de alcançar.

O planejamento das oficinas deve ser dividido em etapas que consideram princípios e o ciclo de aprendizagem, entendendo que “Aprender é uma atividade social que fica aprimorada através da colaboração e o intercâmbio de ideias e perspectivas sobre pessoas.” (HONSBERGER; GEORGE, 2002, p. 16). Assim, ao entrar em contato com a temática de gênero, os estudantes irão contatar com ideias e conceitos diferentes e compartilhar os que lhes são próprios, num exercício de pensamento, reflexão e mesmo confronto com suas próprias percepções.

A elaboração das oficinas, além de discutir os problemas anteriormente abordados, também incidirá sobre as formas de pensar questões de gênero que perpassam nossos costumes e educação. Em casa muitas meninas desde cedo convivem com uma educação que lhes circunscreve a uma função de cuidado com lar e as tolhe para muitas outras coisas. Desde cedo, elas são cobradas pela limpeza do ambiente doméstico e muitas vezes cuidados dos irmãos e demais pessoas da casa. São sempre orientadas a se comportarem de modo a esconderem seus corpos como forma de não provocarem o desejo nos homens. Tais noções são permeadas por visões machistas que culpabilizam as mulheres pelos abusos sofridos e pelo insucesso familiar. O que lhes é cerceado é muitas vezes liberado aos homens, os encorajando a agir sem responsabilidades e respeito em relação às mulheres.

As oficinas, enquanto mecanismos de ensino-aprendizagem eficazes, contam com a promoção de sensibilizações através de canções que abordam as temáticas de gênero, e são expressões de pensamento que se presentificam no cotidiano, atrativas e instigantes. Tais expressões da arte serão responsáveis pela introdução das problemáticas a serem discutidas.



As reflexões em torno das questões de gênero e o combate às diferentes formas de violência contra as mulheres demandam a construção de uma estratégia de ensino que ofereça aos participantes a oportunidade de, com calma, observarem as realidades que os cercam e externarem suas visões sobre elas. Para que isso ocorra, é fundamental criar momentos de diálogo, participação e confiança.

As oficinas, nesse sentido, são ferramentas que estimulam as trocas de experiências através de conversas. As pessoas envolvidas são incentivadas a expressarem suas opiniões, a ouvirem às dos demais, num clima de confiabilidade, que é fundamentalmente construído ao longo de toda experiência educativa. “O processo de aprendizagem em uma oficina começa com a experiência e os conhecimentos dos participantes.” (HONSBERGER; GEORGE, 1., 2002, p. 20). E a abertura para o diálogo só é possível quando entre participantes de um grupo há um sentimento de segurança “para discutirem os tópicos e oferecerem suas opiniões e ideias sem acharem que estão sendo julgados ou criticados.” (HONSBERGER; GEORGE, 2002, p. 29)

A percepção das problemáticas que afetam as mulheres e mesmo os homens, resultantes dos enquadramentos de gênero, podem ser refletidas, repensadas e possivelmente reelaboradas nas ideias e atitudes dos envolvidos. Apesar da temática envolver em alguns momentos assuntos que ainda são considerados espinhosos, deve ser criado um espaço de abertura às diferentes formas de pensar e ver o mundo, considerando os conhecimentos trazidos pelos estudantes, necessários à problematização da realidade e ao entendimento mútuo.

A persistência de visões de mundo que não aceitam a integralidade da liberdade feminina e desrespeitam sua existência, se reflete nos inúmeros relatos de assédio moral, sexual, na rua e no trabalho, dando o sinal de alerta para que iniciativas sejam empreendidas no combate dessas realidades. As agressões vitimizam um número alarmante de mulheres, tanto em seus próprios lares como em outros espaços que transitam, impondo várias formas de sofrimento ou privação. Todas as situações de exclusão e violência, que passam muito ao largo dos livros didáticos, devem ser trazidas para o espaço escolar, considerando-se o quão é premente esse debate, considerando-se a dura realidade de violências que vitimam as mulheres. De modo que o estímulo a esse tipo de debate é uma alternativa viável na promoção de um convívio social, pautado no entendimento e no respeito mútuo.

A corajosa atitude de *Maria de Vila Matilde*, uma representatividade de muitas mulheres, destoa de um número significativo de mulheres que ainda não tomam a mesma



decisão em relação aos seus agressores, se submetendo a permanecer em situação de violência, pelos mais diversos fatores, sendo um deles, o não reconhecimento ou naturalização da violência. Daí a importância de conhecer como se configuram esses quadros de violação, para que se inicie um processo de autoconhecimento e fortalecimento das vítimas, onde estas possam travar essa batalha de combate às mais diversas formas de violência doméstica. Por isso, é de grande relevância que a construção e a solidificação de ações de combate ultrapassem as redes de apoio que se estabelecem nos limites das delegacias, estando presentes inclusive na formação educacional e cultural da nossa sociedade.

Assim, *Maria de Vila Matilde*, além de denunciar, de não aceitar a violência e denunciá-la, zomba de seu agressor talvez como forma de demonstrar empoderamento sobre o mesmo. Essas representações inibem as práticas de controle e sua sobrevivência na sociedade; empoderam as mulheres na luta diária contra as opressões, fortalecendo nelas uma subjetividade que não aceita menos que o respeito e a dignidade como formas de tratamento. Uma canção como esta, favorece o debate em sala de aula sobre as diferentes formas de violência que as mulheres sofrem até hoje, onde professores(as) podem através dela levar os/as estudantes a identificar as situações-problema ligadas à temática, bem como formas de superação. É no canto dessas formas de viver, dos seus percalços que também se aprendem os papéis de gênero, e os múltiplos papéis que assumem uma mulher.

*Maria de Vila Matilde* aborda uma temática que muitas vezes o livro didático de história deixou em aberto, ou mesmo desconsiderou, não discutindo com seu público as implicações dos preconceitos construídos dentro de uma cultura de violência e machista; dos discursos patriarcais, da violência, da heterogeneidade feminina e ausências das muitas mulheres nos livros didáticos de história e em discussões no ambiente escolar.

As instituições sociais, e aqui de modo específico o espaço escolar, ao não contemplar a presença, as ações e as iniciativas das mulheres, não visualizar sua diversidade e os inúmeros problemas que as rodeiam e ainda perduram, corroboram para uma não problematização das questões do presente, dos preconceitos de gênero, da violência sob vários formatos contra as mulheres e da manutenção de uma desigualdade. São por essas questões que este trabalho propõe que a canção de Douglas Germano seja analisada e tenha seu tema de abordagem discutido em oficinas pedagógicas, para dizer aquilo que o ensino de história, o ambiente escolar ou o livro didático calou, deixou obscuro, ou, como dito popularmente, “passou batido”.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZAMBUJA, Luciano de. **Canção, ensino e aprendizagem histórica**. Revista História Hoje, v. 6, nº 11, p. 31-56, 2017.

ABUD, Kátia Maria. **Registro e representação do cotidiano: a música popular na aula de história**. Cad. CEDES 25 (67) • Dez 2005 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622005000300004>

Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

**CARTILHA violência contra as mulheres: conhecer para combater**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/505156333/Cartilha-Violencia-Contra-as-Mulheres-Conhecer-para-Combater-UFABC-e-Casa-Helenira-Preta>. Acesso em: 21 dez. 2022.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva; FONTINELES FILHO, Pedro Pio. Nos domínios de Clio e Euterpe: possibilidades temáticas da música nas aulas de História. In.: NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; MEDEIROS, Hermano Carvalho. (org.) **História & Música Popular**. Teresina: EDUFPI, 2013.

HERMETO, Mirian. **Canção Popular Brasileira e Ensino de História: palavras, sons e tantos sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

HONSBERGER, Janet.; GEORGE, Linda. **Facilitando Oficinas: da teoria à prática**. São Paulo: Graphox Caran, 2002.

LEITE, Juçara Luzia. Fazendo gênero na história ensinada: uma visão além da (in)visibilidade. In.: **HISTÓRIA: ensino fundamental / Coord.:** Margarida Maria Dias Oliveira. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

MARIA de Vila Matilde. Intérprete: Elza Soares. Compositor: Douglas Germano. In: A Mulher do Fim do Mundo. Intérprete: Elza Soares. São Paulo: Circus, Natura Musical, 2015. 1 CD, faixa 3 (3:44 min). Disponível em: <https://www.letas.mus.br/elza-soares/maria-da-vila-matilde/>. Acesso em: 03 set 2022.

RÜSEN, Jörn. **Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas**. / Jörn Rüsen, com a colaboração de Ingtraud Rüsen; Trad.: Peter Horst, Caio da Costa Pereira, Daniel Martineschen, Sibebe Paulino – Curitiba: W. A. Editores, 2012.

RÜSEN, Jörn. **Contribuições para uma teoria da didática da história**. / Organizadores: Maria Auxiliadora Schmidt, Estevão Rezende de Martins – Curitiba: W. A. Editores Ltda., 2016.



## **MOVIMENTO FEMININO E SUAS RESISTÊNCIAS DURANTE O PERÍODO DITATORIAL**

Samara Regina da C. Santos

### **1. Introdução**

Quando se fala de Anistia brasileira durante o período Civil Militar, sente-se uma grande necessidade de saber de que maneira a mesma foi institucionada, entender a discussões acerca da Anistia é uma questão chave para entender muitas outras demandas que estavam em jogo durante esse período, é dessa maneira o que se é possível perceber é uma grande teia de interesses políticos e sociais que estavam em constantes disputas.

#### **1.1 Mulheres e mobilizações na ditadura**

Quando se trata de lutas por direitos sociais durante a ditadura civil-militar brasileira, a figura masculina ainda prevalece como um agente predominante. Isto encontra-se ligado aos movimentos de protestos que surgiram durante esse período, tanto pelo viés artístico quanto pela luta armada. Por isso, os movimentos estudantis, artísticos e os de guerrilhas são representados por imagens heróicas masculinas.

No que diz respeito à representação feminina nesses espaços de reivindicação, a imagem que se apresenta das mulheres é de coadjuvante desses movimentos, esboçando um contraste de gênero que permanece no imaginário sobre o lugar do homem e o da mulher no tocante às questões associadas ao espaço público, como bem expressa Jelin (2009, p. 127):

El contraste de género en estas imágenes es claro, y se repite permanentemente en una diversidad de contextos. Los símbolos del dolor y el sufrimiento personalizados tienden a corporizarse en mujeres, mientras que los mecanismos institucionales parecen pertenecer a los hombres.

Mesmo com a presença de mulheres em alguns ambientes públicos, o que ainda é percebido é o silenciamento, a exclusão da sua participação - a exemplo da política durante a ditadura civil militar, onde sobremaneira, os homens tiveram um maior reconhecimento nesse contexto. Nesse sentido, consideramos o pensamento de Scott (1989) de que o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, de



modo que é uma das primeiras formas de legitimar o poder, que se manifesta de maneira violenta, perpassando todas as camadas da sociedade. A percepção desse tratamento, por meio das produções sobre gênero, tem permitido que, aos poucos, as mulheres tenham se tornado mais ativas dentro da atmosfera pública e também visibilizadas.

Scott (1989) defende a tese de que todos nós somos seres sociais e que fazemos parte da própria definição de gênero. Essa definição pode ser entendida da seguinte maneira: “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1989, p. 21)”. Todavia, o fato de sermos tais sujeitos sociais pautados nas diferenças entre masculino e feminino faz com que estejamos constantemente nos organizando baseados nas diferenças existentes entre os sexos. Por conseguinte, temos o gênero como a primeira forma de relação de poder e isso se encontra inserido em todas as camadas da sociedade, pois para Scott (1989, p. 21):

As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único. Como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, o gênero implica quatro elementos relacionados entre si: primeiro – símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas (frequentemente contraditórias).

Dentro dessa discussão é válido destacar que somos produtos de uma sociedade que é culturalmente patriarcalista, onde as mulheres “são uma leve sombra” da historiografia, haja vista que as mulheres são impelidas ao espaço privado. Esse discurso patriarcal imposto acaba por reforçar a ideia de que as mulheres não nasceram para adentrar espaços públicos e políticos. Quando ocorre a inserção dessas mulheres no espaço público, é observado um silenciamento em torno das mesmas. Nessa perspectiva, defende que “a história da representação do período militar de 1964-1979 é a história dos homens”. As relações de gênero estão aí excluídas”.

E muitas das vezes essas questões não estão devidamente evidenciadas, no caso do *Movimento Feminino Pela Anistia* se encontravam diferentes perfis de mulheres. O fato de ser o primeiro grupo a levantar a bandeira da Anistia e, desde sua formação, esteve intrinsecamente ligado ao contexto familiar, muitas de suas apoiadoras encontravam-se nas figuras de mães, esposas e filhas de presos políticos, que passaram a reivindicar frente ao poder instituído (COLLING, 1997). Logo:



Mesmo subordinadas ao homem, à sociedade lhes cobra comportamento social de defesa da família. Assim, em 1964, principalmente após 1968, quando famílias brasileiras perdem membros, mães, esposas, filhas se postam diante das autoridades, cobrando o paradeiro dos familiares. O direito é legitimamente reconhecido pela sociedade (DUARTE, 2009, p. 38).

Esse quadro é demonstrativo de uma espécie de interface da movimentação de mulheres entre o espaço público e o privado. Jelin (2009) destaca que dentro dos sistemas ditatoriais da América Latina, as mulheres foram tanto vítimas diretas como indiretas - e este é o papel em que são visualizadas com mais frequência: como parentes das vítimas: mães e avós, esposas, irmãs, filhas, namoradas. Isso ocorreu devido às relações familiares em que as mesmas se encontravam inseridas. Podemos entender que o sistema repressivo afetou de maneira direta os papéis de gênero no espaço familiar e as mulheres passaram a atuar mais no espaço público e no espaço político, nesse sentido para Jelin (2009, p. 131):

[...] el sistema represivo afectó a las mujeres en su rol familiar y de parentesco, es decir, en el núcleo de sus identidades tradicionales de mujer y esposa. Desde esos lugares, y como mecanismo para poder sobrevivir y sobrellevar sus obligaciones familiares las mujeres movilizaron otro tipo de energía, basada en sus roles familiares «tradicionales», anclada en sus sentimientos, en el amor y en la ética del cuidado - lógica que difiere de la política).

No contexto ditatorial brasileiro, não foi diferente. De acordo com Duarte (2009), a ascensão do regime militar põe os núcleos familiares em ameaça com a separação de entes queridos. Quando o Estado passa a se transformar em inimigo desses núcleos familiares e de mulheres dos setores médios urbanos, elas passam a ocupar mais os espaços públicos, conforme o exposto:

As mulheres, pouco presentes no espaço político, fazem a interface entre o privado e o público, em contato direto com o agressor. Acabam saindo da defesa exclusiva do lar e passam a liderar movimentos de defesa coletiva, o que demanda ação política maior: a metamorfose de uma reivindicação arcaica em movimento de protesto moderno. Individualmente, essa metamorfose é sentida pela mutação indenitária (DUARTE, 2009, p. 23).

No entanto, na própria gênese da ditadura civil militar brasileira foi perceptível, os primeiros passos de mulheres nesse novo cenário político, embora a sua presença tenha sido invisibilizada durante a maior parte do regime ditatorial.



## 2. Trajetória do MEPA

### 2.1 Formação do MFPA

O Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA) teve seu surgimento em São Paulo no ano de 1975, mesmo ano em que a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu o ano internacional da mulher que trazia como princípio básico três pilares: a liberdade, a igualdade e a paz. Instigada por esses princípios Zerbine sentiu a necessidade de lutar em prol da paz e da justiça, para que qualquer cidadão brasileiro pudesse se sentir livre para pensar e falar sem ter que sofrer algum tipo de repressão. Esse foi um germe para criação do MFPA (ZERBINE, 1979).

Durante o Congresso Internacional das Mulheres - na cidade do México entre os dias 19 e 27 de julho de 1975 - Therezinha Godoy Zerbine difundiu suas ideias a respeito da Anistia no então cenário político vivido na América Latina. Para Zerbine (1979, p. 28) a Anistia significava: “uma bandeira que está acima de todos os partidos e interesses das nações”. Na Conferência do Ano Internacional foram abordados múltiplos assuntos: lesbianismo, a libertação, a legalização ao aborto, a prostituição e a igualdade; além da ideia de respeito de uma Anistia a nível nacional e internacional.

[...] Fala no México: a Anistia é um Instituto do Direito de Processo Penal e para nós significa muito mais: é uma bandeira que está acima de todos os partidos e interesses das nações. A Anistia virá fortalecer a união e desarmar os espíritos nas nações onde existir sua aplicação. A anistia conduz à liberdade. Liberdade, desenvolvimento e paz são indivisíveis e nenhum deve ter prioridade sobre o outro. Estabelecerá a paz e a concórdia em cada nação, será um princípio que levará à meta final, ou seja, a paz mundial. Sem justiça não há paz, sem paz não existe o desenvolvimento global. O desarmamento compreende: liberdade política, cultural e econômica [...] (ZERBINE, 1979, p. 28-29).

Na fala de Zerbine, notamos que seu discurso traz o signo da paz, da família e a anistia aos presos que de alguma forma tinham sofrido pelo autoritarismo da ditadura. Palavras como: justiça, liberdade e paz acabam por se tornar recorrentes nos diálogos de Zerbine, bem como há sempre uma fortificação do papel das mulheres como mães, filhas e esposas. Tais discursos englobavam o papel da mulher no âmbito familiar e social. Isso tornou-se fundamental para aceitação de parte do movimento dentro da sociedade. Simultaneamente à ascensão do MFPA e outros movimentos de mulheres dentro da sociedade brasileira. Foi dentro dessa conjuntura



política e social que se organizou o Movimento Feminino Pela Anistia como deixava claro em um dos textos do seu Boletim:

Eis porque, nós nos antecipamos aos destinos da nação, que só cumprirá a sua finalidade de paz, se for concedida a ANISTIA AMPLA E GERAL a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção (BOLETIM MARIA QUITÉRIA, 1977).

Em sua gênese, o movimento teve como demanda questões como a necessidade de amparar famílias que de alguma forma foram separadas pelo regime militar brasileiro. Surgindo assim a necessidade de lutar em prol de algo que fosse maior e que abrangesse uma parte da sociedade brasileira. Foi então que se fez mister propagar uma espécie de conscientização em torno dos presos políticos e contra outros abusos da ditadura, surgindo assim o MFPA, que fazia da anistia a sua principal bandeira. O Movimento passou então a ganhar força junto às muitas mulheres que estavam empenhadas em trazer de volta seus filhos ou maridos pelo então regime militar brasileiro (ZERBINE, 1979).

O principal objetivo enquanto movimento era trazer a público as discussões a respeito da anistia dentro do MFPA. Estruturando campanhas abrangentes a respeito da temática, buscava-se aprovação de uma lei que tornasse a anistia ampla e geral. Para alcançar tal objetivo o movimento elaborou um documento com a nomenclatura: *Manifesto Brasil Mulher*; em seguida houve uma divulgação em massa de suas principais ideias e propostas por meio desse manifesto.

Uma das primeiras atividades da líder Therezinha Zerbine, logo após a efetivação do MFPA como instituição, foi a realização de um abaixo-assinado e um documento que expõe as bases do Movimento Feminino Pela Anistia, juntamente com outro documento contendo cerca de 12 mil assinaturas colhidas de pessoas de vários estados do país, assinaturas estas que foram entregues ao então ministro da Casa Civil - Golbery Couto e Silva (ZERBINE, 1979). Nesse sentido:

A organização do movimento conseguiu reunir em pouquíssimo tempo esse grande número de assinaturas em favor da Anistia. A partir da iniciativa do MFPA outros movimentos e comitês foram criados com a finalidade de lutar pela Anistia política ampla, geral e irrestrita, como os CBAs – Comitê Brasileiro pela Anistia, Comissão de Justiça e Paz, etc. (DA SILVA, 2015, p. 30).



Logo após a coleta das assinaturas, o então Movimento Feminino Pela Anistia, começou a agir. Isso ocorreu por meio de entrevistas aos jornais e mobilizações por meio da criação de núcleos espalhados por diversos estados do país. O MFPA pretendia assim levar a proposta a respeito da anistia ao maior número de pessoas possíveis. Embora os núcleos fossem formados majoritariamente por mulheres, a ideia da Anistia não estava restrita apenas a esse público (BOLETIM MARIA QUITÉRIA, 1977).

Sistematicamente, os núcleos eram formados por meio de um convite que costumavam ser feito por meio de cartas. Apresentavam a instituição do MFPA, seus objetivos e suas propostas; somente mulheres podiam participar das reuniões, todavia, a presença do público masculino era aceita, desde que estes ocupassem apenas as funções de colaboradores bem como comparecer a eventos e atividades desenvolvidas pelos núcleos dando suporte técnico (DA SILVA, 2015). Logo, foram as mulheres coordenação essas ações com a fundação de diversos núcleos no Brasil:

Depois de estabelecidos esses núcleos em outros estados, uma diretoria era eleita, com presidente, vice-presidente e secretários, e uma agenda de atividades e programações eram executadas. Assim como aconteceu em São Paulo, mulheres interessadas nessa campanha se reuniram nessa campanha a esses núcleos, em Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, Bahia, entre outros estados (CARBONI, 2008, p. 32).

Em uma entrevista dada por Therezinha Zerbine ao *Jornal Pasquim* é possível perceber a influência das questões pessoais a que deram subsídio ao nascimento do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), conforme observamos nesse trecho da entrevista:

As pessoas que formaram a comissão provisória do movimento éramos eu, minha filha, uma colega sua, a filha de um general também cassado, uma escritora que também é mulher de um oficial, uma socióloga, uma estudante de comunicação, uma pedagoga, uma artista plástica (PASQUIM, 1977, p. 08).

A composição do MFPA se dava da seguinte maneira: em cada Estado havia um núcleo composto por vinte mulheres e uma diretoria. Os núcleos buscavam divulgar o seu trabalho e seus objetivos por meio de conferências e manifestos; Zerbine (1979, p. 85) salienta que “a mulher que trabalhava sofria mais dificuldades e era a mais sensibilizada pelo movimento do que as intelectuais”. Ademais:



Na direção do MFPA atuaram mulheres que tinham seus familiares desaparecidos, presos ou exilados, que vinham de organizações de esquerdas esfaceladas, presas políticas e algumas feministas, ou simplesmente mulheres com o desejo de se engajar no debate dos direitos humanos, ou mesmo do feminismo, recém-chegado no Brasil (CARBONI, 2008, p. 29).

Historicamente, desde o primeiro momento da implantação do regime civil-militar, o regime esteve intrinsecamente preocupado com a questão jurídica, criando mecanismos de “legalidade”, criando múltiplas leis que transparecessem suas ações ante a sociedade, incluindo a Lei da Segurança Nacional. Esta lei, possibilitou que parte dos opositores fossem condenados por subversão ou traição ao regime militar, e essas ações influenciaram direta e indiretamente na vida em sociedade como um todo, principalmente as famílias de presos políticos (MARTINHO, 2006), pois:

[...] A Anistia era uma necessidade imperiosa e somente através deste instituto do direito, seria conseguida a união nacional, porém a consecução teria que ser no campo político, nós mulheres brasileiras imbuídas do senso de dever resolvemos sair a campo. Levantamos a bandeira da anistia como sendo uma bandeira de direitos humanos. Nunca nos preocupamos em falar como homens, e sim, como mulheres que somos, fonte da vida, responsáveis pela sociedade de hoje e pelas transformações do amanhã, assumimos nosso papel de agentes da história [...] (ZERBINE, 1979, p. 54).

Observamos no discurso da representante do MFPA o devido cuidado em esclarecer o real objetivo e quais as reais necessidades de uma luta por Anistia, enfatizando os papéis de gênero deixando claro o papel da mulher na sociedade onde essas seriam as principais responsáveis pelo lar e pela administração da família. Nesse cenário, a célula familiar já era ameaçada diante dos abusos da ditadura, logo, o movimento, começou a agir no âmbito público, extrapolando o âmbito familiar, assumindo uma responsabilidade bem maior dentro de um quadro político nacional. Sendo assim:

Não há dúvida de que as mães ingressam no espaço público, com nova ação política, investidas de identidade de gênero tradicional, respaldadas pelo imaginário coletivo que, entre outras coisas, prescreve a defesa da família e a manutenção da memória dos próximos como atribuição social (DUARTE, 2009, p. 34).

Desse modo, podemos visualizar que no MFPA-SP há performances de gênero. Onde os discursos da líder faziam da sensibilidade do amor materno, do cuidado e defesa familiar, algo tido como natural ao público feminino; tais características acabaram sendo usadas a fim



de atingir um objetivo político, tendo em vista que muitas dessas mulheres, de forma direta ou indireta, foram atingidas com a repressão política do regime civil militar brasileiro.

## **2.2 Dentro da lei**

O MFPA não apenas foi o primeiro grupo de mulheres a reivindicar a promulgação da Lei da Anistia, mas também um movimento pioneiro a agir dentro da legalidade para a divulgação de tais ideais. A ideologia era inclinada para democracia, bem como reclamava o fim das cassações políticas e das prisões/torturas arbitrárias. O movimento também atuou em conjunção com as demais forças e manifestantes que compunham a oposição à ditadura civil-militar brasileira. Mais além disso: foi uma das forças que inovaram o campo das lutas sociais e renovaram as práticas políticas Segundo Carboni (2008, p. 25):

O Movimento Feminino Pela Anistia tem respaldo legal pela constituição Brasileira, 'da mesma maneira que a constituição nos indica obrigações, como por exemplo a de votar, segundo seu artigo 147, temos também nossos direitos' esclarece a Dra. Therezinha (ZERBINE, 1979, p. 60).

Nessa perspectiva, podemos observar que o MFPA buscava agir com cautela, atuando sempre na defensiva. O ingresso das mulheres no âmbito público, por meio do MFPA, vem acompanhado por um discurso de preservação de laços familiares vinculado à paz; isso fez-se necessário para ganhar o apoio social. O movimento buscou deixar evidente os seus apoiadores - dentre eles podemos citar: a Igreja Católica e o M.D.B. Estes possuem forte influência no âmbito da sociedade brasileira (DUARTE, 2009).

Não é outra a gênese do Movimento Feminino pela Anistia, que a partir de 1975, além de divulgar amplamente as denúncias e reverberar ao máximo a resistência no interior dos cárceres, imprime caráter definitivamente político, programático e organizativo à questão, incorporando a este registro familiar a luta pela Anistia ampla, geral e irrestrita. São justamente as mães de presos políticos, em agosto de 1972, as primeiras a falar em Anistia, ainda que de maneira confusa e emocional - anistia aos nossos filhos - ou mesmo redução de ao menos um terço de suas condenações (GRECO, 2003, p. 198).

A partir dessa premissa, o MFPA tinha um modo singular de agir e foi justamente com esse discurso de pacificação política (incorporado ao âmbito familiar), que durante o ano de 1975 houve uma disseminação incessante de suas ideias em prol da Anistia. Por conseguinte, o movimento ganhou apoio de outros grupos que também passaram a reivindicar a bandeira da



anistia, e assim influenciaram a criação da CBA (Comitê Brasileiro Pela Anistia), em 1978, difundida por parte do território brasileiro (DUCCINI, 2017), conforme observamos na manifestação seguinte:

[...] Sobre o Manifesto da mulher brasileira em favor da anistia: Nós, mulheres brasileiras, assumimos nossas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional. Através da História, provamos o espírito solidário da Mulher, fortalecendo aspirações de amor e justiça. Eis porque, nós nos antecipamos aos destinos da nação, que só cumprirá a sua finalidade de Paz, se for concedida a anistia ampla e geral a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção. Conclamamos todas as Mulheres, no sentido de se unirem a este movimento, procurando o apoio de todos quantos se identificam com a ideia da necessidade da Anistia, tendo em vista um dos objetivos nacionais: a união da nação! (BOLETIM MARIA QUITÉRIA, 1977 *apud* ZERBINE, 1979, p. 28).

Nesse discurso de Therezinha Zerbine é possível observar a oficialização do MFPA e junto com ele toda a repercussão a respeito do Manifesto *Brasil Mulher*. Estrategicamente, o MFPA esteve *a priori* diretamente ligado ao contexto familiar, por isso escolheu a paz como tema central de suas discussões. Nas diversas falas de Zerbine o seu dialogismo em prol da paz e da família, a anistia era uma espécie de paz que iria fazer uma amálgama em todo o país, já que o Brasil se encontrava dividido por múltiplas questões políticas e ações repressivas da ditadura civil-militar, por isso: [...] era primordial que a campanha pela anistia não fosse entendida como uma luta subversiva, feita de forma clandestina, escondida, mas sim que se realizasse publicamente, às claras, sem motivos para esconder sua intenção (CARBONI, 2008, p. 28).

O fato é que o constante apelo familiar e humanitário feito pelo MFPA em torno das tradicionais questões de gênero tais como mães e esposa que tinham como papel proteger e zelar pelo bem maior da família, acabaram por adquirir o apoio em massa de centenas mulheres pelo país afora, e não atraindo tanta visibilidade do governo para si.

Em diversas falas da líder Zerbine é possível notar que ela sempre recorreu a alguma emoção, a um apelo sentimental. É possível perceber isso na sua entrevista concedida ao jornal *Pasquim*: “Sou mulher de general cassado. Na época da cassação do meu marido, meus filhos tinham nove e dez anos e para eles foi um sofrimento imenso [...] éramos mulheres muito machucadas e feridas” (ZERBINE, 1979, p. 07).

É importante ressaltar que durante a década de 1975, ano do surgimento do MFPA, o Brasil encontrava-se sob o governo do presidente Ernesto Geisel. O então presidente buscava



uma transição “lenta e gradual” em relação redemocratização brasileira e o fato de o MFPA ter surgido em 1975 pode levar a crer que o Movimento tenha tido mais tranquilidade na relação com o aparato repressivo (DUARTE, 2009), pois o:

Movimento feminino, fundado no Ano Internacional da Mulher, não incomodaria tanto o regime e ainda daria proteção à intervenção ou possibilidade de aparelhamento pelas lideranças de esquerda, eminentemente masculinas, no período. Sozinhas, ou melhor, apartadas de quem sempre teve a palavra, elas podiam ficar mais à vontade para desenvolver atividade autônoma, ganharam credibilidade por sua ‘neutralidade’ e ‘ausência de objetivos políticos’, prontas para argumentar, articular, como se pode interpretar (DUARTE, 2009, p. 50).

Uma vez que estava em discussão o plano de distensão “lenta e gradual e segura” da ditadura, o então projeto tinha como principal objetivo assegurar o afrouxamento das tensões políticas no país, ao conceder esse “afrouxamento” da repressão ocorrida de forma intensa durante os outros governos o então plano de distensão acabou contribuindo para que o MFPA tivesse mais autonomia em seu projeto em prol da Anistia (DUCCINI, 2017).

### **3. Considerações Finais**

Diante do trabalho exposto foi possível observar e entender um pouco melhor como se desenvolveu a luta da Anistia dentro do panorama brasileiro, para entender tais questões recorreremos ao estudo da história do MFPA no estado de São Paulo.

Ao longo desse processo de pesquisa foi possível perceber de que maneira a construção de papéis de gênero foram usadas como meio manipulação com a finalidade de driblar os abusos cometidos dentro da ditadura civil-militar..

Mulheres utilizaram o seu lugar de mãe, esposas e filhas, para agir dentro da legalidade; enquanto simultaneamente realizavam denúncias a órgãos internacionais, organizando eventos, conferências e propagando e uma campanha para uma anistia que levasse a julgamento todos os responsáveis por atos repressivos cometidos pelo estado e crimes conexos aos mesmos.

Agiram legitimadas pela defesa da vida e demonstraram capacidade de mobilização. Mesmo que a princípio, possa parecer um movimento impelido por questões imediatas e particulares, acabou por se integrar a um ideário de luta contra a ditadura civil militar. Se utilizaram dos expedientes que dispunham, movimentaram forças em muitos estados



brasileiros, organizando núcleos que socializam informações por meios de publicações, que faziam chegar mobilizações e denúncias a um público maior.

Para além dessas, ações, é fundamental visibilizar essa imagem de luta de mulheres brasileiras, entendendo o contexto político e os debates que punham em evidência perspectivas de identificação específicas. Femininas ou feministas, era um destes elementos que exteriorizava tanto um movimento que ganhava expressão na década de 1970 no Brasil, quanto a face de discursos opressores que tentavam submeter a expressividade política das mulheres.

Ainda que sob restrições e pautas morais em prol da família e do recato feminino, em detrimento do significado atribuído ao feminismo, a atuação dessas mulheres em prol da anistia, se constituiu em um importante capítulo da história brasileira e de algumas de suas mulheres.

## REFERÊNCIAS

CARBONI, Maria Cecília Conte. **Maria Quitéria: o Movimento Feminino Pela Anistia e sua Imprensa (1975-1979)**. São Paulo, SP, 2008. 1v. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Memórias em disputa e jogos de gênero: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)**. 2009. 231 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

DUCCINI, Felipe Moreira Barboza. **A luta pela anistia na Bahia: do movimento feminino pela anistia ao Comitê Brasileiro pela Anistia (1975-1979)**. 2017, Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI de España, 2002.

KOSELLECK, Reinhart. Espaço de experiência e horizonte de expectativas. In: **Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. p. 311-337.

MARTINHO, Francisco Carlos Polomanes. **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: A história do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

PERROT, Michelle. **Práticas da memória feminina**. (Rev. Bra. de Hist./ São Paulo, 1989).



SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria de análise útil à análise histórica. Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 20, n.2, p.71-99. jul./dez., 1995.

SILVA, Mariane da. **O Movimento Feminino pela Anistia:** o engajamento e a participação das mulheres catarinenses entre 1975 e 1979. 2015. Monografia (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

TELES, Maria. **Breve História do Feminismo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

ZERBINE, Therezinha Godoy. **Anistia:** semente da liberdade. São Paulo: Salesianas, 1979.

#### **JORNAIS:**

**Maria Quitéria:** boletim do Movimento Feminino pela Anistia. Ano I, n 1, 1977.

**Maria Quitéria:** boletim do Movimento Feminino pela Anistia. Ano I, n 2, 1977.

**Maria Quitéria:** boletim do Movimento Feminino pela Anistia. Ano 2, n 3, 1978.

**Maria Quitéria:** boletim do Movimento Feminino pela Anistia. Ano 3, n 4, 1979.  
**Pasquim.** 1977, n 418.



## **O ENSINO DE HISTÓRIA E AS MULHERES DO CANGAÇO: NOVOS OLHARES SOBRE O AMBIENTE RURAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Ana Karla da Silva Cruz

Joseanne Zingleara Soares Marinho

### **1. Introdução**

A ampliação do que seriam ou são objetos históricos, suas perspectivas e análise, favoreceu sujeitos que antes não tinham suas vivências logradas a algum lugar de destaque ou mesmo que fossem considerados sujeitos históricos. Com a Escola dos Annales, o campo historiográfico solidificou o movimento de visibilização dos esquecidos, silenciados ou mesmo apagados. Não apenas nas universidades essa profunda mudança foi sentida, mas também no Ensino Básico, na sala de aula. Entretanto, a efetivação de uma história plural consiste em um desafio diário para professoras e professores, levando-se em consideração o tempo de aula, o material didático e as orientações advindas de documentos oficiais, como a terceira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017.

Como centro da análise do presente artigo, estão as mulheres da zona rural, mais precisamente as cangaceiras, mulheres essas que faziam parte do cangaço e que possuem suas imagens atreladas aos homens de forma submissa. Embora o campo e a cidade possuam semelhanças, como a submissão feminina, o foco vai ser a análise da dicotomia entre o rural e o urbano, apontando as singularidades das mulheres do campo e dentro do próprio cangaço. O período a ser contemplado inicia em 1917 e vai até 1938, momento este que conta da invasão da cangaceira Anésia Cauaçu sobre a cidade de Jequié, na Bahia, até a morte de Maria Bonita, personagem feminina mais conhecida do cangaço.

As mulheres do cangaço, distantes dos centros urbanos, da escolarização e da circulação de ideias vigentes na passagem do século XIX para o século XX, ficaram relegadas às suas estruturas familiares rígidas e demais regras sociais que demoraram mais tempo para serem colocadas em perspectiva de mudança, sendo os grandes centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro os principais locais de reivindicações principalmente pelo sufrágio universal e melhores condições de trabalho nas fábricas.



No entanto, considerando as existências femininas plurais, é importante identificar o processo histórico rural que tornou possível a atuação das mulheres no cangaço nordestino, conhecido sobretudo por meio de personagens marcantes como Maria Bonita, Anésia Cauaçu e Dadá, identificadas por suas histórias de vida expressas na literatura de cordel permeadas por ideias e práticas que não faziam parte da trajetória tradicional feminina naquele tempo e espaço.

## **2. O material didático e o ensino de História**

Sobre as diretrizes que servem como base para a aplicação dos conteúdos, há a análise da última versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que traz orientações, sugestões das pautas a serem estudadas na sala de aula. É um documento que pode trazer avanços ou retrocessos, manutenção dos discursos ou mudanças que se referem às mulheres do campo. A série escolhida para análise de conteúdo foi o 9º ano do ensino fundamental II, que possui a Unidade Temática denominada “O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX” desdobra o conteúdo em Objetos do Conhecimento (conteúdos) e Habilidades, que consistem nas competências que os (as) estudantes deverão aprender durante a abordagem do conteúdo.

Nas Habilidades contidas na BNCC não aparecem as palavras “mulheres”, “feminino” e “gênero”. Em nenhuma das Habilidades ou Objetos do Conhecimento aparecem as palavras “campo” ou “rural”, logo compreende-se que o feminino e o rural não foram mencionados nesse recorte do documento, deixando evidenciado que as mulheres do campo ficam à margem das discussões que podem ser trazidas para a sala de aula.

O referido documento como é denominado, serve de base para os currículos de história e são o fundamento dos livros didáticos. O livro didático que consiste em um material de apoio importante no ensino-aprendizagem é utilizado por professores(as) e estudantes, logo se não há orientações oficiais da BNCC para que o tema da mulher do campo, o(a) docente pode entender que não deve trabalhá-lo ou que o tema não seja relevante, pois não foi sequer mencionado.

Fazendo a relação entre o que se produz e o que é lido, interpretado, como então se dão as representações e intencionalidades na produção do livro didático? A sua produção tem se preocupado com a promoção da visibilidade das atuações das mulheres, mais especificamente, das mulheres do cangaço? Para isso, a utilização de uma coleção de livro didático foi utilizada



para análise. O critério de escolha foi a utilização do mesmo na sala de aula pela autora do presente artigo.

No livro “O Saber histórico na sala de aula”, organizado por Circe Bittencourt, são realizadas reflexões sobre a importância do livro didático como ferramenta de trabalho, sendo uma *mercadoria*, mas também um *depositário de conteúdos escolares, instrumento pedagógico e veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura*. Circe nos conta que:

O livro didático tem sido, desde o século XIX, o principal instrumento de trabalho de professores e alunos, sendo utilizado nas mais variadas salas de aula e condições pedagógicas, servindo como mediador entre a proposta oficial do poder expressa nos programas curriculares e o conhecimento escolar ensinado pelo professor. (BITTENCOURT, p. 72, 2004)

O livro didático comporta uma gama de interesses e é um elo entre professores (as) e estudantes, consumido por ambos. Desse modo é importante perceber que sua utilização suscita debates e a construção da criticidade. Portanto, imbricado de intencionalidades em seu processo de escolha e utilização.

O artigo de autoria de Reinaldo Lindolfo Lohn e Vanderlei Machado, intitulado “Gênero e imagem: relações de gênero através das imagens dos livros didáticos de história” é bastante relevante no decorrer das observações e ponderações. No seu artigo, os autores afirmam:

[...] a simples inserção de imagens de mulheres não significa uma discussão das relações de gênero, ou seja, algo que procure construir uma história das representações sociais de gênero, tanto de mulheres quanto de homens, levando em conta sua reprodução. (LOHN; MACHADO, 2004, p. 120))

Percebe-se que apenas colocar imagens não irá suscitar por si só discussões sobre gênero, mas é necessário haver mais dedicação ao tema no livro e sugerir aos professores e professoras trazer essa discussão por mais tempo na sala de aula e de maneira bem embasada, logo é o livro didático quem vai nortear muitas das vezes as atividades e leituras dos (as) estudantes.

A coleção analisada foi “Estudar História: das origens do homem à era digital”, das autoras Patrícia Ramos Braick e Anna Barreto (2018), da editora Moderna. A escolha dessa coleção deu-se por conta do trabalho realizado com ela na sala de aula, logo a observação e ponderações tornam-se mais assertivas e pertinentes. No livro de Patrícia Ramos Braick e Anna



Barreto (2018) são mostradas ao todo oito imagens que têm a presença feminina. Das oito, quatro são pinturas ou ilustrações e duas trazem mulheres do campo.

As referências mostram o significado das figuras femininas nas imagens, como a república, a soberania, mas não trazem a problematização sobre as atribuições sociais destinadas às mulheres. Para efeito de comparação, há apenas uma imagem que mostra uma cangaceira, sendo ela Maria Bonita com Lampião ao lado.

Imagem 1: Maria Bonita e Lampião



Lampião e sua esposa, Maria Bonita. Fonte:foto publicada na Revista Ilustrada, em 1936.

Na imagem acima, a fotografia de Maria Bonita e Lampião, célebres cangaceiros do sertão nordestino traz uma questão sobre as mulheres no cangaço e as motivações para essas mulheres terem entrado no movimento, mas o papel delas dentro dos bandos não é problematizado dentro do livro didático supracitado.

## 2.1. Fontes e ensino de história

O caminho já percorrido com estudos de gênero, o ambiente rural e o que permanece em construção necessita dos avanços dos estudos sobre objetos históricos que continuam na invisibilidade, como as mulheres do campo nas quatro primeiras décadas do século XX. Estudantes da rede básica de ensino, assim como professoras e professores têm no livro didático, em grande parte, uma ferramenta usada em larga escala e que serve de elo entre docentes e discentes.

Raymond Williams (2011), na obra “O campo e a cidade” mostra a ambiguidade de dois ambientes, a princípio, tão díspares e antagônicos, mas igualmente complementares e testemunhos de um mesmo processo histórico. A dominação existia nos dois espaços, tanto no



campo quanto na cidade, mas a maneira com que essas mulheres buscaram se desvencilhar das amarras impostas a elas, foram diferentes pela contextualização geográfica, social, política, econômica e cultural.

Ricardo Ferraz Bastos no texto “A imagem da organização do bando de Lampião e sua liderança”, traz características do cangaço no sertão nordestino.

[...] pode-se entender o cangaço como um fenômeno social, caracterizado por atitudes violentas por parte dos cangaceiros. Estes andavam em bandos armados e espalhavam o medo pelo sertão nordestino. Promoviam saques a fazendas, atacavam comboios e chegavam a sequestrar fazendeiros para obtenção de resgates. Aqueles que respeitavam e acatavam as ordens dos cangaceiros não sofriam. Pelo contrário, eram muitas vezes ajudados. Esta atitude tornou os cangaceiros respeitados e admirados por boa parte da população da época. (2009, p. 10)

O cangaço então ia além da promoção do medo e do caos por meio de saques e sequestros, por exemplo, mas também exerciam um certo fascínio na população, pois como dito acima, eram respeitados e até ajudados nas suas empreitadas.

As mulheres do cangaço adentraram nesse movimento social de formas diferentes. Anésia Cauaçu liderava o próprio bando, de acordo com Domingos Ailton Ribeiro de Carvalho no artigo “Tempos, espaços e representações: abordagens geográficas e históricas” de 2013. Em contrapartida, Dadá foi raptada, violentada e foi tornada companheira de Corisco, famoso cangaceiro e que violentou Dadá, na época com 13 anos.

Maria Bonita entrou para o bando de Lampião por vontade própria, sendo ela já adulta e que escolheu seguir o bando de Virgulino Ferreira da Silva, como afirmam Yls Rabelo Câmara e Zzy Maria Rabelo Câmara, no artigo “Maria Bonita e Dadá: uma breve releitura do cangaço por meio da presença determinante do elemento feminino” de 2015. Dentre as singularidades dessas mulheres dentro do cangaço, Dadá em uma entrevista dada a José Umberto Dias em 1989 a qual afirmou que as mulheres “Costuravam, cada qual tratava de luxar da melhor forma (...) cada uma queria ser melhor do que a outra”, ou seja, era um ambiente na qual havia disputa no âmbito da vaidade entre essas mulheres.

As histórias de vida distintas entrelaçam-se no contexto do sertão nordestino, no abandono do poder público, na opressão e violência no Brasil longe das capitais. Salientar a reflexão das vivências dessas mulheres na sala de aula é papel que desemboca na visibilização de uma parcela da população que ainda não é contemplada como poderia ser nos documentos oficiais e livros didáticos.



No livro “A invenção do Nordeste e outras artes” de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, o autor descreve a ligação entre o nordeste e o cangaço da seguinte forma:

O Nordeste é, pois, uma região que se constrói também no medo contra a revolta do pobre, no medo da perda de poder para a “turba de facínoras que empestavam o sertão”. [...] Não só o cangaço, como também revoltas messiânicas são fatores de construção de um espaço fechado de poder, uma região capaz de garantir a manutenção da mesma hierarquia de poderes, bem como a dominação tradicional. (2011, p. 84-85)

Pode-se compreender então que o Nordeste tornou-se uma região peculiar com relação a um espaço que se constitui através da opressão contra o pobre, nesse cenário o poder precisa ser mantido. Assim como a tradição, que pode ser usada como ferramenta de manutenção, inclusive dos papéis de gênero entre homens e mulheres dentro da estrutura social já cristalizada.

Roger Chartier (2002), com a obra "À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes" (2002), fundamenta esta pesquisa no que se refere à expansão do leque historiográfico, onde Chartier fala da Nova História Cultural e do seu impacto na ampliação dos objetos a serem considerados na perspectiva histórica. Liga-se a esta pesquisa no que diz respeito a esta pesquisa sobre mulheres, mais precisamente do campo, categorias que emergiram a partir da Nova História Cultural e que concretizaram-se no campo dos estudos histórico

Chartier, também fala da representação na mesma obra com o texto “O mundo como representação” (p. 75) traz o que constrói as imagens, representações de indivíduos, grupos, como enxergamos sob o olhar que forja a cultura, os novos objetos abarcados pela história e as intencionalidades de quem escreve e quem lê. No tocante às mulheres do cangaço, seu estudo se dá pela ampliação dos objetos estudados pela história, a forma como aparecem ou são invisibilizadas nos livros didáticos e podem ser enxergadas sob a perspectiva das intencionalidades da produção editorial brasileira.

O livro didático segue sendo uma ponte entre o poder e o conhecimento escolar, a sala de aula, o professor. Este último, responsável por adequar as propostas curriculares oficiais ao conteúdo que será de fato trabalhado na sala de aula. O teor crítico e argumentativo são fundamentais na relação de ensino – aprendizagem.

Paulo Knauss (1996), que traz no seu texto "Sobre a norma e o óbvio: a sala de aula como lugar de pesquisa o livro didático como ponto em comum entre professores e alunos" a



maneira como professores tendem a utilizar esse documento com frequência e um dos recursos que compõem os livros didáticos são as imagens. Knauss fala das imagens como adereços, de caráter ilustrativo, ao passo que não há problematização desse documento.

Pode-se compreender a partir disso que o saber ainda é condicionado ao que se coloca como conteúdo a ser aprendido pelo aluno e que o conhecimento baseado na relação sujeito-espaço vivenciado proporciona aprendizados práticos, reais e significativos. Em um país como o Brasil, de desigualdades graves, é fundamental trazer a sensibilidade como forma de se construir sujeitos conscientes do seu lugar no mundo, das injustiças e aprenderem a se colocar no lugar do outro.

Jörn Rüsen (2001), ao tratar da Consciência Histórica, enfatiza que essa consciência é inerente ao ser humano, destacando que há também nesse bojo, o aspecto natural de se perceber no mundo, estando ligado ao aspecto cultural, este último não sendo o único. Sobre isso, Rüsen afirma:

A consciência histórica não é algo que os homens podem ter ou não – ela é algo universalmente humano, dada necessariamente junto com a intencionalidade da vida prática dos homens. A consciência histórica enraiza-se, pois, na historicidade intrínseca à própria vida humana prática. (2001, p. 29).

Para se desenvolver a criticidade na sala de aula, há que se utilizar ferramentas que fomentem a reflexão e o saber de si, conhecer-se, situar-se e identificar particularidades suas e de outras pessoas e épocas. Compreende-se que essa consciência existe, mesmo não sendo analisada de maneira crítica e/ou histórica, logo ela está indubitavelmente dentro de cada sujeito.

Conclui-se então que essas pesquisas históricas, sob a ótica docente, são relevantes para a visibilidade feminina a partir do ambiente rural na Educação Básica sobre um movimento social importante na história do Brasil e que ainda reduz o cangaço às figuras masculinas e seu protagonismo, relegando às mulheres um espaço muito pequeno ou nulo na discussão sobre a atuação no cangaço além da personificação de um adorno.

## **2.2. Cordel e imagem na sala de aula**

A utilização da literatura de cordel na sala de aula pode enriquecer a discussão sobre as mulheres cangaceiras e a própria importância desse tipo de literatura. Um exemplo de cordel



que pode ser utilizado é o de Antônio Teodoro dos Santos (1986), que narra a história de vida de Maria Bonita no seu cordel composto por 148 estrofes. Entre os versos, lê-se:

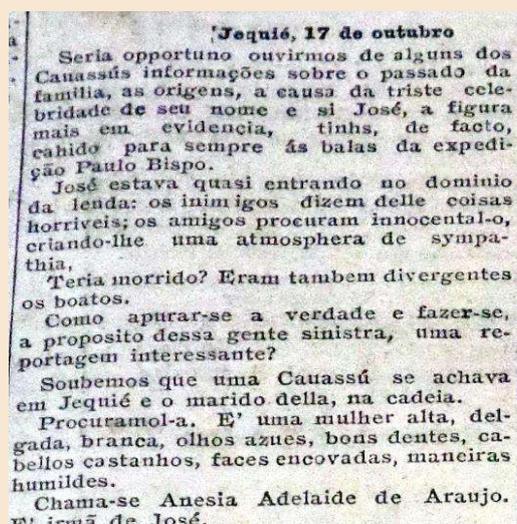
Portanto vamos fazer  
Uma nova narração  
Sobre Maria Bonita,  
Esposa de Lampião,  
Chamada “A MULHER CANGAÇO”  
Que no tempo e no espaço  
Assombrou todo o sertão

O cordelista Gonçalo Ferreira da Silva, escreveu uma obra intitulada “Nasce o museu do Cordel”, que discorre sobre a criação do Museu do Cordel no dia 5 de maio de 1999, que entre seus versos diz:

No museu os professores  
terão como pesquisar  
o modo como era feito  
folheto rudimentar,  
e estudarão conscientes  
as mais diversas vertentes  
da cultura popular.

Outra fonte que pode ser analisada são os jornais da época, como este da imagem abaixo, que descreve as características físicas, o aspecto familiar e o nome de Anésia Cauaçu.

Imagem 2: Reportagem sobre Anésia Cauaçu



Fonte: entrevista publicada no jornal "A Tarde", 25/10/1916



Para a sala de aula, esse tipo de recorte pode ser trabalhado como ponto de partida para uma pesquisa sobre como era descrita essa mulher, traçar paralelos entre reportagem e cordel e observar convergências ou divergências nas informações obtidas através dessas fontes. Inclusive aspectos linguísticos, como o sobrenome Cauaçu, à época grafado “Cauassu”, pode ser tomado para observação e reflexão sobre a temporalidade na qual a reportagem foi veiculada.

### **2.3. Metodologia**

Foi utilizada a pesquisa secundária ou bibliográfica teórica e historiográfica que servirá para a análise das fontes primárias ou pesquisa documental, que segundo Antônio Joaquim Severino (2007) caracteriza-se por ainda não ter tido um tratamento analítico, a partir do qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise. Neste trabalho, são elas, imagens de livros, destacando a importância da literatura de cordel e notícias de jornais.

Para realização da fundamentação teórica, autores como Roger Chartier, Jörn Rüsen, Circe Bittencourt, entre outros já mencionados no texto, fornecem os subsídios teóricos essenciais para análise e traçar paralelos dentro da temática abordada, desde a análise da Base Nacional Comum Curricular até o trabalho com as fontes primárias mencionadas acima.

### **3. Conclusão**

A análise da BNCC (2017) e de como suas orientações são trabalhadas no livro didático mostram que o espaço e a dedicação ao tema da mulher do campo na primeira república são pouco explorados através de imagens, sendo importante trazer outras fontes de pesquisa a serem trabalhadas na sala de aula sobre as mulheres do cangaço através de discussões ou debates sobre essas mulheres que estavam fora dos centros urbanos.

O papel social, econômico e político é tratado sobre as mulheres da cidade que estavam liderando movimentos por melhores condições de trabalho nas fábricas, participação política, nas artes e em nenhuma das obras há menção sobre as mulheres que estavam à margem dos centros urbanos.

Portanto, há diferenciações entre as obras considerando o quanto houve dedicação para fomentar discussões e pesquisas sobre gênero. O último livro didático analisado compromete



mais páginas para as discussões de gênero e papéis sociais e é o único que mostra uma imagem de mulheres trabalhando na zona rural, apesar de não propor atividade sobre essas mulheres. Diante desse cenário, fica a critério dos(as) professores (as) instigar ou não as reflexões e discussões sobre essas imagens. O trabalho com cordéis, jornais, revistas, entre outros materiais, são essenciais na construção de um olhar para além do livro didático.

Desse modo, conclui-se a necessidade de trazer para os debates a emergência de discussões que percebam a ausência da mulher do campo em seus foros epistemológicos. Buscando dar luz a essas mulheres como agentes participantes do processo histórico da sociedade. Pretende-se dar continuidade à essa pesquisa, de forma a ampliar as fontes, trazer essa temática para a sala de aula de maneira crítica e significativa.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5. ed. — São Paulo: Cortez, 2011.

BASTOS, Ricardo Ferraz. **A imagem da organização do bando de Lampião e sua liderança**. Dissertação de Mestrado. Pedro Leopoldo – MG, 2009.

BITTENCOURT, Circe (org.) **O saber histórico na sala de aula**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Acessado em 22 de dezembro de 2022: [Início \(mec.gov.br\)](https://www.mec.gov.br)

CÂMARA, Yls Rabelo; CÂMARA, Ysla Rabelo. **Maria bonita e Dadá: uma breve releitura do cangaço por meio da presença determinante do elemento feminino**. Revista Entrelaces – Ano IV – nº 05, p. 57-74 – maio de 2015.

CHARTIER, Roger. **A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre. Editora: Universidade/ UFRG, 2002.

KNAUSS, Paulo. **"Sobre a norma e o óbvio: a sala de aula como lugar de pesquisa."** Repensando o ensino de história. São Paulo: Cortez, 1996. p. 26- 46.

LOHN, Reinaldo Lindolfo; MACHADO, Vanderlei. **Gênero e imagem: relações de gênero através das imagens dos livros didáticos de História**. Revista Gênero, p. 119-134, v. 4 n.2,1 sem. 2004.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da História**. Brasília: UnB, 2001 a. v I. Razão histórica: os fundamentos da razão histórica.



SEVERINO, José Antônio. **Metodologia do trabalho científico** – 23. ed. rev. e atual. – São Paulo: Cortez, 2007.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura** / Raymond Williams; tradução Paulo Henriques Britto. — São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

## **FONTES**

### **Livro didático**

BRAICK, Patrícia Ramos. **Estudar História: das origens do homem à era digital: manual do professor/ Patrícia Ramos Braick, Ana Barreto.**- 3. ed.- São Paulo: Moderna, 2018.

### **Imagens**

BRAICK, Patrícia Ramos. **Estudar História: das origens do homem à era digital: manual do professor/ Patrícia Ramos Braick, Ana Barreto.** - 3. ed.- São Paulo: Moderna, 2018.

SILVA FILHO, Rubens Antonio da. **Entrevista publicada no jornal "A Tarde"**, 25/10/1916, in: “Cangaço na Bahia” site: [cangaconabahia.blogspot.com](http://cangaconabahia.blogspot.com) acessado em 11 de janeiro de 2023

### **Cordéis**

SANTOS, Antônio Teodoro dos. **Maria Bonita: a mulher cangaço.** Editora Luzeiro limitada, São Paulo, 1986.

SILVA, Gonçalo Ferreira da. **Nasce o museu do cordel.** Academia Brasileira de Literatura de Cordel. Rio de Janeiro, 1999. Endereço eletrônico: [www.ablc.com.br](http://www.ablc.com.br)

### **Entrevista**

DIAS, José Umberto. **Dadá.** 2ª edição, Salvador: EGBA/Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1989, p.19



## **O ESTUDO DE GÊNERO NO ENSINO MÉDIO: UM DIÁLOGO ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA**

Iasmin Maria Andrade da Silva

Jakson dos Santos Ribeiro

### **1. Introdução**

Este trabalho faz parte de resultados provenientes de estudos realizados no Mestrado Profissional do Programa de Pós-graduação em História (PPGHIST) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Pensando na relação história-literatura, buscamos estabelecer uma interlocução entre as temáticas de gênero a partir de obras literárias.

O uso da literatura como fonte para a história pode auxiliar o (a) professor (a) em práticas didáticas que utilizam dinâmicas que vão além do livro didático e das fontes tradicionais. Contudo, é necessário que o (a) docente tenha a consciência das possibilidades e limites enquanto professor (a) de história que utiliza uma fonte literária.

Visando discutir a viabilidade da literatura enquanto fonte, realizaremos um estudo sobre as relações de gênero e identidade no Nordeste do século XX a partir das obras *Uma mulher vestida de sol* do autor Ariano Suassuna e *Sem lei nem rei* do autor Maximiano Campos. Estas, que são obras de características regionais nordestinas do século passado, nos guiarão nas discussões sobre os conceitos de masculinidade, virilidade e identidade nordestina no século XX. Assim, partimos da perspectiva de que a Literatura pode atuar como uma importante fonte para o (a) professor (a) de História. Esta pode operar como “modalidade privilegiada de discutir e equacionar as questões de gênero” (ZIZANI, CARVALHO, 2015, p.13).

### **2. A literatura nas aulas de História: historiografia e ensino**

As discussões sobre as fontes literárias na pesquisa histórica ganharam mais força durante o movimento ao qual denominou-se escola dos *Annales*. Neste fim de século XX, não apenas as fontes, mas outros aspectos dentro do fazer histórico passaram a ser discutidos e questionados mais avidamente. Desse modo, houve uma expansão do que compreendíamos por fonte histórica durante esse período, fazendo com que a Literatura ganhasse espaço dentro do rol de possibilidades do historiador como fonte viável.



Com tais debates sobre a Literatura enquanto fonte histórica adentrando no meio acadêmico, os questionamentos sobre a viabilidade de sua utilização, principalmente em decorrência de aspectos ligados a fato/ficção, também ganharam força durante este primeiro período.

Tais aspectos, embora menos evidentes atualmente, ainda tem seu espaço em dúvidas que permeiam pesquisadores (as) e professores (as) quanto ao uso de fontes literárias. Isto é, como o historiador pode utilizar a literatura tendo em vista de que se tratam de obras ficcionais. Ou mesmo, ainda que tenha ultrapassado essa barreira, como se dá a prática, o uso de tais fontes, são fatores que ainda geram receios.

Ainda no século XX pesquisadores como Hayden White (1992), Domick LaCapra (1983), Peter Burke (1992), dentre outros, debatem sobre essa expansão, discutindo sobre as possibilidades que outros tipos de fontes podem fornecer também novos olhares ao historiador. A percepção de White (1992) sobre a expansão das fronteiras da História, o leva a questionar as barreiras que separam, por exemplo, a História da Literatura. Desse ponto, muito se discute sobre os elementos ficcionais dentro da Literatura, o que torna impensável para muitos, falando em meados do século XX, utilizar outros tipos de documentos que não os tradicionais. Embora White inclina-se para uma supressão das distinções entre História e Literatura, muitos de seus questionamentos sobre as fronteiras da História podem ser utilizados como ponto de partida na ampliação da historiografia.

De acordo com Kramer, se tinha mais aprofundado dentro da comunidade acadêmica a repulsa ao imaginário uma vez que os historiadores mais tradicionalistas “preferem acreditar que transcenderam a ficção ao estabelecerem rigorosas diretrizes para a disciplina de história” (KRAMER, 1992, p.136). Tais discussões, transitaram por diferentes pesquisadores, sendo que, atualmente, embora aceita como possibilidade, uma das primeiras indagações refere-se ao fator ficcional da obra. Quanto a isso, Sandra Pesavento afirma que,

Para enfrentar esta aproximação entre estas formas de conhecimento ou discursos sobre o mundo, é preciso assumir, em uma primeira instância, posturas epistemológicas que diluam fronteiras e que, em parte, relativizem a dualidade verdade/ficção, ou a suposta oposição real/não real, ciência ou arte. Nesta primeira abordagem reflexiva, é o caráter das duas formas de apreensão do mundo que se coloca em jogo, face a face, em relações de aproximação e distanciamento (PESAVENTO, 2006, p.3).



Em outras palavras, os questionamentos da Literatura enquanto fonte pelos seus aspectos ficcionais são parte de um processo que vai na contramão da real aplicabilidade da fonte literária. Mais do que questionar o fator ficção, deve-se levar em conta a Literatura enquanto documento, e “se todo documento é monumento, cabe ao historiador desvelar como foi construído, a linguagem utilizada, a finalidade da edificação e as suas intencionalidades” (BORGES, 2010, p.95).

A fonte, ainda que literária, irá ser um ponto de partida ao historiador para utilizar o processo historiográfico. Isto é, a pergunta pela qual partirá será própria da História, assim como o processo de pesquisa e a resposta ao qual se busca, sendo assim, a literatura funcionará como “um discurso privilegiado de acesso ao imaginário de diferentes épocas” (PESAVENTO, 2006, p.3). Cabe então ao historiador, buscar nessa obra literária elementos que vão de encontro ao que Sandra Pesavento chama de “tom” da sociedade, isto é, aspectos como seus valores, preconceitos, modo de vida, cultura, política, economia, dentre vários outros.

A literatura registra e expressa aspectos múltiplos do complexo, diversificado e conflituoso campo social no qual se insere e sobre o qual se refere. Ela é constituída a partir do mundo social e cultural e, também, constituinte deste; é testemunha efetuada pelo filtro de um olhar, de uma percepção e leitura da realidade, sendo inscrição, instrumento e proposição de caminhos, de projetos, de valores, de regras, de atitudes, de formas de sentir... Enquanto tal é registro e leitura, interpretação, do que existe e proposição do que pode existir, e aponta a historicidade das experiências de invenção e construção de uma sociedade com todo seu aparato mental e simbólico (BORGES, 2010, p.98).

Valdeci Borges ao propor a literatura como uma fonte múltipla, tendo em vista suas possibilidades, faz coro a Pesavento (2006) e a tantos outros pesquisadores que sugerem as fontes literárias como uma porta de entrada ao historiador que pretende compreender elementos do consciente e inconsciente de uma sociedade, não indo para o campo ficcional ou mesmo em uma “história do futuro”, mas buscar olhar para processos que estão presentes na escrita do (a) autor (a) que revela uma formação de uma sociedade e alguns fatores que estão envolta dela.

Utilizar a literatura é dialogar com aspectos que estão presentes na sociedade, seja a que foi escrita na obra ou a do próprio autor, pois as experiências humanas, seus hábitos, sua formação, podem ser lidas a partir de um olhar histórico proporcionando um aporte no estudo de determinada sociedade. E, assim como qualquer outro documento, essas obras também devem passar pelo processo de análise e discussão.



*A sala de aula como campo da aplicação das fontes literárias pela história*

Assim como encontrou-se dúvidas e discussões sobre a literatura como viável enquanto fonte dentro da historiografia, quando passamos para o cenário escolar, questionamentos também existem, porém, não se voltam apenas para o fator “possibilidade”, mas sim para o “como”. Em outras palavras, na prática, como o (a) professor (a) pode utilizar as obras literárias na aula de História? E quanto as orientações curriculares, quais são as possibilidades e impedimentos?

Ao promovermos uma aula de História utilizando obras literárias como fonte, devemos tomar alguns cuidados. Isto porque, ainda que seja viável a utilização desta, não devemos cair em armadilhas, como por exemplo, dialogar com produções e temáticas que não se tenha domínio, tornar o momento de reflexão que a obra poderia fornecer em algo vago e esquecível, não ultrapassar os limites da praticabilidade do que se tem disponível para sua realidade escolar.

Explicando de uma melhor forma, primeiramente deve haver um planejamento adequado da aula que será aplicada, para isso deve-se considerar aspectos como temática (s), discussões que podem ser feitas a partir dessas, a (s) obra (s) literária (s) que vão ser utilizadas, e, por fim, se todos esses fatores mencionados anteriormente são cabíveis para a faixa etária e o tempo disponível. Além disso, pensar em processos avaliativos que solidifiquem as reflexões, críticas, questionamentos e debates que foram levantados, mas se voltando para aspectos avaliativos mais dinâmicos e expressivos no que tange a sair de moldes tradicionais visando apenas a “prova”. E, para tudo isso ser concretizado, o (a) professor (a) deve partir do planejamento.

Um professor mal preparado e desmotivado não consegue dar boas aulas nem com o melhor dos livros, ao passo que um bom professor pode até aproveitar-se de um livro com falhas para corrigi-las e desenvolver o velho e bom espírito crítico entre os seus alunos (PINSKY, PINSKY, 2007, p. 21).

Pensando no uso da literatura em sala, sem um planejamento adequado que vá guiar o(a) professor (a) no processo de aplicação em sala, os resultados são comumente abaixo do necessário. Quando falamos em utilizar textos literários em sala, para alguns, é associado a uma prática fácil e que, portanto, a preparação será menor. Porém, são tais tipos de visão que fazem alguns caírem em práticas rasas que não levam em conta que “o professor de História, ao dialogar com uma produção literária, precisará ter respostas a questões, como: quais fronteiras



que delimitam tais discursos? Como trabalhar com a literatura e história, respeitando a especificidade do discurso literário?” (AZEVEDO, LIMA, 2011, p.61-62).

O planejamento também é o momento do(a) professor (a) pontuar sua aula de acordo com as orientações curriculares vigentes. Desse modo, ao falarmos de práticas multidisciplinares, interdisciplinares, pluridisciplinares, etc., que envolvam a literatura como fonte, devemos voltar nossos olhares para a os Parâmetros Curriculares Nacionais- PCN (1997; 1999), que tem como proposta orientar os (as) professoras (as) em práticas que fomentem a reflexão crítica no(a) aluno (a).

Além disso, os PCN's pontuam a interdisciplinaridade como uma atividade que deve ser adotada em sala de aula, ou seja, quando falamos de história, utilizar diferentes perspectivas e ações para expandir o entendimento dos (as) alunos (as). Ademais, são colocados também a análise de documentos de diferente natureza como um dos objetivos a serem empregados. Tendo isso posto, os PCN's (1997) estabelecem em diferentes momentos as aulas de história a partir de perspectivas interdisciplinares e que colocam para o(a) professor (a) diversos tipos de fontes, como por exemplo, cartas, livros, mapas, diários, pinturas, esculturas, dentre outros. Desse modo, dá-se uma abertura para o uso das obras literárias.

Para além dos PCN's, outras orientações curriculares vão de convergência a essa perspectiva de um ensino plural. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB (1996) em seus objetivos básicos propõe que o ensino deve ser pautado no pluralismo de ideias. Sendo assim, utilizar perspectivas multidisciplinares/ interdisciplinares são sugeridas e corroboradas pelas orientações curriculares nacionais.

### **3. O ensino de gênero nas aulas de História: o Nordeste do século XX nos entendimentos sobre gênero**

Tendo a utilização de obras literárias como fontes possíveis para as aulas de História, partimos para as temáticas. Isto é, uma vez definido a prática, é importante realizar um paralelo entre a(s) obra(s) escolhida(s) e suas possibilidades temáticas. Pensando nisso, aqui abordaremos sobre duas obras de autores brasileiros publicadas no século XX, são elas, *Uma mulher vestida de sol* de Ariano Suassuna e *Sem lei nem rei* de Maximiano Campos.

Em se tratando dos aspectos que formam a identidade nordestina durante o século XX, a “macheza” é um elemento bastante presente no imaginário popular. A construção de uma



identidade regional própria buscava diferenciar-se do restante do país, ainda que em menor grau. Em outras palavras, a formação da identidade nordestina foi pautada em um processo de alteridade de aspectos pertencentes a outras regiões. Para Durval Muniz de Albuquerque (2013), isso se reflete a partir de uma necessidade de,

[...] preservar certos valores ‘viris’ de nosso povo que estavam sendo ameaçados pela abolição da escravatura, pela República, pela urbanização, pela modernização, pela industrialização. Era preciso lutar em favor da preservação ou se não pela constituição de um tipo regional capaz de resgatar essas tradições de virilidade, coragem e valentia [...] (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p.136).

Esse modelo de homem descrito por Albuquerque Júnior (2013), vai segundo o próprio, aparecer de forma mais explícita apenas no início de 1910, sendo que, ocorre de forma paralela ao próprio conceito de Nordeste. Desse modo, em se tratando do Nordeste, sua formação identitária está diretamente ligada a uma identidade masculina viril. Ademais, tais aspectos em seu processo de consolidação, ou seja, firmar esta identidade nordestina aliada a virilidade, contou também com a literatura (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013). Este fator cultural foi ganhando espaço tanto nas literaturas de cordel quanto nos romances escritos ao longo do século XX, caracterizando e evidenciando o homem nordestino a partir de uma imagem viril, o “cabra macho de verdade”, aquele ao qual não leva desaforo para casa, que mantém sua honra pessoal e familiar.

Podemos considerar que houve uma troca de influências, isto é, a literatura tanto ajudou na disseminação desse modelo de homem nordestino, quanto recebeu esse padrão como o “comum”. Como discutido anteriormente, ao falarmos da literatura como fonte, não apenas o que está escrito na obra, mas também o contexto ao qual o(a) autor(a) são importantes enquanto praticamos a análise da obra. Dessa forma, pensando que ambas as obras aqui discutidas estão presentes nesse processo de formação da identidade nordestina viril, é possível, portanto, compreendermos como uma influência de mão dupla.

A obra de Suassuna (2018) apresenta um cenário baseado na briga por terras, rixas familiares que resultam em ciclos de violência, além de um pano de fundo voltado para as questões de gênero, uma vez que, estes processos interpessoais estão bastante ligados a honra e a não se deixar ser ofendido. Manter sua condição de homem viril é elemento fundamental e claramente expresso na obra.



Campos (1990) também não vai muito longe quanto as temáticas, as questões de honra também permeiam o ambiente descrito pelo autor, o adendo que podemos estabelecer aqui são as disputas entre cangaceiros e coronéis. Enquanto Suassuna apenas menciona a existência desse banditismo rural nordestino, conhecido por Cangaço, *Sem lei nem rei* é permeado por esse movimento se voltando para as suas causas e consequências.

Tratar desses aspectos em sala de aula nem sempre é uma tarefa fácil, principalmente tendo em vista o apagamento das temáticas de gênero nas orientações curriculares atuais. Ainda assim, existem propostas que podem ser adotadas tendo como ponto de partida práticas tais como a multidisciplinar aqui apresentada. E para isso, ainda que orientações como a Base Nacional Comum Curricular- BNCC não promova uma abertura, é importante ressaltar que também não há impedimentos.

A BNCC, em se tratando de Ensino Médio, embora não mencione sobre as temáticas de gênero especificamente, ainda pode nos fornecer possibilidades quando propõe combater “estereótipos, discriminações de qualquer natureza e violações de direitos de pessoas ou grupos sociais, favorecendo o convívio com a diferença” (BRASIL, 2018, p.467). Ou mesmo na competência específica EM13CHS502, que busca,

“analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas, etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais” (BRASIL, 2018, p.577).

Desse modo, torna-se não apenas viável, como também necessário discutir essas temáticas em sala. A importância de discutir e conhecer sobre gênero nas aulas de História parte do princípio de que estudar gênero é “ir além” (BOTTON,2007), isto é, ao tratarmos, por exemplo, das masculinidades nordestinas, não discutiremos apenas elementos ligados ao gênero, mas também toda uma construção social, política, econômica e cultural desta sociedade, além de da possibilidade de realizar paralelos com demais sociedades, sendo elas contemporâneas ou não. Para Guacira Lopes Louro (1997), o estudo de gênero é fundamental para discutirmos as desigualdades sociais. Isto por que, segundo a autora,

As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação (LOURO, 1997, p.22).



Louro coloca em pauta as questões ligadas as definições de papéis masculinos e femininos dados ao longo do tempo como parte dos campos que envolvem gênero. Sendo assim, entender gênero como parte de construções sociais é relacionar também o discurso das diferenças biológicas nessa construção social em torno das relações de gênero. Assim, as representações que a sociedade perpetua do homem e da mulher são também consequências dessas construções identitárias masculinas e femininas.

Em se tratando do ambiente escolar, esses processos nem sempre são claros. Para isso é preciso, como menciona Carla Bassanezi Pinsky (2020), capacitar os estudantes a perceberem essas nuances nas construções sociais que partem de processos históricos. Para a autora, o aluno ao discutir o “o que é ser homem?”, “o que é ser mulher?”, inicia um processo de questionamento sobre os próprios papéis sociais, permitindo assim que haja uma reflexão crítica desses conceitos e entendimento de “regras sociais e verdades apresentadas como absolutas e definidas no que diz respeito às relações de gênero” (PINSKY, 2020, p.33).

Seguindo essas perspectivas, ao propormos a utilização de textos literários, busca-se utilizarmos de práticas mais didáticas e dinâmicas para uma compreensão e aprofundamento nas discussões desta temática. O Nordeste é um cenário fértil em suas produções literárias, assim como em suas discussões acerca de sua identidade nordestina viril.

Tal sociedade, plural em suas características geográficas e também socioculturais, apresenta problemáticas frente a sua construção identitária que por muito tempo permeou no imaginário popular. Características ligadas a violência, brutalidade, “macheza”, honra e outros componentes similares, faziam parte de muito do que se compreendia por Nordeste. A literatura, o discurso político e um movimento cultural regional no século XX tiveram sua parcela de participação dentro dessa equação (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013). Porém, a reprodução, ainda que não totalmente, desses conceitos permeia até hoje, e estes não são exclusivos da sociedade nordestina. Discutir, problematizar e desconstruir esses conceitos devem ser uma ação a ser adotada.

*Uma mulher vestida de sol: breve conversa sobre as possibilidades temáticas.*

Esta peça foi escrita por Ariano Suassuna pela primeira vez em 1947, do qual, o até então estudante de Direito, o fez para participar de um concurso, esta passou por algumas



modificações e foi publicada oficialmente dez anos depois. Escrita como uma tragédia, conta com três atos e vai contornar problemáticas como as brigas familiares por terra, os ciclos de violência, a defesa da honra, a seca e suas consequências, além de outros elementos pertencentes as mazelas sofridas no sertão do século XX.

Suassuna decide nesta obra se voltar mais para aspectos sociais, isto é, fugia do comum de sua época ao não tornar sua narrativa evidentemente política, dessa forma, o autor vai na contramão e trata “[...] do problema camponês em tom não dirigidamente político, mas que procurava ser total e humano e que, por isso mesmo, compreende inclusive o político” (SUASSUNA, 2018, p.22).

Em uma perspectiva educacional, a análise desta obra na aula de História tem a possibilidade de compreender diversos elementos temáticos. Seguindo o que já falamos sobre estudar gênero é sempre ir além do gênero, ao explorarmos a obra é possível, além de perceber processos referentes a construção de uma masculinidade viril, também se identifica aspectos voltados a elementos geográficos, políticos, assim como alguns reforços, dentro da narrativa, de papéis sociais que “devem”, segundo a obra, ser adotados tanto pela figura masculina quanto pela feminina.

Dentro deste ambiente ficcional, se encontra relatos muito próximos da realidade. Como, por exemplo, o personagem de Donana uma senhora que teve sua filha morta pelo seu genro Joaquim. Este ato extremo é colocado na obra a partir de uma desconfiança que Joaquim tinha de que sua mulher poderia o estar traindo.

[...] Donana- Minha filha não o enganava, ele matou porque quis, porque ela era alegre e boa e ele não pode suportar isso, sempre ruim, sempre desconfiando de todo mundo. Mas um dia ele me paga! Cícero- Foi a vontade de Deus! Donana- Aqui só manda a vontade dele! [...] (SUASSUNA, 2018. P.48).

Estes tipos de atos de violência contra a mulher são reforçados em outras passagens da obra, reiterando um discurso de que o homem deve manter sua honra pessoal a qualquer custo. Nesse contexto, ainda que a esposa não tenha cometido adultério, o simples “falatório” de outras pessoas questionando a honra de Joaquim seria o suficiente para tal ato. Outro exemplo desse cenário de *ethos* viril se observa no trecho,

[...] Joaquim- Bem. Na frente de todos quero então avisar que, de agora em diante, quem entrar na minha terra morre na mesma hora. (Aos seus.) Vocês



estão ouvindo? Quem pegar qualquer um dessa gente dentro da minha terra, atire, sem perguntar o que foi que ele veio fazer.

Antônio- Eu estou pelo mesmo. Qualquer um, do lado de lá, que entrar na minha terra, seja homem ou mulher, morre.

Joaquim- É justo. Minha palavra está dada. Antônio- A minha também.

[...] (SUASSUNA, 2018, p.94).

Neste trecho é possível identificar a honra masculina ligada a “palavra dada”, esta, era uma característica própria do “homem de verdade”, isto é, só quem podia utilizar o juramento/palavra dada como garantia, era aquele aceito socialmente como homem honrado pelo restante da sociedade, principalmente por outros homens. Manter essa palavra era elemento fundamental para permanecer no *ethos* viril. Desse modo, se percebe uma relação de troca que gira em torno do mantimento da condição viril, atrelado a honra, para poder gozar dos benefícios de um indivíduo que fazia parte do grupo masculino viril.

*Sem lei nem rei: breve conversa sobre as possibilidades temáticas.*

Escrita por Maximiano Campos na década de 60, o romance, também ambientado no Nordeste do século XX, é em muitos aspectos similares a peça de Suassuna, mas também apresenta suas particularidades. Estas, se evidenciam principalmente no tom mais político adotado por Campos, isto é, o cenário de luta de classes sendo dispostos em Cangaceiros *versus* Coronéis é o ponto chave da narrativa.

Ainda que se apresente nesse teor mais político, os panoramas ligados as questões de gênero são bem evidentes na obra. Em *Sem lei nem rei*, nós acompanhamos Antônio Braúna e seu bando, este protagonista é pontuado dentro da narrativa como um indivíduo que foi posto nesta posição de cangaceiro frente uma “necessidade” de vingar-se.

Viver ali era duro, não comportava fraquezas. Ele parecia ter nascido marcado para ver sangue e violência durante toda a sua vida. A imagem do irmão morto, tendo o corpo furado de balas e com uma imensa mancha no peito parecendo uma papoula vermelha, não lhe saía da cabeça. Também ainda não deixara de sentir a tapa que carregava no rosto, e que fizera correr em filetes de sangue a sua vergonha. Tudo lhe surgia de vez, atormentando-lhe a vida. Sabia que o seu existir seria assim, e que iria também fazer correr o sangue dos seus inimigos. Tinha que vingar. Era a maneira de atenuar o seu sofrer rude, assim aprendera desde cedo. Agora, poria em prática a violência dos ancestrais, só interrompida com a mansidão do seu pai, e que renascia nele, naquela manhã triste, de recordações amargas. Iria atacar o inimigo, o temido coronel da Barra, chefe político do município. Mas, se a sua força era menor, compensava a sua inferioridade com o desejo de lavar as desonras, as perseguições e afrontas. (...) Via-se já entrando na fazenda, e lavando o seu rosto, arrancando-



lhe a tapa, com o sangue do coronel. Então, estaria vingado e o seu coração far-se-ia leve (CAMPOS, 1990, p.71).

Segundo esta visão do personagem, para limpar sua honra novamente era necessário vingar-se, nesse processo de ‘Lei de Talião’ as práticas sociais vão se dando nesse ambiente a partir de ações extremamente violentas. Ainda dentro dessa perspectiva, é possível discutir a própria configuração do Cangaço. Isto é, é comum na literatura, principalmente o cordel, a figura do cangaceiro, como Lampião, adquirir uma imagem de Robin Hood, onde, este indivíduo foi “obrigado” a adentrar no movimento, mas que este é um justiceiro e não um bandido propriamente dito.

A problematização dessas nomeações e características é precisamente expressa por Frederico Pernambucano de Mello (2011) ao qual propõe o Cangaço como um movimento plural, havendo no mínimo três tipos de Cangaço (s) diferente, como, por exemplo, o Cangaço Vingança, o Cangaço Refúgio e o Cangaço Meio de Vida. Mello, reconfigura essas denominações e concepções ligadas ao Cangaço, principalmente no que tange ao uso do escudo ético pelos cangaceiros. Nesta obra de Campos, é possível identificar a presença desses três tipos de Cangaço distintos, logo, discutir e problematizar esse movimento a partir dessas identificações não é apenas possível como necessário, pois se trata de percepções pouco obtidas no cenário geral.

#### **4. Considerações**

As articulações entre Ensino de História, relações de gênero e identidade aqui realizadas, tiveram como objetivo o entendimento da sociedade nordestina brasileira do século passado. Tal sociedade, é baseada em modelos falocêntricos com aspectos de um ideal de sujeito masculino viril. Compreender esses aspectos a partir de fontes literárias pode proporcionar ao (a) professor (a) de História uma ampliação nos estudos sobre a formação identitária nordestina e os elementos que envolvem as relações de gênero. Enquanto as discussões sobre a Literatura como fonte para a História já não são tão novas no ambiente acadêmico, visto que essas se fazem presente desde a segunda metade do século XX, no cenário escolar ainda é necessário discutir ações efetivas da aplicação de tal prática. Realizar um diálogo com as orientações curriculares, tendo em vista suas possibilidades e limitações, também é um aspecto necessário dentro dessa discussão.



Esta pesquisa, fruto de um mestrado profissional em História, tem por objetivo final a publicação de um material didático pedagógico que auxilie o (a) professor (a) tanto no entendimento da literatura enquanto fonte, de uma maneira mais prática, quanto nas aplicações das temáticas de gênero nas aulas de História do Ensino Médio. O material em questão já se encontra em seus procedimentos finais e estará, ainda no ano de 2023, disponível para consulta no site do Profissional do Programa de Pós-graduação em História (PPGHIST) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino: a invenção do ‘falo’- uma história do gênero masculino (1920-1940)**. São Paulo: Intermeios, 2013.

AZEVEDO, Crislane Barbosa; LIMA, Aline Cristina Silva. **Leitura e compreensão do mundo na educação básica: o ensino de História e a utilização de diferentes linguagens em sala de aula**. Roteiro, Joaçaba, v.36, n.1, p.55-80, jan./jun., 2011.

BORGES, Valdeci Rezende. **História e Literatura: Algumas Considerações**. *Revista de Teoria da História*. Goiás, n°3, p.94-109, 2010.

BOTTON, F.B. As masculinidades em questão: uma perspectiva de construção teórica. **Revista vernáculo**, n.19 e 20, 2007.

BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais. **Ensino médio**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília, 1999.

\_\_\_\_\_, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CAMPOS, Maximiano. **Sem lei nem rei**. São Paulo: Melhoramentos, 1990.

Hayden. **The Content of the Form: narrative discourse and historical representation**. The John Hopkins University Press, 1992.

KRAMER, Lloyd S. **Literatura, crítica e imaginação histórica: O desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra**. IN: A nova história cultural. HUNT, Lynn (org.). São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6° ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.



MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do Sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil.** São Paulo: A Girafa, 2011.

PESAVENTO, S.J. **História & Literatura: uma velha-nova história,** Nuevo Mundo Mundos [Em línea] Nuevos, Debates, 2006.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Gênero.** In: \_\_\_\_\_ (org.). **Novos temas nas aulas de História.** São Paulo: Contexto, 2020.

\_\_\_\_\_, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **O que e como ensinar: por uma História prazerosa e consequente.** IN: **História na sala de aula: conceitos e práticas e propostas.** KARNAL, Leandro (org.). São Paulo: Contexto, 2007.

SUASSUNA, Ariano. **Teatro completo de Ariano Suassuna: tragédias, volume 2.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

ZIZANI, Cecil; CARVALHO, Diógenes. **Apresentação.** In: ZIZANI, Cecil; CARVALHO, Diógenes (orgs.). **Estudos de gênero e literatura para crianças e jovens: um diálogo pertinente.** Caxias do Sul, RS: Educs, 2015.



**PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO NO ENSINO DE HISTÓRIA:  
CONTRIBUIÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA**

Hellen Pabline Leal Conceição

Joseanne Zingleara de Soares Marinho

**1. Introdução**

“E eu não sou uma mulher?” é uma frase atribuída à Sojourner Truth. Nascida escravizada, foi vendida aos nove anos de idade no contexto do colonialismo americano e sentiu a dor da separação pela venda dos seus filhos. Junto ao seu ativismo quanto à questão abolicionista nos Estados Unidos da América, proferiu também um discurso improvisado no ano de 1851, na Convenção dos Direitos das Mulheres de Ohio, em Akron, nos EUA, que foi registrado e hoje é reconhecido pelo título “Ain’t I a Woman?”. O discurso indica que no século XIX, mulheres negras já denunciavam a invisibilização sofrida em suas pautas e especificidades de existências sociais. Aqui, Sojourner Truth lançou uma problemática à universalização da categoria “mulher” e evidenciou a diferença de tratamento recebido pelas mulheres negras, inclusive em relação a conquista de direitos políticos como o de serem reconhecidas em suas humanidades.

A fim de pensar a importância da presença feminina negra no debate a respeito dos direitos das mulheres, precisamos pensar também os movimentos feministas organizados, seus caminhos, pluralidades, sujeitas e pautas. Desta maneira, primeiro iremos traçar um breve percurso acerca das “Ondas Feministas”. Aqui o termo é entendido nas discussões acadêmicas como um período histórico caracterizado pela maior incidência de pautas e questões-problemas levantadas por grupos de mulheres no debate público. Convencionou-se dar o nome de Primeira Onda, Segunda Onda e Terceira Onda para essas movimentações por direitos políticos e sociais, já sendo incluída por algumas estudiosas a Quarta Onda Feminista, contemporânea a esta escrita e popularizada na circulação dos debates nas mídias sociais. Em seguida, relacionaremos a importância de se conhecer e “enegrecer” os feminismos para pensar possibilidades e as ferramentas conceituais de Lugar de Fala e Interseccionalidade como suportes que favoreçam a sofisticação das análises e narrativas no ensino-aprendizagem de História.



## 2. Percursos feministas: lugares e contribuições

Entre os anos finais do século XIX até meados do século XX, ocorreu na Inglaterra e Estados Unidos da América o que se convencionou chamar de Primeira Onda Feminista. Grupos de mulheres manifestaram suas insatisfações e reivindicações em busca de direitos civis no âmbito público, como participação no voto e legitimidade da administração de bens e fortunas, acesso à educação e ao desenvolvimento profissional; direitos esses já garantidos por homens brancos (SILVA, 2019, p. 8). É nesse contexto que ficaram conhecidas as sufragetes, mulheres organizadas em torno do direito ao voto na Inglaterra, conquistado em 1918 (PINTO, 2010).

No Brasil o movimento feminista de primeira onda ganhou um maior contorno no início do século XX, apresentando como um dos marcos de luta a conquista do direito ao voto, outorgado no ano de 1932 pelo Novo Código Eleitoral brasileiro, no governo de Getúlio Vargas. O voto feminino ainda encontrava-se em condições restritas e mesmo as mulheres que poderiam votar precisavam ter mais de 21 anos e serem alfabetizadas, condições que contemplavam, em sua maioria, mulheres pertencentes a classes mais abastadas (SILVA, 2019, p. 11). Mas antes mesmo dessa data, já temos registro da primeira mulher a votar no Brasil. Em 1927 foi incorporada como eleitora e votante nas eleições de 1928, no Estado do Rio Grande do Norte após estabelecida a lei nº 660/1927 que marcou no Estado o fim da diferenciação do sufrágio, a professora Celina Guimarães. É perceptível que grupos de mulheres se movimentavam em busca de acesso a direitos políticos e presença na História.

No contexto de finais do século XIX e início do século XX, as mulheres no Brasil também não tinham direito à educação universitária, sendo que aquelas pertencentes às classes mais abastadas da sociedade recebiam uma educação básica de primeiras letras, portanto, ainda se deparavam com um horizonte educacional muito restrito. À mulher cabia o papel da boa esposa e mãe carinhosa, recebendo uma educação voltada para a vida privada, submissão ao marido e cuidado com os afazeres do lar como costurar, cozinhar e bordar. Porém, também havia a movimentação dessas mulheres nas lutas por maior alcance dos direitos educacionais e participativos na vida política. Como exemplo, temos a figura de Nísia Floresta (1810-1885) que fundou, em 1838, como uma estratégia de luta por educação, a primeira escola para mulheres no Rio de Janeiro, que durante 17 anos ensinou uma educação que contemplava



também matérias que eram excluídas do currículo social educativo feminino, como história e línguas (SILVA, 2019, p. 10).

A pesquisadora Jacilene Maria Silva (2019) destaca um ponto interessante ao olhar para esses movimentos feministas: as demandas eram voltadas principalmente às mulheres brancas. Apesar de, na prática, essas mulheres serem subordinadas a seus maridos e pais, elas não eram coisificadas como as mulheres negras. Logo, nos anos de XIX, pela lei, as mulheres negras nem como seres humanos eram consideradas no contexto escravista. Os privilégios reivindicados atendiam principalmente às mulheres brancas de classes sociais mais abastadas, porém é importante atentar também para o fato de que as brancas pobres, assim como as moradoras do campo, ainda recebiam o gozo da humanidade e não eram tratadas legalmente como propriedade e objeto de outrem, recebendo assim, algum nível de privilégio social. Acrescentar a perspectiva racial é entender que em um mundo contemporâneo estruturado a partir do conceito de raça, “em que raça define a vida e a morte” (ALMEIDA, 2019, p. 57), é de grande importância tomá-la como elemento de análise junto a gênero.

O início do período identificado como Segunda Onda Feminista tem como marco a publicação do livro “O Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir, em 1949. Com a máxima “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, ao diferenciar “sexo” enquanto característica biológica e “gênero” como construção social, “esta filósofa desafiou ideias relacionadas à mulher que até então não tinham sido questionadas de maneira tão ampla, ela quebrou tabus rígidos e, por isso, foi duramente criticada” (SILVA, 2019, p. 12). Nesta onda, é muito presente a busca por entender as razões das opressões sofridas pelas mulheres, o que unia todas sob a mesma condição. O corpo, configura-se aqui, como fator relevante e central; muitas vezes opressor, podendo ganhar uma camada universalizante ao não contemplar as pautas dos movimentos trans. Neste contexto ficou conhecido o “feminismo radical”, em que se acreditava que o corpo da mulher era condicionado e explorado tomando como ponto de partida o sexo e as suas funções reprodutivas, que eram significados por um sistema patriarcal de opressão; o gênero tornando-se assim, um meio (SILVA, 2019, p. 13).

A estudiosa Céli Pinto (2010) cita o livro “A mística feminina”, publicado em 1963 e de autoria de Betty Friedan, como um escrito de destaque no movimento de segunda onda. Nesta obra, sua autora identificou, a partir de seus estudos, um vazio existencial que afetava mulheres estadunidenses de classe média, que não se viam contempladas em suas existências com o casamento e os filhos, ou o alto padrão de vida, elevando assim, os índices de alcoolismo



e transtornos mentais nos EUA no pós-2ª Guerra Mundial. Pelo conteúdo deste livro, é possível perceber que o viés do feminismo que se via contemplado era composto principalmente de mulheres brancas de classe mais abastada, heterossexuais e inseridas no ambiente universitário. Desta forma, uma das problemáticas manifestadas por militantes que desviavam do feminismo hegemônico era a falta de representatividade dentro do próprio movimento feminista. Nessas pautas não eram contempladas as mulheres não brancas, sem homens, sem filhos, lésbicas, trans, pobres etc. O silenciamento público, inclusive acadêmico, invisibilizou diversas formas de existências.

As autoras Rachel Soihet e Joana Maria Pedro (2007), atribuem à própria transformação do campo historiográfico, que teve como sujeito histórico a figura do “homem” político branco ocidental, questionado por grupos historiográficos como os Annales e Marxistas que chamaram para a esfera política e discursiva outros sujeitos históricos que eram invisibilizados pela figura masculina universal, como um importante movimento para se pensar outras existências. A história vista de baixo opera como perspectiva que traz figuras como as mulheres pobres, operárias, crianças e pessoas escravizadas. Novos campos de estudos adentraram o espaço privado e do lar, as mentalidades e diante de uma maior variedade de pontos de vista, notamos a contribuição de outros campos de estudo como a Literatura, a Psicanálise e a Antropologia relacionando-se aos movimentos feministas em suas pautas e discussões.

Mesmo diante dessas mudanças no campo historiográfico, militantes, mulheres lésbicas, classe trabalhadora e negras não se sentiam contempladas e pouco espaço de legitimidade eram oferecidos e reconhecidos no mundo acadêmico para essas vozes, assim dando início ao feminismo identitário, que contribuiu para o surgimento da Terceira Onda do Feminismo. Nos anos de 1980 e 1990 do século XX, temos um maior destaque público para as pautas que envolviam as críticas ao sentido essencialista de mulher relacionada ao seu sexo, como uma tentativa também de resposta às falhas da onda anterior. Linda Nicholson (1999) nos dá uma perspectiva interessante para a relação entre o corpo, a personalidade e o comportamento que irá chamar de “fundacionalismo biológico”, no qual a biologia manifesta suas necessidades, mas a forma de supri-las é cultural.

A autora comenta que no final da década de 1960, a distinção masculino/feminino se dava por fatores biológicos. Algumas feministas tentaram minar e ampliar esse conceito de gênero, atribuído a fatores biológicos. Concebiam que há fenômenos biológicos reais que diferenciam mulheres de homens e que são usados pela sociedade para distinguir masculino de



feminino; aqui o sexo é visto como um dado que ganha significação cultural. Essa ideia ainda assim é limitadora, pois leva a um entendimento de que há “dados” fisiológicos que são usados de formas semelhantes em todas as culturas para distinguir mulheres dos homens e alerta que análises que seguem esse pressuposto fundacionalista não dão conta de explicar aqueles que fogem da norma, o que promoveu na Terceira Onda a ideia “de que era fundamental reconhecer as variedades de identidades e diferentes experiências de mulheres distintas” (SILVA, 2019, p. 18).

Em um contexto social marcado pelas disputas ideológicas advindas com a Guerra Fria e dissoluções das ditaduras civil-militares na América Latina, tendo no Brasil seu fim político em 1985, e com a instituição da Constituição Brasileira de 1988 que vigora até hoje, tivemos nesse período uma grande agitação dos movimentos sociais e disseminação de pautas de lutas sociais, marcado pelas mudanças políticas e de comportamentos. As novas demandas exigidas pelos diversos grupos e movimentos feministas, não podendo mais entendê-los no singular, atribuiu um caráter incompleto à disciplina História. A própria História das Mulheres ganhou pluralidade. De Mulher, passou-se a estudar as Mulheres, no plural, observando agora a classe, etnias, raça, geração, a sexualidade, diante de tantos marcadores é importante esses cruzamentos, pois as desigualdades não acontecem sozinhas; o sujeito histórico nesse campo ganhou múltiplas identidades. Estabeleceu-se também a importância de pensar tanto o homem quanto a mulher enquanto produtos de um meio social (SCOTT, 2012; SOIHET; PEDRO, 2007).

Como um importante marco de contribuições às discussões feministas acerca do conceito de Interseccionalidade, temos a publicação, em 1981, do livro “Mulheres, Raça e Classe” de Angela Davis; mulher negra estadunidense, que popularizou o debate a partir de uma perspectiva de cruzamento de opressões. O conceito de Interseccionalidade foi cunhado academicamente pela intelectual afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw, ganhando espaço acadêmico e se tornando debatido com maior ênfase pelo movimento feminista negro. Desta forma, a autora define interseccionalidade metodologicamente como

uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos,



constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (2002, p.177).

Ora, se “torna-se mulher”, “tornar-se negro” também precisa ser uma questão visibilizada no debate. Assim, é entendido pela teórica intelectual afro-brasileira Carla Akotirene como importante conceito pois “a interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtos de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais” (2019, p. 19).

Como exemplos de importantes marcos no Brasil, no período de terceira onda, temos a criação, em 1978, do Movimento Negro Unificado – MNU, atuante ainda hoje, como lugar de concentração de mulheres negras para manifestar suas demandas e especificidades políticas, suas condições de vida e as desigualdades de raça, gênero e classe sofridas. O Instituto da Mulher Negra – Geledés, tendo uma das suas fundadoras e diretoras Sueli Carneiro foi criado em 1988 e também exemplifica a luta e agenda dos coletivos que vêm sendo criados.

A internet causou uma verdadeira revolução social a nível mundial, acelerando as trocas de informações. Nesse contexto cibernético, os movimentos feministas encontram nas redes sociais espaço para manifestação, organização e disseminação de pautas, consolidando assim, o que para muitas/os estudiosas/os poderíamos nomear como a “Quarta Onda do Feminismo”. O ano de 2012 é apontado pela filósofa Jacilene Maria Silva (2019) como um possível início para a movimentação de interesse feministas associado ao uso de redes sociais de grande impacto e circulação social como Facebook, Twitter, Instagram e Youtube. Aponta que as três ondas feministas anteriores têm como centro de discussão os Estados Unidos da América e países do centro Europeu, basicamente. Já a quarta onda feminista, além do ciberativismo, fala de mulheres que os movimentos tradicionais não foram capazes de representar, sobretudo as mulheres de países periféricos.

No Brasil, as demandas e pautas compartilhadas em meio virtual levaram a um maior acesso e demanda por informação. O livro “Mulheres, Raça e Classe” de Angela Davis, por exemplo, foi publicado em 1981 nos EUA e apenas em 2016 recebeu tradução no Brasil. Foi um movimento tardio, mas que teve como um dos impulsos a circulação de informações na internet. Grada Kilomba também encontra espaço para tradução de seus escritos no Brasil apenas em 2019, com sua tese de doutorado “Memórias da Plantação: episódios de racismo



cotidiano”, publicado originalmente em 2008. E mais lutas contra apagamentos de vozes de mulheres negras vêm sendo travadas. Angela Davis, em evento que participou em São Paulo no ano de 2019 e com fala que teve grande repercussão nas mídias sociais, apontou a falta de visibilidade que Lélia Gonzalez, importante intelectual negra brasileira, recebe no ambiente acadêmico.

Para isso, retornemos à sujeita histórica Sojourner Truth. Djamila Ribeiro (2017), em seu livro “O que é Lugar de Fala?”, nos apresenta uma tradução do discurso.

[...] Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? [...]. (2017, p. 20-21).

Em Sojourner Truth temos exemplificado o conceito de Interseccionalidade, defendido pelo Feminismo Negro atual, que tem perspectiva oriunda do pensamento de mulheres negras cujas experiências não eram observadas pelo feminismo branco. Em sua denúncia, além de questionar a mulher enquanto versão inferior e menos capacitada intelectualmente que o homem, a ativista negra também questiona o tratamento recebido por mulheres negras, que não eram vistas como frágeis e muito menos sujeitas merecedoras de algum tratamento especial como “ajuda a subir numa carruagem”. A categoria “mulher” era questionada e em sua fala Truth já dá indícios de que é necessário pensar a mulher atravessada pelas ideias de raça e classe social.

A partir de Sojourner Truth também podemos pensar a perspectiva de Lugar de Fala. Ao entender a importância de que partimos de lugares sociais diferentes, podemos elaborar diferentes perspectivas sobre um tema. A ativista, enquanto mulher atravessada pelas condições da escravidão, demonstrou um olhar acerca dos direitos das mulheres que ia além dos manifestados pelas feministas da Convenção a qual estava participando, levando a refletir que há várias possibilidades de ser mulher e que o debate também precisava ser visto e discutido pelas mulheres brancas, pelos homens negros e pelos homens brancos. Djamila Ribeiro (2017) nos apresenta um entendimento sobre essa ideia.



Assim, entendemos que todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social. E, a partir disso, é possível debater e refletir criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade. O fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de locus social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares de grupos subalternizados (2017, p. 86).

Interseccionalidade e Lugar de Fala são conceitos e contribuições indispensáveis do Feminismo Negro para pensar e instrumentalizar nossas práticas teórico-metodológicas por permitir ampliar o nosso olhar para as construções e silenciamentos dos corpos em nossas narrativas históricas, para refletir também até onde as representações sociais do ser mulher ou ser homem incorporam um padrão dominante das construções de raça. Sem esquecer, contudo, que a internet é também um lugar de disputa de poder, de marcadores, de discriminação e de silenciamentos. O feminismo negro, mesmo nestas condições e enfrentando-as, utiliza esse espaço como lugar de resistência e de luta contra “o perigo de uma história única”.

### **3. Enegrecendo o ensino de história**

A quarta onda feminista, como um movimento que ainda está em percurso e, portanto, sujeito a elaborações, tem como uma das suas principais características o uso das redes sociais e tecnologias de trocas de informações. As discussões sobre corpo, orientação de gênero e sexual, violência e negritude, dentre outras temáticas, são aprofundadas. Coletivos são colocados “em rede” e se utilizam das redes sociais como ferramentas para disseminar e gerar um maior alcance de suas vozes (PEREZ, 2019).

A professora e filósofa Djamila Ribeiro é um dos nomes, dentre várias feministas e ativistas negras, com estudos desenvolvidos para discutir o cruzamento de raça, gênero e classe no Brasil, que encontrou nas redes sociais um lugar de atuação. Sua história de atuação política vem de longe. Em entrevista concedida ao Podcast Mano a Mano (2021) conta que seus pais eram atuantes no movimento negro. Colunista do Jornal Folha de São Paulo e organizadora da coleção “Feminismos Plurais”, ganhou notoriedade nas redes sociais principalmente após a publicação em 2017, do primeiro livro da coleção e de sua autoria “O que é lugar de fala?”. Também lançou em 2019 o livro “Pequeno Manual Antirracista”. Este livro popularizou-se nas



redes sociais e ficou entre um dos mais vendidos no ano de 2020, ganhando o Prêmio Jabuti no mesmo ano, na categoria Ciências Humanas.

Após esta primeira publicação de “O que é lugar de fala?”, outros volumes protagonizados por autoras/es negras/os brasileiras/os seguiram para compor a coleção. Dentre um desses nomes está o da professora Letícia Nascimento, docente da Universidade Estadual do Piauí, com o seu livro “Transfeminismo” que traz discussões importantíssimas para se pensar as categorias que atravessam as identidades e pluralidades dos movimentos feministas. Se para Simone de Beauvoir (1967) a mulher é o outro do homem, em Grada Kilomba (2019) ao sofisticar a análise, a mulher negra é vista enquanto o outro do outro, já que não é nem homem e nem branca, enquanto isso Letícia Nascimento (2021) irá nós fazer refletir quantos outros atravessam o corpo de uma mulher travesti, negra, gorda, nordestina e de axé.

Djamila Ribeiro, ao debater a importância do Lugar de Fala, assim como Interseccionalidade, nos provoca a pensar sobre a importância dessas perspectivas de feministas negras em nosso fazer histórico e nas maneiras de aplicar esse arcabouço teórico como ferramenta em sala de aula. Pensando nisso, trouxemos um exemplo de como trabalhar a perspectiva do Lugar de Fala a partir de uma experiência vivenciada no ano de 2020, em uma escola particular da cidade de Teresina- PI, em que ao participar de um grupo de orientação para a 12ª Olimpíada Nacional em História do Brasil- ONHB, nos deparamos com uma questão que disponibilizava como material de análise e discussão para os grupos de estudantes e professoras/es o livro “Pequeno Manual Antirracista”, de Djamila Ribeiro. Com a sua utilização podemos trabalhar a ideia da importância da representatividade de intelectuais femininas negras para se falar de assuntos sensíveis como o racismo brasileiro.

Com o uso do livro, vimos a possibilidade de levar este material para debate em sala de aula e percebemos que algumas/ns estudantes se sentiram motivadas/os para realizar a leitura da obra completa e assim, vimos a presença da fala da Djamila Ribeiro como importante voz para pensar o Brasil e o lugar da mulher negra. Quem não conhecia a estudiosa, nesta edição da ONHB passou a conhecer um pouco da sua obra e ativismo. Segue o enxerto utilizado da obra “Pequeno Manual Antirracista”:

O racismo é uma problemática branca, provoca Grada Kilomba. Até serem homogeneizados pelo processo colonial, os povos negros existiam como etnias, culturas e idiomas diversos – isso até serem tratados como ‘o negro’. Tal categoria foi criada em um processo de discriminação, que visava ao tratamento de seres humanos como mercadorias. Portanto, o racismo foi



inventado pela branquitude, que como criadora deve se responsabilizar por ele. Para além de se entender como privilegiado, o branco deve ter atitudes antirracistas. Não se trata de se sentir culpado por ser branco: a questão é se responsabilizar. Diferente da culpa, que leva à inércia, a responsabilidade leva à ação. Dessa forma, se o primeiro passo é desnaturalizar o olhar condicionado pelo racismo, o segundo é criar espaços, sobretudo em lugares que pessoas negras não costumam acessar (2019, pp. 35-65).

O objetivo das questões promovidas pela ONHB é, através do debate de ideias, procurar a alternativa mais pertinente e completa que consiga responder ao enunciado. Com a utilização da obra referida, foi possível perceber como a Quarta Onda Feminista, já defendida por algumas autoras, pode ser pensada mediante a utilização de obras como importantes referências para o Ensino de História na atualidade. Pensar lugar de fala é pensar também a presença, em nossas aulas, de sujeitas/os diversas/os, que falam de diferentes pontos de vistas dos mais variados assuntos, além de evidenciar a urgência de publicações de narrativas a partir do Lugar de Fala de mulheres negras.

O uso da ONHB no Ensino de História surge como um enorme ganho na formação continuada de profissionais da educação, pois também é disponibilizado no site oficial e no canal oficial do YouTube um conjunto de matérias para acesso, com comentários das provas, videoaulas, planos de aulas e exposição de trabalhos produzidos pelas/os participantes. Vivenciar a ONHB é também colaborar para o crescimento pessoal das/os estudantes, trabalho em equipe, proporcionar conhecimentos que vão além dos livros didáticos, pesquisas, leituras e acesso a documentos e a discussões da prática do saber histórico (COSTA JÚNIOR, 2017).

Assim, defendemos que pensar Lugar de Fala e Interseccionalidade possibilitará engendrar outros pontos de vista e outras existências pois “que decepção ser-se forçada/o a olhar para nós mesmas/os como se estivéssemos no lugar delas/es.” (KILOMBA, 2019, p. 39), afinal, pensar o lugar das sujeitas/os históricas/os é humanizá-las/os, é conceber existências possíveis.

#### **4. Conclusão**

Entender que as Ondas Feministas não são um movimento homogêneo e possuem conquistas em diferentes momentos nos países onde são vivenciadas, nos permite ter um olhar de pluralidade das vivências de mulheres em busca de direitos políticos e sociais. É preciso entender também que apesar de muitas conquistas, o movimento feminista foi durante muito



tempo prisioneiro de uma visão eurocêntrica e universalizante da mulher, causando a invisibilidade e o silenciamento dos vários corpos femininos. Não cabe mais falar de feminismo sem sofisticar a análise, reconhecendo as contribuições dos movimentos feministas negros que, se de um lado “promove a afirmação das mulheres em geral como novos sujeitos políticos, de outro exige o reconhecimento da diversidade existente entre as mesmas mulheres.” (CARNEIRO, 2003, p. 119).

Quando falamos da importância de cruzar as categorias “raça” e “mulher”, propomos instigar a pensar de quais mulheres estamos falando nas nossas aulas de História. Lugar de Fala e Interseccionalidade mostram-se ferramentas conceituais importantes para pensar nossas práticas de ensino-aprendizagem e as/os sujeitas/os históricas/os utilizadas/os para contar a História nos livros didáticos, por exemplo. Que autoras/es negras/os utilizamos em nossas análises? Que mulheres e homens são apresentados em nossas narrativas históricas e de que forma?

Em nossas formações enquanto professoras e professores de História não tivemos, em maioria, acesso a discussões de gênero e das teorias em volta dos papéis femininos e masculinos em nossas sociedades. Essas discussões, mostram-se ainda mais deficitárias quando falamos das pautas levantadas pelo feminismo negro, decorrente de um processo de violência e silenciamento que ainda é muito presente. O uso da internet mostra-se, desta forma, como um importante recurso de informação e aprendizado para se pensar a multiplicidade de nossas vivências e práticas educacionais antirracistas.

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. p. 152 (Feminismos Plurais: coordenação de Djamila Ribeiro).

ALMEIDA, Silvo Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. p. 264 (Feminismos Plurais: coordenação de Djamila Ribeiro).

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo, Vol. 2: A Experiência Vivida**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

CARNEIRO, Sueli. **Mulher em movimento**. Revista Estudos Avançados 17 (49), 2003.



COSTA JÚNIOR, José Gerardo Bastos da. **A Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB) e o Ensino Médio Integrado do IFRN/** Dissertação (Mestrado em Ensino) – Mossoró, RN, 2017.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: **Estudos Feministas**, ano 10, n° 1/2002, pp. 171-188. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4123084/mod\\_resource/content/1/Crenshaw%202002%20revista%20estudos%20feministas.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4123084/mod_resource/content/1/Crenshaw%202002%20revista%20estudos%20feministas.pdf). Acesso em: 20 out. 2022.

GELEDES. **Sojourner Truth**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>>. Acesso em: 21 jul. 2022.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio De Janeiro: Cobogó, 2019.

**Mano Brown recebe Djamila Ribeiro**. [Locução de: Mano Brown e Djamila Ribeiro]. Mano Brown, 25 nov. 2021. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=VhJ\\_NLuiEd8](https://www.youtube.com/watch?v=VhJ_NLuiEd8)>. Acesso em: 21 jul. 2022.

NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NICHOLSON, Linda. **Interpretando o gênero**. 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/11167>. Acesso em: 21 jul. 2022.

PEREZ, Olívia Cristina. **A quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva**. Trabalho preparado para apresentação no X Congresso Latino-americano de Ciência Política (ALACIP), organizado conjuntamente pela Associação Latino-americana de Ciência Política, a Associação Mexicana de Ciência Política e o Tecnológico de Monterrey, 31 de julho, 1, 2 e 3 de agosto 2019. Universidade Federal do Piauí (UFPI).

PERROT, Michelle. Escrever a histórias das mulheres. In: **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e poder. In: **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCOTT, Joan. **Os usos e abusos do gênero**. 2012. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/15018>>. Acesso: 21 jul. 2021.

SILVA, Jacilene Maria. **Feminismo na atualidade: a formação da quarta onda**. Recife: Independently publish, 2019.



# I SEMINÁRIO NACIONAL DE GÊNERO E DIREITOS HUMANOS

## FUNDAMENTOS, PERSPECTIVAS E EXPERIÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS



SOIHET, Rachel. PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, 2007.

